

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)**

**CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DE RESISTÊNCIA JORNALÍSTICA NA
IMPRENSA ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR
BRASILEIRA: ESTUDO DOS DEPOIMENTOS DO PROJETO
*RESISTIR É PRECISO***

Campo Grande – MS
2020

LEOPOLDO PEDRO NETO

**CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DE RESISTÊNCIA JORNALÍSTICA NA
IMPrensa ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR
BRASILEIRA: ESTUDO DOS DEPOIMENTOS DO PROJETO *RESISTIR É
PRECISO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia e Representação Social.

Orientação: Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva

Campo Grande – MS
2020

LEOPOLDO PEDRO NETO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Faculdade de Arte, Letras e Comunicação (FAALC), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Comunicação.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva – UFMS
Orientador – Presidente

Prof.^a Dr.^a Jacira Helena do Valle Pereira Assis – UFMS
Membro titular

Prof.^a Dr.^a Sandra Lucia Amaral de Assis Reimão – USP
Membro titular

Prof. Dr. Felipe Quintino Monteiro Lima – UFMS
Membro suplente

Campo Grande, _____ de _____ de 2020.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às catorze horas, na por webconferência pela ferramenta Google Meet, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos membros: Marcos Paulo da Silva (UFMS), Jacira Helena do Valle Pereira Assis (UFMS) e Sandra Lúcia Amaral de Assis Reimão (USP), sob a presidência do primeiro, para julgar o trabalho do aluno: **LEOPOLDO PEDRO NETO**, CPF 05465681144, Área de concentração em Mídia e Representação Social, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Curso de Mestrado, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título "**Construção do ethos de resistência jornalística na imprensa alternativa durante a ditadura militar brasileira: estudo dos depoimentos do projeto Resistir é Preciso**" e orientação de Marcos Paulo da Silva. O presidente da Banca Examinadora declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todos os Membros. A seguir, concedeu a palavra ao aluno que expôs sua Dissertação. Terminada a exposição, os senhores membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as arguições, o presidente da Banca Examinadora fez suas considerações. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se para avaliação, e após, emitiu parecer expresso conforme segue:

EXAMINADOR
AVALIAÇÃO

ASSINATURA

Dr. Marcos Paulo da Silva (Interno)
Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis (Externo)
Dra. Sandra Lúcia Amaral de Assis Reimão (Externo)
Dr. Felipe Quintino Monteiro Lima (Externo) (Suplente)

RESULTADO FINAL:

(☒) **Aprovado**
) **Reprovado**

(☐) **Aprovado com Revisão** (

OBSERVAÇÕES:

A banca destaca a qualidade do trabalho, recomenda a publicação e indica para premiações na área.

Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela presença.

Assinaturas:
Aluno

Presidente da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Paulo da Silva, Coordenador(a) de Curso de Pós-graduação**, em 17/12/2020, às 15:52, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Lucia Amaral de Assis Reimão, Usuário Externo**, em 17/12/2020, às 16:10, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jacira Helena do Valle Pereira Assis, Professor do Magisterio Superior**, em 17/12/2020, às 18:04, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leopoldo Pedro Neto, Usuário Externo**, em 17/12/2020, às 21:38, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2274713 e o código CRC B87C3400.

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone: (67)3345-7437

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.030518/2020-67

SEI nº 2274713

“O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de
Financiamento 001”.

AGRADECIMENTOS

O pesquisador passa por um ato reflexivo mais amplo em dois momentos do processo de construção de uma dissertação: nos *Agradecimentos* e na escrita das *Considerações Finais* – ensejos que geralmente são escritos no final de uma trajetória, com (certa) experiência, (certa) maturidade e (certo) horizonte dos erros e dos acertos da pesquisa. Uma dissertação é um processo coletivo, que envolve o orientador, a colaboração da família, dos amigos e um processo solitário de reflexividade. Nesse sentido, cabe nas próximas linhas fazer um pouco de justiça para esta rede de colaboração. É sempre importante lembrar que ordem não significa hierarquia e que todos os mencionados são importantes em suas idiossincrasias.

Primeiramente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes), ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP) – Instituições estas que me permitiram dedicação total à pesquisa do mestrado. Em um momento de ataques do Governo Federal às universidades públicas, é sempre pertinente se lembrar do valor do investimento à educação em um país. Como reiterou brilhantemente Leonel de Moura Brizola: “O que custa para este país a ignorância não é brincadeira. Ignorância entremeada no meio das elites, elites incompetentes que têm levado este país a esse quadro”.

Também agradeço ao meu querido orientador, Marcos Paulo da Silva, sempre muito paciente e atencioso. Com o MP – apelido que passei a utilizar carinhosamente com ele – aprendi que as relações acadêmicas podem ser sérias, com muito respeito e, ao mesmo tempo, com muito afeto e amizade. É sempre inspirador termos professores preocupados com a qualidade da educação pública brasileira. Aos outros docentes que marcaram minha trajetória e me fizeram refletir sobre o jornalismo, sobre questões sociais e sobre a vida, também coloco na conta as professoras Katarini Miguel, Márcia Gomes Marques e Jacira do Valle Assis, assim como os professores Mario Luiz Fernandes e Felipe Quintino. Ressalto agradecimento também à professora Sandra Reimão, que foi muito gentil comigo no período em que estive em São Paulo.

Nem somente de estudos vive um jovem, portanto devo ressaltar que os momentos de descontração são fundamentais para uma pesquisa. Agradeço aos meus amigos: Sarah Farias, Rafael Shiwa, Valesca Graf, Adrieli Santos, Thayná Oliveira, Leticia Bueno, Mylena Fraiha, Norberto Liberator, Fábio Faria, Julia Verena, Julia Leite e Aline Oliveira. Vocês são muito

especiais. Amo vocês! Aos outros amigos e colegas não listados aqui por questões de memória, saibam que também foram importantes no processo, cada um com sua particularidade e com sua importância em um determinado momento por uma determinada razão.

À minha família, que sempre me incentivou e se esforçou para que eu tivesse as melhores condições para estudar. Minha mãe, minha irmã, minhas avós. Vocês são as pessoas mais especiais da minha vida. Amo vocês!

Sou muito grato por estar cercado de pessoas incríveis em todos os âmbitos da minha vida. É o cultivo dos nossos afetos que nos dá esperança para lutar e seguir em frente em momentos tão estranhos como o que estamos vivendo.

Sigamos...

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo realizar uma análise dos depoimentos dos jornalistas entrevistados no projeto *Resistir é Preciso*, realizado pelo *Instituto Vladimir Herzog*. Nesse sentido, a pesquisa interpreta as disposições, valores e representações desses agentes sob a ótica de um *ethos* jornalístico de resistência em contraposição às posições dominantes do campo jornalístico e do campo do poder durante a ditadura militar brasileira. O corpus analítico é composto por seis depoimentos – advindos de Bernardo Kucinski, Elmar Bones, Maria Rita Kehl, Omar de Barros Filho, Raimundo Pereira e Ziraldo – fornecidos para a produção do teledocumentário homônimo ao projeto, exibido em dez episódios na TV Brasil. Os critérios para a escolha dos profissionais em questão remetem à proeminência desses agentes em relação à atuação nos principais jornais alternativos do período ditatorial (KUCINSKI, 2018). *Resistir é Preciso* constitui um projeto amplo e multifacetado de reconstrução da memória sobre a ditadura militar brasileira. As entrevistas utilizadas para fins de realização deste trabalho foram concedidas na íntegra pelo *Instituto Vladimir Herzog*. Do ponto de vista estrutural, o trabalho parte das instâncias metodológicas instituídas por Lopes (1997) para a construção de pesquisas científicas em Comunicação. Em uma vertente epistêmico-teórica, a pesquisa se vale de duas subdivisões: 1) as chaves conceituais oriundas da *Teoria da Prática* de Pierre Bourdieu, assim como de seus comentadores e autores do campo da Comunicação Social que realizam interlocuções com a teoria bourdieusiana; 2) a discussão de caráter historiográfico que analisa o espaço social que estruturou as condições objetivas para os agentes da imprensa alternativa no período da ditadura. Do ponto de vista metódico-técnico, em interlocução com as instâncias anteriores, o trabalho se vale do pensamento bourdieusiano a partir das ferramentas relacionais fornecidas pelo autor. Realiza-se uma descrição dos principais relatos dos depoimentos que tangem à problemática desta pesquisa para compreender as disposições individuais desses agentes, suas configurações de capital e as estratégias utilizadas. Com as análises de caráter individual, efetiva-se uma comparação entre os *ethos* de diferentes agentes para mapear suas relações objetivas enquanto grupo para se observar a operacionalização de um *ethos* jornalístico de resistência. Como resultados, infere-se que o *ethos* jornalístico de resistência da imprensa alternativa na ditadura militar brasileira, com base nos depoimentos dos seis agentes, pode ser analisado sob a ótica de quatro categorias de análise: 1) Sentimento de insuficiência com a imprensa convencional; 2) Disposição contestatória; 3) Oposição à estrutura organizacional tradicional; 4) Estratégias comunicacionais. O *ethos* jornalístico de resistência, portanto, trata-se de um conjunto de disposições, de práticas e de representações dos jornalistas que atuaram na ditadura militar brasileira com objetivo de manter a autonomia de seu campo e evitar aparelhamento dos diferentes universos sociais por práticas e discursos autoritários.

Palavras-chave: Campo jornalístico. Ethos. Imprensa Alternativa. Ditadura Militar Brasileira. Resistir é Preciso.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the testimonies of the journalists interviewed in the *Resistir é Preciso* project. In this sense, the research interprets the dispositions, values and representations of these agents from the perspective of a journalistic *ethos* of resistance in opposition to the dominant positions in the journalistic field. The analytical corpus consists of six testimonies - from Bernardo Kucinski, Elmar Bones, Maria Rita Kehl, Omar de Barros Filho, Raimundo Pereira and Ziraldo – provided for the production of the teledocumentary of the project, exhibited in ten episodes on *TV Brasil*. The criteria for choosing the professionals in question is the prominence of these agents in relation to their performance in the main alternative newspapers of the dictatorial period (KUCINSKI, 2018). Conducted by the Vladimir Herzog Institute, *Resistir é Preciso* is a broad and multifaceted project to reconstruct memory about the Brazilian military dictatorship. The interviews used for the purpose of carrying out this work were granted in full by the Vladimir Herzog Institute. From a structural point of view, the work starts from the methodological instances instituted by Lopes (1997) for the construction of scientific research in Communication. In an epistemic-theoretical perspective, the research uses two subdivisions: 1) the conceptual keys derived from Pierre Bourdieu's Theory of Practice, as well as from his commentators and authors in the field of Social Communication who carry out interlocutions with the Bourdieusian theory; 2) the discussion of a historiographical character that analyzes the social space that structured the objective conditions for the agents of the alternative press during the dictatorship period. From a methodical-technical point of view, in interlocution with the previous instances, the work will draw on Bourdieusian thinking, based on the relational tools provided by the author, and a description of the main reports of the statements that relate to the problem of this research is carried out. understand the individual dispositions of these agents, their capital configurations and the strategies used. Then, with the analysis of individual character, a comparison will be made between the ethos of different agents to map their objective relationships as a group to observe the operationalization of a resistance journalistic ethos. What is intended is to understand the position of these agents in the journalistic field in a broader way from the analysis of their relationships as a group from the understanding of their common practices and experiences. As a result, it appears that the journalistic ethos of resistance of the alternative press in the Brazilian military dictatorship based on the testimonies of the six agents whose testimonies were studied can be analyzed from the perspective of four analysis categories: 1) Feeling of insufficiency with the press conventional; 2) Contestatory provision; 3) Opposition to the traditional organizational structure; 4) Communication strategies. The journalistic ethos of resistance, therefore, is ultimately a set of provisions, practices and representations of journalists who worked in the Brazilian military dictatorship in order to maintain the autonomy of their field and avoid equipping different social universes through an authoritarian speech.

Key-words: Journalistic Field. Ethos. Alternative Press. Brazilian Military Dictatorship. *Resistir é Preciso*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Layout do site do projeto <i>Resistir é Preciso</i>	35
Figura 2 – Aba dos projetos secundários produzidos	36
Figura 3 – Segunda seção do site contextualiza movimentos da(s) imprensa(s) alternativa(s) e os categorizam	38
Figura 4 – Recurso interativo do site permite contextualização histórica do período ditatorial	39
Figura 5 – Possibilidade interativa do site para possíveis sujeitos que viveram a ditadura e queiram relatar suas histórias	40
Figura 6 – Possibilidade interativa para indivíduos interessados no <i>Projeto</i>	41
Figura 7 – Depoimentos dos diferentes agentes dispostos no layout do site	42
Figura 8 – Plataforma onde os depoimentos analisados se inserem na íntegra	43
Figura 9 – Representação gráfica do espaço social no qual a imprensa alternativa se inseriu no período	107
Figura 10 – Raimundo Pereira, em entrevista a Ricardo Carvalho, discute capa do jornal <i>Opinião</i> sobre o general ditador Ernesto Geisel	110
Figura 11 – Enquanto segura a primeira edição do <i>Em Tempo</i> , Bernardo Kucisnki relata processo de formação do jornal.....	127
Figura 12 – Maria Rita Kehl relembra do “Racha no Poder” ocorrido no entre a ala militar	151
Figura 13 – Ziraldo relembra as experiências da redação d’ <i>O Pasquim</i> – periódico que possuía uma esquema organizacional diferentes de outros veículos componentes da imprensa alternativa	168
Figura 14 – Omar Matico discute a virada política que fez o <i>Versus</i> se engajar mais nos assuntos políticos em suas pautas.....	182

Figura 15 – O jornalista gaúcho Elmar Bones discorre sobre o modelo cooperativo inédito até o momento que o <i>Coorjornal</i> representava	198
Figura 16 – Representação gráfica do espaço social no qual a imprensa alternativa se inseriu no período	107
Figura 17 – Esquema gráfico interpretativo-categórico que visa explicar o espaço social em relação à imprensa alternativa.	214

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Componentes paradigmáticos do modelo metodológico.....	25
Quadro 2 – Depoimentos da categoria política	30
Quadro 3 – Depoimentos da categoria jornalístico-existencial	30
Quadro 4 – Características dos modelos de imprensa convencional e alternativa.....	98
Quadro 5 – Depoimento de Raimundo Pereira	110
Quadro 6 – Depoimento de Bernardo Kucinski	127
Quadro 7 – Depoimento de Maria Rita Kehl	151
Quadro 8 – Depoimento de Ziraldo	168
Quadro 9 – Depoimento de Omar Matico	182
Quadro 10 – Depoimento de Elmar Bones	198
Quadro 11 – Estratégias de resistência dos jornalistas evidenciadas na análise	213

Os intelectuais brasileiros precisam, urgente e inadiavelmente, mostrar um pouco mais de coragem e de vergonha. Se os intelectuais não se dispuserem a lutar agora— talvez muito em breve não tenham mais o que defender.

(Carlos Heitor Cony).

Se os jornais são um instrumento da desordem, são também um instrumento da ordem. Precisamente pessoas como o sr. Wirr demonstram, com sua insatisfação, o valor dos jornais. O sr. Wirr diz que se preocupa com a insignificância atual dos jornais, mas na realidade preocupa-se com o seu valor futuro.

O sr. Wirr considerava o ser humano sublime e os jornais incorrigíveis, enquanto o sr. Keuner considerava o ser humano mesquinho e os jornais corrigíveis. “Tudo pode se tornar melhor”, dizia o sr. Keuner, “menos o homem”.

(Sr. Keuner, personagem de Eugen Bertholt Friedrich Bretch).

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

(Walter Benjamin em Teses sobre o conceito de História).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – Fundamentos metodológico-estruturais	23
1.1 Instâncias metodológicas, construção do objeto e justificativa	23
1.2 O <i>Instituto Vladimir Herzog</i>	33
1.3 O projeto <i>Resistir é Preciso</i>	35
 CAPÍTULO 2 – Fundamentos teórico-conceituais: a Teoria da Prática	 44
2.1 Habitus, campo e capital	49
2.1.1 Campo	50
2.1.2 Habitus e seus desdobramentos: <i>ethos</i> , <i>eidos</i> e <i>hexis</i>	51
2.1.3 Capital	54
2.2 Aproximações entre Pierre Bourdieu, Comunicação Social e Jornalismo	57
2.2.1 Bourdieu e o Campo da Comunicação Social	57
2.2.2 Bourdieu e o Jornalismo	60
 CAPÍTULO 3 – Fundamentos histórico-contextuais: a ditadura militar, a resistência cultural, os jornais e os jornalistas.....	 64
3.1 A noite que durou 21 anos: o golpe civil-militar e a ditadura militar brasileira.....	66
3.2 Algumas considerações sobre censura, repressão e vigilância	80
3.3 Mas afinal, resistir é preciso? Apontamentos sobre o conceito de resistência na ditadura militar	86
3.4 O fenômeno da imprensa alternativa	93
 CAPÍTULO 4 – Fundamentos empírico-analíticos: os depoimentos dos agentes em <i>Resistir é Preciso</i>	 106
4.1 Os jornais políticos	110
4.1.1 Jornal contra o capital: Raimundo Pereira e o jornalismo socialista	110
4.1.2 Entre-campos: a experiência de Bernardo Kucinski	127

4.1.3 A imprensa alternativa enquanto formadora de uma agente: Maria Rita Kehl e a novidade da imprensa alternativa	151
4.2 Os periódicos jornalístico-existenciais	168
4.2.1 Todo ditador odeia humor: Ziraldo e a patota d’ <i>O Pasquim</i>	168
4.2.2 As veias abertas da imprensa alternativa: a utopia de Omar Matico	182
4.2.3 A resistência pela estrutura organizacional: Elmar Bones e o <i>Coojornal</i> ..	198
4.3 Inferências dos depoimentos	207
4.3.1 Sentimento de insuficiência em relação à imprensa convencional	208
4.3.2 Disposição contestatória	209
4.3.3 Oposição à estrutura organizacional tradicional	211
4.3.4 Estratégias comunicacionais: “como um jornal pode ser crítico em uma ditadura?”	212
4.4 Inferências sobre um <i>ethos</i> de resistência jornalística	214
CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS	217
REFERÊNCIAS	224
APÊNDICE	232
ANEXO	234

INTRODUÇÃO

I

Acredito que é chegada a hora de os intelectuais tomarem posição em face do regime opressor que se instalou no país. Digo isso como um alerta e um estímulo aos que têm sobre os ombros a responsabilidade de serem a consciência da realidade. E se, diante de tantos crimes contra a pessoa humana e contra a cultura, os intelectuais brasileiros não moverem um dedo, estarão simplesmente abdicando de sua responsabilidade, estarão traindo o seu papel social e estarão dando uma demonstração internacional de mediocridade moral.

(“A Hora dos Intelectuais”, trecho da crônica de Carlos Heitor Cony).

A sociedade, de forma ampla, subjaz estruturada a partir do tensionamento simbólico e material entre diferentes grupos na disputa pela visão de mundo que é considerada legítima. Luta, esta, para definir como irá se desencadear o jogo social, quais são as suas regras e quem as estabelece. Embora este modelo de pensamento esteja posicionado de maneira abstrata, o período da ditadura militar brasileira se mostra interessante para exemplificá-lo. Após o golpe civil-militar que o Brasil sofreu em 1964, uma série de arbitrariedades começaram a se estabelecer no regime ditatorial – professores universitários foram aposentados compulsoriamente, políticos de oposição tiveram seus direitos cassados e sujeitos que ousaram questionar as novas regras do jogo foram presos e até mesmo mortos (FICO, 2015; NAPOLITANO, 2018).

Em sintonia com a conjuntura política autoritária que se instaurou no Brasil à época, o escritor e jornalista Carlos Heitor Cony publicou em sua coluna no jornal *Correio da Manhã*, no dia 23 de abril de 1964, – quase um mês após o golpe de Estado – o artigo *A Hora dos Intelectuais*, cujo trecho foi emprestado acima como epígrafe, com o objetivo de questionar e estimular os intelectuais brasileiros a resistirem aos atos antidemocráticos praticados pelo recém instaurado regime – o qual se tornaria uma ditadura de 21 anos. Uma disputa simbólica de valores e de projeto de sociedade se encolerizava.

Intelectuais de diversas áreas passaram a realizar oposição à ditadura, na esfera cultural e artística¹, frequentemente sustentados em ideais e tradições de esquerda. Ser intelectual

¹ Não se desconsidera aqui o peso da guerrilha armada no enfrentamento ao regime, todavia se enfoca a resistência no plano simbólico, que tinha por objetivo deslegitimar o projeto da ditadura.

de esquerda “definia a essência do ethos oposicionista ao regime militar” (NAPOLITANO, 2018, p. 2015) – malgrado que, dentro desta aparente homogeneidade ideológica presente no espectro, havia uma série de posições políticas diversas, sendo que o que as unia era a oposição à ditadura. Desde escritores com ideais liberais, como Cony e Alceu Amoroso Lima, até pensadores filiados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), como Nelson Werneck Sodré, se articularam na produção intelectual-simbólica no que tange à realização de crítica ao regime e às suas violações à democracia e aos direitos humanos.

Nesse plano de resistência cultural, por conseguinte, uma fração dos jornalistas foi responsável, dentre a miscelânea de intelectuais em diferentes áreas intelectuais e profissionais, por realizar oposição ferrenha ao regime. Uma grande oferta de jornais alternativos passou a compor e a inteirar os debates que escapavam à imprensa tradicional alinhada ao Governo, ao formar um palco de realização sociopolítica, assim como um espaço público reflexivo e contra-hegemônico (KUCINSKI, 2018). Bernardo Kucinski (2018, p. 23) afirma que nem mesmo o poder político instaurado foi capaz de explicar a complexidade do fenômeno:

A ditadura, entretanto, não foi a única razão de ser da imprensa alternativa. Apesar de sua presença ter sido ainda mais intensa no imaginário dos intelectuais, jornalistas e ativistas políticos do que já era nos âmbitos das relações de produção, o imaginário da imprensa alternativa não se constituía apenas dessa presença. Nem a ditadura podia sozinha explicar a riqueza do fenômeno alternativo, a diversidade de suas manifestações ou a tentativa, conforme Ana Maria Nethol, de criar todo *um modelo ético-político*, com formas e estratégias próprias, que se confrontaria com o sistema dominante muito mais no campo permanente da tentativa de construção de uma contra-hegemonia ideológica do que no campo conjuntural da resistência à ditadura.

O golpe civil-militar efetivou-se no dia 31 de março de 1964, momento no qual os militares brasileiros, juntamente a frações da sociedade civil, se uniram para desestabilizar e derrubar o presidente eleito João Goulart. O Chefe de Estado, após uma conturbada posse, prometia uma série de reformas sociais, econômicas e políticas que tinham por objetivo atenuar as contradições e desigualdades da sociedade brasileira. Todavia, Jango era visto pelos militares e pelas elites como “amigo dos comunistas, incompetente em questões administrativas, irresponsável como homem político que incrementava a subversão (...)” (NAPOLITANO, 2018, p. 8) e a esquerda não conseguira conter a conjuntura política que culminou em sua queda – conjuntura esta, com intenções de golpe, em articulação desde a época do Governo de Getúlio

Vargas (1950-1954), sendo uma das circunstâncias da crise política que acarreta no suicídio deste Presidente, em 1954. É dentro de tal cenário econômico, político e cultural – contexto que, embora articulado como processo histórico, ainda ecoa nas discussões e nas representações coletivas contemporâneas – que este trabalho se insere.

Esta dissertação tem por objetivo realizar uma análise dos depoimentos dos jornalistas entrevistados no projeto *Resistir é Preciso*. O corpus analítico é composto por seis depoimentos – advindos de Bernardo Kucinski, Elmar Bones, Maria Rita Kehl, Omar de Barros Filho, Raimundo Pereira e Ziraldo – fornecidos para a produção do teledocumentário homônimo ao projeto, exibido em dez episódios na TV Brasil. *Resistir é Preciso* é o título de um projeto com a intenção de recuperar a história da resistência cultural e política contra a ditadura militar brasileira. Em sua totalidade, se divide em cinco projetos complementares, sendo a internet sua principal plataforma de divulgação. No site <https://resistirepreciso.org.br/> estão organizadas as principais informações. No endereço, consta uma aba com cinco seções. Intitulada “Protagonistas Desta História”², a seção inicial possui depoimentos e uma pequena biografia dos sessenta jornalistas, intelectuais e militantes políticos que atuaram no campo jornalístico no combate à ditadura-militar. O estudo será realizado a partir desses depoimentos. As entrevistas utilizadas para fins de realização deste trabalho foram concedidas na íntegra pelo *Instituto Vladimir Herzog*. São, ao total, 38 entrevistas que variam em tempo de duração entre duas e quatro horas – totalizadas 78’ 24’’ 16’’ no geral, cerca de 78 horas ou três dias. Os critérios para a escolha dos profissionais em questão se trata da proeminência desses agentes em relação à atuação nos principais jornais alternativos do período ditatorial (KUCINSKI, 2018).

Nesse sentido, a pesquisa interpreta as disposições, valores e representações desses agentes sob a ótica de um *ethos* jornalístico de resistência em contraposição às posições dominantes do campo jornalístico. De forma sucinta, a concepção de *ethos*³ pode ser entendida como um conjunto de disposições, valorações e percepções que os agentes possuem de si, como também do mundo social. Compreende-se que o *ethos* é uma dimensão do *habitus*⁴, que contém a

² <https://resistirepreciso.org.br/protagonistas-dessa-historia/#this>. Acesso em 3 de mar. 2020.

³ Nesse sentido, a dissertação opera com concepção bourdieusiana de *ethos*.

⁴ A discussão teórica sobre as dimensões do *habitus* será realizada no Capítulo 2. Por questões metodológicas, e até mesmo lógicas, este trabalho não irá se debruçar sobre o conceito de *habitus* em sua totalidade, tendo em consideração que se trata de uma concepção complexa, que exige rigor metodológico. A ideia de *ethos* enquanto disposições e valores de um grupo de agentes, que orienta suas auto-representações sua visão sobre o mundo social, se mostra mais pertinente enquanto chave-explicativa para o objeto em questão – como também se coloca como alternativa possível para uma dissertação de mestrado.

auto-imagem dos agentes e orienta as suas representações, como também as regularidades de suas práticas.

A ideia de resistência utilizada como ponto de partida no trabalho deriva de Kehl *et al.* (2014, p. 342). Para os autores, resistir se estabelece como a mobilização da sociedade – ou de determinados grupos que a constituem – de maneira orquestrada em torno de três pontos fulcrais: “a defesa e o exercício dos direitos; o enfrentamento da violência e do poder arbitrário; a retirada do consentimento ao governo ditatorial”. O conceito estabelecido parte do princípio de que, para uma ditadura se manter no poder, há necessidade de disputar o consentimento e a obediência de uma parte considerável da população. Na definição evidenciada pelos autores, se acrescenta que a esfera da resistência vem imbricada de algum projeto de sociedade – este dependendo do grupo que faz oposição.

No que tange à imprensa *alternativa* no Brasil, a pesquisa trabalha com a definição apresentada pelos autores Maria Aparecida de Aquino (1999), Cicilia Peruzzo (2006) e Bernardo Kucinski (2018). Se entende imprensa alternativa como o modelo de imprensa que é alternativo à imprensa convencional – esta de caráter liberal-empresarial – e de oposição crítica ao regime, como sintetiza Kucinski (2018, p. 11) em sua definição:

(...) algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de uma única saída para uma situação difícil; e, finalmente, o desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970 de protagonizar as transformações sociais que pregavam.

Entre os anos de 1964, período no qual ocorreu o golpe civil-militar, e 1980⁵, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tiveram como característica compartilhada realizar oposição rigorosa à ditadura militar⁶. O que diferenciava a imprensa alternativa do

⁵ Bernardo Kucinski (2018) afirma que a ditadura militar no Brasil ocorreu entre 1964 e 1980, nesse sentido entende-se que o contexto pelo qual o autor se debruça é o período de repressão e censura existente no regime, que em sua forma institucionalizada se mantém de 1968, com a decretação do AI-5, até o ano de 1979, em sua revogação. Nesta pesquisa, com base em Marcos Napolitano (2018) e Carlos Fico (2014; 2015), parte-se do princípio de que a ditadura militar se manteve até o ano de 1985.

⁶ Embora o golpe tenha sido de cunho militar, a derrubada de João Goulart foi apoiada por setores da sociedade civil brasileira, como a imprensa, a Igreja Católica e amplas frações da classe média urbana. Nesse sentido, esta dissertação compartilha da visão do historiador Carlos Fico (2014) de que, destarte o golpe de Estado tenha sido uma articulação civil-militar, a ditadura que se seguiu nos 21 anos posteriores foi comandada somente pelos militares. Por conseguinte, ao se referir ao golpe de Estado ocorrido em 1964, será utilizada a expressão “golpe civil-militar”. Em relação à ditadura ulteriormente instaurada, apenas “ditadura militar”.

aparelhamento da imprensa convencional⁷ eram os debates relacionados à restauração do processo democrático, a ênfase na importância dos direitos humanos e a crítica ao modelo econômico adotado pelo regime (KUCINSKI, 2018), isto é, o processo modernização do capitalismo brasileiro sob um viés conservador e autoritário⁸.

Portanto, ideia de *ethos* de resistência jornalística, da qual se parte do princípio nesta pesquisa, se sintetiza como a oposição, no plano simbólico político-cultural, que jornalistas, intelectuais e ativistas realizaram com o suporte da imprensa alternativa⁹, baseada em esquemas de percepção e valores que tais profissionais¹⁰ possuíam de si mesmos, da ditadura militar em uma disputa pelos projetos de sociedade que buscavam.

É importante ressaltar que a pesquisa compreende a complexidade do fenômeno da resistência dos jornais à ditadura, suas contradições e diálogos com o regime. Não se parte aqui de uma concepção ingênua e romântica de jornalistas enquanto heróis resistindo a uma ditadura em um sentido meramente maniqueísta – como se a ditadura militar fosse um bloco monolítico de repressão e poder político. Fato este que de forma alguma descarta o papel fundamental que os jornalistas tiveram com a imprensa alternativa, como também as arbitrariedades e crimes causados pelo regime. Esta discussão será realizada de maneira mais detalhada nos tópicos 3.2, 3.3 e 3.4 do Capítulo 3, nos quais se discute a complexidade do período.

II

Em um vértice teórico-metodológico, o estudo busca as chaves conceituais oriundas da *Teoria da Prática* de Pierre Bourdieu, assim como de seus comentadores e autores do campo da Comunicação Social que realizam interlocuções com a teoria bourdieusiana passíveis de articulação com o objeto em discussão. Em um segundo momento, a pesquisa pretende contextualizar sob o ponto de vista historiográfico o espaço social e conjuntural que se estruturou

⁷ Define-se imprensa convencional como os jornais se valem do liberalismo tanto em sua organização econômica quando em sua maneira de fazer jornalismo. A concepção é detalhada mais evidentemente no Capítulo 3.

⁸ Para ver a discussão sobre o capitalismo brasileiro no período ditatorial, ver: Cardoso e Novais (1998).

⁹ A plataforma de comunicação utilizada pela resistência à ditadura devido ao contexto histórico em questão é o jornal impresso. Todavia, ocorreram outras formas de resistência ao regime inclusive na mídia hegemônica. Ver: “A primavera nos dentes: a vida cultural sob o AI-5” (NAPOLITANO, 2018).

¹⁰ Há compreensão de que há diferentes frações de jornalistas, diferenciados por classe, gênero, idade, orientação sexual e raça; todavia se compreende aqui que há um compartilhamento de percepções e disposições no que tange à

no período da ditadura militar brasileira de maneira mais ampla, como também discutir o plano da resistência cultural e da censura na qual os jornais alternativos se inserem. Para a discussão dos agentes fazer sentido, faz-se necessário situá-los no contexto sócio-histórico.

Para explicar a relevância do pensamento de Pierre Bourdieu e a razão da escolha de seu edifício teórico como opção teórico-metodológica, é preciso esclarecer dois pontos: 1) a importância de sua sociologia como contribuição para as ciências sociais e humanas de maneira mais ampla; 2) o fato de as concepções de habitus, de campo e de capital serem enfaticamente utilizadas para a compreensão das estruturas da sociedade e das projeções das relações simbólicas de poder e de tensionamentos entre diferentes espaços sociais – político, econômico, jornalístico, intelectual, artístico, entre outros.

Nesse contexto, a obra de Bourdieu tem proporcionado uma nova interpretação sobre a articulação entre a cultura e as relações sociais. Martins (2004) defende que Bourdieu gerou uma verdadeira escola de pensamento devido à sua influência no campo das ciências sociais; isto é, as ideias bourdieusianas proporcionaram o que Miceli (2003) chama de uma renovação dos estudos em cultura contemporânea. Um fator decisivo para o pensamento de Bourdieu ser tão discutido e utilizado no meio acadêmico se deve ao fato de o autor realizar críticas às teorias deterministas de compreensão da realidade, como as vertentes do estruturalismo que consideram o agente um epifenômeno da estrutura (BOURDIEU, 2009). Para o sociólogo, a noção de habitus serve como “recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo” (BOURDIEU, 2009, p. 60).

Na vertente dos meios de comunicação de massa, o próprio Pierre Bourdieu realizou uma análise sobre o funcionamento da mídia em seu ensaio *Sobre a Televisão* (1997). No livro, o sociólogo discute o poder simbólico da televisão e como este influencia o campo jornalístico francês, além de contribuir com apontamentos sobre as principais características deste campo a partir de sua atração ou repulsa com outros campos sociais – como o literário, o econômico e o jornalístico.

Estruturalmente, a dissertação se organiza a partir do modelo elaborado por Maria Immacolata Vassalo Lopes (1997), segundo o qual a pesquisa científica em Comunicação deve

ser construída a partir de instâncias metodológicas que se complementam e se interrelacionam. Nesse sentido, a autora parte do princípio de que toda pesquisa se ancora, explícita ou implicitamente, nas seguintes instâncias: epistemológica, teórica, metódica e técnica. Os procedimentos metodológicos utilizados, por esse ângulo, serão mais bem explicitados no primeiro capítulo deste trabalho.

III

Sistematicamente, o trabalho irá se organizar em quatro capítulos. O primeiro tem por objetivo geral discutir os elementos metodológicos que irão estruturar a pesquisa. Não se parte aqui de uma concepção dicotômica e ingênua da separação entre teórica e prática, pois se entende que as duas instâncias devem caminhar de maneira dialética para a construção de um discurso científico rigoroso, calcado na vigilância epistemológica (LOPES, 1997; BOURDIEU, 2009). Em um primeiro momento, serão explicadas as instancias metodológicas propostas por Lopes (1997) responsáveis por uma organização estrutural na qual as partes da pesquisa se interconectam verticalmente e compõem, assim, uma totalidade rigorosa. Serão explicitados elementos de construção da pesquisa, aspectos metódicos e a justificativa. Também serão evidenciados os procedimentos adotados para a análise dos depoimentos a partir de um viés bourdieusiano.

O segundo capítulo realiza uma discussão relacionada aos aspectos fundamentais da *Teoria da Prática* de Pierre Bourdieu com a intenção de viabilizar a operacionalização no plano empírico de seus conceitos nas falas dos agentes entrevistados. Para a realização deste objetivo irá se efetuar uma revisão bibliográfica com o intuito de mapear a sua *epistemologia praxiológica*, e sua tripartite conceitual – as ideias de campo, habitus¹¹ e capital. Para tanto, além da leitura dos textos de Bourdieu, também se utiliza das produções intelectuais de comentadores e interlocutores do sociólogo francês, sendo os mais destacados Miceli (2003), Valle (2007), Peters (2009), Wacquant (2007) e Grenfell (2018). Na sequência, busca-se realizar uma discussão sobre a preocupação teórico-conceitual de Bourdieu com o campo do jornalismo francês elaborada no livro *Sobre a Televisão* (1997). Em um último momento, o capítulo procura trazer o debate teórico-conceitual com o campo da comunicação social no Brasil a partir da interlocução proposta por Barros Filho e Martino (2003), Ferreira (2005), Silva (2013), Lago (2015), Carvalho

¹¹ Os conceitos componentes do habitus – *ethos*, *hexis* e *eidos* – aparecem na discussão sobre a concepção teórica de habitus no Capítulo 2.

(2017) e Oliveira e Martins (2018) – tendo em consideração que se mostra necessário colocar em discussão as produções bourdieusianas realizadas no campo comunicacional.

Com o objetivo de fornecer sentido histórico aos depoimentos dos agentes entrevistados, o terceiro capítulo visa realizar uma contextualização do período ditatorial militar no país (1964-1985). Nessa sequência, subdivide-se em quatro tópicos: O primeiro visa abordar o panorama histórico que resultou em um golpe de Estado em 1964. O segundo, em consequência, projeta discutir os aparatos e os períodos de repressão da ditadura. O terceiro pretende discutir o plano da resistência cultural que se estabeleceu ao regime nos anos da ditadura, sua definição e suas problemáticas. Por fim, a contextualização se focará na imprensa alternativa, seus desdobramentos e tensionamentos. No campo da historiografia, a partir as obras de Fico (2014; 2015), Reis Filho (2014) e Napolitano (2015; 2018), apresenta-se os subsídios históricos para compreender o período em questão – com proeminência para Marcos Napolitano, que se debruça amplamente sobre o plano cultural de resistência organizado no período. Na vertente de estudos sobre imprensa, por seu turno, vale-se do trabalho de Caparelli (1988), Aquino (1999), Peruzzo (2006), Lago e Romancini (2007) e Kucinski (2018), autores que se debruçam sobre os jornais, os jornalistas e o quadro da imprensa alternativa propriamente estabelecidos na ditadura militar brasileira.

O último capítulo, voltado à análise empírica, isto é, às instâncias metódica e técnica da pesquisa (LOPES, 1997), tem por objetivo realizar a aplicabilidade teórico-metodológica do modelo categórico-interpretativo¹² proposto com a finalidade de compreender a complexidade do *ethos* do jornalismo de resistência. No desenvolvimento da análise, as falas dos agentes, imagens e representações das entrevistas são decupadas e são elaboradas categorias com os principais temas debatidos e que compõem o *corpus* da pesquisa. Logo então, organiza-se os assuntos abordados pelos agentes na intenção de realizar inferências qualitativas sobre o compartilhamento simbólico de valores.

¹² Ver: Capítulo 4.

CAPÍTULO 1 – Fundamentos metodológico-estruturais

Este capítulo tem por objetivo geral apresentar os procedimentos metodológicos responsáveis por fomentar a construção desta pesquisa. Do ponto de vista estrutural, irá se valer do modelo de pesquisa em Comunicação concebido por Maria Immacolata Vassalo de Lopes (1997) a partir da articulação das quatro instâncias destacadas pela autora: epistemológica, teórica, metódica e técnica. Importante ressaltar que a proposição do modelo de comunicação de Lopes (1997) estará em diálogo com o aparato teórico-operacional bourdieusiano. Em um primeiro momento, será abordado o itinerário da pesquisa com o objetivo de explicitar os procedimentos metodológicos, em seu sentido mais amplo, que serão estruturantes na dissertação. Tem-se consciência de que os aspectos metodológicos e os aspectos teóricos não são instâncias separadas e devem atuar de maneira conjunta de acordo com a mobilização do objeto em questão. Opta-se, todavia, pela separação em capítulos como uma ordenação de caráter formal, destarte se tratam de instancias imbricadas. Logo, então, será esboçada a construção do objeto, seus aspectos metódicos e sua justificativa. Por fim, o capítulo irá contextualizar o *Instituto Vladimir Herzog* e o projeto *Resistir é Preciso* que disponibilizou o material empírico para análise. Os tópicos evidenciados mostram-se importantes para se compreender a estruturação da pesquisa, como também para contextualizar o objeto.

1.1 Instâncias metodológicas, construção do objeto e justificativa

Lopes (1997) propõe um modelo metodológico para que a pesquisa científica em Comunicação seja construída a partir de instâncias. A autora parte do princípio de que toda pesquisa se engaja, explícita ou implicitamente, nas seguintes estâncias: epistemológica, teórica, metódica e técnica. No modelo, os grandes eixos da pesquisa se ligam verticalmente e constroem um todo coerente e rigorosamente científico. Em cada instância há fases ou operações metodológicas em que se constrói e se reconstrói a investigação científica. Lopes (1997) justifica a pertinência de seu modelo metodológico como uma forma de realizar a produção de estudos comunicacionais de maneira dinâmica, articulada e não reducionista da complexidade dos objetos de análise:

Essa concepção metodológica de pesquisa como campo articulado em diferentes instâncias e fases evita:

- 1) uma discussão formal e abstrata das questões epistemológicas, teóricas, metódicas e técnicas, ou seja, fora da prática concreta da pesquisa e
- 2) uma visão linear da pesquisa, responsável pela redução desta a um processo estandarizado e automático de operações. (LOPES, 1997, p. 85).

Ademais, enfatiza a autora:

Nossa concepção metodológica promove a pesquisa como dinâmica múltipla de instâncias e fases que se interpenetram dialeticamente. Portanto, é uma concepção simultaneamente topológica e cronológica da pesquisa que está na base do modelo metodológico que visamos formular. (LOPES, 1997, p. 85).

No que tange especificamente às instâncias, a pesquisadora as divide:

- a) *A instância epistemológica* está ligada com a vigilância epistemológica do pesquisador em todas as outras instâncias, de forma constante. Nesse sentido, se relaciona aos paradigmas mais amplos das Ciências Sociais que serão operacionalizados nas fases operativas de ruptura e de construção do objeto de estudo. Esta instância se realiza no controle das definições da problemática e da revisão conceitual e teórica que nos permite uma aproximação com o objeto de pesquisa. Destaca-se que um objeto não se encontra dado e fechado pela realidade social, mas é uma elaboração dialética de operações indutivas e dedutivas, em um diálogo constante entre empiria e teoria. Essa instância se manifesta em toda a pesquisa e implica a constante revisão e controle do pesquisador.
- b) *A instância teórica* “é o lugar da formulação sistemática das hipóteses e dos conceitos, da definição da problemática e da proposição de regras de interpretação” (LOPES, 1997, p.123). A instância epistemológica se articula como o arcabouço mais amplo sobre o qual a instância teórica se baseia com o intuito de melhor evidenciar as relações entre os dados e propor hipóteses de trabalho. Portanto, a teoria é concebida “em função da pesquisa, na direção da experiência do real na qual ela confronta os fatos que ela própria suscitou em seu sistema de hipóteses” (LOPES, 1997, p. 107). A fase operativa da instância teórica se consolida na formulação do objeto e em sua explicitação conceitual. Estes dois momentos se objetificam na elevação do objeto real (materialidade do fenômeno comunicacional) em objeto científico – e passa a inteirar uma consistência semântica, como um corpo de conceitos articulados logicamente que irão permitir a elaboração operacional entre teoria, hipóteses e dados do real.

- c) A *instância metódica* diz respeito à enunciação das regras de estruturação do objeto científico. Trata-se da objetivação da problemática em um quadro de análise a partir da definição de estilo argumentativo. Esta instância está ligada tanto à forma da exposição enquanto rigor e coerência interna do discurso científico quanto à sistematização que “dos conceitos, proposições, teses etc”. (LOPES, 1997, p. 110).
- d) A *instância técnica* é formada a pela articulação entre dados e objetos empíricos. Nesta instância, as operações metodológicas constituem a observação, a seleção e a operacionalização dos dados – operações estas que estão sempre relacionadas às perspectivas teóricas adotadas. Na ampla concepção metodológica elaborada por Lopes (1997), as instâncias não são estanques e autônomas, todavia se interlocucionam de modo interdependente, devem ser pensadas e repensadas durante todo o desenvolvimento da pesquisa com o objetivo de manter o rigor científico. As diferentes instâncias se sucedem lógica e cronologicamente, porém não se encerram em si mesmas. O retorno lógico para refinamento e controle da coerência deve ser exaustivamente empregado durante as etapas do estudo.

Quadro 1 – Componentes paradigmáticos do modelo metodológico

COMPONENTES PARADIGMÁTICOS DO DISCURSO METODOLÓGICO	
Instâncias metodológicas	Operações metodológicas
(A)Epistemológica (vigilância epistemológica)	1) Ruptura epistemológica 2) Construção do objeto científico
(B)Teórica (quadros de referência)	3) Formulação teórica do objeto 4) Explicitação conceitual
(C)Metódica (quadros de análise)	5) Exposição 6) Causação
(D)Técnica (construção dos dados)	7) Observação 8) Seleção

	9) Operacionalização
--	----------------------

(Fonte: LOPES, 1997, p. 104).

Bem como enfatiza a autora, as instâncias possuem caráter de interlocução e se perpassam em todo o trabalho. Nesta dissertação, as *instâncias epistemológica e teórica* são apresentadas neste capítulo, onde se esboça o caráter científico de construção do objeto; bem como no segundo capítulo, no qual o arcabouço teórico-metodológico de Pierre Bourdieu é evidenciado. Complementarmente, o terceiro capítulo, com sua abordagem histórica, também compõe as instâncias em questão. Outrossim, os três capítulos serão imprescindíveis no plano de análise do último capítulo – onde se materializam mais tangivelmente as instâncias metódica e técnica.

Como reitera Lopes (1997), há necessidade de delimitar as escolhas levadas em conta em cada instância metodológica estruturada na pesquisa, fato este que permite ao pesquisador realizar escolhas na sua trajetória, porém sempre evidenciadas a partir de critérios de caráter científico e não-aleatório.

Em relação à escolha do tema em questão, a pesquisa surge a partir do balanço de um estudo anterior de caráter monográfico realizado pelo autor desta dissertação¹³, intitulado “Construção da identidade jornalística pelo documentário: uma análise das representações dos jornalistas em *O Mercado de Notícias*” (PEDRO NETO, 2017), no qual se buscou compreender, a partir de categorias de análise, como os jornalistas entrevistados na produção audiovisual supracitada percebiam a profissão, a imagem que tinham de si mesmos e do mundo social com base nas ideias de *habitus* e de *campo social*. Levadas em conta todas as limitações teóricas, metodológicas e analíticas do trabalho em nível de graduação, cresceu no autor uma inquietude no que se relaciona às estruturas sociais que condicionam as visões de mundo dos agentes jornalistas, as disputas simbólicas sobre as perspectivas de tais profissionais – espécie de “guardiões do monopólio legítimo da verdade” de sua difusão no plano social –, sua busca por legitimidade em suas representações e em sua prática – circunstâncias muitas vezes não alinhadas.

¹³ O pesquisador reconhece que sua autorreferenciação na terceira pessoa do singular pode causar estranheza na leitura, ainda mais em um trabalho de influência bourdieusiana que exige uma objetivação participante, todavia sente-se mais confortável para escrever desta maneira.

Por fim, após um processo de reflexão e de ingresso no Mestrado em Comunicação, se decidiu mudar o objeto empírico para outro documentário, chamado *Resistir é Preciso*¹⁴, que também entrevistava jornalistas, todavia com foco em outro período histórico – a ditadura militar brasileira. Após um período de maturação, um pouco de confusão, alguns erros e certos acertos, o pesquisador conseguiu entender qual era a sua curiosidade em relação à pesquisa científica: os jornalistas. Estes agentes que possuem uma profissão com carga histórica e simbólica muito interessante, interpretam e, também, documentam a realidade – e podem fazê-la a partir de uma prática tecnicista, calcada em métodos e uma forma de pensar que em seu baluarte tem raízes positivistas (MEDINA, 2008); como também podem fazê-la de uma maneira engajada, crítica e mais comprometida com a interpretação da realidade.

Nesse panorama, entram as justificativas do objeto em questão. O primeiro fator pertinente é o caráter profícuo, do ponto de vista empírico, dos depoimentos do projeto *Resistir é Preciso*¹⁵. Na leitura deste trabalho, pode-se pensar por qual razão o autor preferiu utilizar depoimentos gravados do que entrevistar pessoalmente os próprios agentes. A resposta, nesse sentido, advém da riqueza e do acesso inédito, do ponto de vista acadêmico, aos depoimentos do próprio projeto, fornecidos gentilmente pelo *Instituto Vladimir Herzog* para fins desta pesquisa. Como se pode verificar na seção “Apêndice I”, se tratam de 38 entrevistas e 59 depoimentos¹⁶ com distintos agentes proeminentes no caráter de combate jornalístico à ditadura militar – a exemplo de Raimundo Pereira e de Ziraldo, baluartes das duas principais linhas de jornais alternativos categorizadas por Kucinski (2018): os jornalístico-existenciais e os políticos (ver Capítulo 3).

Outro fator relevante remete ao fato de que o estudo dos depoimentos de jornalistas sobre o papel da imprensa alternativa, a partir de uma visão contemporânea, em um período histórico fundamental para compreensão da História do Brasil Contemporâneo (FICO, 2015), se mostra essencial para um entendimento mais amplo do papel do jornalismo enquanto instância de produção simbólica contestatória em um período de autoritarismo. Para Bernardo Kucinski (2018), a imprensa alternativa se constituiu como um espaço de realização sociopolítica e,

¹⁴ Em um primeiro momento a intenção da pesquisa era analisar os dez episódios da série de televisão documental homônima ao projeto. Após se perceber que uma possível análise dos depoimentos em si – tendo em consideração que os relatos fornecidos pela série eram limitados –, se entrou em contato com o Instituto Vladimir Herzog que passou os depoimentos na íntegra.

¹⁵ Os próximos dois tópicos deste capítulo irão contextualizar de maneira mais ampla o Instituto Vladimir Herzog e o projeto *Resistir é Preciso*.

também, como uma esfera pública contra-hegemônica, na qual a própria história da imprensa alternativa e a história das esquerdas brasileiras chegaram a se imbricar em certos períodos. Sendo assim, a discussão sobre o papel que esse modelo de imprensa teve na ditadura militar pode fornecer reflexões sobre a prática e os modos de se fazer jornalismo em um período autoritário, como também ressaltar a importância que tal imprensa – contraposto ao modo de jornalismo liberal-empresarial, complacente ao Estado autoritário (AQUINO, 1999; KUCISNKI, 2018) – que estava inserido em um panorama de resistência cultural mais amplo teve na disputa de deslegitimação simbólica do regime (NAPOLITANO, 2015; KUCINSKI, 2018).

Em uma vertente estrutural, o aspecto histórico-contextual do tema também é relevante. Embora o processo de redemocratização do Brasil tenha ocorrido – evidentemente que como síntese de uma série de lutas anteriores – em 1985, as memórias legítimas sobre o período ainda estão em disputa devido a uma onda de revisionismos históricos impulsionados por grupos de extrema-direita – inclusive incentivados pelo Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que em diversas declarações já se mostrou nostálgico à ditadura¹⁷ – esta responsável, em parte, por 434 mortos e desaparecidos políticos entre 1946 e 1988 de acordo com volume III da Comissão Nacional da Verdade (2014). Tais fatores mostram que a ditadura militar brasileira ainda encontra respaldo nas representações coletivas dos brasileiros e, nesse sentido, ainda se mostra um período histórico concernente para ser estudado, ainda mais tendo em consideração que a sociedade ainda possui dificuldades em lidar com as consequências do fenômeno da violência material e simbólica do período (FICO, 2015).

A escolha do aparato conceitual de Pierre Bourdieu se justifica porque o escopo ferramental do autor possibilita entender o movimento que os agentes analisados realizaram a partir de suas posições objetivas no campo jornalístico, sem reduzi-los às determinações estruturais impostas pelo jornalismo, suas visões e representações hegemônicas, como as ideias de imparcialidade, objetividade e neutralidade – ainda mais tendo em consideração que o modelo de jornalismo proposto pelos agentes no período histórico em questão entrava em disputa com a legitimidade do campo jornalístico marcado pelo modelo convencional de caráter liberal-empresarial. O habitus bourdieusiano não nega que os condicionamentos sociais são responsáveis

¹⁶ Alguns depoimentos foram gravados em conjunto.

¹⁷ O entusiasmo de Jair Bolsonaro com a ditadura militar brasileira nunca foi novidade. Desde sempre o político demonstrou simpatia com o regime autoritário. Em diversos momentos de sua vida política o atual presidente do

por engendrar as práticas e as percepções do indivíduo, porém o conceito também leva em conta a trajetória singular e específica desse mesmo agente na estrutura e “este movimento constitutivo, genético e histórico engendrará possibilidades de adoção de posições e representações limitadas pelo movimento de construção” (LAGO, 2003, p. 62). Os dois polos do habitus (seu caráter estrutural-estruturante) “na posição do sujeito são sincrônicos e dialeticamente relacionados” (LAGO, 2003, p. 62). As estruturas estruturadas, responsáveis por estruturar o sujeito “dentro de uma trajetória singular e específica desse mesmo sujeito” possibilitam um movimento que irá permitir “apreender o mecanismo complexo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade”.

Para realizar a seleção dos depoimentos, utilizou-se as duas categorias evidenciadas por Bernardo Kucinski (2018) no que tange à divisão da imprensa alternativa no período em questão: 1) os periódicos jornalístico-existenciais; e 2) os periódicos de caráter político. Na primeira categoria, o autor evidencia o estudo de cinco jornais: o *Pasquim*, *Bondinho*, *Versus*, *Coojornal* e *Repórter*. Na segunda, em sequência, o pesquisador realiza a análise de três jornais: *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*.

A partir do cruzamento de dados entre a pesquisa bibliográfica (KUCISNKI, 2018) e os agentes entrevistados em *Resistir é Preciso* (ver Apêndice I), optou-se metodologicamente pela seleção de três entrevistados de cada categoria. O critério de seleção, nesse sentido, fundamentado pelas possibilidades do Projeto, se baseou na relevância que os selecionados tiveram nas posições dos jornais escolhidos por ocuparem cargos proeminentes, como editor-chefe, cofundador ou membro com destaque nas disputas internas dos periódicos em crivo.

Por se tratar de um estudo de caráter qualitativo e, também, devido aos limites estruturais e temporais de um trabalho de âmbito dissertativo, o leque de entrevistas se manteve em seis entrevistados em um amplo escopo de participantes. Com exceção de Ziraldo, todos os outros depoimentos, de maneira geral, possuem, em média, entre duas e quatro horas de duração. Entende-se que esses agentes acumulam formas de capital simbólico, cultural e social importantes por terem sido consagrados como jornalistas célebres no período da ditadura na obra de Bernardo Kucinski (2018) e, no âmbito de *Resistir é Preciso*, por Ricardo Carvalho, diretor do projeto, ao escolhê-los como membros proeminentes do período histórico em questão.

Quadro 2 – Depoimentos da categoria política

JORNALISTA	JORNAL	DURAÇÃO DO DEPOIMENTO
Raimundo Pereira	<i>Opinião</i> <i>Movimento</i>	3'39''33'''
Bernardo Kucinski	<i>Opinião</i> <i>Movimento</i> <i>Em Tempo</i>	2'06''59'''
Maria Rita Kehl	<i>Movimento</i> <i>Em Tempo</i>	1'05''

(**Fonte:** elaborado pelo autor com base na categorização dos depoimentos fornecidos pelo *Instituto Vladimir Herzog*).

Quadro 3 – Depoimentos da categoria jornalístico-existencial

JORNALISTA	JORNAL	DURAÇÃO DO DEPOIMENTO
Ziraldo	<i>O Pasquim</i>	38''16'''
Omar de Barros Filho	<i>Versus</i>	1'57''31'''
Elmar Bones	<i>Coojornal</i>	2'58'55'''

(**Fonte:** elaborado pelo autor com base na categorização dos depoimentos fornecidos pelo *Instituto Vladimir Herzog*).

No Capítulo 4 irá se sistematizar os jornalistas de acordo com as suas categorias (jornalística ou política). No início de todo depoimento será disponibilizada uma imagem para identificação do agente assim como um quadro que irá evidenciar: 1) seu nome; 2) os jornais que participou; 3) o período histórico no qual participou desses jornais; 4) a duração do seu depoimento. Nos depoimentos, se analisará as falas a partir de três critérios: 1) o contexto

histórico/proposta editorial do jornal em que o jornalista se insere; 2) a relação com o campo do poder instituído (a censura); 3) a síntese do *ethos* individual.

O que se pretende é uma análise de campo de *pequena escala*. No que tange especificamente às instâncias *metódico-técnicas*, o trabalho irá se valer do pensamento bourdieusiano a partir das ferramentas relacionais fornecidas pelo autor, como também das inferências teórico-conceituais de sua obra. Em um primeiro momento, realizar-se-á uma descrição dos principais relatos dos depoimentos que tangem à problemática desta pesquisa para compreender as disposições individuais desses agentes, suas configurações de capital e as estratégias utilizadas. Logo então, com as análises de caráter individual, irá se conduzir uma comparação entre os *ethos* de diferentes agentes para mapear suas relações objetivas enquanto grupo para se observar a operacionalização de um *ethos* jornalístico de resistência. O que se pretende é entender a posição desses agentes no campo jornalístico de maneira mais ampla com base na análise de suas relações enquanto um grupo a partir da compreensão de suas práticas e experiências comuns.

Michael Grenfell (2018) delimita aspectos metodológico-operacionais para a realização da análise de um campo. Nesse sentido, o autor propõe três etapas analíticas:

- 1) Analisar a posição do campo em relação ao campo do poder.
- 2) Mapear a estrutura objetiva das relações entre as posições ocupadas por agentes que competem pelas formas legítimas de autoridade específica das quais o campo é um local.
- 3) Analisar o habitus dos agentes; os sistemas de disposições que eles adquiriram ao internalizar um tipo determinado de condição social e econômica. (GRENFELL, 2018, p. 286-287).

Para seguir a lógica proposta pelo autor, nesse sentido, os dois seguintes capítulos terão por objetivo fornecer ferramentas para a análise do objeto. O próximo capítulo, como reiterado na Introdução, irá discorrer sobre o aparato teórico bourdieusiano. O capítulo seguinte, por seu turno, abordar os aspectos históricos que possibilitam realizar a relação entre o campo do poder, a estrutura objetiva das relações entre os agentes, com intuito de, por fim, analisar os *ethos* individuais desses jornalistas. Nesse sentido, o que se pretende aqui é realizar, a partir do conceito operacional de *ethos*, uma análise dos valores, das representações e das disposições dos agentes no período histórico em questão. Trata-se apenas de uma primeira etapa que, em futuras oportunidades poderá avançar para outros estágios, como o estudo da construção de um campo

jornalístico que englobe mais amplamente os agentes da imprensa alternativa nas disputas pelas representações legítimas e, também, a análise relacional com o campo do poder. Grenfell (2018) reitera a necessidade de compreensão de que embora cada etapa tenha sua importância, não se pode deixar de ter em consideração que a pesquisa em um viés bourdieusiano visa à mediação entre o particular e o universal:

Entretanto, é preciso enfatizar que apenas dados biográficos não são suficientes. Eles também precisam ser analisados em relação a oposições de campo, estruturas e sua lógica da prática subjacente; e, o que é mais importante, ao *relacionamento* entre o campo e o habitus – não apenas um e/ou outro. Finalmente, essa análise de campo e suas interações individuais com os habitus individuais precisa ser ligada a uma análise posterior das relações entre o campo e sua posição nas estruturas gerais do campo do poder. (GRENFELL, 2018, p. 288-289, grifo do autor).

Após a análise dos *ethos* individuais, se pretende construir um modelo gráfico com intenção de mapear as relações objetivas entre os agentes entrevistados sobre o espaço que a imprensa alternativa ocupou no campo jornalístico com objetivo de entender as dimensões do *ethos* jornalístico de resistência. Esta ênfase de caráter delimitador é importante, pois dada a complexidade do método elaborado por Bourdieu, faz-se pertinente ressaltar que a análise desta dissertação compõe apenas uma etapa de um método complexo e, consequentemente, irá deixar uma série de possibilidades abertas sobre o objeto em discussão que poderão ser preenchidas em futuros trabalhos. Não se irá deixar, nesse sentido, de abordar a posição desses agentes no espaço social de maneira mais ampla.

Em tal contexto, o mapeamento sobre o golpe de Estado dado por diferentes agentes no intuito conservar a ortodoxia do campo político é evidenciado no Capítulo três, que visa discutir os elementos contextuais sobre o ano de 1964 que mudaram a conjuntura nacional. Os militares no poder passaram a regulamentar quais as regras dominantes do mundo social. Nesse jogo, o ambiente político passou a regular a produção simbólica de maneira mais ampla, que na sua intenção de manter a própria legitimidade efetuou resistência com pretensão de deslegitimar a ditadura. Na esfera da resistência cultural, se enquadra a imprensa alternativa que entra em disputa com os valores hegemônicos do campo jornalístico. Para tentar operacionalizar a problemática do objeto, se construirá um modelo de representação gráfica do espaço social do período em questão no Capítulo 4, com intuito de mapear as relações objetivas do período e fornecer um modelo de análise interpretativo-categórico. As instâncias e a construção do objeto

serão evidenciadas ao decorrer da pesquisa e sintetizadas no último capítulo, onde irá se completar a análise propriamente dita.

Por fim, como forma de contextualização, o próximo tópico irá apresentar mais amplamente o *Instituto Vladimir Herzog* e o projeto *Resistir é Preciso*.

1.2 O Instituto Vladimir Herzog

Os depoimentos analisados integram um projeto que passa por uma instância legitimadora justificante de sua relevância: o crivo do *Instituto Vladimir Herzog*, uma das principais organizações atuantes na luta pela memória e pela história do autoritarismo vivenciado na ditadura militar brasileira. Com o objetivo de preservar a representação de luta sistematizada pelo emblema do jornalista Vladimir Herzog, a Instituição sem fins lucrativos, classificada como *Organização da Sociedade Civil de Interesse Público* (OSCIP) pelo Ministério da Justiça, busca discutir os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais no âmbito nacional com base nas consequências que os 21 anos de autoritarismo resultaram para o Brasil. Criado em junho de 2009 por um grupo de colegas e pela família do jornalista¹⁸, o Instituto trabalha ancorado em valores como democracia, direitos humanos e liberdade de expressão¹⁹. Nesse sentido, com uma equipe com mais de 60 membros²⁰, presidida por Clarice Herzog – socióloga e ex-esposa de Herzog –, realiza uma série de projetos no plano político-cultural com objetivo de manter em discussão ideais democráticos, ações²¹ nas áreas de educação, editoração, premiação de profissionais jornalistas e outros produtos culturais²².

Nascido em 27 de junho de 1937, Vlado Hergog²³ foi um jornalista e cineasta iugoslavo radicado no Brasil. Muitas vezes ancorado no plano da memória sobre a ditadura somente pela trágica foto do suposto suicídio – imagem que se tornou um emblema na luta contra a violência estatal institucionalizada na época da ditadura –, o jornalista possui uma trajetória mais ampla a ser lembrada²⁴, fulcral no combate ao que a ditadura representa até os dias atuais. Herzog imigrou quando era criança ao Brasil juntamente aos pais, de origem judaica, que fugiam

¹⁸ Ver: <https://vladimirherzog.org/nossa-historia/>. Acesso em 3 de mar. 2020.

¹⁹ Ver: <https://vladimirherzog.org/o-instituto/>. Acesso em 3 de mar. 2020.

²⁰ Ver: <https://vladimirherzog.org/o-instituto/conselho/>. Acesso em 3 de mar. 2020.

²¹ Ver: <https://vladimirherzog.org/unidades-de-acao/>. Acesso em 3 de mar. 2020.

²² Ver: <https://vladimirherzog.org/unidades-de-acao/>. Acesso em 3 de mar. 2020.

²³ Curiosamente, “Vlado” é compreendido como o apelido de “Vladimir”, porém o nome verdadeiro do jornalista era Vlado.

²⁴ Para detalhes mais amplos sobre a vida do jornalista, ver: Dantas (2012).

da Alemanha nazista na década de 1940. Formado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), o profissional trabalhou em diversos veículos, como *O Estado de S. Paulo*, no serviço brasileiro da BBC no período que morou em Londres (1963-1968), na *Revista Visão* e na *TV Cultura*²⁵. No dia 24 de outubro de 1975, foi convocado para depor no Destacamento de Operações de Informação, setor do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) sobre sua relação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). No dia seguinte, ao comparecer ao local, foi torturado intensamente e, ao não resistir, morreu²⁶. A versão oficial dos militares, para tergiversar da ideia de espancamento até o falecimento, apontou que o jornalista havia se suicidado – período no qual circulou a imagem fraudulenta de seu suicídio.

A morte de Herzog, nesse sentido, se constituiu como um momento-chave na ditadura militar brasileira, pois escancarou o caráter arbitrário do regime. A morte de um jornalista famoso e respeitado, evidentemente por causas decorrentes da tortura, foi “a gota d’água para uma grande manifestação de descontentamento” (NAPOLITANO, 2018, p. 250). A indignação insurgiu uma série de protestos:

A morte de Herzog, contudo, fez reagir uma rede de informação liderada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, que denunciou a farsa do suicídio e aglutinou o movimento de protesto contra a prisão ilegal, a tortura e o assassinato (...) O tiro tinha saído pela culatra. Aproximadamente 30 mil estudantes paralisaram as aulas nas principais universidades paulistas. Começou a se alinhar uma ampla frente de mobilização contra a ditadura, que reunia o MDB, o Sindicato dos Jornalistas, o movimento estudantil, a OAB, a CNBB e a ABI, e que, sem muito planejamento, se estendeu por vários dias e desaguou no culto ecumênico na Catedral da Sé. (SCHWARZ; STARLING, 2018, p. 472).

O culto ecumênico em memória de Herzog, ao reunir cerca de oito mil pessoas, pode ser considerado o marco em que a sociedade civil recuperou seu acesso ao espaço público e a oposição começou a formar alianças para dar combate à ditadura. Tal núcleo aglutinador da oposição se constituía em pautas como o retorno ao Estado de direito e, também, a reivindicação dos direitos de cidadania. No ano de 1978, período de certo desgaste da ditadura a caminho da redemocratização, a Justiça brasileira condenou a União pela prisão, tortura e morte de Herzog. No ano de 1996, a Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos reconheceu oficialmente o seu

²⁵ Ver: <http://memoriasdeditadura.org.br/biografias-da-resistencia/vladimir-herzog/>. Acesso em 3 de mar. 2020.

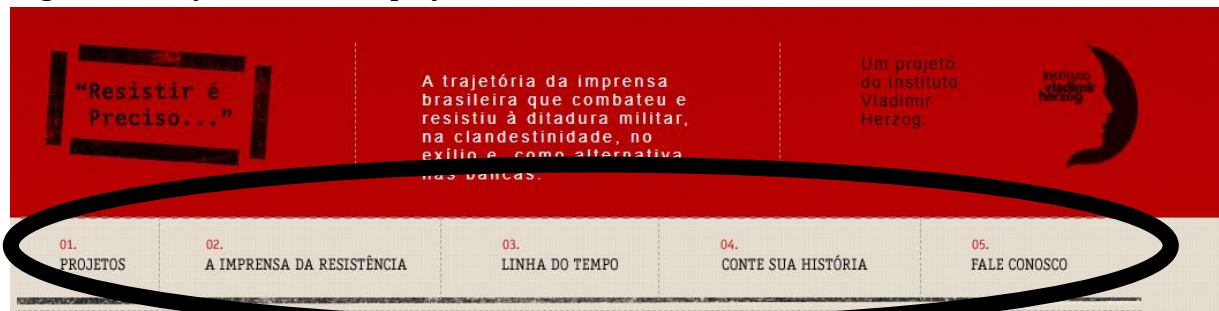
²⁶ Ver: <https://vladimirherzog.org/biografia/>. Acesso em 3 de mar. 2020.

assassinato, porém a família do jornalista recebeu seu atestado de óbito com a causa da morte evidenciada apenas em 2013²⁷. É em torno de tais acontecimentos políticos que se estrutura e se organiza o IVH e se contextualiza o projeto no qual se inserem os depoimentos que compõem o recorte empírico deste estudo.

1.3 O projeto *Resistir é Preciso*

Dentro do panorama mais amplo do *Instituto* e de sua legitimidade em relação à discussão sobre a ditadura militar, se insere o projeto *Resistir é Preciso*. O título supracitado nomeia um projeto com o objetivo de recuperar a memória e a história da resistência cultural e política da imprensa alternativa contra a ditadura. Este tópico tem por objetivo mostrar o site no qual *Resistir é Preciso* se ancora. Para se compreender o funcionamento do site, se utilizou capturas de tela e sua descrição com o objetivo de contextualizar o surgimento do projeto. Em sua totalidade, o projeto mais amplo se divide em cinco subprojetos complementares, sendo a internet sua principal plataforma de divulgação. No site <https://resistirepreciso.org.br/> estão organizadas as principais informações.

Figura 1 – Layout do site do projeto *Resistir é Preciso*



(Fonte: site do Projeto).

No endereço evidenciado, o layout do site disponibiliza uma aba com cinco seções (ver figura 1) que constituem o panorama das frentes do Projeto, sendo elas: 1) Projetos; 2) A imprensa de resistência; 3) Linha do tempo; 4) Conte sua história; 5) Fale conosco. Ao se clicar na primeira opção, “1) Projetos”, abre-se uma nova aba que possibilita o clique em cinco subseções (ver figura 2), que constituem os projetos complementares que compõem a iniciativa: a

²⁷ Ver: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/vladimir-herzog/>. Acesso em 3 de mar. 2020.

opção primária, intitulada “Protagonistas Desta História”²⁸, dispõe depoimentos e uma pequena biografia dos sessenta jornalistas, intelectuais e militantes políticos que atuaram no campo jornalístico, de maneiras diferentes, no combate à ditadura-militar; o segundo projeto exibido, “As Capas Desta História”²⁹, apresenta e disponibiliza para *download* gratuito a edição do livro, homônimo, que selecionou as principais capas da imprensa alternativa, de oposição ou no exílio.

Figura 2 – Aba dos projetos secundários produzidos



(Fonte: site do Projeto).

Em seguida, a terceira aba, nomeada “Os Cartazes Desta História”³⁰, exhibe e possibilita o *download* de um projeto editorial, também homônimo, que aborda diversos cartazes com manifestações políticas a favor dos direitos humanos, com denúncias aos regimes militares vividos tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina. A quarta e penúltima parte, “Exposição *Resistir é Preciso*”, evidencia a exposição que exibiu trabalhos artísticos que questionavam a ditadura e suas arbitrariedades. A mostra, em cartaz entre 2013 e 2014, foi

²⁸ Ver: <https://resistirepreciso.org.br/protagonistas-desta-historia/#this>. Acesso em 3 de mar. 2020.

²⁹ Ver: <https://resistirepreciso.org.br/as-capas-desta-historia/>. Acesso em 3 de mar. 2020.

³⁰ Ver: <https://resistirepreciso.org.br/as-capas-desta-historia/>. Acesso em 3 de mar. 2020.

efetivada³¹ em parceria com o *Centro Cultural Banco do Brasil* (CCBB)³², nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.³³

Por fim, a última opção é o teledocumentário homônimo³⁴ ao título do projeto. A produção audiovisual, veiculada originalmente pela *TV Brasil*³⁵, é dividida em 10 episódios, com 26 minutos cada. Coerente com a linha editorial do projeto, o eixo do documentário consiste em discutir o esforço de intelectuais, jornalistas, estudantes e ativistas políticos em criar uma imprensa de enfrentamento ao aparato estatal do regime ditatorial instituído pelos militares entre os anos de 1964 e 1979.

Por conseguinte, a segunda seção disponibilizada pelo layout do site, “2) Imprensa de Resistência”, contextualiza de forma breve a atividade da imprensa alternativa no período ditatorial militar. O texto enfatiza a oposição entre intelectuais, jornalistas e ativistas políticos ao golpe de Estado e a ditadura que o deu seguimento:

Entre 1964 e 1979, o ano em que as forças democráticas conquistaram a anistia, centenas de publicações produzidas à margem dos aparatos institucionais de comunicação deram voz à resistência política e cultural no Brasil. Disputaram palmo a palmo o campo simbólico em que os donos do poder tentavam legitimar a dominação pela força. Enfrentaram a truculência da censura e da perseguição policial. E conseguiram se impor graças à capacidade de inovar não apenas a agenda temática, mas a própria linguagem e os códigos formais com que se expressava o debate público no país.

A linha editorial do projeto, sustentada a partir de uma série de pesquisas³⁶, classifica os jornais opositores ao regime em três diferentes categorias destacadas no próprio site –

³¹ Está publicado, no YouTube, um vídeo que evidencia os aspectos da exposição. Ver: https://www.youtube.com/watch?v=NkaB_IAoY64&feature=youtu.be. Acesso em 3 de mar. 2020.

³² O *Centro Cultural Banco do Brasil* (CCBB), é uma entidade cultural gerida pelo Banco do Brasil (BB).

³³ Ver: https://resistirepreciso.org.br/ccbb/resistir_e_preciso.php. Acesso em 3 de mar. 2020.

³⁴ Os episódios da série documental estão disponibilizados no YouTube pelo canal *Kâmera Livre*. No site oficial do projeto, há um problema no link. Ao se clicar na opção que possibilita acesso ao documentário, o navegador direciona o navegante para seguinte endereço: <https://vladimirherzog.org/portfolio-item/resistir-e-preciso/>.

³⁵ *TV Brasil* é uma rede pública de televisão criada em dezembro de 2007. É gerenciada pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

³⁶ O site cita uma série de especialistas na constituição do projeto. Segundo as informações fornecidas pela página, os profissionais envolvidos no processo de pesquisa foram: “o editor de contexto, José Luiz Del Roio, o editor de pesquisa, Vladimir Sacchetta, o editor de texto, José Mauricio de Oliveira e o jornalista Carlos Azevedo, como consultor, Kiko Farkas e sua sofisticada direção de arte, junto com Mateus Valadares, a historiadora Juliana Sartori, a jovem jornalista Paula Sacchetta e o pesquisador Luis Zimbarg”, sob a coordenação de Ricardo Carvalho, também diretor do documentário.

imprensa alternativa, imprensa clandestina e imprensa no exílio³⁷. De forma sucinta, embora as três categorias se oponham ao governo militar, as diferenças se constituem, de acordo com o material fornecido pelo próprio site, em: a imprensa *alternativa* diz respeito aos jornais que, diante do golpe, realizaram oposição, com utilização de sátira de deboche, e estimulavam o debate e a ação política; a imprensa *clandestina* se diferenciava pois representava partidos e organizações revolucionárias, colocadas na clandestinidade após 1964; por fim, a imprensa *no exílio*, como a própria categoria infere, foi realizada pelos brasileiros que estavam em exílio devido às políticas ditatoriais repressoras.

Figura 3 – Segunda seção do site contextualiza movimentos da(s) imprensa(s) alternativa(s) e os categorizam

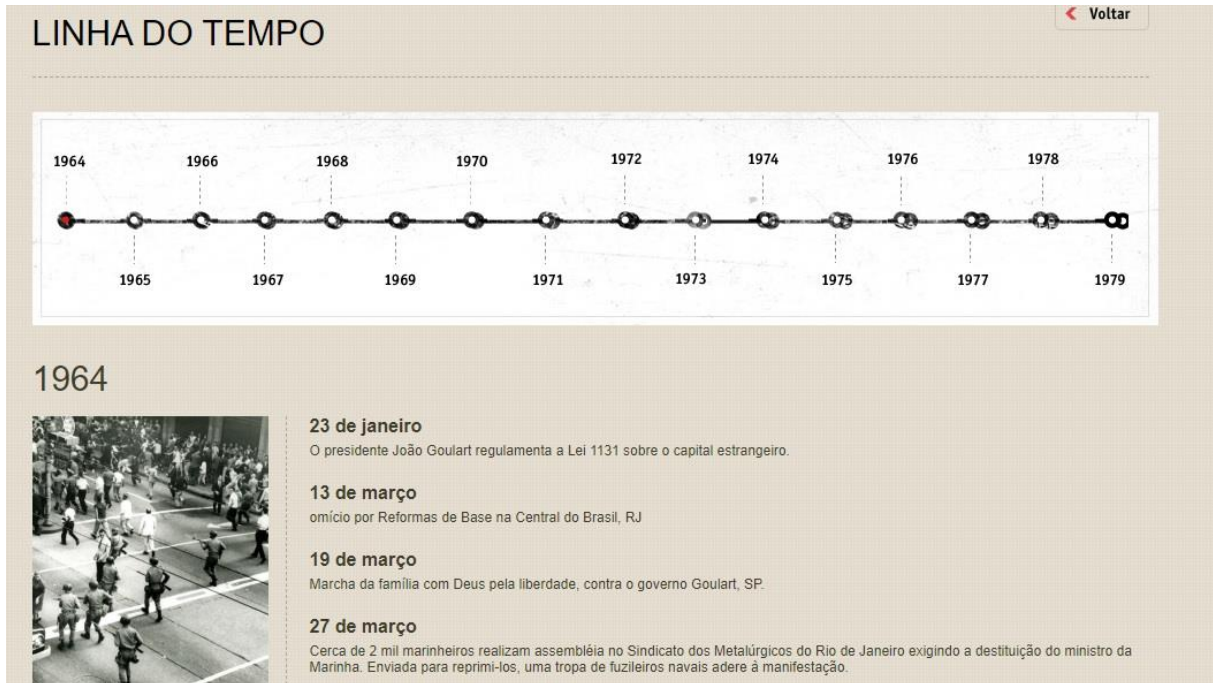


(Fonte: site do Projeto).

A terceira divisão do site, em sequência, exibe uma linha do tempo sobre o período ditatorial militar brasileiro entre o período do golpe, em 1964, até o início das lutas por anistia em 1979. O layout permite que o internauta clique no ano desejado e são elencados fatos históricos proeminentes do período requerido.

³⁷ O foco desta pesquisa serão os profissionais que integraram o quadro da *imprensa alternativa* (ver Capítulo 3).

Figura 4 – Recurso interativo do site permite contextualização histórica do período ditatorial



(Fonte: site do Projeto).

Finalmente, as duas últimas categorias de classificação do site permitem aos visitantes contato com os idealizadores do projeto. A quarta opção (ver Figura 5) possibilita contato para as pessoas que vivenciaram o período da ditadura e possuem memórias para registro.

Figura 5 – Possibilidade interativa do site para possíveis sujeitos que viveram a ditadura e queiram relatar suas histórias

Home > Conte sua história

CONTE SUA HISTÓRIA

[Voltar](#)

A imprensa que combateu a ditadura militar espalhou-se por todo o país, principalmente nos anos 70. Era mantida e alimentada por uma extensa rede de jornalistas, intelectuais, militantes políticos e estudantes. Os depoimentos e as publicações que apresentamos aqui no site contam, é claro, apenas uma parte dessa história. Se você viveu esse período e teve algum tipo de relação com o processo intenso e revolucionário que estamos documentando, por favor, compartilhe com a gente o que viu, soube, fez e sonhou. Cada história narrada, cada publicação mencionada, cada personagem apresentado são extremamente bem-vindos. Nem precisa dizer que o Brasil agradece, certo?

Por favor, informe os campos ao lado para começar a contar a sua história.

Talvez você tenha uma história para contar sobre jornais que resistiram à ditadura... Seja bem-vindo.

Os campos assinalados com * são de preenchimento obrigatório.

*Seu Nome:

*Seu E-mail:

Seu Telefone:

*Conte a sua história:

(Fonte: site do Projeto).

A última opção (ver Figura 6), por seu turno, possibilita contato do público em geral com os idealizadores do projeto. Entende-se que a aba foi aberta para interação com internautas que se interessam pelo *Projeto*, tendo em consideração o caráter de diálogo do *Instituto Vladimir Herzog* com a sociedade civil.

Figura 6 – Possibilidade interativa para indivíduos interessados no *Projeto*



Home > Fale conosco

FALE CONOSCO

[Clique aqui >](#)

Os campos assinalados com * são de preenchimento obrigatório.

Este espaço é para você que possui alguma dúvida sobre o Projeto Resistir é Preciso ou possui alguma sugestão para nós. Preencha o formulário ao lado e responderemos o mais breve possível.

*Seu Nome:

*Seu E-mail:

Seu Telefone:

*Mensagem:

Digite o que aparece na imagem:

(Fonte: site do Projeto).

No que tange especificamente à análise desta dissertação, em um primeiro momento o material empírico para os depoimentos analisados a partir dos critérios metodológicos evidenciados no tópico anterior constariam na subseção “Os Protagonistas Desta História”, na seção “Projetos” (ver Figuras 2 e 3), no qual há dispostos os depoimentos de todos os agentes entrevistados para o teledocumentário, bem como informações sobre seus perfis.

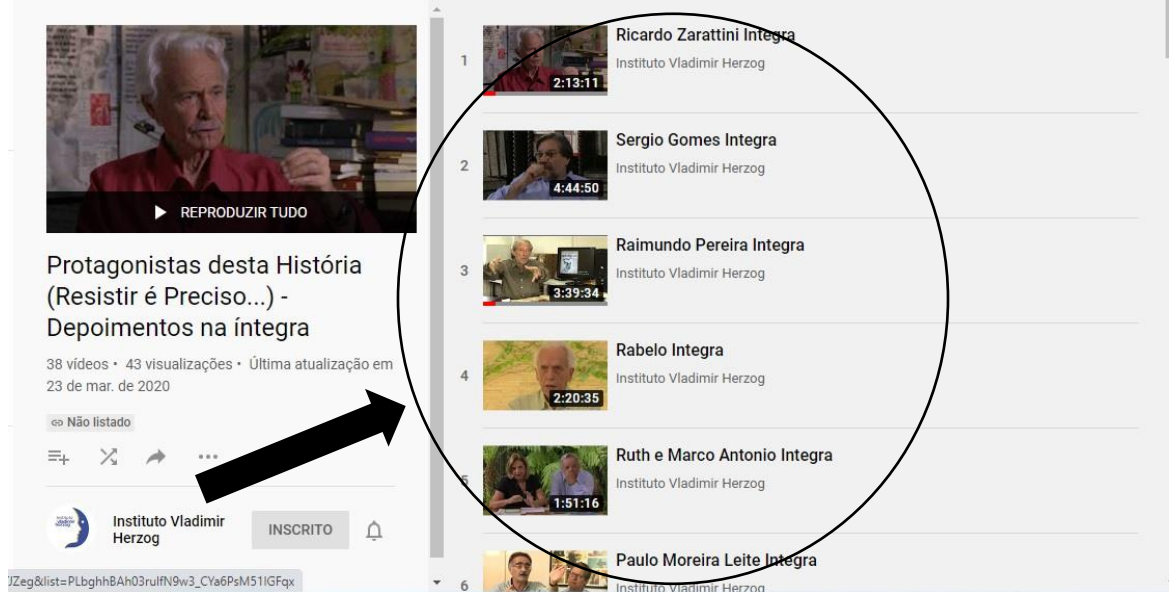
Figura 7 – Depoimentos dos diferentes agentes dispostos no layout do site



(Fonte: site do Projeto).

No entanto, a partir do fornecimento por parte do *Instituto* das entrevistas na íntegra para efeitos desta pesquisa, como reiterado no tópico anterior, passou-se a ter acesso a um link privado do YouTube no qual estão disponíveis todos os depoimentos completos – diferentemente do que está disposto no site do projeto, cujo material já é fruto de edição e de tratamento editorial. Não obstante, o site no qual o projeto se ancora não perde sua relevância devido à quantidade de informações relevantes que possui como suporte à análise empírica.

Figura 8 – Plataforma onde os depoimentos analisados se inserem na íntegra



(Fonte: Instituto Vladimir Herzog).

Pretendeu-se, assim, a realização neste tópico de uma análise descritiva dos principais elementos do site no qual se ancora o projeto *Resistir é Preciso*, como também da plataforma das entrevistas que irão servir como suporte para a análise empírica deste estudo.

CAPÍTULO 2 – Fundamentos teóricos-conceituais: a Teoria da Prática

(...) Nascemos determinados e temos uma pequena chance de virmos a ser livres; nascemos do impensado e temos uma pequena chance bem reduzida de nos tornarmos sujeitos.

(Pierre Bourdieu em conversa com Roger Chartier, em “O Sociólogo e o Historiador”, 2011).

“Os sujeitos sociais não são espíritos espontâneos”³⁸. Indivíduos biológicos se inscrevem no plano da cultura mesmo antes de nascerem – ao serem nomeados por seus pais já estão imersos nas estruturas linguísticas (BOURDIEU, 2006). A inserção de um sujeito no mundo social é condicionada pela história coletiva – a estruturação econômica, linguística e simbólica subjacente às estruturas cognitivas e às práticas cotidianas. Portanto, ao ser inserido no mundo, um agente está posicionado na estrutura da sociedade de forma mais ampla de acordo com sua classe e com as instituições construtoras da realidade social – responsáveis, estas, por fornecer representações simbólicas dos planos objetivo e subjetivo ao indivíduo.

Os indivíduos, portanto, não nascem em um meio neutro, no qual crescem e se desenvolvem livremente – o mundo social é um espaço desigual, estruturado por leis sociais fundamentais e tensionado por lutas simbólicas e materiais entre grupos dominantes e dominados para a manutenção (ortodoxia) ou subversão (heterodoxia) da realidade social e de suas representações legítimas e consensuais (realidade dóxica).

Nesse panorama, a sociologia crítica de Pierre Bourdieu se imprime no campo intelectual francês com o intuito de compreender os tensionamentos intrínsecos do mundo social, os sistemas de classificação e as maneiras de reprodução social que não dependem necessariamente do capital econômico. Em uma série de entrevistas realizadas 1987 e difundidas 1988 pela rádio *France Culture*, Bourdieu é questionado pelo historiador Roger Chartier sobre o papel dos intelectuais em relação às possibilidades das Ciências Humanas fornecerem ferramentas teórico-operacionais que permitam desnudar os mecanismos de dominação simbólica que se estruturam como “normais, naturais e ancestrais” (BOURDIEU; CHARTIER, 2011, p. 31). A resposta de Bourdieu, destacada como epígrafe deste capítulo, serve como direcionamento

³⁸ Depoimento de Pierre Bourdieu para Roger Chartier (2010, p. 58).

para a reflexão sobre o seu *projeto* de sociologia³⁹. O pensador francês, nessa lógica, ressalta a importância da utilização de instrumentos de pensamento como uma das chaves possíveis que possibilitam aos agentes autonomia de suas próprias ações (BOURDIEU; CHARTIER, 2011, p. 32):

Ou, dito por outras palavras, penso que, na condição de nos apropriarmos dos instrumentos de pensamento, assim como dos objetos de pensamento que recebemos, é que podemos nos tornar um pouco o sujeito de nossos pensamentos; ninguém nasce o sujeito de seus pensamentos, mas se torna o sujeito deles (...).

Por mais que esta pesquisa se debruce com maior ênfase sobre o conceito de *ethos*, é importante inserir o conceito no modelo de pensamento bourdieusiano – modelo este que também mostra-se responsável por conduzir o trabalho na vertente metodológica. Para a realização de tal objetivo em um primeiro momento, realiza-se uma atenta revisão bibliográfica com o intuito de mapear a *epistemologia praxiológica* de Pierre Bourdieu, assim como a análise reflexiva e relacional de sua tripartite conceitual – as ideias de campo, habitus e de capital.

Para tanto, além da leitura dos textos de Bourdieu, também se utiliza das produções intelectuais de comentadores e interlocutores do sociólogo francês, sendo os mais destacados Miceli (2003), Valle (2007), Wacquant (2007), Peters (2009) e Grenfell (2018). Na sequência, busca-se realizar uma discussão sobre a preocupação teórico-conceitual de Bourdieu com o campo do jornalismo francês elaborada no livro *Sobre a Televisão* (1997), obra na qual o autor é responsável por tecer – dentro do contexto francês no final do século XX – considerações sobre o campo jornalístico e sua relação com o campo econômico e com outros campos de produção simbólica, a exemplo do científico e do artístico. Ao final de sua construção, o capítulo busca trazer a aproximação teórico-conceitual com o campo da Comunicação social no Brasil a partir da interlocução feita por Barros Filho e Martino (2003), Ferreira (2005), Silva (2013), Lago (2015), Carvalho (2017) e Oliveira e Martins (2018).

De forma sucinta, o aparato teórico de Bourdieu pode ser interpretado “como uma análise dos mecanismos de dominação das sociedades modernas, como uma teoria das práticas sociais ou, ainda, como uma análise da produção das ideias e dos sistemas simbólicos” (VALLE, 2007, p. 117). A epistemologia bourdieusiana, ao longo de sua extensa construção, articula-se com o intuito de superar antinomias que são motivos de questionamentos pelas Ciências Sociais

³⁹ Talvez posicionar o trabalho de Bourdieu apenas na categoria de ‘teórico’ pode simplificar a complexidade de sua

desde seu início: “indivíduo contra sociedade, ação contra estrutura, liberdade contra necessidade”. (VALLE, 2007, p. 120).

Na perspectiva bourdieusiana, para se apreender um espaço social, é necessário entender como se articulam dialeticamente as estruturas objetivas que dispõem os agentes sociais, suas práticas e representações. O documentário *A Sociologia É Um Esporte de Combate* (Pierre Carles/2001/139 min), que pode servir como uma introdução ao pensamento do autor, aborda o cotidiano de Bourdieu, mostra entrevistas fornecidas pelo sociólogo francês à imprensa e realiza questionamentos sobre seu pensamento, o funcionamento do mundo social e a importância da sociologia como uma ferramenta crítica para desvelar os mecanismos de poder simbólico⁴⁰ disseminados socialmente a partir de sistemas simbólicos estruturados e estruturantes. Em certo ponto do documentário, Bourdieu utiliza a metáfora do “esporte de combate”, uma vez que, nas palavras dele, a sociologia quando “feita de forma correta” pode servir como uma poderosa arma de combate aos mecanismos de dominação social e, também, para deixar as pessoas conscientes da existência desses instrumentos de opressão.

Bourdieu percebe a sociedade como um espaço social onde se estruturam diferentes campos compostos por agentes sociais que exercem maior ou menor influência. Os campos estão sempre estruturados em relação ao campo do poder e ao campo econômico; todavia sofrem grandes influências destes, possuem sua relativa autonomia em uma relação de tensionamentos. Dessa maneira, os agentes sociais que estão nos determinados campos interiorizam de forma inconsciente esquemas de representação e de apreciação, ou, como evidencia Miceli (2003), “obras, disposições e tomadas de posição”. Esse processo de interiorização das estruturas de um campo social é construído social e historicamente, dispondo os agentes em uma estrutura na qual possuem maior ou menor autonomia.

Para alguns estudiosos do pensamento de Bourdieu, a obra do autor, quando interpretada de maneira a reduzir sua complexidade, pode ser acusada de estruturalista e determinista por simplesmente considerar que os agentes internalizam estruturas objetivas de um

obra.

⁴⁰ O conceito de poder simbólico, para Bourdieu, se define como: “a habilidade para conservar ou transformar a realidade social pela formação de suas representações, isto é, pela inculcação de instrumentos cognitivos de construção da realidade que escondem ou iluminam suas arbitrariedades inerentes (...)” (WACQUANT, 2002, p. 99). No que tange à discussão conceitual do poder simbólico, o teórico francês debruça o primeiro capítulo de seu livro “O Poder Simbólico” (2009) para debater a questão. No livro “A Dominação Masculina” (2009), Bourdieu estuda mais profundamente a dominação masculina nas sociedades modernas – sendo esta, para o autor, uma das formas por excelência de análise da violência simbólica.

campo, como um mero suporte, sem formas de ação – crítica que é rebatida pelo próprio sociólogo (BOURDIEU, 1996; 2009). No desenvolvimento de sua obra, Bourdieu já discutira as acusações que sofrera sobre seu suposto “estruturalismo reducionista”. Em *O Poder Simbólico* (2012), o autor defende que a noção de habitus serve para romper com o paradigma estruturalista determinista e com as teorias econômicas ortodoxas de interpretação da realidade. Loyola (2002) defende que a acusação aos conceitos do sociólogo francês como “deterministas” parte de uma análise simplista de sua obra:

Parte da crítica dirigida a Bourdieu tem como base uma interpretação simplista e literal dos conceitos de habitus e de estratégias de reprodução que pode ser resumida da seguinte maneira: se o habitus é a interiorização da estrutura social e todas as práticas são dirigidas para a reprodução, como explicar por que e como as sociedades mudam? (...) Ainda que trace uma imagem fortemente estruturada do mundo social, ele não defende a ideia de que esse mundo evolui segundo leis que as ações humanas que a construíram não possam modificar. (LOYOLA, 2002, p. 82).

Nessa lógica, a abordagem metodológica desenvolvida pelo autor, reformulada, complexificada e discutida ao longo dos mais de cinquenta anos de sua carreira, período em que Bourdieu empenha-se em superar duas perspectivas de investigação empírica consideradas incompatíveis – o *objetivismo* e o *subjetivismo* – denomina-se *conhecimento praxiológico*. Para a realização deste debate é imprescindível a discussão realizada no clássico ensaio de Bourdieu intitulado *Esboço de uma Teoria da Prática*⁴¹ (2013), texto no qual o intelectual, a partir do tensionamento entre as concepções de mundo objetivista e subjetivista, explicita sua epistemologia *praxiológica*. O teórico afirma que o mundo social pode ser objeto de três modos de conhecimento teórico:

- a) *Fenomenológico* ou *subjetivista* (VALLE, 2007) no qual as apreensões sobre o mundo social por si, a “verdade da experiência primeira do mundo” (BOURDIEU, 2013, p. 39) servem enquanto conhecimento legítimo. Esta tradição tem base filosófica enraizada na filosofia alemã de pensadores como Søren Kierkegaard, Edmund Husserl e Martin Heidegger. Preocupa-se com

⁴¹ O texto faz parte da mescla de dois escritos de Bourdieu, *Les Trois Modes de connaissance* e *Structures, habitus et pratiques*, publicados na edição original de *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*, no ano de 1972.

questões relacionadas à liberdade pessoal e à tomada de decisão individual – relevante ressaltar que tal paradigma contextualiza-se no contexto da Segunda Guerra Mundial (GRENFELL, 2018).

- b) *Objetivista*, que busca romper com a apreensão primária do mundo social e constrói relações objetivas, econômicas ou linguísticas, inacessíveis à experiência imediata apreendida do mundo social (VALLE, 2007; BOURDIEU, 2013). Um exemplo clássico dessa concepção é a antropologia estrutural de Claude Levi-Strauss, paradigma no qual o antropólogo busca, com base na linguística saussuriana, entender os fundamentos inconscientes que estruturam as culturas das sociedades não-modernas (STOREY, 2002; GRENFELL, 2018). Bourdieu (2013, p. 10) argumenta que em sua teoria há uma busca por opor “às teses mais extremas de um certo estruturalismo” que reduz os agentes, considerados ativos e atuantes, a meros “epifenômenos” – palavra utilizada pelo próprio autor – das estruturas sociais.
- c) *Conhecimento praxiológico*, abordagem proposta por Bourdieu, pretende ultrapassar as possibilidades do objetivismo determinista, todavia sem cair no subjetivismo. “O conhecimento praxiológico não anula as aquisições do objetivista, mas conserva-as e as ultrapassa, integrando o que esse conhecimento teve de excluir para obtê-las” (BOURDIEU, 2013, p. 30). Em tal abordagem metodológica, Bourdieu pretende entender a autonomia relativa dos agentes no plano das relações sociais, ou, como afirma Michael Grenfell (2018, p. 69): “precisava de uma abordagem teórica para explicar essa atividade híbrida da prática pessoal estratégica moldada socialmente, mas constituída individualmente”.

Em um ponto de vista paradigmático, Bourdieu classifica-se como um *estruturalista construtivista*. Sua inscrição na vertente estruturalista justifica-se pelo fato de o autor discorrer sobre as estruturas objetivas, organizadoras de disposições e de regularidades nas práticas dos agentes do espaço social, assim como evidenciado ao se referenciar aos sistemas simbólicos – língua, cultura, discurso – como estruturas estruturadas (BOURDIEU, 2009). Em consequência, o

viés construtivista se refere às disposições subjetivas, o senso prático dos agentes, os quais possuem esquemas de percepção e a apreciação que os permitem relativa autonomia em seu modo de agir dentro dos campos de acordo com constrangimentos e necessidades em seu espaço social (VALLE, 2007; WACQUANT, 2007; BOURDIEU, 2009; 2013; GRENFELL, 2018). Conforme o próprio pensador:

Por *estruturalismo* ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc. – estruturas objetivas, independente da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar e coagir suas práticas e representações. Por *construtivismo*, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus*, e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos (...). (BOURDIEU, 2015, p. 151).

Será realizada no próximo tópico a discussão sobre a tripartite teórico-operacional articulada como diretriz de sua obra acadêmica.

2.1 Habitus, campo e capital

As ideias-chave do pensamento de Bourdieu se estruturam em uma tríplice de concepções intitulada *Teoria da Prática*, formada pelos conceitos operacionais de habitus, de campo e de capital. Este quadro permite explicar as “problemáticas intrínsecas do mundo social” (SILVA, 2013, p. 75). Dessa maneira, o conjunto da obra do sociólogo – que ao longo de sua carreira aplicou seu ferramental em diferentes objetos de estudo – pode ser lido e interpretado a partir de diferentes vertentes e abrange uma série de disciplinas das Ciências Sociais e Humanas, como a própria Sociologia, a Filosofia, a Educação, a Antropologia e a Comunicação.

É necessário afirmar, antes de quaisquer tentativas de explicar os conceitos de Pierre Bourdieu, que a sociologia desenvolvida pelo autor é complexa a ponto de ser considerada uma verdadeira escola de pensamento (MARTINS, 2004), portanto sempre se corre o risco de simplificações. É o que Barros Filho e Martino (2003) comentam antes de iniciar a discussão sobre o habitus no jornalismo:

Dar conta, numa introdução, das intermináveis facetas da obra de Bourdieu seria insano. Optar pelo que mais de perto toca o objeto de nossa tese, o aconselhável. Fazê-lo dentro das inúmeras limitações que um quadro teórico introdutório impõe, o possível. (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p. 32).

Realizar uma discussão sobre a matriz teórica de Pierre Bourdieu é uma tarefa complexa e, desse modo, esgotar a discussão sobre os seus conceitos não é o objetivo deste estudo. Portanto, o que se torna relevante para a pesquisa são os conceitos bourdieusianos pertinentes ao tema desta dissertação referentes à *Teoria da Prática* e às suas aplicações na área do Jornalismo.

2.1.1 Campo

Campo é um conceito operacional utilizado por Bourdieu para compreender os diferentes universos sociais ancorados no mundo social em sua totalidade. Não se trata de uma realidade dada e sim de uma ferramenta de construção de pesquisa (BOURDIEU, 2009). Todos os campos possuem homologias estruturais como também suas particularidades e distribuição de capitais específicos. Em relação a essas homologias, Bourdieu (1997; 2019) afirma que todo campo é um campo de forças, no qual há dominantes e dominados na disputa pela manutenção ou subversão das regras legitimadas. As propriedades do campo se constituem pelos habitus específicos de seus agentes; pela *doxa*, a relação consensual, um conjunto de crenças compartilhadas; e o *nomos*, as leis fundamentais e princípios de divisão que regem os campos.

Segundo Miceli (2003), o conceito de campo começou a ser elaborado na primeira fase da carreira de Bourdieu, entre os anos 1950 e o começo dos anos 1970. No livro *Ofício de Sociólogo* (1973) ocorreram as primeiras tentativas de definição dos conceitos de habitus e de campo. O sociólogo tinha por objetivo realizar reflexões sobre a configuração do campo intelectual dominante. Nessa época, o desenvolvimento teórico de Bourdieu possuía como influência o pensamento de intelectuais como Gustave Flaubert, Jean Paul-Sartre e Erwin Panofsky. Bourdieu criticou a representação da história literária e da crítica de arte em relação à representação dos intelectuais e a maneira como tal trabalho era visto – como uma espécie de unidade, em que as biografias serviam como uma espécie de resgate à vida e a ideologia do gênio criador.

Dentro de um campo, os agentes podem exercer maior ou menor influência a partir de sua disposição intrínseca e, também, de forma extrínseca, a partir de sua relação com o campo do poder. Sergio Miceli (2003) debate como os diferentes campos – religioso, intelectual, político, entre outros – possuem autonomia com base nas diferentes trocas simbólicas existentes entre os

seus agentes. Cada campo possui relações de força, agentes com maior ou menor autonomia, conflitos e concentrações de poder e capital.

O campo equivale a uma estrutura de trocas sociais, dependente de disposições que fazem operar o sistema simbólico que lhe é inerente, ajustado às regras que o definem e que se impõem aos agentes com a força de um constrangimento lógico e social, ou seja, da ordem de uma experiência vivida e reconhecida pelos agentes como preenche de sentido e significação conforme os princípios daquele universo de exceção regrada. (MICELI, 2003, p. 72).

Miceli (2003) propõe a ideia de campo como um espaço socialmente construído que possui posições estruturadas dos agentes sociais:

O campo constituía, então, um ponto de vista do qual se podia captar posições produtoras de visões, obras e tomadas de posição, a que correspondiam classes de agentes providos de propriedades distintivas, portadores de um habitus, também socialmente construído. (MICELI, 2003, p. 65).

Dessa maneira, nos “campos”, entendidos como “uma forma de vida, ou seja, um espaço social acoplado a um sistema simbólico” (MICELI, 2003, p. 73), os seus componentes passam a operacionalizar um conjunto simbólico de sinais, práticas e representações do mundo incorporados inconscientemente e manifestados a partir de um habitus. Este conceito, nas palavras do próprio Bourdieu (2009, p. 61), pode ser compreendido como um “conhecimento adquirido”. O próximo tópico tem por objetivo explicar mais detalhadamente a concepção bourdieusiana de habitus – ponto fulcral para a elaboração desta pesquisa.

2.1.2 Habitus e seus desdobramentos: *ethos*, *hexis* e *eidos*

O habitus se define a partir do que Wacquant (2007, p. 66) chama de “noção mediadora”, que serve como chave-explicativa para “romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar a ‘interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade’”. A sociedade se insere nas pessoas sob a forma de “disposições duráveis ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir”, mas que ao mesmo tempo “as guiam em suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações de seu meio social existente”. (WACQUANT, 2007).

Embora um *habitus* seja uma disposição durável, não é estático ou perpétuo – tendo em vista que se trata de uma estrutura estruturada estruturante (BOURDIEU, 2009; 2013), suas disposições podem ser “corroídas, contrariadas ou mesmo desmanteladas pela exposição a novas forças externas” (WACQUANT, 2007, p. 67). O próprio Bourdieu (2013, p. 58), em uma de suas definições mais cirúrgicas, discorre sobre o *habitus*:

Um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados.

Embora o conceito de *habitus* tenha sido reinserido no debate das Ciências Sociais por Pierre Bourdieu, sua origem advém de escolas de pensamento e contextos histórico-epistemológicos precedentes ao intelectual francês. A origem do *habitus* em seu sentido bourdieusiano remete ao pensamento grego clássico oriunda da noção aristotélica de *hexis*. Conforme Loïc Wacquant (2007), um dos principais discípulos de Bourdieu, a ideia de *habitus* perpassa o pensamento grego em Aristóteles; é utilizada na Filosofia Medieval por Tomás de Aquino; pelos sociólogos da geração clássica, Max Weber e Emile Durkheim; assim como por intelectuais do campo da Fenomenologia, como Edmund Husserl, Alfred Schutz e Maurice Merleau-Ponty. Bourdieu, devido à sua formação filosófica, estava inserido nestes debates e delineou “a mais completa renovação sociológica do conceito delineado para transcender a oposição entre subjetivismo e objetivismo” (WACQUANT, 2007, p. 64).

A concepção aristotélica de *hexis* remete à “virtude” e significa “um estado adquirido e firmemente estabelecido de caráter moral que orienta nossos sentimentos, e desejos em uma situação e, como tal, a nossa conduta” (WACQUANT, 2007, p. 65). Na perspectiva aristotélica, embrionária do que futuramente se tornaria o *habitus* bourdieusiano, percebe-se traços das disposições incorporadas no plano do comportamento e da conduta.

No século XIII, o termo foi traduzido para o latim por Tomás de Aquino, *habitus* – “particípio passado do verbo *habere*, ter ou possuir” – como uma disposição durável “suspensa entre potência e ação propositada” (WACQUANT, 2007, p. 65). Na Fenomenologia, o conceito passa a ser utilizado de maneira mais proeminente com os escritos do filósofo alemão Edmund

Husserl, Alfred Schutz e Maurice Merleau-Ponty para designar a conduta mental e a percepção do mundo subjetivo em relação às experiências passadas e ações duradouras.

Segundo Thirty Cherques (2006, p. 33), o *habitus* é composto pelo *ethos*, “os valores em estado prático, não consciente, que regem a moral cotidiana (...) um conjunto sistemático de disposições morais, de princípios práticos”; pela *héxis* – ou, como Bourdieu (2013) denomina, a *héxis corporal* – “os princípios interiorizados pelo corpo: posturas, expressões corporais, uma aptidão corporal que não é dada pela natureza, mas adquirida”; e pelo *eidos* “um modo de pensar específico, apreensão intelectual da realidade (...) que é um princípio de uma construção da realidade fundamentada em uma crença pré-reflexiva no valor dos instrumentos de construção e nos objetos construídos”. Tendo em consideração que o *habitus* e seus desdobramentos constituem parte crucial desta pesquisa, uma definição mais precisa dos conceitos se mostra necessária para a articulação da discussão:

- a) A *héxis* se trata das disposições corporais incorporadas. Nesse sentido, segundo Peters (2009, p. 19), a relação dialética entre as disposições subjetivas dos agentes e as estruturas objetivas dos campos deriva do fato de que o *habitus*, além de atuar nas estruturas cognitivas e nos sistemas de classificação do mundo social, também “e de maneira indissolivelmente articulada” produz um:

conjunto de estados habituais do corpo moldada e “interiorizada pela aprendizagem inconsciente e cotidiana de um certo conjunto de posturas corporais, de modos de falar e de andar, em suma, de maneiras internalizadas e duráveis de se relacionar com o próprio corpo que encarnam ou “somatizam” propriedades historicamente específicas de um contexto social.

- b) O *eidos* diz respeito à dimensão propriamente cognitiva do *habitus*, os esquemas de percepção, “ordenação categorial e compreensão interpretativa dos fenômenos mundanos” (PETERS, 2009, p. 19) a partir dos quais os acontecimentos cotidianos ganham sentido aos agentes.
- c) O *ethos* é a dimensão moral que orienta os agentes em suas ações práticas. É um princípio não-consciente responsável por estruturar valores, disposições e representações dos agentes e orientar suas condutas. Segundo Peters (2009, p. 18), o *ethos* é responsável pelos princípios de escolhas práticas e valorativas dos agentes, derivadas da experiência social, mas que não correspondem à concepção estrita de ética, no sentido de “corpo

sistematicamente articulado e explicitamente formulado de máximas morais de comportamento operando de modo expressamente intencional nas práticas dos indivíduos”. Bourdieu (2013, p. 55) define o *ethos* como:

Disposição geral e transponível que, sendo o produto de um aprendizado dominado por um tipo determinado de regularidades objetivas, determina as condutas “razoáveis” ou “absurdas” (as loucuras) para qualquer agente submetido a essas regularidades.

É a partir desta dimensão, o *ethos*, que os depoimentos dos agentes selecionados para esta pesquisa serão analisados. Do ponto de vista heurístico, o desdobramento entre as dimensões em questão pode ser conceitual e sistematicamente útil, todavia é importante ter a compreensão que se tratam de dimensões articuladas e operam de modo coexistente nas práticas e representações dos agentes sociais (BOURDIEU, 2013; 2018; THIRTY-CHERQUES, 2006; PETERS, 2009).

Dessa maneira, entender campo e habitus dialeticamente é de crucial importância para a compreensão do *modus operandi* da teoria bourdieusiana. O campo, enquanto construção de pesquisa, é responsável por estruturar o habitus enquanto noção operatória. Em contrapartida, a dimensão criativa do habitus ajuda a modelar o campo em uma relação de constante tensionamento. Grenfell (2018, p. 89) ressalta a importância dessa relação haja visto que “a prática não é redutível ao habitus – ela é um fenômeno emergente das relações entre os habitus dos atores e seus campos sociais contextuais”. O próximo elemento a ser compreendido, também fundamental para pensar de forma relacional o mundo social, são os capitais propostos por Bourdieu.

2.1.3 Capital

A definição de capital para Pierre Bourdieu pode ser interpretada como trabalho acumulado, historicamente apropriado por agentes ou grupos de agentes, que os possibilita a incorporação e apropriação de energia social em sua maneira objetificada ou simbólica. Para o autor (BOURDIEU, 1997c, p.15), para se compreender a estrutura e o funcionamento do mundo social, é necessário reinserir o conceito de capital em todas as suas formas e “não somente na única forma reconhecida pela teoria econômica”.

Para a teoria bourdieusiana, as trocas mercantis da teoria econômica compõem apenas uma – embora seja a mais importante, não se configura como determinante – das diferentes trocas “onde bens de tipos diferentes são transformados e trocados dentro de campos diferentes, e entre eles” (MOORE, 2018, p. 136). Para entender as lógicas das trocas, Bourdieu expande a esfera da troca mercantil e a projeta para “uma antropologia mais ampla de trocas e avaliações culturais na qual a troca econômica é apenas um tipo” (MOORE, 2018, p. 136). O sociólogo explica o uso que faz do termo:

A teoria econômica permitiu que nela se enxertasse uma definição da economia das práticas que é uma invenção histórica do capitalismo; e ao reduzir o universo das trocas à troca mercantil, que é objetiva e subjetivamente orientada para a maximização do lucro, ou seja, de *interesse (economicamente)* pessoal, ela implicitamente definiu as outras formas de troca como não econômicas, e portanto, *desinteressadas*. Em particular, ela define como desinteressadas as formas de troca que garantem a transubstancialização através da qual os tipos mais materiais do capital – aqueles que são econômicos no sentido restrito – podem se apresentar na forma imaterial do capital cultural, ou do capital social, e vice-versa. (BOURDIEU, 1997c, p. 15, tradução nossa).

Consequentemente, os modos de dominação e de reprodução social nas sociedades capitalistas modernas não dependem única e exclusivamente das relações de capital econômico – estas baseadas na acumulação de riqueza material, extração da mais-valia e na propriedade privada (THIRTY-CHERQUES, 2006; BOURDIEU, 1997c) como evidenciado na teoria marxista clássica. A hierarquização de dominantes e dominados nos campos sociais também se estrutura a partir da distribuição de outras formas de capital, suas trocas e transubstanciações – nos planos econômico e simbólico.

Moore (2018) realiza a divisão dos capitais em Bourdieu por dois eixos: 1) capital *econômico*, relacionado à troca mercantil, à concentração de lucro pela exploração da mais-valia e objetificado em dinheiro e pela propriedade privada; e 2) capital simbólico, possui regras semelhantes àquelas do capital econômico – troca mercantil é uma relação, um meio para um fim (lucro, juros, salário) –, porém a economia das trocas simbólicas nega o seu próprio instrumentalismo ao proclamar-se desinteressada e um valor em si mesma. O capital simbólico pode ser dividido em *capital cultural* e *capital social*. Dentro dessa lógica, cada campo possui capitais legitimados distribuídos desigualmente entre os seus agentes. No mundo social, de forma

mais ampla, as frações da classe dominante com mais quantidade de poder são aquelas com maior quantidade de capital global⁴² (BOURDIEU, 1997c; 1996; THIRTY-CHERQUES, 2006).

O capital cultural existe em três aparências: em seu estado *incorporado*, um sistema de disposições de longa duração que podem ser expressos pela mente e pelo corpo (sob a forma de um habitus e mediado pela hexis corporal); objetificado nos *bens simbólicos*, como livros, obras de arte, máquinas e instrumentos/ferramentas; e em sua manifestação *institucionalizada*, legitimada pelas instituições de ensino, com propriedades como títulos acadêmicos. Diferentemente do capital econômico, no qual, por exemplo, a herança e as propriedades podem ser distribuídas instantaneamente; ou do capital social, no qual os agentes podem receber títulos de nobreza ou condecorações; o capital cultural não pode ser transmitido de maneira imediata, pois depende de práticas de longa duração que se tornam inculcadas por um agente sendo que esta forma de capital “morre com o seu portador (com sua capacidade biológica, sua memória etc)”⁴³ (BOURDIEU, 1997c, p. 18, tradução nossa).

O capital social pode ser compreendido como o escopo de recursos associados à posse de uma rede durável de relações – não necessariamente institucionalizadas – de reconhecimento – como a vinculação a um conjunto de agentes providos de propriedades comuns, assim como ligações que sejam úteis, do ponto de vista das estratégias que abarcam o jogo social e as disputas materiais e simbólicas.

Embora Bourdieu dê peso importante para o capital econômico em suas análises, o autor reconhece que a posse de capital simbólico por determinados agentes do campo em detrimento de outros os posicionam em diferentes hierarquias dos campos sociais. As diferentes formas de capital serão responsáveis, junto ao campo, relacionalmente, por estruturar os habitus de seus agentes. Agentes com maior quantidade de capital econômico podem acumular maiores quantidades de capital simbólico, cultural e social, sendo assim perpetuadas a desigualdade e reprodução do mundo social⁴⁴.

⁴² O capital global é a soma de todos os capitais. Na visão bourdieusiana, embora, como reiterado anteriormente, as formas de capital com maior valor dependem das leis fundamentais (nomos) de cada campo, os agentes que possuírem uma maior quantidade de uma soma diferentes de capital serão os grupos dominantes dos campos.

⁴³ No original, em inglês: “it declines and dies with it’s bearer (with his biological capacity, his memory etc)”.

⁴⁴ No campo da Educação, Bourdieu é considerado um dos autores mais proeminentes justamente devido ao fato de estudar os esquemas de reprodução social e estratégias escolares utilizados pelos agentes para manter seus privilégios. Por exemplo, o capital cultural surge como hipótese de pesquisa para compreender o desempenho Ver: Bourdieu (1996; 1997c).

Finaliza-se esta revisão teórico-conceitual da teoria de Bourdieu com o panorama de Thirty-Cherques (2006, p. 31, grifo do autor) que sintetiza o fulcro do modelo conceitual proposto por Bourdieu:

O esquema que leva à análise empírica é sistêmico. Deriva do princípio de que a dinâmica social se dá no interior de um /campo/, um segmento do social, cujos /agentes/, indivíduos e grupos têm /disposições/ específicas, a que ele denomina /habitus/. O campo é delimitado pelos valores ou formas de /capital/ que lhe dão sustentação. A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Nessas lutas são levadas a efeito /estratégias/ não conscientes, que se fundam no /habitus/ individual e dos grupos em conflito. Os determinantes das condutas individual e coletiva são as /posições/ particulares de todo /agente/ na estrutura de relações. De forma que, em cada campo, o /habitus/, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determina as posições e o conjunto de posições determina o /habitus/.

Depois de realizada uma retomada do modelo conceitual proposto por Pierre Bourdieu, a discussão do próximo tópico irá aplicar a densidade da discussão teórico-metodológica do sociólogo em diálogo com o campo da Comunicação Social e, particularmente, do Jornalismo. A partir de tal articulação, constrói-se um aparato conceitual factível para a análise do objeto em questão: os depoimentos do projeto *Resistir é Preciso*.

2.2 Aproximações entre Pierre Bourdieu, o Campo da Comunicação Social e o Jornalismo

Este tópico tem por objetivo realizar uma aproximação entre o pensamento de Pierre Bourdieu e o campo da Comunicação Social e, particularmente, do Jornalismo. Em um primeiro momento realiza-se uma discussão em torno das proximidades existentes entre o autor e as áreas em questão. A abordagem tem por objetivo situar esta pesquisa no panorama dos estudos realizados com Bourdieu na área da Comunicação.

2.2.1 Bourdieu e o Campo da Comunicação Social

Busca-se aqui discutir os diálogos existentes entre a sociologia bourdieusiana e o campo da Comunicação Social, para, então, no desenvolvimento da linha teórica aqui construída, debater a relação específica entre Bourdieu e o Jornalismo. Tal percurso mostra-se necessário para a elucidação do ponto de vista teórico a respeito do habitus jornalístico – aporte conceitual que será utilizado na análise empírica desta pesquisa.

Pierre Bourdieu é conhecido pela aplicação de seu arcabouço teórico em diferentes objetos de estudo, como reiterado anteriormente. Sua obra percorre campos distintos, como o da alta costura, o da educação, o da burocracia e o da cultura. Dentre a diversidade de suas pesquisas, fator que ajudou a estabelecer seu renome no campo intelectual francês do século XX, o campo midiático também recebe atenção. O pensamento relacional, que posiciona o campo das mídias em articulação com outros campos, como o político e o científico, é considerado uma das maiores heranças de Bourdieu aos estudos em mídia e em Jornalismo (FERREIRA, 2005).

Todavia, antes necessariamente de entrar-se na discussão sobre o relacionamento entre o pensamento bourdieusiano e o campo comunicacional de forma a apresentar as ferramentas necessárias para análise empírica, faz-se pertinente uma advertência teórico-metodológica. Em levantamento realizado por Oliveira e Martins (2018) com o objetivo de compreender como os estudos da área de Comunicação se apropriam do ferramental teórico-metodológico de Bourdieu, valendo-se da hipótese de que “essa apropriação se dá de maneira descontextualizada, e que sua teoria é aplicada sem a relação que devidamente a estrutura” (OLIVEIRA, MARTINS, 2018, p. 1), confirmou-se que somente 11,66% das 67 publicações analisadas⁴⁵ indicaram uma utilização correta do pensamento relacional do sociólogo, articulado pelos três conceitos ressaltados no primeiro tópico deste trabalho – habitus, campo e capital. A análise conclui que:

(...) Uma pequena parte dos estudos de comunicação no Brasil tem se apropriado efetivamente do entendimento metodológico de Bourdieu para analisar seus objetos sociais, resultando em uma maioria de estudos que tem utilizado seus conceitos fora do contexto relacional original ou perdido a potencialidade de interpretação que poderia atingir com seu uso apropriado. (OLIVEIRA; MARTINS, 2018, p. 13).

A partir dessa estatística e da conclusão mostrada pela análise empírica do levantamento (OLIVEIRA; MARTINS, 2018), mostra-se pertinente ressaltar uma preocupação com utilização adequada do arcabouço teórico de Pierre Bourdieu para evitar que seus conceitos sejam despidos de operacionalidade científica e, conseqüentemente, remetam a resultados deturpados de seu propósito.

⁴⁵ No trabalho, os autores utilizaram como recorte empírico a análise das publicações nos periódicos de maior relevância no Brasil para a área de Comunicação (indicadores de qualidade A1, A2, B1) os quais utilizaram Bourdieu

Claudia Lago (2015) é uma das responsáveis por articular Bourdieu com o campo da Comunicação⁴⁶. Assim como Oliveira e Martins (2018), Lago (2015, p. 728) argumenta que a relação “prolífica e, até, profunda” com a Comunicação nem sempre vem junto à reflexão crítica que “faça jus aos princípios caros ao autor”. Em sua reflexão, a autora objetiva aprofundar aspectos teórico-metodológicos de Bourdieu e discutir a apropriação bourdieusiana pelo campo comunicacional ao apontar “possíveis movimentos de ampliação/adequação/aproveitamento desta relação” (LAGO, 2015, p. 729). Lago (2015) atribui grande foco ao ato da pesquisa e ao rigor metodológico realizados por Bourdieu no decorrer de seu trabalho intelectual – reflexões que podem ser aplicadas nas pesquisas em Comunicação.

A autora ressalta que Bourdieu pode ensinar lições para a área a partir do vértice metodológico e de sua visão crítica de pesquisa, atrelada à racionalidade científica, ao rigor metodológico e à reflexividade. Lago (2015, p. 742-743) também destaca que as noções oriundas do autor, se utilizadas de maneira factível, apresentam-se “extremamente atuais e operativas”, sua rigorosidade metodológica “inspiradora e produtiva” ademais “fundamentais para um campo composto por uma série de fragilidades cotidianas e que, algumas vezes, limitam sua capacidade de ocupar espaços nesse *loci* relacional que é a ciência no Brasil”.

Por fim, entende-se que o pensamento de Bourdieu, seja devido aos aspectos de sua produção que tratam diretamente do campo da comunicação ou às ressignificações de sua teoria na área da Comunicação Social, fornece um vasto pano de fundo e suporte conceitual para pesquisas da área em questão e, especificamente, do Jornalismo. O autor fornece instrumentos teóricos e metodológicos que além de se mostrarem úteis para a operacionalidade da pesquisa científica em distintas áreas do conhecimento, também servem como aporte de reflexão para a própria objetivação da atividade científica em um campo que, como afirma Lago (2015), possui suas dificuldades em se legitimar na ciência brasileira.

O próximo tópico, a partir da aproximação de Bourdieu com a Comunicação, visa oferecer subsídios pertinentes ao campo jornalístico e seus desdobramentos. A discussão se volta aos elementos imbricados na prática jornalística que servirão, na análise empírica, para entender

e/ou sua tríade conceitual. Foram analisadas 67 publicações desde 1999, primeira publicação registrada nos periódicos analisados, até a data de realização da pesquisa, julho de 2017.

⁴⁶ Lago (2015) até mesmo reflete que a própria incorporação do termo “campo da comunicação” remete a um elemento fundamental do arcabouço teórico-metodológico do autor.

como se inscrevem nos agentes jornalistas um habitus construído a partir dos tensionamentos ocorridos no período histórico estudado.

2.2.2 Bourdieu e o jornalismo

Este tópico tem como escopo pensar a obra de Bourdieu em articulação com o campo jornalístico. Haja visto que o objetivo desta pesquisa é entender as inscrições do *ethos* na ditadura militar a partir da análise de depoimentos de jornalistas, salienta-se ser basilar compreender os elementos constitutivos do interior das especificidades da área. Para tal operação, em um primeiro momento irá se realizar um breve apanhado das concepções teóricas que o intelectual francês fornece para uma compreensão empírica do campo jornalístico a partir das considerações efetivadas em *Sobre a Televisão* (1997a).

Bourdieu (1997a) deu atenção aos meios de comunicação de massa com o lançamento do livro *Sobre a Televisão*, momento em que “reassume (...) a postura acadêmica de reaplicar sua teoria geral dos campos em novos objetos” (SILVA, 2013, p. 76). O autor realizou reflexões sobre a mídia sem a preocupação lançar mão de pesquisas empíricas para a fundamentação de seus argumentos – sendo que a lógica fundada em pesquisas empíricas detalhadas e diversas entrevistas constituiu uma marca profunda da realização de seus projetos (LAGO, 2015). O próprio Bourdieu argumenta que achou necessário debater o assunto e que muitas pesquisas haviam sido realizadas até o momento.

Outros, mais em condição que eu, farão ou já fizeram as demonstrações empíricas necessárias. Eu tinha que falar sobre este assunto e julguei por bem fazê-lo. Quanto ao risco de perda de credibilidade, ele existe. No entanto, as pessoas que realmente importam saberão entender as razões. (BOURDIEU, s.d *apud* BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p. 27).

O lançamento do livro provocou um desconforto entre Bourdieu e os profissionais da imprensa francesa, os quais criticaram a posição do sociólogo e o acusaram de “promover a análise de uma área sobre a qual, em tese, ele não dominava por não possuir nem formação acadêmica, nem prática”. (CARVALHO, 2017, p. 5).

Entende-se que em *Sobre a Televisão* (1997a; 1997b) o sociólogo disserta a respeito do campo jornalístico estruturado em um contexto político diferenciado sobre o qual este trabalho se debruça – isto é, as preocupações de Bourdieu concernentes ao jornalismo francês no final do século XX estruturam-se em uma democracia liberal ancorada na racionalidade do sistema

capitalista. Todavia, no livro o autor realiza alguns esboços teórico-conceituais que são úteis para pensar o Jornalismo enquanto campo de tensionamentos com autonomia relativa. Assim como afirma Cláudia Lago (2015), Bourdieu sustenta que os campos só podem ser pensados relacionalmente – ou seja, para entender e apreender um espaço social há sempre a necessidade de posicioná-lo em relação aos outros campos – reflexão esta que a autora reitera:

Um campo que, se levarmos ao pé da letra a crítica do autor, podemos pensar estar fadado a não cumprir com as expectativas que depositamos nele e em sua capacidade de fornecer informações e interpretações dignas e confiáveis para a tomada de posição consciente sobre o mundo. Esta conclusão, no entanto, não pode ser assumida tão linearmente, se lembrarmos que é o próprio Bourdieu que advoga que os campos só podem ser apreendidos relacionalmente. E o autor seria o primeiro a nos desautorizar a generalizar uma análise realizada em momento e campos específicos, na França, há quase duas décadas. (LAGO, 2015, p. 742).

Em *Sobre a Televisão* (1997a, p.11), Bourdieu realiza um trabalho de caráter militante – ou uma *intervenção*, em suas próprias palavras – com o objetivo de alertar o público sobre perigos que o poder simbólico da televisão e, conseqüentemente, do campo jornalístico oferecem às “diferentes esferas da produção cultural, arte, literatura, ciência, filosofia, direito” (BOURDIEU, 1997a, p. 9). Em uma perspectiva crítica, o autor adverte sobre o perigo que a televisão e o jornalismo, na busca pela audiência e pelo lucro, oferecem à política e à democracia uma vez que o campo jornalístico segue uma lógica que escapa à sua função normativa de informar e representar com factibilidade fragmentos históricos, políticos, culturais da realidade social para o público e “afastam-se as informações pertinentes que deveria possuir o cidadão para exercer os seus direitos democráticos”. (BOURDIEU, 1997a, p. 22-23).

Dessa maneira, o intelectual argumenta que o caráter analítico de seu trabalho serve como arma para que os profissionais da imagem possam lutar contra “o que poderia ter se tornado um extraordinário instrumento de democracia direta não se converta em instrumento de opressão simbólica” (BOURDIEU, 1997a, p. 13). Embora seja criticada por seu caráter militante, que deixa à margem o rigor metodológico pelo qual o autor se consagrou, como afirmado anteriormente (BOURDIEU, 1997a; BARROS FILHO, MARTINO, 2003; LAGO, 2015; CARVALHO, 2017) – a preocupação com o desnivelamento das estruturas de dominação e o poder simbólico exercido pela mídia francesa ressalta a importância que Bourdieu concede à Sociologia enquanto ferramenta importante para entender o mundo social assim como os sistemas

simbólicos como forma de dominação (BOURDIEU, 2009). Tal posicionamento é reiterado pelo autor: “A sociologia, como todas as ciências, tem por função desvelar coisas ocultas; ao fazê-lo, ela pode contribuir para minimizar a violência simbólica que se exerce nas relações sociais e, em particular, nas relações de comunicação com a mídia”. (BOURDIEU, 1997a, p. 22).

A preocupação do intelectual concernente ao poder simbólico do campo jornalístico deve-se justamente ao fato de que este, embora seja o campo de produção simbólica que possua o monopólio da legitimidade para a difusão de informações ao público, possui dificuldades para se autonomizar, sendo tensionado pelo campo econômico – responsável por regular, junto ao campo do poder, os outros campos (BOURDIEU, 1997a; 2013), bem como pelo campo político (BOURDIEU, 1997a). Nessa lógica, os outros campos que trabalham com produção cultural possuem dificuldades em dialogar com os códigos do campo jornalístico. Bourdieu (1997a, p. 65-66) alega:

Os jornalistas – seria preciso dizer o campo jornalístico – devem a sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas escritores, ao que se chama por vezes de “espaço público. (...) Embora ocupem uma posição inferior, dominada, nos campos de produção cultural, eles exercem uma forma raríssima de dominação: têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à notoriedade pública (o que, para os políticos e para os intelectuais, é um prêmio capital).

No caso francês, os jornalistas sofrem com o que o autor chama de censura invisível, isto é, em momentos de precarização da profissão, esses agentes se auto-censuram com receio de perderem seus empregos. A produção de conteúdo torna-se submissa à lógica do lucro e da competição – contexto sobre o qual o autor discute sobre os chamados fatos-ônibus, aqueles fatos que interessam ao público de maneira geral, porém não trazem incomodo, tensionamentos e não discutem assuntos importantes do ponto de vista do interesse público, o que acaba por manter a ordem simbólica – ou o *status quo* – e perpetuar estruturas de poder e dominação. É dentro desta lógica que emerge a célebre frase do autor sobre a programação exibida na televisão: “E se minutos tão preciosos são empregados para dizer coisas tão fúteis, é que essas coisas tão fúteis são de fato muito importante na mídia em que ocultam coisas preciosas” (BOURDIEU, 1997a, p.23).

Uma das maiores contribuições que o intelectual fornece – seja do ponto de vista geral para as pesquisas em Comunicação, seja para as especificidades deste estudo, consiste na delimitação de certos pressupostos do que seria o campo jornalístico. Malgrado realizada de forma mais generalizada e especificamente se refere ao campo jornalístico francês, a definição mostra-se útil para pensar o jornalismo relacionalmente às outras instâncias sociais. Nessa perspectiva, o sociólogo critica o que ele denomina “materialismo curto” advindo do reducionismo advindo de certas correntes da teoria marxista, em seus termos, “denuncia sem esclarecer nada” (BOURDIEU, 1997a, p. 56). Em seus termos:

O mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos. Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos. (BOURDIEU, 1997a, p. 55).

Este tópico teve por objetivo realizar uma aproximação entre Pierre Bourdieu, a Comunicação e do Jornalismo na intenção de situar e contextualizar as pesquisas realizadas com o autor na área. Na sequência, irá se mergulhar no contexto no qual o recorte empírico desta pesquisa se inscreve: a ditadura militar brasileira.

CAPÍTULO 3 – Fundamentos histórico-contextuais: a ditadura militar, a resistência cultural, os jornais e os jornalistas

O historiador Carlos Fico (2015) parte do princípio de que a violência se articulou como uma das chaves-analíticas para se compreender o século XX. Processos históricos como o Holocausto, os regimes de cunho nazifascista na Europa, as políticas genocidas ocorridas em Ruanda, na Bósnia e em Kosovo, e o *apartheid* na África do Sul foram alguns exemplos dos eventos traumáticos de um século que se iniciou fortemente influenciado pelas possibilidades emancipatórias calcadas no projeto da modernidade ilustrada.

Nos trópicos, a violência – material e/ou simbólica – eclodiu com, dentre outros diversos acontecimentos, as diversas ditaduras militares instauradas nas Américas do Sul e Central. O modelo ditatorial argentino (1976-1983), por exemplo, resultou em casos de assassinatos e chegou a ter campos de concentração (FICO, 2015). No Brasil, o regime de 21 anos instaurado pelos militares em um golpe de Estado com apoio de amplas frações do setor civil foi responsável por censurar, torturar e matar agentes considerados subversivos à ordem dominante baseados na pedagogia autoritária dos militares que se percebiam como a única instituição capaz de transformar o Brasil em uma grande potência mundial; e, para isso, precisavam eliminar os agentes considerados subversivos à ordem dominante e quaisquer outros civis que pudessem ter acesso às instâncias de decisão do Estado brasileiro. (FICO, 2015).

Em tal contexto de repressão política, no qual o decreto do Ato Institucional número cinco (AI-5) constrói um aparato de opressão política estatal burocratizado, grupos compostos por artistas, intelectuais e ativistas políticos foram responsáveis por resistir ao processo arbitrário e autoritário construído pela ditadura – ora no plano democrático, no combate simbólico; ora no plano material, no combate à luta armada.

Ao prosseguir com as instâncias metodológicas propostas nesta dissertação, este capítulo tem por objetivo geral realizar uma contextualização do período histórico da ditadura militar brasileira com o intuito de fornecer suportes histórico-contextuais para a análise das entrevistas desta pesquisa. Tendo em consideração que os depoimentos dos agentes estudados remetem ao

período histórico em questão, se mostra pertinente discutir acontecimentos proeminentes⁴⁷ – nos âmbitos político e cultural⁴⁸ – do regime militar no Brasil.

Do ponto de vista estrutural, em relação aos objetivos específicos, a primeira intenção do capítulo é contextualizar de forma breve os antecedentes e as motivações políticas do golpe civil-militar que destituiu João Goulart da Presidência da República. Para tal, irá se utilizar o trabalho dos autores Carlos Fico (2014; 2015), Daniel Aarão Reis (2014) e Marcos Napolitano⁴⁹ (2018) – historiadores componentes de uma corrente teórico-conceitual que visa revisitar e discutir a historiografia da ditadura militar brasileira a partir de uma visão contemporânea, tal como discutir e sintetizar em suas pesquisas novos aspectos desse regime político. Em um segundo momento, a partir de Aquino (1999) e Napolitano (2018), o capítulo pretende discutir os diferentes momentos de repressão existentes ao decorrer da ditadura e enfatizar os órgãos repressores responsáveis pelo tripé repressão-vigilância-censura com objetivo de sustentar a legitimidade simbólica da ditadura. O terceiro tópico, em sequência, irá abordar a resistência, no plano cultural, realizada por artistas, intelectuais e ativistas políticos contra a ditadura militar com base no pensamento de Marcos Napolitano (2015; 2018) e Kehl (2015), discutir as utilizações do conceito de resistência, suas problemáticas e suas apropriações no que tange à historiografia do regime. Estes tópicos são importantes para a análise devido ao fato de que o plano da cultura – na compreensão de produção simbólica e material – está imbricado ao plano da política, no que

⁴⁷ Não há intenção de esgotar a discussão sobre esse complexo período da história brasileira. A intenção do capítulo, nesse ínterim, se foca em tratar os aspectos históricos mais relevantes e gerais; para então situar o plano da imprensa alternativa – articulada no seio da conjuntura sócio-histórica em debate.

⁴⁸ Para fins de delimitação teórico-conceitual, neste trabalho, se define o plano *político* do regime como a complexa articulação e tensão entre instituições, movimentos sociais, partidos políticos, grupos de guerrilha e a sociedade civil na luta para a mudança ou conservação da ordem dominante e de suas representações legítimas. O plano *cultural* se define como produção simbólica realizada por agentes, instituições com o objetivo de fornecer representações sobre a realidade social – como a indústria cultural em sua vasta gama de produtos culturais, a mídia, os jornais tradicionais e os jornais alternativos. Não irá se abordar neste trabalho, ao utilizar esse termo, a ideia de cultura em seu sentido antropológico, no sentido de compreender o comportamento humano em sociedades urbanas ou autóctones. Embora no processo de construção deste trabalho se tenha tido contato com a literatura clássica sobre o tema da ditadura, em livros como “Estado e oposição no Brasil (1964-1984)” da cientista política Marina Helena Moreira Alves (1984); “1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe” (1981) do cientista político René Armand Dreifuss, como também a consagrada coleção de Élio Gaspari, (2002; 2002; 2003) parte-se do princípio teórico-metodológico de que uma bibliografia mais sucinta seria mais útil para discutir o intervalo histórico abordado nesta pesquisa – tendo em vista que a contextualização histórica constitui apenas uma parte da pesquisa, que embora seja importante do ponto de vista analítico, não é o seu foco principal. Malgrado os autores sigam uma corrente teórica semelhante na historiografia relacionada à ditadura militar, há diferenças pontuais entre certos pontos de vista. O artigo “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”, do historiador Carlos Fico (2017), realiza um debate sobre as aproximações e distanciamentos teóricos dos pesquisadores em questão, como também interpela outros pensadores componentes o estado do conhecimento da discussão.

tange às relações entre instituições políticas, movimentos sociais e a sociedade civil. Outrossim, deve-se ter em consideração que toda a articulação dos jornais alternativos e a movimentação realizada pelos intelectuais jornalistas tem por finalidade realizar uma série de críticas à ditadura militar brasileira. Após elencado o quadro político cultural do período da ditadura militar, o capítulo chega no cerne de sua construção: a discussão sobre os periódicos alternativos que se destacaram na ditadura, como também sobre os jornalistas que se sobressaíram na área. Para esse último tópico, os estudos de Sérgio Caparelli (1988), Maria Aparecida de Aquino (1999), Cicilia Peruzzo (2006) e Bernardo Kucinski (2018), que abordam o panorama da imprensa alternativa e realizam uma reconstrução histórica desses periódicos, calcam-se como o aporte teórico-conceitual, para então fornecer ferramentas operacionais à análise dos depoimentos.

3.1 A noite que durou 21 anos: o golpe civil-militar e a ditadura militar brasileira

Embora as representações legítimas entre a História e a memória estejam em disputa até as primeiras décadas do século XXI, o golpe de Estado que ocorreu em 1964 e derrubou o presidente democraticamente eleito, João Marques Belchior Goulart, como, porventura, instaurou uma ditadura de 21 anos, se classifica como um fato histórico. No dia 31 de março de 1964, Jango, como era popularmente conhecido, foi derrubado pelos militares com o apoio de setores da sociedade civil⁵⁰.

Em reação, uma série de setores de políticos, da sociedade civil, das frações nacionalistas e legalistas das Forças Armadas Brasileiras, artistas e intelectuais realizaram de maneiras diferentes resistência ao golpe e à posterior ditadura. Mostra-se importante ressaltar: a ditadura não foi um bloco monolítico de repressão e coerção estatal – fator este que evidentemente não altera a ideia de que houve repressão política, tortura, mortes e censura no período histórico em questão. O ponto a se ressaltar é que último período ditatorial sob o qual o Brasil viveu, até então, se construiu e se articulou a partir de contradições, disputas e jogadas políticas na busca por legitimidade de diferentes visões de mundo e diferentes utopias – no

⁴⁹ Na pesquisa se destaca o pensamento de Marcos Napolitano (2018) devido à atenção que o autor debruça em relação à vida cultural no período do golpe, de modo consequente, e nas diferentes fases da ditadura.

⁵⁰ As terminologias utilizadas neste trabalho já foram evidenciadas no tópico “Introdução”. Esta pesquisa compartilha da visão dos historiadores Carlos Fico (2014) e Marcos Napolitano (2018) de que embora o golpe de Estado tenha sido uma articulação civil-militar, a ditadura que se seguiu durante 21 anos foi comandada somente pelos militares. Nesse sentido, ao se referir ao golpe será utilizada a expressão “civil-militar” e à ditadura ulterior instaurada somente o termo “militar”.

sentido de horizonte de um projeto de sociedade almejado. Conforme sublinha Napolitano (2018, p.12):

Trata-se de um regime complexo, muitas vezes aparentemente contraditório em suas políticas, que mobilizou vários tipos e graus de tutela autoritária sobre o corpo político e social, articulando um grande aparato legal-burocrático para institucionalizar-se, aliado à violência policial-militar mais direta.

O recorte histórico utilizado neste tópico para contextualizar o golpe civil-militar de 1964 se inicia com a eleição Jânio Quadros e de João Goulart. Nessa conjuntura, se mostra necessário discutir os fatores políticos que ocasionaram tanto a renúncia de Jânio, em 1961, quanto à derrubada de João Goulart, em 1964, pois havia um projeto nacionalista e engajado em debate pelas esquerdas (NAPOLITANO, 2015) bruscamente interrompido pelo golpe, porém que não deixou de atuar após o golpe e nos 21 anos posteriores da ditadura que se instaurou. Como será enfatizado no tópico 2.3, a cultura de esquerda que resistiu ao regime foi crucial tanto para sua deslegitimação simbólica quanto no plano da disputa pelas memórias da ditadura (NAPOLITANO, 2015; 2018). Portanto, o tópico se mostra importante para a totalidade do debate por discutir o golpe de Estado que abriu uma nova conjectura sócio-política no país – crucial por propiciar o fenômeno da imprensa alternativa, também percebido em outros períodos autoritários da História do Brasil (KUCISNKI, 2018). Nesse sentido, a discussão realizada pretende descrever alguns elementos históricos com o objetivo de contextualizar o objeto empírico analisado. Não se trata, no entanto, de esgotar o tema, tendo em consideração a ampla discussão no plano historiográfico sobre o movimento histórico em questão⁵¹, como também sobre as condições antecedentes que culminaram no quadro político crítico do ano de 1964.

⁵¹ Sobre as movimentações históricas que influenciaram estruturalmente a conjuntura de 1964, Daniel Aarão Reis Filho (2014) discute na primeira parte do capítulo inicial de seu livro, “A América Latina e o ‘terceiro mundo’: o nacional-estatismo em luta pela autonomia”, a força da ideologia nacional-estatista, nos países de terceiro mundo, como programa político que buscava o desenvolvimento autônomo em a relação à dependência dos países de primeiro mundo – movimento histórico este que teve influência de caráter global. No Brasil, sua manifestação mais ampla se operacionalizou nos governos de Getúlio Vargas na ditadura do Estado Novo (1937-1945); quando Vargas é reeleito por vias democráticas (1951-1954); como também, por fim, ao João Goulart assumir a Presidência e colocar na agenda da discussão política brasileira a necessidade de implementação de reformas de base, com o objetivo de democratizar o acesso à cidadania, à cultura e à propriedade privada. Para debates no que tange à História Contemporânea do Brasil, no qual são discutidas as questões antecedentes ao período deste capítulo, o historiador Carlos Fico (2015) discorre o contexto histórico brasileiro desde o suicídio de Vargas em 1954, perpassa acontecimentos-chave como a posse de Café Filho; as eleições ocorridas ulteriormente – JK, Jânio Quadros e João Goulart; o golpe civil-militar e avança a questão até o período da eleição de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2006/2006- 2010).

Na sucessão do mandato de Juscelino Kubistchek (1955-1960), com um discurso moralizante de combate à corrupção, Jânio da Silva Quadros foi eleito Presidente da República no dia três de outubro de 1960, com mais de 5,6 milhões de votos. No sistema político-eleitoral da época, as eleições para presidente e para vice-presidente eram realizadas em mandatos separados⁵² – condição esta que poderia eleger candidatos com projetos de governo diferentes, como foi o caso chapa “Jan-Jan”, como era intitulado por algumas lideranças sindicais (NAPOLITANO, 2018). João Belchior Marques Goulart se reelegeu como vice-presidente⁵³ e contou com mais de 4,5 milhões de votos (FICO, 2014). Do ponto de vista eleitoral, a chapa entre os dois candidatos – que integravam chapas e coligações opostas – foi conveniente para uma vitória. Após a êxito nas urnas, os proponentes se tensionaram. Para Quadros, seus adversários Jango e JK eram corruptos, bandeira esta que foi um dos fatores pelos quais a vitória de Jânio Quadros se legitimou: um discurso moralizante e anticorrupção. (FICO, 2014; NAPOLITANO, 2018).

Após sete meses de sua vitória à presidência, Jânio Quadros renunciou de maneira considerada inesperada aos quadros políticos da época. Segundo Marcos Napolitano (2018), há um consenso entre historiadores e analistas políticos acerca dos cálculos políticos pelos quais Quadros renunciou: se tratava de uma tentativa de “autogolpe”. Tendo em consideração a sua popularidade ao ser eleito, o governante partiu do princípio de que causaria uma comoção nacional e de que haveria protestos nas ruas para que ele voltasse ao comando – o que “o fortaleceria e lhe daria maiores poderes” (FICO, 2014, p. 15). Quadros também esperava que João Goulart, devido à sua associação ao getulismo e à sua posição política orientada pela ideologia trabalhista, teria a posse vetada pelos militares – estes, com posição abertamente antitrabalhista e antigetulista, enviesados por um obsedante anticomunismo.

Como efeito de uma atitude unilateral e inesperada operacionalizada pelo Presidente, o Congresso Nacional aceitou renúncia de Jânio Quadros. O Brasil ficou, temporariamente, com a Presidência da República vaga. Coincidiu de Goulart estar em missão diplomático-comercial na República Popular da China no período da renúncia – fator responsável por fortificar a paranoia

⁵² A candidatura ao cargo de vice-presidente “não vinha à reboque do prestígio do cargo a presidente” sendo que o vice possuía legitimidade e força eleitoral “por vezes superior à do cargo a presidente” (FICO, 2014, p. 15).

⁵³ Jango fora eleito vice-presidente de Juscelino Kubistchek na votação anterior (1956-1960).

anticomunista dos setores conservadores⁵⁴. “Para a opinião pública conservadora, a visita aos comunistas consolidava a pecha de subversivo e filo-comunista” (NAPOLITANO, 2018) do sucessor de Jânio Quadros. Em prossecução, a linha sucessória posicionava, em caráter provisório, o presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, na posição de Chefe de Estado. Jânio Quadros deixou Brasília em direção à base aérea de Cumbica, em Guarulhos (SP). No dia 28 de agosto de 1961, embarcou com a sua família em um navio com destino à cidade de Londres. O ato de renúncia de Quadros se tornaria o corolário de uma grave crise política no Brasil (FICO, 2014).

Embora a primeira aposta política de Quadros – o apoio popular nas ruas – tenha sido desacertada, o seu segundo cálculo se concretizou: Jango foi impedido de assumir seu cargo. Uma articulação de égide golpista entre os três comandantes das Forças Armadas, cargo à época com status de ministro da República, foi realizada. O marechal Odílio Denis, o vice-almirante Sylvio Heck e o brigadeiro-do-ar Gabriel Grün Moss – respectivamente ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica – manifestaram desagrado à posse de Jango “sob a alegação de que ele representava uma ameaça à estabilidade do país e uma promessa certa de caos” (REIS FILHO, 2014, p. 30). Para estes militares, a posse de Goulart significaria uma ameaça à segurança nacional devido às suas supostas raízes esquerdizantes. Os três ministros alegaram que, ao ser Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, Jango mostrara “suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos (...)”. (FICO, 2014, p. 17).

O processo de contrapartida da atitude golpista arquitetada pelos militares conservadores ascendeu pelos setores democrático-legalistas ancorados pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola – cunhado de Jango. Brizola iniciou, logo no dia 27 de agosto de 1961, uma campanha que se tornaria bem-sucedida e passaria a ser conhecida como *Rede de Legalidade*. Com estilo político combativo, Brizola optou por realizar a resistência no plano simbólico: se entrincheirou no *Palácio do Piratini*, sede do governo gaúcho, e iniciou um movimento radiofônico respaldado no argumento basilar de que a posse de Jango “era a solução

⁵⁴ Embora no espectro político Goulart pudesse se classificar como um trabalhista moderado, o político gaúcho era visto com receio pelos setores conservadores antigetulistas devido ao passado de sua trajetória política calcada na construção de políticas trabalhistas sob influência varguista. Quando Ministro do Trabalho de Vargas, Jango realizou políticas conciliatórias de mediação entre o direito dos trabalhadores e o capital; como também prometeu aumentar 100% do salário mínimo, o que causou uma crise com os militares, que temiam a reaproximação do getulismo com os sindicatos operários e a criação de uma “República sindicalista” (NAPOLITANO, 2018).

legal, prevista pela Constituição” (FICO, 2014). Cerca de 150 emissoras retransmitiram os discursos em defesa da posse legítima do vice-presidente eleito. Em consequência desse atrito, a possibilidade de uma guerra civil era um horizonte possível no jogo de xadrez da política nacional (NAPOLITANO, 2018). A atitude dos ministros desagradou diversos setores da opinião pública. Nesse cenário, a sociedade civil passou a se mobilizar em defesa da Constituição Brasileira. A imprensa convencional em peso passou a apoiar a posse negociada de Jango, com exceção dos jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa*, que deram suporte aos ministros militares. Organizações como a *Ordem dos Advogados do Brasil* (OAB), a *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* (CNBB) e a *União Nacional dos Estudantes* (UNE), como também os sindicatos, se manifestaram pró-legalidade.

Ao tomar conhecimento da tentativa golpista liderada pela tríade militar, João Goulart, ainda na China comunista, adotou a estratégia de retardar sua volta ao Brasil, com o intuito de esperar que alguma solução fosse encontrada para amenizar o conflito no país. No período de crise, ao partir da China, Goulart saiu de Cantão em direção a Cingapura, passou pela Europa, chegou nos Estados Unidos, onde fez a rota pelo Oceano Pacífico até o Rio Grande do Sul – ao passar por Buenos Aires e Montevideo. No dia 31 de agosto de 1961, chegou a Porto Alegre e passou a realizar negociações com o Congresso Nacional.

A manobra política encontrada para a posse legal de Jango, em um contexto de amplos tensionamentos, foi a adoção do parlamentarismo como sistema político substituto ao presidencialismo – modelo que reduzia os poderes do Chefe do Executivo, portanto, reduzia as possibilidades de ação de Jango enquanto presidente da República. Diferentes seções da esquerda passaram a chamar a implementação às pressas do parlamentarismo de “golpe branco”, ou um golpe civil arquitetado com o intuito de evitar um golpe militar, devido ao fato de que a possibilidade de Jango, enquanto Primeiro-Ministro, de dissolver o Congresso para convocar novas eleições, mecanismo desse modelo político, não era cabível na implementação brasileira (NAPOLITANO, 2018)

No dia 29 de agosto de 1961, o Congresso barrou o impedimento de posse de João Goulart por 299 votos contra apenas 14. Em sequência, o modelo parlamentarista foi aprovado no dia 1º de setembro por 233 votos em contraposição a 55. Este fator político, juntamente à pressão civil e de alas legalistas do setor militar impediram o veto da posse de Goulart. Jango tomou posse na simbólica data do dia 7 de setembro, dia da Independência. Tratava-se da posse de um

governo que se articularia cheio de disputas, instabilidades, tensionamentos e culminaria na sua derrubada após três anos no cargo.

O parlamentarismo se tornou um fracasso como modelo político para a realidade brasileira. Nesse bojo, o plebiscito para a decisão entre a permanência do parlamentarismo em oposição à volta do presidencialismo foi marcado para o dia seis de janeiro de 1963 – período este antecipado à emenda que instituiu o modelo no país, que previa a votação para nove meses antes do fim do mandato de Goulart. O resultado das eleições fortaleceu Goulart: o presidencialismo venceu. Entre os mais de 11,5 milhões de eleitores, cerca de 9,5 milhões optaram pelo presidencialismo. (FICO, 2014).

Com o êxito janguista, a pressão dos setores de esquerda não-congressista, que já se aguçara desde o segundo semestre de 1962 – se intensificou para a aprovação das reformas de base. A Frente de Mobilização Popular (FMP), liderada por Leonel de Moura Brizola, passou a pressionar o Congresso e o Executivo e pediu uma posição mais ativa de Jango ao invés de sua postura conciliatória e moderada no que tange às mudanças na ordem econômica e política. (REIS FILHO, 2014; FICO, 2014; NAPOLITANO, 2018).

Dois debates se tornaram importantes para a disputa política de Jango na condição de Chefe do Executivo em 1963 – a questão da Reforma Agrária e a inflação, problema este advindo do governo JK. O debate da reforma agrária – questão ardilosa, pois tocava em profundas estruturas agrárias comandadas por uma elite oligárquica – emperrou no Congresso Nacional devido aos tensionamentos entre a proposta requerida pelas esquerdas e os projetos apresentados pelos políticos no plenário. Na tentativa de controle da inflação, o pacote de medidas econômicas conhecido como “Plano Trienal”, elaborado pelo economista Celso Furtado, foi rejeitado por setores à esquerda – devido aos cortes salariais em período de alta inflação – como também à direita, que se opunham à ““ofensiva socializante do Estado’ contra o livre mercado”. (NAPOLITANO, 2018, p. 40).

Em sequência, uma entrevista do governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, ao jornal estadunidense *Los Angeles Times*⁵⁵, em 1961, foi responsável por um novo desgaste do capital político do governo Jango. Em sua fala, Lacerda o acusou de ser comunista e defendeu um golpe militar no Brasil com apoio estadunidense. O presidente, em uma atitude

⁵⁵ Para detalhes, ver: <http://memorialdademocracia.com.br/card/lacerda-pede-apoio-dos-eua-para-golpe>. Acesso em 3 de mar. 2020.

hesitante, enviou ao Congresso um requerimento de Estado de Sítio. O pedido foi criticado tanto pela esquerda, que acreditou que a tentativa era uma forma de Jango – ao ter mais poderes concentrados – romper com os setores mais radicais, que clamavam pelas reformas; quanto pela direita, para quem o requerimento se tratava de uma tentativa de autogolpe, semelhante ao golpe que instaurou a ditadura do Estado Novo, realizado por Getúlio Vargas, em 1937. Politicamente isolado, o presidente retirou a proposta e “para muitos, seu governo começou a naufragar a partir desta crise”. (NAPOLITANO, 2018, p. 42).

Em tais circunstâncias, o embate entre os dois projetos de sociedade – que embora difusos e multifacetados, ainda constituíam projetos – se tensionou e passou a demarcar espaço nas ruas. De um lado, as esquerdas – nacionalistas, comunistas e reformistas – compostas por trabalhadores urbanos e rurais, estudantes e facções subalternas das Forças Armadas apoiavam as reformas, pois “percebiam, com razão, que a concretização delas consolidaria uma repartição de poderes e de riqueza que lhes traria benefícios, materiais e simbólicos” (REIS FILHO, 2014, p. 36). Sob outra perspectiva, os setores contrários às reformas – também heterogêneos –, como as elites tradicionais, oligarquias agrárias e setores modernizantes interessados no capital multinacional, se aliavam com setores das classes médias e setores populares, como “pequenos proprietários, profissionais liberais, homens de *terno e gravata*, empregados de *colarinho branco*, oficiais das Forças Armadas, professores e estudantes, jornalistas, trabalhadores autônomos”. (REIS FILHO, 2014, p. 37).

Na visão da imprensa convencional, Jango possuía fraca liderança e, conseqüentemente, seria influenciado pelos movimentos sociais de cunho radical guiados por seu cunhado Leonel Brizola, bem como os jornais diziam que o presidente era manipulado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). O discurso da imprensa, inserido na lógica da Guerra Fria⁵⁶, tinha caráter anticomunista e acreditava que as reformas em discussão na agenda política

⁵⁶ Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mundo se dividiu em dois blocos antagonistas compostos pelo eixo socialista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e pelo eixo capitalista, cristão e conservador ancorado pelos Estados Unidos da América (EUA). Os conflitos indiretos e as estratégias políticas entre as duas potências no período demarcado entre o fim da Segunda Guerra até o desmantelamento da URSS (1945-1991) se denomina “Guerra Fria”. Nesse sentido, a América Latina se torna um grande foco da Guerra Fria após o ano de 1959, época na qual os comandantes revolucionários cubanos Fidel Castro, Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos lideraram a Revolução Cubana. No ano de 1962, Fidel Castro delimita o caráter socialista do processo revolucionário e se alinha à URSS. A consequência de uma revolução nacionalista que se torna socialista, juntamente ao medo do comunismo e do “fantasma de Moscou” se tornaram um elemento importante nas representações das classes médias e das elites brasileiras – aspecto geopolítico importante para a compreensão do panorama mundial no período do golpe civil-militar e de seus desdobramentos no Brasil.

brasileira se tornaram “a desculpa para subverter a ordem social, ameaçar a propriedade privada e a economia de mercado” (NAPOLITANO, 2018). A linha editorial dos jornais, em uma tentativa de influenciar a opinião pública, passou a alardear a possibilidade de um autogolpe semelhante ao realizado por Getúlio Vargas em 1937 – período no qual se instaurara a ditadura do Estado Novo. Porém, o suposto golpe em marcha proposto por Jango, de acordo com as ideias conspiracionistas da imprensa, diferentemente da linha protofascista do período getulista, seria de caráter revolucionário.

Os setores conservadores, compostos por oligarquias agrárias e pela alta patente do exército, acreditavam que Jango seria dominado pela esquerda e, em sequência, o Brasil se tornaria uma ditadura comunista, motivo pelo qual as frações da sociedade civil saíram às ruas e requereram às *Forças Armadas Brasileiras* uma intervenção para a convocatória de novas eleições⁵⁷. Os diversos setores que possuíam diferentes privilégios e acumulação de propriedade privada em diferentes nivelamentos tinham dificuldades em aceitar a ascensão de lideranças populares que questionavam a distribuição de capitais e as regras do jogo político no Brasil – juntamente a isso, a propaganda realizada por institutos conservadores como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa em Estudos Sociais (IPES) preparavam o terreno para uma articulação de derrubada de Goulart⁵⁸.

⁵⁷ Nomeada pelos militares que realizaram o golpe como “Revolução democrática” ou “Revolução de 1964”, a ideia de que a intervenção dos militares, solicitada por setores da sociedade civil, na realidade se tratou de um contragolpe com o intuito de evitar que o Brasil se tornasse uma ditadura comunista é questionada pela historiografia contemporânea – tendo em consideração que o programa das Reformas de Base, assim como a postura política moderada de Goulart tinha caráter do que é denominado por Daniel Aarão Reis Filho (2014) de *nacional-estatismo*. Sucintamente, embora as esquerdas no Brasil, no período histórico em questão, fossem heterogêneas, a ideia de se realizar uma série de reformas – que tinha por objetivo realizar políticas distributivas de democratização – se distanciava da abolição da propriedade privada e da construção de uma “ditadura do proletariado”, como evidenciado por Karl Marx no Manifesto do Partido Comunista (2010). O próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB) adotou postura moderada e tinha a ideia de revolução baseada no *etapismo*: buscava uma aliança com a burguesia nacional contra o imperialismo estadunidense na intenção de construir uma revolução nacionalista e democrática para então realizar a transição ao socialismo. Em contrapartida, o político gaúcho Leonel Brizola, mesmo que não fosse comunista – juntamente ao líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião – adotou uma linha combativa mais direta de pressão tanto ao Congresso Nacional quanto a Jango. No período em questão, a única fração das esquerdas que efetivamente apostava em guerrilha armada eram as Ligas Camponesas, que recebia financiamento de Cuba com essas intenções (GORENDER; 2014; NAPOLITANO, 2018). Curiosamente, no lado oposto do espectro político, em sua análise sobre a atuação das diferentes parcelas da esquerda no combate à ditadura, o historiador marxista Jacob Gorender, percebia o horizonte de uma revolução socialista no Brasil, sendo o período datado entre 1960-1964 “o auge da luta de classes em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação revolucionária e o golpe direitista se definiu (...) pelo caráter contrarrevolucionário preventivo”. Ver: Gorender (2014).

⁵⁸ Há uma diferença entre a tentativa de desestabilização de Goulart com a intenção de disputa nas eleições de 1965 e a busca por sua derrubada. Ver: Fico (2014).

As classes médias bombardeadas pelos discursos anticomunistas da imprensa e de várias entidades civis e religiosas reacionárias acreditavam piamente que Moscou tramava para conquistar o Brasil, ameaçando a civilização cristã, as hierarquias “naturais” da sociedade e a liberdade individual. (NAPOLITANO, 2018, p. 48).

O presidente Jango, com capital político desgastado com o Congresso e conflitante com os setores das direitas nacionais, passou a buscar nas ruas apoio para manter a legitimidade de seu governo, o que foi visto com grande entusiasmo pelo campo reformista, pois na visão desse setor “o presidente havia se decidido, finalmente, a ser o líder da revolução brasileira, o executor das reformas de base, ‘na lei ou na marra’, abandonando a crise política conciliatória” (NAPOLITANO, 2018, p. 53). Todavia, segundo Napolitano (2018), Jango não buscava as alternativas radicais propostas pela FMP, liderada por Brizola, como a dissolução do Congresso e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Nesse sentido, a estratégia do Chefe de Estado tinha por objetivo – em conciliação institucional – intimidar o legislativo a partir da pressão popular.

Em 1964, a disputa passou a ganhar espaço nas ruas. A esquerda investiu em uma série de comícios – não obstante iniciados em 1963, apenas obtiveram apoio do setor Executivo no ano posterior. O primeiro, e único, comício realizado por João Goulart e com o apoio dos governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes, conhecido popularmente como “Comício das Reformas” ou comício da “Central do Brasil”, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1964. Com cerca de 200 mil pessoas reunidas, Goulart reafirmou seu compromisso com a implementação das reformas e conclamou as massas para defender o seu governo. Como maneira de demonstrar sua disposição com a operacionalização do debate político em questão, o Presidente assinou decretos que nacionalizavam refinarias de petróleo particulares e desapropriava terras às margens de rodovia; o que mostrava aceno para a concretização da reforma agrária. Dois dias depois, o governante enviou ao Congresso uma mensagem que “iniciava seu ano legislativo, no qual mais uma vez expunha a necessidade de reformas estruturais, revisão constitucional e apelava para a necessidade de o Congresso incorporar estas demandas, negociando com o governo (...)” (NAPOLITANO, 2018, p. 55).

A contrapartida da direita chegou uma semana depois, no dia 19 de março, com a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, evento no qual cerca de 500 mil pessoas, compostas por setores civis da classe média, religiosos e políticos, com cartazes anticomunistas,

davam sua resposta ao “Comício das Reformas” e pediam a intervenção militar no mandato de Jango. A marcha teve apoio de mais de 100 entidades civis (NAPOLITANO, 2018).

A legitimidade dos cidadãos que os setores conspiracionistas das Forças Armadas obtiveram com os protestos se destacou como um dos fatores fundamentais para a derrubada de Jango. Nesse panorama, se tramava uma conspiração liderada pelo general Humberto de Alencar Castelo Branco em colaboração com os Estados Unidos⁵⁹, pois o país também compartilhava a tese do autogolpe de Goulart e a consequente dominação dos setores mais à esquerda para a instauração de uma ditadura comunista. A experiência cubana, como afirmado anteriormente, aumentou a atenção ianque na América latina – havia o temor de que o Nordeste pudesse ser a nova *Sierra Maestra*⁶⁰ devido à articulação das Ligas Camponesas. A partir desse entendimento, os Estados Unidos forneceram apoio financeiro e logístico para a derrubada de João Goulart na “Operação Brother Sam”⁶¹. Washington, nesse sentido, tinha muitos conspiradores – entre civis, como Carlos Lacerda, e diversos setores de oficiais das Forças Armadas – e a maior preocupação dos EUA consistia em procurar por grupos efetivos na queda de Goulart. Como realça o historiador Marcos Napolitano (2018), a histórica desorganização brasileira, até mesmo em conspirações internacionais, quase colocou tudo a perder. Um grupo do Exército Brasileiro liderado pelo general Olympio Mourão Filho partiu de Minas Gerais para o Rio de Janeiro no dia 30 de março de 1964 para “salvar o Brasil”, em sua visão, do comunismo e da subversão. A esquerda, à espera de uma ordem para o contra-ataque, ficou sem ação efetiva para combater as tropas. Jango foi para Porto Alegre buscar o apoio de Brizola e para procurar uma forma de resistência semelhante à ocorrida na Rede da Legalidade, porém horrorizado com a possibilidade de uma guerra civil deixou o Brasil e partiu para o exílio em Montevidéu, capital do Uruguai.

Na noite de 2 de abril de 1964, o Congresso Nacional declarou a vacância da presidência da República e, temporariamente, Pascoal Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu “um mandato de curtíssima duração tutelado pelos militares”

⁵⁹ O presidente Lyndon Johnson, que assume o cargo após o assassinato de John Kennedy em 1963, buscou em um programa intitulado “Aliança Para o Processo” uma série de medidas de apoio para países latino-americanos – mais funcional no plano discursivo do que no plano prático – com o intuito de fornecer ajuda e conter o “avanço vermelho” no continente. O Secretário Assistente para Assuntos Interamericanos, Thomas C. Mann, ficou conhecido pela intitulada “Doutrina Mann”, sustentada pela tese de que o Estados Unidos não deveria questionar, e inclusive deveriam apoiar, as ditaduras militares que se constituíssem na América Latina (FICO, 2019).

⁶⁰ Região cubana com altos índices de pobreza onde se iniciou o processo revolucionário do país.

⁶¹ O historiador Carlos Fico se destaca como um dos pesquisadores do tema. Ver: FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos Anos de Chumbo. O governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

(NAPOLITANO, 2018, p. 65). No Rio de Janeiro, o público da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” saiu à rua para comemorar a derrota do comunismo e da subversão da ordem. No dia 8 de abril – após a cassação de 40 parlamentares da oposição – o general ditador Humberto de Alencar Castello Branco foi escolhido o Presidente da República. O Brasil ingressou em uma ditadura de 21 anos⁶² e passou por cinco principais atos institucionais⁶³, cinco outros generais ditadores responsáveis pela manutenção do regime e um período de repressão, censura e a institucionalização da violência no aparato estatal sob égide do AI-5.

Como afirmado anteriormente, a ditadura militar brasileira não pode ser analisada como um bloco monolítico de dominação referente a um projeto articulado pelos militares⁶⁴. Se trata de um processo histórico complexo, contraditório e multifacetado (NAPOLITANO, 2018), que dentro dos 21 anos de sua duração, passou por diferentes momentos de violência, censura e repressão política. Diferentemente das outras ditaduras do Cone Sul, como o regime chileno governado por Augusto Pinochet, entre 1974 e 1990, e o regime paraguaio dirigido por Alfredo Stroessner, no período entre 1954 e 1989, no Brasil o rodízio de diferentes generais acaba por conferir certa singularidade à experiência ditatorial nacional (FICO, 2015). Em mais de duas décadas, cinco diferentes generais⁶⁵ revezaram o poder, sendo estes Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Arthur da Costa e Silva (1967-1969), Emilio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Beckmann Geisel (1974-1978) e João Baptista Figueiredo (1978-1985).

O processo de transição democrática voltaria a ser debate de forma mais intensa no final da década de 1970. Em um contexto econômico adverso, tensionado por setores da oposição e da sociedade civil, o processo transição passou a se intensificar com a posse do último presidente do ciclo militar, o general ditador João Baptista de Oliveira Figueiredo no ano de

⁶² É importante ressaltar que os setores civis que apoiaram o Golpe não necessariamente apoiariam um regime ditatorial, haja visto que tinham em mente a ideia de que as Forças Armadas interviriam para convocar novas eleições como anteriormente ocorrido no fim da ditadura do Estado Novo em 1945. A hipótese de que a esquerda foi derrubada pela direita é complexificada por Napolitano (2018). O autor parte do princípio de que embora o rompimento institucional tenha inegável caráter golpista, a esquerda também apresentou erros táticos no jogo político – os quais fizeram com que as diversas divisões da direita se aproveitassem para agir.

⁶³ A discussão sobre os diferentes períodos de repressão da ditadura, que como reiterado em momentos anteriores, não se constituiu enquanto um bloco monolítico de repressão, será realizada no próximo tópico juntamente à discussão sobre os diferentes períodos de opressão em relação à vida artístico-cultural brasileira.

⁶⁴ Como Carlos Fico (2015) enfatiza, nem mesmo o bloco militar era homogêneo, e se dividia entre a ala “castelista”, mais moderada, e os militares da “linha-dura”, liderados inicialmente por Arthur da Costa e Silva – o general-ditador responsável por decretar o Ato Institucional número 5 (AI-5), período conhecido como os anos de chumbo da ditadura, no qual a repressão se tornou institucionalizada e houve um aumento da tortura e dos assassinatos (chamados pelos militares de “punições revolucionárias”).

1978. Uma série de eventos foi proeminente para desencadear a crise conjuntural que devolveria o poder aos civis em moldes democráticos, no sentido de escolha político institucional por voto popular. Por parte dos movimentos sociais, o novo sindicalismo organizado por Luis Inácio Lula da Silva, que buscava independência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), coordenou, entre 1978 e 1979, greves que requeriam liberdades democráticas e aumentos no salários dos operários. O movimento seria a base para a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. (ROMANCINI; LAGO, 2007).

Em 1979, também foi aprovada pelo Congresso a Lei da Anistia que perdoava os crimes ocorridos na ditadura militar. Embora a Lei tivesse restrições e beneficiasse figuras controversas, como os torturadores do regime, simbolizou um avanço político que possibilitou a volta do grupo de intelectuais, artistas e políticos que foram exilados no estabelecimento do AI-5. No mesmo ano, o bipartidarismo instituído com o decreto do AI-2 também foi minado a partir da aprovação da *Nova Lei Orgânica dos Partidos*.

Criaram-se novos partidos que participam do jogo político até os dias atuais. O MDB, partido de oposição consentida à ditadura, adicionou a palavra “Partido” em sua sigla e tornou-se o PMDB. A carga semântica que o nome *Arena* impunha motivou o Partido a modificar sua nomenclatura para Partido Democrático Social (PDS). Surgiram também o Partido dos Trabalhadores (PT), sob a liderança de Lula da Silva, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), criado por Leonel de Moura Brizola (FICO, 2015; NAPOLITANO, 2018). A oposição partidária, embora com interesses divergentes, passou a se unir a favor da proposta de eleições diretas para o sucessor do general ditador João Baptista Figueiredo. A pauta provocou grandes debates e foi um símbolo de esperança para a sociedade civil brasileira:

Em verdade, o tema das “diretas” encarnou, no imaginário popular, uma série de esperanças, desde aquela ao qual a campanha remetia diretamente, de obtenção de uma representação política mais autêntica, mas também de aspectos voltados à melhora das condições de vida. (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 159).

O quadro político levou isso à ocasião da emenda constitucional Dante de Oliveira, nome do até então desconhecido deputado do estado de Mato Grosso que a propôs, que visava abertura política e eleições por voto popular. A emenda “precisava obter dois terços de votos na

⁶⁵ Uma junta militar composta pelos generais da tripartite das Forças Armadas assume o poder em 1969, após Costa e Silva sofrer um derrame, para evitar que um civil, o vice-presidente Pedro Aleixo, tomasse posse.

Câmara para passar ao Senado, missão muito difícil, dada a inferioridade numérica da oposição” (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 159). A pressão popular se intensificou a partir dos comícios. O primeiro ocorreu em 1984 na Praça da Sé, em São Paulo, e reuniu milhares de pessoas. A Rede Globo, que no começo ignorou os comícios, apenas passou a noticiá-los quando se tornou impossível desprezar as manifestações:

Tornou-se comum, como uma das palavras de ordem, dos comícios, a frase: “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo!”. A direção da rede optou então por uma solução manipulatória, quando no “Jornal Nacional” se disse que as pessoas reunidas no comício da Sé comemoravam o aniversário de São Paulo (a data era coincidente). (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 159).

A Rede Globo passou apenas a cobrir a campanha quando, acusada de ocultar as representações da realidade social do momento, ficou sem alternativa. Todavia, mesmo após o impulsionamento das manifestações devido à cobertura da Rede Globo, a Ementa não passou: “dentre os 479 congressistas, a emenda recebeu 298 votos, faltaram 22 votos” (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 159). Após longos processos de negociação entre a oposição e os militares, estes desgastados devido à crise econômica, à inflação gerada pelo milagre econômico e a pressão dos setores populares, negociaram colocar no poder o candidato considerado moderado, Tancredo Neves (PMDB). O PDS, em troca de apoio negociou que o vice-presidente fosse ligado ao partido, representado por José Sarney. Paulo Maluf (PDS) também se declarou candidato, fato este que causou uma cisão no PDS. Ainda que a eleição a tenha sido indireta, possuía o embrião de um caráter mais democrático haja visto que Neves realizou comícios e apareceu na televisão (NAPOLITANO, 2018). Em 15 de novembro de 1985, Tancredo Neves venceu, por 480 votos contra 180 para Paulo Maluf. Conquanto ficou doente e não tomou posse. Faleceu em 21 de abril de 1986, o que causou grande comoção popular e resultou no “paradoxo de que o primeiro presidente civil após o governo autoritário tenha sido o ex-presidente do partido governista”. (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 166).

A ditadura militar brasileira, evidenciada neste tópico de maneira sucinta, ao se levar em conta a complexidade do período, pode ser encarada como uma das chaves-analíticas para a compreensão do autoritarismo brasileiro contemporâneo – sendo o governo de Jair Bolsonaro, eleito em 2018, a expressão máxima de que esse autoritarismo não ficou no passado. O Brasil passou por um processo de redemocratização, que embora com diversas falhas em uma transição moderada pela hegemonia dos setores liberais, tentou construir um Estado de bem-estar social

baseado na Constituição Cidadã de 1988, que visou garantir direitos básicos a uma população historicamente prejudicada pela autocracia das elites – a leitura do texto de João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais (1998) evidencia de maneira primorosa esta discussão.

Na década de 1990, as lutas para a estabilização da moeda nacional foram uma das grandes batalhas enfrentadas. Apenas em 2003, depois de 40 anos, um presidente democraticamente eleito passou a faixa para outro também eleito. Luis Inácio Lula da Silva, principal liderança do PT e operário que galvanizou greves entre 1978 e 1980, foi eleito presidente do Brasil após três tentativas. No período em que Lula ficou no poder, uma série de conquistas em relação a direitos sociais foi obtida. Com todos os problemas de conciliação de classes do governo, o Brasil conquistou nuances de democracia no período de Lula (2003-2009). Sua sucessora, Dilma Vana Rousseff foi eleita em 2010. Rousseff foi guerrilheira pelo Comando de Libertação Nacional (Colina) no período da ditadura e sofreu tortura no regime. A presidente, que sentiu na pele a arbitrariedade, chorou quando recebeu os resultados da Comissão Nacional da Verdade (CNV), responsável por investigar os crimes cometidos pelo Estado brasileiro. Rousseff também proibiu a comemoração de 31 de março nos quarteis. (FICO, 2015).

As décadas de relativa estabilização democrática no Brasil passaram a ser tensionadas com a eleição de Jair Messias Bolsonaro. Conhecido por vangloriar Carlos Alberto Brilhante Ustra, notório torturador do período e um dos responsáveis pelas torturas⁶⁶ à Rousseff nos anos de chumbo, Bolsonaro é um notório admirador dos anos da ditadura. Em 2020, em pleno período de pandemia, militantes bolsonaristas se manifestam publicamente para pedirem a volta do AI-5, com endosso presidencial.⁶⁷

As intenções destes parágrafos não são de caráter prolixo ou mesmo de um sentimentalismo exacerbado, servem apenas como reflexão sobre como o período da ditadura tem influencias importantes até os dias atuais para a sociedade brasileira, e a busca pela democracia deve ser sempre constante. Questionamentos sobre a factibilidade da ditadura⁶⁸, o real desaparecimento que o terrorismo de Estado proporcionou, passaram a tentar tensionar a memória que por muito tempo se manteve como um consenso. A História e a memória são

⁶⁶ A vida política de Dilma Rousseff na época da ditadura pode ser conferida em matéria feita pela Revista Piauí. Para conferir, ver: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/as-armas-e-os-varoes/>>. Acesso em: 4 de mar. de 2020.

⁶⁷ Ver: Bolsonaro discursa em ato com pauta a favor do AI-5. In: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-discursa-em-ato-com-pauta-a-favor-do-ai-5-e-contra-o-congresso/>>. Acesso em: 4 de mar. de 2020.

⁶⁸ Ver: “Governo Bolsonaro prega negacionismo histórico sobre a ditadura”. In: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/politica/1554419295_939718.html>. Acesso em: 4 de mar. de 2020.

campos constantes de disputa e os jornais alternativos e seus agentes, personalidades em sua maioria vivas até o período hodierno, demonstram a importância que a imprensa alternativa possui para a compreensão desse período do país.

Por fim, o objetivo deste tópico foi colocar em discussão o pano de fundo histórico que calcou o golpe de 1964, a ditadura militar e os desdobramentos políticos. O próximo tópico, dando sequência ao capítulo, terá por objetivo discutir o caráter repressivo institucionalizado do regime.

3.2 Algumas considerações sobre repressão, censura e vigilância

Este tópico tem por pretensão realizar uma contextualização do período da censura ocorrido na ditadura militar brasileira. Tendo em consideração que o processo censório também atingiu a imprensa alternativa no período em que foi institucionalizada (1968-1978), mostra-se importante realizar uma breve explanação, no âmbito histórico, sobre a maneira como o Estado instaurou operacionalizou essa dinâmica.

Roger Chartier (2011), em palestra na qual debate as relações entre Pierre Bourdieu e a História, discute sobre a ideia de dominação no plano simbólico. Para a dominação se manter em uma sociedade, segundo o historiador francês, não basta a violência bruta e material em relação aos seus agentes e grupos de agentes. É necessário, para sua legitimação e aceitação, um mecanismo de dominação simbólica. De acordo com Aquino (1999, p.15) um dos grandes eixos de preocupação dos militares durante o Estado autoritário brasileiro se tratou do plano da informação. Uma série de aparatos de repressão institucionalizados passou a “detectar e punir toda e qualquer tentativa explícita ou implícita de ‘subversão’ à ordem instaurada”. A censura política à imprensa escrita, nesse sentido, juntamente a uma série de outras práticas de repressão política, teve por objetivo preservar a legitimidade do regime frente à opinião pública no que tange às arbitrariedades e ao autoritarismo. Pode-se dividir a repressão cultural nas duas décadas do regime em três categorias estabelecidas por Napolitano (2018)⁶⁹:

- 1) **1964-1968.** O primeiro período tinha por objetivo encerrar os elos organizativos que vinham sendo articulados entre as classes populares e a cultura das esquerdas⁷⁰ com

⁶⁹ Estas categorias serão utilizadas na análise empírica (Capítulo 4) para situar historicamente os agentes e a sua participação na imprensa alternativa dentro do contexto da ditadura.

⁷⁰ Para mais detalhes, ver o próximo tópico.

objetivo de barrar a possibilidade de popularização e de operacionalização das Reformas em voga no debate público. Com essa estratégia, o regime foi responsável por fechar núcleos da cultura de esquerda engajada pré-1964, eletrizada pelo debate das Reformas de Base, como o *Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes* (UNE), o *Movimento de Cultura Popular do Recife* e o *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* (Iseb). A repressão política ainda não era institucionalizada – portanto mais fracionada – e realizada via *Inquéritos Policiais-Militares* (IPM), que perseguiram a atividade intelectual crítica ao golpe, o que causou insegurança e nutriu a imagem do regime como uma ditadura anti-intelectualista. O campo da cultura, nesse panorama, foi o responsável pela união entre liberais, socialistas e comunistas a partir do endossamento da concepção do *terrorismo cultural*. A área mais atingida desse período foi o teatro por seu caráter de mobilização entre diversos setores oposicionistas. A ruptura da aliança entre os movimentos sociais e a intelectualidade de esquerda bradou muito mais sobre os primeiros, objetos de dura repressão, do que sobre os segundos. Nesse sentido, o círculo de consumo da cultura de esquerda fechado entre o seu próprio público não incomodava o regime, por mais que causasse certos constrangimentos. É por esse motivo que Roberto Schwarz (2014), em um dos ensaios componentes da historiografia clássica sobre o tema, afirma que entre esse período houve uma *hegemonia cultural de esquerda* na cultura brasileira. Não obstante o consumo cultural intelectual desses grupos fosse restrito, a rica produção cultural crítica ao regime formou uma geração de estudantes que foi essencial para a denúncia à arbitrariedade da ditadura e chegou em seu ápice em 1968⁷¹ com as manifestações estudantis intensificadas com apoio da classe média. Na ótica dos militares, era preciso evitar a relação entre a intelectualidade universitária, os movimentos sociais e a luta armada. A edição do Ato Institucional número 5 vem, nesse sentido, para reforçar o caráter de dominação sobre a sociedade civil e política.

- 2) **1969-1978.** Período também conhecido como os “anos de chumbo da ditadura” foi marcado pela fase de repressão política mais intensa e institucionalizada pelo Estado brasileiro. O AI-5 foi decretado no dia 13 dezembro de 1968, portanto os efeitos práticos

⁷¹ Batizado por Zuenir Ventura (2018) como “o ano que não terminou”, 1968 foi um ano de tensionamentos políticos e questionamento à ordem dominante em todo o mundo ocidental, evidentemente com reflexos no Brasil.

do ato mais opressivo da ditadura militar foram percebidos, do ponto de vista político, de maneira prática a partir de 1969. O objetivo do regime nesse momento era reprimir o movimento cultural como forma de mobilização e união do radicalismo das classes médias, em sua maioria estudantes, juntamente às frações do movimento operário e aos grupos de esquerda revolucionária que optaram pela luta armada. Foi o período no qual se intensificaram os aparatos institucionais de repressão, de censura e de vigilância da ditadura. Nesse momento histórico foi decretada a nova Lei de Censura, que criava o *Conselho Superior de Censura*. O decreto de lei nº 1077, instaurado em janeiro de 1970, determinou a censura sobre materiais impressos. Em 1972 a Polícia Federal passou a aplicar a censura com mais eficiência com a criação da *Divisão de Censura e Diversões Públicas* – como também a ampliação do conjunto de censores. Foi ainda o período em que a ditadura intensificou a vigilância e a repressão política.

- 3) **1979-1985.** A intenção central, em um momento de disputas pelo fim do regime e pelo processo de redemocratização e marcado pelas lutas pela anistia, era de realizar um controle sobre o processo de desagregação da ordem política e moral estabelecido, com limites de conteúdo como também de linguagem. A preocupação do regime, nesse sentido, era realizar o processo de transição democrática, porém com certa conservação do aparato construído durante o regime, assim como pela preocupação com o caráter dessa transição com a esquerda – por receio de um projeto radical e revanchista contra os militares. A esquerda, derrotada em sua face radicalizada da luta armada por aniquilação truculenta do Estado, procurou se unir aos setores liberais-moderados no que tange à oposição do regime e, em vez de buscar um projeto radical de sociedade, passou a considerar a conquista pela democracia como um valor em si em vez de ambicionar projetos de democracia radical, popular ou socialista (SCHWARCZ; STARLING, 2018). A repressão política no período arrefeceu, embora ainda ocorresse menos intensificadamente.

Marcos Napolitano (2018) argumenta que no processo de endurecimento do regime (1968-1979), ocasionado por um conjunto complexo de fatores, como a insurgência da guerrilha armada e a sua aproximação com setores do movimento estudantil e operário, um aparato

dividido na tripartite vigilância-censura-repressão se arrefeceu de maneira intensa. Ao contar com a construção de um Estado autoritário instaurado em grande parte pelo primeiro general-ditador Humberto de Alencar Castello Branco, o Estado brasileiro contou com ferramentas discricionárias de repressão política aos seus opositores:

A Lei de Segurança Nacional, as leis de censura, os Atos Institucionais e Complementares, a própria Constituição de 1967. Não foi o regime de 1964 que inventou esse tripé repressivo, em parte herdado do passado, mas sem dúvida deu-lhe nova estrutura, novas agências e funções. (NAPOLITANO, 2018, p. 128).

A base teórica que fundamentou a máquina repressiva estatal tinha influências do conceito de “guerra interna” ou “guerra revolucionária” desenvolvida pela França para combater a revolta anticolonial na então colônia Argélia. Essa concepção partia do princípio de que qualquer indivíduo poderia ser uma ameaça potencial à ordem dominante e um possível subversivo. Agências variadas trocavam entre si informações, porém não havia uma ação coordenada estruturalmente de maneira comum e integrada. (NAPOLITANO, 2018).

A *vigilância*, nessa lógica, tinha por objetivo produzir informações sobre cidadãos, grupos políticos, movimentos sociais e quaisquer atividades sociais que pudessem surpreender o governo. A instituição central era o *Serviço Nacional de Informações* (SNI) e tinha como braços as *Divisões de Segurança e Informação* (DSI) e a *Assessoria de Segurança e Informação* (ASI).

A *repressão* se tratava de um conjunto de ações voltadas à perseguição das ações civis e armadas contra o regime. Foi representada nos anos iniciais do regime pelos *Departamentos de Ordem Social e Política* (DOPS) em âmbito estadual. Com o arrefecimento da luta armada, cada ministério militar tinha seu órgão de caráter informativo-repressivo – compostos pelo *Centro de Informação da Marinha* (CENIMAR), *Centro de Informação do Exército* (CIE) e *Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica* (CISA). Como intenção de unificar o processo repressivo, é criado o *Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna* (DOI-CODI).

No que tange à *censura*, o governo se equipou de uma estrutura estatal e de um aparato legislativo precedente e o aperfeiçoou. Advinda de 1946, a legislação básica de censura se valia da lei nº 1043 e o regime a complementou, em 1968, com a lei nº 5526. A censura de caráter moral, com foco aos programas de televisão, novelas e ao teatro, existia desde os anos

1940 e era garantida por um órgão público, a *Divisão de Censura de Diversões Públicas* (DCPC) (FICO, 2015). Com o fechamento do regime e a intensificação da repressão, foi criada a *Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal* (NAPOLITANO, 2018). Os temas censurados eram variados:

Notícias sobre enfrentamentos entre os órgãos de repressão e militantes da luta armada (como foram frequentes nos casos de assaltos a bancos) eram terminantemente proibidas. Fracassos dos governos ou quaisquer fatos que fragilizassem o regime também eram censurados. Quando das sucessões dos generais na Presidência da República, a censura só admitia ‘transcrição dos discursos dos parlamentares, sem cunho sensacionalista. Até mesmo reportagens sobre epidemia chegaram ser censuradas. (FICO, 2015, p. 83).

Segundo Aquino (1999), de maneira geral há várias maneiras de realizar censura no âmbito da imprensa escrita. A censura realizada no plano empresarial, por exemplo, ocorre intrinsecamente à organização do próprio jornal, quando os interesses dos grupos representados no veículo, dos seus proprietários e/ou dos seus anunciantes são tensionados em relação à divulgação de determinadas notícias – o que interfere na divulgação delas. Esse modelo de censura é menos relacionado às circunstâncias históricas e mais ligado à estrutura econômica em que o veículo se insere – o caráter empresarial da mídia convencional, “obrigada a fazer concessões e a ceder pressões”. (AQUINO, 1999, p. 122).

Outra manifestação de censura, de caráter mais histórico-contextual, é relacionada às pressões extrínsecas ao jornal, exercida institucionalmente pelo Estado, que interfere na divulgação de material jornalístico que contrarie seus interesses. Na História Republicana do Brasil (1889-), em dois momentos específicos a ação da censura política se realizou de maneira contínua e constante durante um período determinado: 1) no período Vargas (1930-1945), especialmente na época da ditadura do Estado Novo (1937-1945); e na ditadura militar instaurada após 1964.

Define-se aqui censura política, no plano da imprensa escrita, como o processo repressivo de caráter institucionalizado pelo Estado brasileiro com objetivos políticos – ou seja, o veto da produção e da disseminação jornalística no plano coletivo que contrarie os interesses da ditadura militar e, conseqüentemente, a deslegitimem no plano simbólico. É um processo político de caráter complexo, multifacetado e não-monolítico que se manifestou de diferentes maneiras

em distintos veículos entre 1968-1978. (AQUINO, 1999; FICO, 2015; NAPOLITANO, 2018; KUCINSKI, 2018).

Em relação à ditadura militar, embora se tenha conhecimento de que no primeiro período de repressão (1964-1968) ocorreram atitudes arbitrárias com a imprensa, o período no qual a censura política se institucionalizou e passou a ocorrer de maneira mais frequente e evidente foi a partir do decreto do AI-5. Nesse sentido, Aquino (1999) distingue duas fases da censura no Estado autoritário brasileiro⁷²: entre os anos de 1968 e 1972, há uma fase inicial de estruturação legal e institucional da censura, o procedimento adotado se limita a telefonemas e bilhetes enviados às redações. A segunda fase, realizada entre 1972 a 1975, radicaliza a atuação censória e institucionaliza a censura prévia aos órgãos que oferecem resistência. A partir de 1975 se percebe um processo de distensão da censura, que passa a ser mais restritiva e seletiva até se esgotar em 1978⁷³.

Além dos telefonemas e das ordens escritas enviadas às redações, a censura também ocorria de maneira prévia (os periódicos impressos enviados de antemão à censura, para então, serem liberados) e com acordos fechados com proprietários de grandes jornais. No que tange especificamente à imprensa alternativa, Aquino (1999) deixa evidente que órgãos de imprensa foram suscetíveis aos métodos de censura articulados pelos aparatos de repressão. Em períodos semelhantes, os principais periódicos alternativos brasileiros foram censurados. Em consonância com a autora, afirma Bernardo Kucinski (2018, p. 94):

A brutalidade da censura prévia imposta sobre os jornais alternativos a partir do número 8 do *Opinião*, em dezembro de 1972, nivelou e depois achatou padrões estéticos e da linguagem. Com a centralização da censura prévia dos jornais alternativos em Brasília, a partir de 1973, os jornais eram obrigados a mandar seus originais com dias de antecedência e recebiam de volta apenas sobras para serem remontadas (...). Dessa forma, até o colapso do milagre econômico e o surgimento da política de distensão no interior do aparelho militar, em 1975, os jornais alternativos se constituíram não em meros símbolos de resistência da

⁷²A autora realiza uma discussão no plano da teoria política para utilizar a definição de Estado autoritário em detrimento de outras nomenclaturas tal qual a utilizada neste trabalho, ditadura militar brasileira. Ver: Capítulo 3 – “Relações entre o Estado autoritário, a censura e a imprensa escrita”. In: AQUINO (1999).

⁷³ Por mais que o período dos “anos de chumbo” (1968-1972) seja conhecido pela intensificação da censura e do cerceamento da liberdade de expressão, há estudos que mostram as contradições dessa visão ao indicarem que o período de distensão conduzido pelo general ditador Ernesto Geisel (1974-1979) foi relativamente mais aberto com a imprensa no que tange à censura, mas em contrapartida manteve a burocracia da repressão no plano das diversões públicas. Sandra Reimão (2019, p. 60) afirma que o cinema e o teatro foram mais vetados no período Geisel. Em tal panorama, a autora também enfatiza que a censura a livros “aumentou quando a maioria dos jornais e revistas estava sendo liberada da presença de censura prévia nas redações”.

sociedade civil ao autoritarismo, ou expressão de um movimento, ou uma articulação de resistência: eles eram a própria resistência.

Em contrapartida ao aparato estatal se estabeleceu a resistência cultural. O próximo tópico tem por objetivo discorrer sobre tal processo.

3.3 Mas afinal, resistir é preciso? Apontamentos sobre o conceito de resistência e a oposição cultural na ditadura militar

No plano teórico-argumentativo, tem-se afirmado na construção desta pesquisa que intelectuais, jornalistas e ativistas políticos utilizaram a imprensa alternativa como uma plataforma para a *resistência*⁷⁴ à ditadura militar brasileira. Em tópicos anteriores, se definiu a concepção de *ethos* dentro do escopo teórico-operacional bourdieusiano e, conseqüentemente, se contextualizou no âmbito histórico o período ditatorial vivido nacionalmente entre 1964 e 1985. Para dar sequência à lógica de instâncias desta dissertação, vista como uma totalidade estruturada em instâncias, se mostra importante realizar uma discussão que defina mais precisamente o que se demarca com a concepção de *resistência*, assim como discutir certas implicações do conceito no escopo da historiografia relacionada à ditadura. Logo então, também se debaterá a construção do *ethos* de oposição no plano cultural realizado pela intelectualidade brasileira. Este debate precederá a questão da imprensa alternativa, evidenciada no último tópico, para assim fornecer uma sequência lógica à construção deste capítulo e prosseguir para a análise empírica.

Primeiramente, é importante definir o que o trabalho trata quando discute a questão da resistência na ditadura militar – tendo em consideração que se trata de um conceito essencial para esta pesquisa, mostra-se preciso delimitá-lo e justificar a pertinência da sua operacionalização no plano analítico. Algumas considerações nesse aspecto serão tecidas sobre o caminho relacionado ao conceito no desenvolvimento desta dissertação.

Do ponto de vista abstrato, um debate sobre resistência e dominação em um plano político-cultural pode gerar uma série de simplificações que nada contribuem para a complexidade de análise dos objetos estudados. Em uma vertente histórica relacionada à ditadura militar, a ideia de resistência é passível de uma série de críticas que comprometem sua validade enquanto categoria analítica ampla responsável por gerar quadros de aferição sobre certos objetos. Críticas sobre o “circuito fechado de comunicação” sobre o qual somente intelectuais,

artistas e uma classe média ilustrada tiveram acesso à produção da cultura de esquerda do período; como também a validade dessa variada produção posta em xeque com sua inserção na indústria cultural – representação da cultura no âmbito do capitalismo, sintetizam críticas ao papel da resistência. Por fim, também se expressa importante evidenciar por que se resiste. Se para Bourdieu (2011) o real é relacional, a resistência se dá em relação ao quê?

A primeira pontuação a fazer é a definição do conceito de resistência aqui utilizado. Para delinear a concepção, irá se utilizar o estudo realizado por Maria Rita Kehl et al (2014)⁷⁵ para a Comissão Nacional da Verdade (2014) sobre as diversas maneiras de resistência utilizadas pela sociedade civil no período da ditadura. Os autores definem resistência como formas de defesa e de ação (práticas) que partem do princípio de que um governo de caráter ditatorial precisa de consentimento e da obediência de uma parte significativa da sociedade para se manter no poder. A atuação no campo da resistência tem por objetivo mobilizar a sociedade, ou grupos intrínsecos, em torno de três pontos: 1) a defesa e o pleno exercício dos direitos; 2) o enfrentamento da violência e do poder de aspecto arbitrário; 3) a retirada do consentimento do governo ditatorial.

Nesse raciocínio, os autores também delineiam os aspectos importantes do conceito: 1) o conjunto de forças de resistência é composto por diversos grupos que possuem um inimigo em comum. Essa prática exige valores como coragem e prudência por tirar os agentes do anonimato e inseri-los na vida pública, o que o coloca em risco devido ao aparato de repressão do inimigo combatido e sua arbitrariedade, como a falta de garantias, de recurso e de defesa; 2) as lutas simbólicas que visam resistir acontecem quando há quebra do Estado de Direito e ocorrem em torno da legalidade, dos direitos e da justiça.

A cultura das esquerdas, no período em questão, realizou um importante papel de deslegitimação simbólica da ditadura a partir da resistência cultural. O historiador Marcos Napolitano (2015) realiza um pertinente debate sobre esse conceito no período da ditadura militar⁷⁶. Para o autor, este processo emerge do fracasso – ocasionado pelo golpe – de um projeto

⁷⁴ A palavra “oposição” será usada como sinônimo de “resistência” para evitar a repetição exaustiva do termo.

⁷⁵ O estudo em questão, realizado em grupo, faz uma longa análise que perpassa diversas partes da sociedade civil, com análises sobre a música popular, a censura às publicações impressas, aos movimentos político-partidos e setores da igreja católica.

⁷⁶ Há uma distinção analítica entre duas formas de resistência que ocorreram em diferentes momentos da ditadura (FICO, 2015): a resistência democrática e a resistência armada. 1) *Resistência democrática ou cultural*. Se tratam de formas de resistência que não recorreram à violência material e buscaram realizar o combate à ditadura por vias **culturais**, relacionadas à produção de bens simbólicos estruturados por diferentes linguagens e plataformas, como

de arte engajada, com intenção de promover as Reformas de Base e, também, de germinar o projeto da Revolução Brasileira, de caráter nacionalista, democrático, anti-imperialista e anti-feudalista. Esse projeto possuía matrizes histórico-estéticas originadas de diversos momentos ilustres da história brasileira, como a Semana de Arte Moderna de 1922, a literatura regionalista de 1930 e a arte engajada de membros e simpatizantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) entre os anos de 1940 e 1950, e tinha por objetivo construir um “idioma cultural comum” em um país com nababescos fossos socioeconômicos e “modernizar o Brasil” sem perda de suas identidades culturais” (NAPOLITANO, 2018, p. 19). Essa busca pelo “povo brasileiro” resultou em uma produção cultural que visava conscientizar as elites sobre a desigualdade social com a proposta de um projeto de emancipação nacional, em diálogo com as massas trabalhadoras, movimentos sociais e sindicatos (NAPOLITANO, 2015)⁷⁷. Essa consciência social compartilhada pelos artistas de esquerda se edificou desde a década de 1930 e culminou no intelectual engajado da década de 1960. Com o golpe em 1964 e, posteriormente, com o decreto do Ato Institucional número 2 (AI-2) – que marca de maneira evidente o projeto de poder objetivado pela ditadura – esse engajamento é freado e passa a se restringir apenas ao círculo intelectual da classe média e da burguesia ilustrada.

Como reiterado no tópico anterior, o golpe de 1964 foi uma coalização de liberais-conservadores e militares, com apoio dos EUA, para barrar um projeto de reformismo em certas estruturas historicamente conservadoras da sociedade brasileira. Também é justificado para agir

cinema, indústria fonográfica, mercado editorial, universidade e o jornalismo impresso; ou **política**, que buscou realizar oposição à ditadura pela via institucional-partidária (os movimentos sociais foram eliminados logo após a ditadura). 2) *Resistência armada*. A guerrilha armada foi a maneira de resistência articulada por setores da esquerda revolucionária calcada nas ideias marxianas e marxistas, assim como influenciada pela Revolução Cubana e por experiências socialistas como a soviética e a chinesa. Esse processo se iniciou com Leonel de Moura Brizola – que embora não tenha sido um político comunista, tinha concepções nacionalistas radicais – em 1966 e composta por frações subalternas das Forças Armadas, nacionalistas e favoráveis às Reformas de Base, que foram expulsas da instituição no pós-64 no Movimento Nacional Revolucionário (MRN) com apoio financeiro de Cuba (KUCINSKI, 2018). A intensificação da luta armada no regime se deu a partir de 1967 liderada por grupos como Aliança Libertadora Nacional (ALN) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Esse período de resistência se manteve até 1974 com a Guerrilha do Araguaia, período no qual o aparelho de repressão política do Estado liquidou os guerrilheiros a partir do extermínio com torturas e mortes. Embora a imprensa alternativa por seu caráter de produção simbólica se enquadre no plano da resistência democrática – e muitos jornalistas do período tenham atuado por essa via, como os componentes da vertente existencial da imprensa alternativa – também havia jornalistas, ativistas políticos e intelectuais que atuavam na esfera alternativa da imprensa e na luta armada.

⁷⁷ O PCB, popularmente chamado de Partidão, responsável por aglutinar as lideranças políticas de esquerda até 1964, partia do princípio de que a Revolução Brasileira seria realizada em duas etapas: a primeira de caráter nacional, anti-imperialista e anti-feudal; e a segunda de horizonte socialista. Para isso, o partido contava com a estratégia de união com a burguesia nacional na busca pela autonomia e soberania brasileiras no primeiro momento da revolução (SCHWARZ, 2014; GORENDER, 2019).

contra uma certa construção de ameaça comunista galvanizada pelo contexto geopolítico polarizado ideologicamente pelo contexto da Guerra Fria e, na América Latina, com a insurgência cubana à ordem do bloco capitalista, em 1959. Contudo, de maneira mais sistemática, a utopia autoritária (FICO, 2015) posta em horizonte pelos militares tinha certos objetivos mais evidentes, em um processo de militarização do Estado brasileiro e de institucionalização de um regime autocrático. O golpe emerge com as intenções de:

1- varrer a elite reformista e inviabilizar a agenda de reformas, sobretudo agrária e política, e a pauta econômica nacionalista; 2- reprimir e dissolver a incipiente organização das massas trabalhadoras; 3- realinhar o Brasil na política do “Ocidente”, leia-se, alinhar-se à contenção do comunismo e do nacionalismo reformista da política terceiro-mundista; 4- cortar os elos culturais entre setores da classe média e da burguesia letrada com os movimentos sociais e populares fundamentais na solidificação da política frentista de esquerda que se construída desde o final dos anos de 1950. (NAPOLITANO, 2015, p. 195).

Após o golpe, as diferentes vertentes ideológicas, profissionais e políticas demarcadas por liberais, comunistas e socialistas passaram a constituir um *ethos* de oposição à ditadura. Todavia, a discussão sobre a resistência cultural nesse cenário necessita ter alguns aspectos elucidados para evitar que recaia em uma visão heroicizada do papel desses agentes sem levar em consideração suas diversas nuances.

Napolitano (2015) busca complexificar as discussões relacionadas às duas óticas pelas quais o período de resistência cultural é interpretado no plano da memória social: as definições *heroicas* e *céticas* da cultura de esquerda como espaço de resistência. A primeira interpreta tais práticas, seus intelectuais e seus artistas – embora o autor não tenha citado jornalistas, pode-se incluí-los aqui – como um espaço superior da resistência, responsável pelo desgaste do regime e uma das grandes galvanizadoras da transição para a democratização. A segunda perspectiva, como a própria definição sugere, adota um ponto de vista cético em relação à capacidade de mobilização e de politização da cultura de resistência e parte do princípio de que esta fracassou na tentativa de derrubada do regime militar, este que se estabeleceu como o próprio protagonista da transição democrática.

Em sua análise, o historiador acredita que as duas contribuições são importantes para a discussão histórica (NAPOLITANO, 2015). Sendo assim, mostra-se preciso entender as

nuances existentes entre as duas visões para desenvolver um debate que consiga apreender a complexidade do tema:

A plausibilidade histórica das duas linhas de explicação, entretanto, não deve ser tomada como sentidos unívocos e monolíticos das ações de resistência cultural no período. Essa dicotomia entre heroísmo e capitulação, resistência e colaboração, pode impedir que o olhar historiográfico desenvolva uma sintonia fina das marchas e contramarchas da oposição e da resistência cultural contra o regime militar brasileiro. (NAPOLITANO, 2015, p. 198).

Napolitano (2015) argumenta que embora a cultura das esquerdas não tenha conseguido respaldar um projeto revolucionário ou reformista, esta exerceu um importante papel na deslegitimação simbólica da ditadura – que nunca conseguiu construir hegemonia cultural – como também na memória social sobre o regime. Conforme o autor:

Se for correto dizer que a cultura não conseguiu derrubar o regime e estabelecer um novo pacto social e estabelecer um novo pacto social e uma nova forma de articular cidadania e justiça social, como os setores mais radicais da oposição sonhavam, ela gerou um conjunto de representações que ajudaram na batalha da memória. (NAPOLITANO, 2015, p. 208).

Em relação à crítica sobre a desigualdade na distribuição de bens simbólicos e de capital cultural no Brasil⁷⁸, fator que é utilizado como argumento de comprometimento, por ser um círculo de comunicação fechado às classes médias em relação à eficácia da cultura de resistência e à sua possibilidade de alcance. Napolitano (2015, p. 199) argumenta que o critério quantitativo⁷⁹ – restrição de consumo – não é um fator que dá conta de explicar a complexidade do fenômeno em suas nuances, porque “o consumo restrito à classe média” embora tenha gerado “impasses e dilemas para o artista engajado (...) não deve ser tomado como uma porta para a recusa das intenções críticas da cultura sob o regime militar e da análise criteriosa do seu papel formativo”; destarte não se deva descartar a importância dos debates sobre a democratização da

⁷⁸ Problemas da estrutura econômica da sociedade brasileira, como as questões da desigualdade social e da concentração de renda pela classe dominante (ou do campo do poder, como define Bourdieu) se intensificaram no período de desenvolvimento autoritário do capitalismo brasileiro que marcou ditadura. Para uma compreensão mais ampla desta discussão, ver: Novais e Mello (1998).

⁷⁹ Embora para abordar as possíveis críticas que o conceito de resistência pode sofrer seja necessário mencionar o argumento da restrição de consumo no que tange à distribuição de bens simbólicos, mostra-se importante destacar que, nos periódicos alternativos, entre os anos de 1975 e 1976 ocorreu o que Kucinski (2018, p. 139-140) define como o “apogeu da imprensa alternativa”, período em que o padrão alternativo se torna dominante e cerca de oito grandes alternativos de circulação nacional com vendagem total entre 120 a 160 mil exemplares.

cultura sob um viés ético-político. Feitas estas considerações, será realizada uma discussão sobre o *ethos* de oposição que os intelectuais protagonizaram na ditadura para, enfim, entrar no debate sobre a imprensa alternativa.

Nos 21 anos de ditadura, o mundo intelectual nacional se uniu por um único objetivo: criar um espaço de oposição à ditadura. Como reitera Napolitano (2018, p. 205), “criou-se uma relação quase automática entre ser intelectual socialmente reconhecido como tal e ser de oposição”. Uma parte importante dos intelectuais brasileiros, em grande frequência apoiada por valores e tradições de esquerda, definiu um *ethos* de oposição ao regime. As perseguições realizadas logo no início do regime amedrontaram tanto os pensadores de esquerda quanto os liberais, que eram críticos a Goulart e apoiaram sua derrubada, na esperança de se tratar de outra intervenção militar com o poder devolvido aos civis⁸⁰, porém, se assustaram com as perseguições efetuadas no “mundo das ideias”.

Na medida em que o regime demonstrava seu projeto nacional autoritário, os intelectuais passaram a percebê-lo como uma ditadura de caráter anti-intelectual. Em tal conjuntura, o terreno da cultura foi capaz de unificar liberais, comunistas e socialistas na frente de oposição cultural ao autoritarismo. Surgiu a concepção de “terrorismo cultural”, cunhada pelo intelectual liberal, católico e notório anticomunista, Alceu Amoroso Lima, também conhecido como Tristão de Athayde. No livro lançado logo após o golpe, *Revolução, reação ou reforma*, Lima (1999)⁸¹ discorre sobre o sentimento de diferentes setores da classe média de caráter denunciatório sobre a arbitrariedade praticada no novo regime. Outro pensador proeminente à época, posicionado mais à esquerda no espectro político, Carlos Heitor Cony, produziu uma sequência de críticas ao regime publicadas entre abril e dezembro de 1964, no jornal *Correio da Manhã*, que se transformaram no famoso livro *O Ato e o Fato* (2014). No mesmo patamar argumentativo de Lima, Cony mantinha posição crítica ao governo de João Goulart, porém, passara a criticar o caráter repressor que o regime demonstrava em relação aos diversos setores que trabalhavam no plano da produção simbólica, como jornais e universidades. Posiciona-se Cony:

No campo estritamente cultural implantou-se o Terror. Reitores são substituídos por ordem de militares. Professores são destituídos de suas cátedras e presos. O

⁸⁰ Como ocorreu em 1945, 1953 e a tentativa de 1961 à direita e em 1954 à esquerda.

⁸¹ O ano original da publicação é 1964.

pânico se generalizou por todas as classes e por todas as cidades. A qualquer hora pode bater um policial à sua porta e levá-lo – sabem Deus e a polícia para onde. (CONY, 2014, p. 96).

Os dois intelectuais lançaram certas bases simbólicas que iriam se manter na memória da resistência cultural ao regime. Reitera Napolitano (2018, p. 209):

a) a ditadura era contra a cultura; b) a ditadura era ilegítima, sobretudo porque tentava proibir os atos de pensamento; c) a ditadura perseguia quem deveria ajudar a reconstruir o Brasil, ou seja, os “intelectuais”, até então sócios do Estado nos projetos políticos nacionais; d) a ditadura, ao implantar o “terror cultural”, erodia sua base de sustentação na classe média que, *grosso modo*, havia prestigiado o golpe.

A resistência cultural, calcada em eixos como “liberdades democráticas”, “liberdade de opinião” e “terrorismo cultural” colocava a cultura como âmago do debate, conseguia unir liberais e diversas matizes da esquerda (dividida entre liberais, comunistas pecebistas e uma miscelânea de diversas posições, como nacionalistas, socialistas, trotskistas e afins). Comunistas como Nelson Werneck Sodré, como também democratas moderados a exemplo do jornalista Márcio Moreira Alves – que quatro anos depois seria notabilizado como o pivô do AI-5 – também se mobilizaram e endossaram a tese do “terror cultural” e a defesa do livre pensamento.

Com o AI-5, em 1968, a perseguição ideológica e a repressão política se tornam mais amplas e operacionalizadas. “Se a perseguição ao meio intelectual não era novidade, ela conheceria uma nova escala e novos meios de ação repressiva, como a censura e a vigilância policial constante” (NAPOLITANO, 2018, p. 215). A contraditoriedade do regime, que em seu projeto de desenvolvimento autoritário do capitalismo brasileiro passa a investir e ampliar o ensino superior, faz contraditoriamente com que os intelectuais se agreguem no ambiente universitário, local onde se forma uma base ampla de crítica oposicionista ao regime.

Diferentes espaços de produção simbólica teceram reflexões e debates profícuos sobre a ditadura, o autoritarismo e as práticas políticas oposicionistas, assim como sobre o trabalho dos intelectuais nesse processo. Na literatura, romances como *Pessach: a travessia*, de Carlos Heitor Cony (1999), e *Quarup*, de Antonio Callado (1984)⁸², como também produções de escritores como Ignacio de Loyola Brandão e de Ivan Lins. Na produção científica, instituições como o *Centro Brasileiro de Análise e Planejamento* (Cebrap), liderado por Fernando Henrique Cardoso, e a *Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro* (PUC-RJ) marcaram presença

na tentativa de compreensão do capitalismo nacional depende sob égide do autoritarismo e do imperialismo. No mercado editorial, revistas acadêmicas de caráter independente, não ligadas às universidades ou a partidos políticos, também se consolidaram, como a *Revista Civilização Brasileira*, *Paz e Terra*, *Teoria e Prática* e *Aparte* (NAPOLITANO, 2018). Por fim, outra instância de produção simbólica que constitui o *ethos* de oposição à ditadura é a imprensa alternativa. Como evidencia Napolitano (2018, p. 223), “o espaço de maior comunicação do intelectual com um público leitor mais amplo foi a chamada ‘imprensa alternativa’ – inserida no contexto mais amplo da resistência cultural. O próximo tópico tem por objetivo discutir conceitualmente esse modelo de imprensa e debater suas características intrínsecas com objetivo de fornecer suportes de caráter analítico.

3.4 Imprensa é oposição: o fenômeno da imprensa alternativa no Brasil

Ao discorrer a respeito da complexidade sobre a qual os agentes relatam em seus depoimentos, o Capítulo 3 teve por objetivo inserir essas entrevistas em um espaço social contextualizado que permita desnudar o objeto em sua densidade. Para encerrar construção lógico-argumentativa construída no capítulo, este tópico tem por objetivo se debruçar sobre o conceito que permite explicar o fenômeno dos jornais que se distinguiam do jornalismo convencional na ditadura militar brasileira: a imprensa alternativa.

Os jornalistas são agentes que possuem uma profissão de caráter historicamente demarcado. A luta pela legitimidade e autonomia da profissão é resultado de um longo período de lutas – demarcação, esta, que não é determinista, muito menos determinada; portanto, sempre alvo de disputas. O teórico português Nelson Traquina (2008) discorre sobre os princípios compartilhados entre esses agentes e que historicamente respondem por suas representações e definem a maneira destes de ser/estar no mundo – o que ele denomina como um *ethos*:

Apesar da sua incapacidade histórica de delimitar o seu território de forma minimamente rigorosa, poucas profissões tiveram tanto êxito como o jornalismo na elaboração de uma vasta cultura rica em valores, símbolos e que ganharam uma dimensão mitológica dentro e fora da “tribo” e de uma panóplia de ideologias justificativas em que é claramente esboçada uma identidade profissional, isto é, um *ethos*, uma definição de uma maneira de como ser (jornalista)/estar (no jornalismo). (TRAQUINA, 2008, 126).

⁸² As datas de publicação originais das duas obras são 1967 e 1964 respectivamente.

A afirmação do teórico português adiciona o peso fundamental do papel histórico como fator estruturante das visões de mundo dos jornalistas. Tendo em consideração que esta pesquisa se realiza com objetivo de analisar depoimentos desses agentes, a contextualização histórica que a categoria de imprensa alternativa fornece é fundamental para a compreensão do *ethos* de resistência jornalística. Imprensa alternativa é um conceito que tem por objetivo explicar as experiências jornalísticas de contestação a uma ordem dominante – simbólica e material – em uma sociedade, como também questionar o *modus operandi* do jornalismo dito convencional – ou seja, que possui mecanismos de funcionamento ajustados a uma estrutura social. Em um trabalho de cunho bourdieusiano, mostra-se importante ressaltar: *imprensa alternativa* não é uma realidade dada, é uma categoria construída para fins de análise. Diferentes grupos sociais, formados por jornalistas, intelectuais e estudantes universitários, com diferentes projetos de sociedade, tinham elementos formais em comum: constituíam oposição à ditadura militar e buscavam combater, no plano do embate simbólico, a ordem política e econômica regada pelos novos donos do poder. Dentro do rico panorama da imprensa alternativa, portanto, há matizes variados de interesses, de agentes, assim como disputas internas. A categoria de imprensa alternativa, nesse sentido, necessita ser utilizada sob um viés relacional para evitar uma dicotomização entre resistência-opressão e imprensa alternativa-imprensa convencional que pouco contribui para uma compreensão mais ampla da complexidade que o tema exige.

Uma primeira consideração a se fazer sobre o conceito em questão é que o fenômeno da imprensa alternativa não se resume à ditadura militar brasileira. Embora a expressão tenha sido cunhada na Europa no fervor dos protestos em maio de 1968 na França (CAPARELLI, 1988), lastros de experiências de jornais responsáveis por questionar uma ordem dominante, simbólica e material podem ser vistos em diversos períodos históricos. Ao se realizar uma análise diacrônica da imprensa, pode-se notar experiências com certas similaridades formais em períodos como as Revoluções Francesa e Russa. Tal como ressalta Sérgio Caparelli (1988, p.9):

Mesmo que a imprensa alternativa regional, especialmente a do Cone Sul da América Latina, tenha existido numa conjuntura histórica e política, favorável a esses conteúdos em oposição aos valores do sistema capitalista, o fenômeno não se restringe a essa época e lugar.

O termo *alternativo*, utilizado como adjetivo, significa algo que se diz, faz, ou ocorre com alternância e que se pode escolher em detrimento de outra opção – caminho alternativo. O

significado da palavra já fornece uma pista sobre uma das principais características do conceito: um modelo de imprensa que possibilita outro modo de fazer e de pensar o jornalismo, uma outra opção para um padrão *convencional* – um dos possíveis antônimos para o adjetivo “alternativo”.

Diversos autores se debruçam sobre o estudo e a definição desse modelo de imprensa escrita. No que tange especificamente ao caso brasileiro, trabalhos como os de Maria Aparecida de Aquino (1999), Cicilia Peruzzo (2006) e Bernardo Kucinski (2018) buscam delinear de maneira mais precisa as características do fenômeno no período ditatorial.

Cicilia Peruzzo (2006), ao recuperar conceitos como comunicação popular, alternativa e comunitária com objetivo de compreender sua relevância analítica e seus elementos paradigmáticos na contemporaneidade, discorre sobre a imprensa alternativa e busca delinear suas características. A autora enfatiza o desalinhamento das práticas jornalísticas alternativas ao modelo tradicional e as classifica como “o tipo de imprensa não alinhada à linha da mídia tradicional, então sob a batuta do regime militar no Brasil” (PERUZZO, 2006, p.7) em um contexto histórico no qual:

A maioria dos grandes jornais se alinhava à visão oficial do governo, por opção político-ideológica ou pela coerção, sob a força da censura. A imprensa alternativa representada pelos pequenos jornais, em geral com formato tabloide, ousava analisar criticamente a realidade e contestar um tipo de desenvolvimento. (PERUZZO, 2006, p. 7).

Outro elemento importante ressaltado pela teórica se trata de quem foram os agentes responsáveis por essas diferentes formas de contestação. Os veículos eram “dirigidos e elaborados por jornalistas de esquerda, alguns ligados à pequena burguesia, que, cansados do autoritarismo, aspiravam um novo projeto social” e tinham por objetivo “informar a população sobre temas de interesse nacional numa abordagem crítica” (PERUZZO, 2006, p.7).

Bernardo Kucinski (2018) possui um estudo paradigmático para a discussão da imprensa alternativa do período ditatorial. Em sua tese de doutorado que se tornou um livro, o autor mapeou cerca de 150 jornais alternativos entre os anos de 1964 e 1980 que tinham como componentes comuns a oposição ao autoritarismo que a ditadura representava. Kucinski (2018), além disso, discute os dois nomes sobre os quais o fenômeno era chamado no período: imprensa *alternativa* ou *nanica*. O radical *alternativa*, proposto pelo autor, diz respeito a um modelo de imprensa que se contrapõe à ordem dominante, que faz críticas ao modelo político ditatorial sob o qual o Brasil viveu, ao aparato de repressão-censura-vigilância do Estado brasileiro

(NAPOLITANO, 2018), como também que realizava a crítica ao modelo econômico capitalista vigente no período. Sob a alcunha *alternativa*, Kucinski (2018) elenca o significado desse modelo de imprensa: não está ligada às políticas dominantes, serve como uma alternativa entre duas coisas reciprocamente excludentes (ditadura militar e imprensa convencional). Nesse sentido, se coloca como horizonte para a situação difícil do período, assim como expressa o desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970 de protagonizar as transformações sociais que acreditavam.

Em um cenário nacional, o fenômeno possui demarcação evidente no tempo, “como outros surtos na história do nosso jornalismo, entre os quais o dos pasquins irreverentes e panfletários do período da regência, que atingiu o seu apogeu em 1830, com cerca de cinquenta títulos” e, também, “os jornais anarquistas de operários, meio século depois (1880-1920), com quase quatrocentos títulos” (KUCISNKI, 2018, p. 19). Similarmente, nos três períodos históricos, os jornais eram dirigidos à sociedade civil assim como às classes subalternas e afirmavam posição crítica ao Estado. Em períodos de autoritarismo evidenciado, os jornais alternativos formam um espaço público alternativo:

A imprensa alternativa dos anos de 1970 pode ser vista, no seu conjunto, como sucessora da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público reflexivo, contra-hegemônico. Especialmente no seu apogeu, durante o triênio 1975-1977, quando o padrão alternativo tornou-se dominante, com a circulação simultânea de todos os oito grandes somando até 160 mil exemplares por semana. (KUCISNKI, 2018, p. 19).

As contribuições de Maria Aparecida de Aquino (1999, p. 122) se inserem em uma busca pela definição dos principais elementos da imprensa alternativa e da imprensa convencional. Para a historiadora, a *imprensa convencional* “organiza-se em torno dos princípios do liberalismo, estruturando-se como uma empresa capitalista que pode atingir pequeno, médio e grande porte (e, nesse caso, é chamada de grande imprensa)”. Por se orientar pelo ideal liberal, esse modelo de imprensa se vale de uma “suposta defesa da imparcialidade na apuração dos fatos” e, nesse sentido, diferencia dois tipos básicos de jornalismo: “o informativo (artigos e reportagens com a presença apenas de descrição dos eventos)” e, também, “o opinativo (os editoriais e as matérias assinadas, considerados como expressão da opinião do grupo representante do periódico ou de seu autor em particular”. Nesse sentido, a imprensa convencional parte do princípio de exposição de vozes de diferentes correntes de forma

supostamente igual. O modelo financeiro da imprensa convencional é estruturado principalmente por anunciantes, sendo “somente uma pequena parcela de seus recursos que deriva das vendas em bancas e assinantes”.

Aquino (1999, p. 122) também reitera que no nível de produção de informações, a imprensa convencional se utiliza do esquema de organização industrial e compra notícias internacionais de grandes agências, como *Associated Press*, *France Press* e *UPI*. Os grupos dominantes da imprensa escrita convencional, no Brasil, são: “Agência Estado (de OESP), Agência Globo (do jornal O Globo), Agência Folha (do grupo Empresa Folha da Manhã)”.

Em contrapartida, a *imprensa alternativa* “ocupa, de variadas formas, o espaço deixado pelo tipo de imprensa que segue o modelo convencional” (AQUINO, 1999, p. 122). Segundo Aquino (1998), em quesitos organizacionais, pode se estruturar de duas maneiras: em *termos empresariais*, como o caso do jornal *Opinião*, pertencente deputado e empresário Fernando Gasparian, assim como a partir da *propriedade coletiva*, composta por um grupo de jornalistas e também de representantes de diferentes grupos sociais. A imprensa alternativa não se propõe neutra, imparcial tal qual a imprensa de caráter liberal, “assumindo-se a serviço da defesa de interesses de grupos como, por exemplo, partidos, sindicatos, associações, minorias raciais e sexuais, e mesmo entidades religiosas” (AQUINO, 1999, p. 122). Contrariamente à suposta isenção da imprensa convencional, o modelo de jornalismo é definido pela autora como “engajado” e “orientado a não separar a informação da opinião”. Do ponto de vista financeiro, sua manutenção advém da venda de bancas, de assinaturas ou de apoio à sua linha editorial (filiados a sindicatos, associados a partidos ou até mesmo fiéis, no caso de jornais religiosos). No que tange especificamente ao caráter de produção desse modelo de imprensa, diferentemente da homogeneização de caráter industrial que calca a imprensa convencional, o esquema de produção de informações:

Busca recuperar a figura do jornalista/repórter que constrói pela pesquisa a matéria a ser veiculada, tentando fugir da homogeneização da informação que ocorre nas empresas dos países economicamente mais poderosos ou dos grandes grupos jornalísticos nacionais. (AQUINO, 1999, p. 123).

Em 1968, com o endurecimento do regime com o decreto do AI-5, em um momento de fervor intelectual e político no Brasil, esses intelectuais incorporaram as estruturas sociais dos ambientes nos quais estavam inseridos – a postura compartilhada de combate ao regime e os

ideais de resistência. Nos períodos de maior combate às esquerdas e aos intelectuais, os jornais passaram a funcionar como um polo de aglutinação de um ambiente hostil e desagregador articulado pela ditadura. Argumenta Kucinski (2018, p. 19):

Pode-se traçar assim uma demarcação entre imprensa convencional e imprensa alternativa no Brasil pelos seus papéis opostos como agregadores ou desagregadores da sociedade civil, em especial, dos intelectuais, jornalistas e ativistas políticos.

Como supracitado, esses agentes possuíam diferentes ideias, representações e percepções do mundo social e de propostas para sua transformação; todavia o que os unia era a oposição ao regime e a crítica às violações dos direitos humanos, ao sistema econômico plutocrático implantado pelo regime (NOVAIS; MELLO, 1998) e a defesa de um projeto de sociedade calcado em valores democráticos, embora os modelos de democracia defendidos pelos agentes possam se divergir de acordo com sua ideologia política no espectro da esquerda de maneira mais ampla. Kucinski (2018, p.14) sintetiza o compartilhamento simbólico e ideológico de ideais que caracterizava o espaço social em questão:

O que identificava toda a imprensa alternativa era a contingência de um combate político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao imperialismo, dos quais a ditadura era vista como uma representação.

Em um escopo geral, com base em Aquino (1999) e Kucinski (2018), o quadro a seguir busca construir elementos de diferenciação entre os dois modelos de imprensa abordados, para então debater mais amplamente sobre certas diferenciações internas da própria imprensa alternativa. Importante ressaltar que o quadro em questão não visa simplificar a complexidade das concepções e suas diversas matizes e, sim, estabelecer certos parâmetros de compreensão do fenômeno em pauta.

Quadro 4 – Características dos modelos de imprensa convencional e alternativa

Modelo/características	Imprensa convencional	Imprensa alternativa
Estrutura organizacional	Empresa capitalista organizada em torno dos princípios do liberalismo econômico. Pode atingir pequeno, médio ou grande	Pode se organizar em: 1) Estrutura empresarial 2) Propriedade coletiva de jornalistas e representantes

	porte (sendo chamada de grande imprensa).	de grupos sociais variados
Visão de jornalismo	Complacente com a ditadura militar. Vendedora de notícias e de propagandas impressas. Mecanismo de dominação simbólica. Defesa dos princípios do liberalismo e do projeto de autoritarismo conservador dos militares. Defesa da imparcialidade e da apuração dos fatos. Distingue dois tipos de jornalismo: <i>informativo</i> (artigos e reportagens com a presença apenas da descrição de eventos); opinativo (editoriais, matérias assinadas consideradas expressões da opinião do periódico ou de seu autor em particular).	Busca cobrar a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos. Espaço de realização sociopolítica alternativo à outras instâncias que estavam sob pressão do autoritarismo, como a imprensa convencional e a universidade. Representava o desejo das esquerdas em protagonizar as transformações que acreditavam. Crítica ao sistema econômico. Não se pretende imparcial. Jornalismo engajado, orientado a não separar a informação da opinião. Assume a defesa de interesses de grupos (partidos, sindicatos, associações, minorias raciais, sexuais e até mesmo entidades religiosas).
Modelo de financiamento	Anúncios publicitários. Vendas em bancas e assinantes. Pertencimento a uma família ou grupo (caráter monopolístico) Busca pelo lucro (caráter empresarial).	Vendas em bancas e assinaturas de interessados na linha editorial. Posse ou autogestão dos meios de produção (caráter coletivo) Espírito anticapitalista, não afeiçoado a questões administrativas.
Produção jornalística	Trabalha com esquemas de grandes empresas.	Busca recuperar a figura do jornalista/repórter que

	Compra de notícias de agências internacionais como <i>Associated Press</i> , <i>France Press</i> e <i>UPI</i> .	constrói pela pesquisa a matéria a ser veiculada. Apesar de sua natureza jornalística, se tornou o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas no período do autoritarismo. Tenta fugir da homogeneização da informação que ocorre nas empresas dos países economicamente mais poderosos ou dos grandes grupos jornalísticos nacionais.
Principais veículos	Agência Estado (O Estado de S. Paulo) Agência Globo (O Globo) Agência Folha (grupo Empresa Folha da Manhã)	O Pasquim, Versus, Coojornal, Opinião, Movimento, Em Tempo, Bondinho

(**Fonte:** elaborado pelo autor com base em Aquino (1999) e Kucinski (2018) em síntese).

No que corresponde especificamente ao espaço da imprensa alternativa e de suas idiossincrasias, Kucinski (2018) a divide em duas grandes categorias: os *jornais políticos* e os *jornais existenciais*. Os **políticos** possuem raízes ideológicas baseadas nas ideias do nacional e do popular da década de 1950 – explicitados no projeto de engajamento das esquerdas no tópico anterior – e no marxismo, considerado pelo autor, “vulgarizado” nos meios estudantis nos anos de 1960. São caracterizados por terem aspectos pedagógicos e dogmáticos. No que tange ao seu conteúdo, foram os únicos que perceberam os perigos do crescente endividamento externo, ainda em 1973, o agravamento das iniquidades sociais. Revelaram novos personagens no cenário brasileiro, como os boias-frias; protagonizaram em suas páginas os movimentos populares de reivindicações e de protestos; e discutiram temas clássicos das esquerdas marxistas, como o do caminho da Revolução Brasileira⁸³ e, posteriormente, as estratégias durante o processo de

⁸³ O debate sobre a Revolução Brasileira percorreu as discussões das esquerdas brasileiras influenciados por autores marxistas proeminentes à época, como o historiador marxista Caio Prado Jr. e o militar pecebista Nelson Werneck

abertura. Apresentavam linguagem dogmática e formulada de modo canônico da maioria dos jornais políticos, postura pudica que refletia o marxismo de cunho religioso e os preceitos morais do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Foram predominantes durante a maior parte do ciclo alternativo.

Os **existenciais** se inspiraram nos movimentos de contracultura estadunidenses⁸⁴ e, juntamente a eles, em filosofias como o orientalismo, o anarquismo e o existencialismo pela vertente do filósofo francês Jean Paul-Sartre. Enfatizavam uma visão crítica aos costumes e buscavam a ruptura cultural, combatiam o autoritarismo na esfera dos hábitos e, também, eram críticos ao que consideravam o moralismo hipócrita da classe média. No Brasil, inseriram ao debate temáticas da contracultura. Parte de seus protagonistas utilizaram drogas na busca de novas maneiras de percepção da realidade, em especial o ácido lisérgico (LSD). No plano do engajamento político, esses jornais também realizavam oposição à ditadura, “opondo-se ao regime até mais visceralmente do que os marxistas” e, nesse ínterim, por mais que seus protagonistas adotassem o existencialismo como fuga do dogmatismo das esquerdas, “mantinham-se nos marcos de uma cultura de esquerda e da crítica intransigente (...). Não criticavam a cultura estabelecida das esquerdas; apenas não a adotavam como filosofia de vida” (KUCISNKI, 2018, p. 13).

Em tal cenário, a imprensa alternativa insurge a partir de duas forças: “o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade” (KUCISNKI, 2018, p.14). Esses intelectuais compartilhavam o que Kucinski (2018, p. 14) define – no sentido atribuído por Cornelius Castoriadis e por Gaston Bachelard – como um “imaginário social”, um

Sodré. Galvanizados pela experiência bem sucedida da Revolução Cubana, variadas frações das esquerdas se entusiasmavam com as possibilidades de uma revolução no Brasil. As discussões sobre os caminhos da revolução e suas influências teóricas podem ser compreendidas em Gorender (2014), Capítulo 10: “Ideias que fizeram a cabeça da esquerda”.

⁸⁴ A década de 1960 é conhecida no mundo ocidental por contestações à ordem dominante na busca de mudanças dos padrões culturais e comportamentais hegemônicos. Jovens estudantes lideraram lutas materiais e simbólicas para conquistar de uma miscelânea de novos direitos e de novas formas de ser/estar no mundo relacionadas à libertação sexual, igualdade de gênero e de raça, anti-autoritarismo, anti-capitalismo e na busca por novas experimentações relacionadas às drogas lisérgicas e à maconha. Movimentos como o maio de 1968, a Guerra do Vietnã, o movimento dos Panteras Negras e o movimento de contracultura representado pelos beats e pelos beatniks se enquadram como expressões máximas desse momento. Bem como reitera Kucinski (2018, p. 13): “A contracultura aconteceu no capitalismo avançado, visto como forma suprema de dominação psicológica, conforme as ideias em voga de Herbert Marcuse, entre outros”. No Brasil, o movimento estudantil teve uma importância crucial na deslegitimação simbólica do regime militar autoritário e na denúncia de sua violência e de seu arbítrio, sendo um dos protagonistas da *Passeata dos Cem Mil* e do “maio de 68 brasileiro”, a batalha da Maria Antônia, na USP. Ver: Amendola (2008).

conjunto de crenças, significações e desejos, “alguns inconscientes e até expressos na forma de uma ideologia, outros ocultos, na forma de um inconsciente coletivo”. Nesta pesquisa, esse compartilhamento de valores e de disposições entre os jornalistas será interpretado como um *ethos*, no seu sentido bourdieusiano, um conjunto de valores, percepções e disposições dos jornalistas como resposta à repressão política e à censura do regime, como também uma resposta ao modelo de sociedade no qual estavam inseridos.

Entre os anos de 1974 e 1977, ou seja, até a entrada em cena do operariado do ABCD paulista, pode-se afirmar que a história das esquerdas brasileiras está imbricada na história da imprensa alternativa. Do ponto de vista organizacional-editorial, os jornais alternativos portadores de um projeto nacional surgiram pela disseminação do método offset juntamente à implementação pela Editora Abril de um sistema nacional de distribuição com tiragens possibilitadas a partir de 25 mil exemplares. A Editora não tinha por objetivo central permitir grandes vendas de concorrentes, mas reduzir seus próprios custos de operação, por isso impunham aos vendedores de jornal o pagamento adiantado e apropriava de 40% da receita. Devido a esses fatores, em relação à quantidade de periódicos alternativos que surgiram, foram poucos aqueles que conseguiram vender com regularidade mais do que a tiragem mínima exigida pelo sistema e, assim, cobrir suas próprias despesas – tendo em consideração que a maioria não tinha receita publicitária.

Outro aspecto relativo à debilidade financeira “crônica” da imprensa alternativa de distribuição nacional era o espírito anti-empresarial e o repúdio ao lucro dos profissionais responsáveis por administrar os jornais:

Uma notável aversão àquilo que Weber denominou de espírito capitalista foi outro traço marcante e denominador comum de todos os jornais ao longo do ciclo alternativo. Era algo que se originara do imaginário mesmo das esquerdas e da juventude da época, na sua oposição geral, não só ao regime militar como também ao próprio capitalismo. Movia-os, ao contrário, um espírito anticapitalista. Repudiavam o lucro. (KUCISNKI, 2018, p. 18, grifo nosso).

Dentro do levantamento de cerca de 150 jornais, Kuncinski (2018) reitera que um em cada dois periódicos não completou um ano de existência. Há casos de jornais que com poucas edições se tornaram emblemáticos e foram influentes nos âmbitos político e jornalístico, como *Amanhã*, *Pif-Paf* e *Informação*. Todavia, apenas 25 jornais obtiveram duração relativamente

longa, de até cinco anos. Kucinski (2018), no entanto, alerta sobre o fim de um fenômeno tão rico no plano da resistência cultural à ditadura militar brasileira como a imprensa alternativa. Para o pesquisador, o argumento de que o fim da ditadura se enquadra como o fator determinante para o fim desse modelo de imprensa não dá conta de explicar a complexidade e as peculiaridades do fenômeno, pois:

(...) subjacente a esse raciocínio está um modelo reativo de imprensa alternativa parcialmente corroborado pelos fatos como um sistema termodinâmico no qual a cada aumento ou diminuição da pressão autoritária corresponderia a um aumento ou diminuição na atividade alternativa. (KUCINSKI, 2018, p. 23).

A repressão política e seus desdobramentos, como sequestros de edições, censura prévia em momentos raros, foram causas diretas dos fechamentos dos jornais. No fim da década de 1970 e no começo de 1980, com os tensionamentos relacionados ao processo de abertura política, uma nova esfera pública passou a se apropriar de discussões que anteriormente eram exclusivas à imprensa alternativa. A prática política deixou de ser criminalizada e pôde ser exercida institucionalmente, com base nos partidos políticos e seus jornais. Esses dois fatores apontados acabaram por esvaziar a imprensa alternativa como espaço de realização sociopolítica (KUCINSKI, 2018). Na reflexão sobre qual era o modelo ético-político da imprensa alternativa, o autor argumenta:

Tinha como componente básico o repúdio ao lucro e, em alguns jornais, até mesmo o desprezo por questões de administração, organização e comercialização. Paradoxalmente, a insistência numa distribuição nacional antieconômica, a incapacidade de formar bases de grandes leitores, certo triunfalismo em relação aos efeitos da censura, tudo isso contribuiu para fazer da imprensa alternativa não uma formação permanente, mas uma coisa provisória, frágil e vulnerável não só aos ataques de forma como às suas próprias contradições. (KUCINSKI, 2018, p. 23).

Acentua-se aqui a hipótese do autor de que a extinção dos jornais alternativos, no fim da década de 1980, pode ser uma expressão sintomática de algo muito mais amplo do que simplesmente a lógica do regime autoritário (KUCINSKI, 2018, p. 25-26). Trata-se, de maneira mais abrangente, do final de outros ciclos “cujo ocaso se confundiu com o da ditadura brasileira sem ter com ela uma relação direta” devido ao fato de que muitos desses periódicos alternativos da última geração da imprensa alternativa desapareceram “em meio a um processo político no

interior das esquerdas mais complexo que a mera passagem do espaço clandestino e semiclandestino para uma esfera pública”. O autor aponta algumas possíveis causas para tal consequência, como a implosão do paradigma leninista operacionalizada pelo surgimento do PT, que passou a romper a dualidade existente à época entre espaço clandestino – amplamente ocupado pelas esquerdas – e a esfera pública. “Com o PT foram implodindo um após outro todos os partidos e agrupamentos leninistas, em especial do PCdoB, no que também implodiram jornais alternativos apoiados na sua militância” (KUCISNKI, 2018, p. 27). O autor, nessa argumentação, reitera o caráter simbólico do encerramento do ciclo da imprensa alternativa, que em seu bojo representou um projeto mais amplo e foi a síntese um padrão cultural e comportamental mais amplo – o qual o fim da ditadura e o consequente processo de redemocratização de maneira única não dão conta de explicar:

O desaparecimento quase total e repentino da imprensa alternativa parece ter sido premonitório, corroborando a tese de que essa imprensa, por estabelecer pontes entre organizações e sociedade, antecipa as grandes transformações. Nesse caso, por raciocínio inverso, podemos entender o próprio surgimento da imprensa alternativa nos anos de 1970 como uma das últimas grandes manifestações da utopia no Brasil. Estimulado pelo surgimento da ditadura, mas com direito próprio de existência na história. (KUCISNKI, 2018, p. 27).

Em um momento de cerceamento da liberdade de expressão e de opinião pelo Estado brasileiro, o espaço que a imprensa alternativa possibilitou para os diversos setores de oposição se expressarem e legitimarem suas visões de mundo a tornava um espaço de disputas interno – fator este que evidencia dois fatores importantes para se tomar em consideração na análise: 1) o caráter não-rígido do conceito de imprensa alternativa, sendo o próprio sufixo “alternativa”, como discutido por Kucisnki (2018), a prova de que se trata de um modelo de imprensa que se coloca como opção entre outros modelos de imprensa, se posicionando como um caráter crítico às políticas dominantes; e 2) por não ser fixo, também não pode ser analisado sobre um viés monolítico e dicotômico, que limita a complexidade do fenômeno a partir de uma abordagem simplista da chave-interpretativa dominação-resistência – contribuição teórica esta que ajudará a compreender os possíveis desdobramentos e a complexidade do *ethos* de resistência jornalística. Nesse sentido, as ferramentas relacionais de Bourdieu, que visam tomar cuidado ao analisar o plano dos agentes a partir de suas relações e de suas disposições no campo, possibilitarão uma chave analítica para tal questão.

Este último tópico completa a estruturação do terceiro capítulo desta dissertação, que teve por objetivo realizar uma discussão no plano histórico-contextual com objetivo de aprofundar a análise dos depoimentos que serão analisados no seguinte capítulo. Por questões de coerência estrutural, decidiu-se detalhar de maneira mais ampla no próximo capítulo os jornais nos quais trabalhavam os jornalistas cujos depoimentos serão estudados. Por fim, as instâncias metódico-teóricas compostas pelo aparato conceitual bourdieusiano e por esta contextualização, a partir de seu caráter estruturante, irão fornecer ferramentas operacionais para análise dos depoimentos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – Fundamentos empírico-analíticos: os depoimentos dos agentes em *Resistir é Preciso*

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.

(Pierre Bourdieu em “A Ilusão Biográfica”).

Constituinte das instâncias articuladas nesta pesquisa, este capítulo tem por objetivo realizar a análise dos depoimentos dos agentes jornalistas no projeto *Resistir é Preciso*. É nesta etapa que as instâncias de caráter metódico-técnico irão se materializar de maneira mais visível dentro das opções metodológicas arquitetadas. O primeiro obstáculo que pode se encontrar no que tange à proposição de realizar uma análise de depoimentos com operacionalização do aparato bourdieusiano se trata de recair no que Bourdieu (2006) chama de “ilusão biográfica” – reflexão cujo trecho foi emprestado como epígrafe deste capítulo. Do ponto de vista científico, o teórico francês argumenta que ao se encarar os relatos de vida dos agentes como uma narrativa linear, sem analisá-las a partir de ferramentas mais amplas de pesquisa que considerem a relação do plano das relações objetivas do espaço social, pode-se cair em uma ilusão de uma trajetória de vida pertencente ao senso comum. Reitera Bourdieu (2006, p. 190):

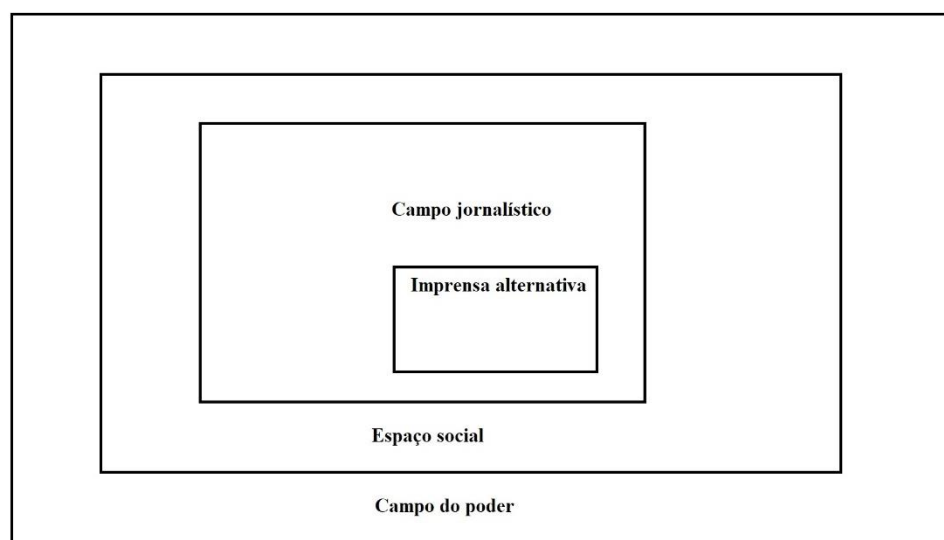
Os acontecimentos biográficos se definem como colações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. O sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra (de um posto profissional a outro, de uma editora a outra, de uma diocese a outra etc.) evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerações, dessas posições num espaço orientado.

Como uma tentativa de não cair na armadilha da ilusão biográfica, se interpõe a importância do capítulo anterior, de caráter histórico-contextual, que articula o espaço social mais amplo no qual os jornalistas se dispunham – ou, como reitera Bourdieu na citação acima, “na relação objetiva entre o sentido e o valor no momento considerações, dessas posições num espaço orientado”. O Capítulo 3, dentro desta lógica, busca compreender as relações objetivas do período histórico sobre o qual os depoimentos do projeto tematizam. Argumenta Bourdieu:

(...) De um lado, as estruturas objetivas que o sociólogo constrói no momento objetivista, descartando as representações subjetivistas dos agentes, são o fundamento das representações subjetivas e constituem as coações estruturais que pesam nas interações mas, de outro lado, **essas representações também devem ser retidas, sobretudo se quisermos explicar as lutas cotidianas, individuais ou coletivas, que visam transformar ou conservar essas estruturas.** (BOURDIEU, 2015, p. 152, grifo nosso).

Com o intuito de fornecer sentido operacional em relação ao sistema de pensamento bourdieusiano, abordado no segundo capítulo, e a contextualização histórica das estruturas objetivas nas quais se inseriu o espaço social estudado nesta pesquisa, elaborou-se um modelo gráfico de representação do período de análise em que os agentes realizam seus depoimentos – ou como argumenta Bourdieu na citação acima, a apreensão das representações subjetivas para se entender as lutas cotidianas que visam transformar ou conservar as estruturas objetivas:

Figura 16 – Representação gráfica do espaço social no qual a imprensa alternativa se inseriu no período



(**Fonte:** diagrama elaborado pelo autor para as finalidades desta dissertação).

A figura acima se trata de uma representação interpretativo-categórica baseada na construção dos capítulos anteriores que fornece a possibilidade de compreender como se operacionaliza o *ethos* jornalístico de resistência nos depoimentos estudados nesta pesquisa. A projeção foi construída ao se considerar o modo como se estruturou o espaço social do período

histórico da ditadura militar com fundamento no Capítulo 3. Partindo do princípio de que um campo é uma ferramenta operacional de construção de pesquisa, ao realizar a análise se delineará a relação entre os campos pertinentes que compõem o espaço social neste trabalho. Com base nos três primeiros capítulos, o esquema gráfico foi construído da seguinte maneira:

1) O **campo do poder** diz respeito ao Estado brasileiro e seus aparatos de repressão-vigilância-censura (NAPOLITANO, 2018), responsáveis por regular as quantidades de capitais distribuídas em outros campos, principalmente os campos de produção simbólica. Por se tratar de um contexto autoritário, o cerceamento da liberdade de expressão e da esfera pública (AQUINO, 1999; KUCISNKI, 2018; NAPOLITANO, 2018) e o aparelhamento dos jornais da mídia convencional à ditadura (ver Capítulo 3) conformam um dos condicionantes estruturais responsáveis pelo surgimento da imprensa alternativa em um contexto de lutas no campo jornalístico. Enfatiza Cheryl Hardy (HARDY, 2018, p. 301, grifo nosso).

Bourdieu utiliza o termo campo do poder para designar um conjunto muito especial do espaço social. O campo do poder é constituído de modo muito diferente dos outros campos porque é ocupado apenas pelos indivíduos dominantes num espaço social (...) **São os indivíduos do campo do poder que são capazes de determinar as taxas de câmbio entre as formas específicas de capital que geram a estruturação de um espaço social mais amplo.**

Os censores se posicionam, no âmbito das relações objetivas, como os agentes responsáveis por regular o capital simbólico dos jornais da imprensa alternativa – que se trata do direito do que dizer e do que não dizer. A contextualização do golpe civil-militar, da ditadura que se perpetuou no poder, dos aparatos de repressão política institucionalizados pelo Estado brasileiro, o caráter multifacetado da repressão e as nuances da resistência cultural forneceram um pano de fundo importante para contextualizar a disposição desses agentes combatentes da imprensa alternativa no espaço social, como também suas lutas simbólicas para a subversão de regras legitimadas, de valores e de representações que buscavam ser consolidados pelo projeto da ditadura.

2) O termo **espaço social** será empregado para discutir as diferentes atividades intelectuais de profissionais de esquerda – de diferentes matizes – que compartilhavam a oposição ao regime, no plano simbólico, junto aos jornais alternativos, como também disputavam espaço por legitimidade de suas visões de mundo (ver Capítulo 3, tópico 3.3 no qual há discussão sobre constituição de um *ethos* de resistência jornalística no período). Também irá se referir aos

diferentes grupos da esquerda que disputavam capital simbólico nos jornais visando seu aparelhamento às suas organizações partidárias. Para Bourdieu, conforme destaca Hardy (2018, p. 196), o espaço social é a constituinte de vários campos nos quais os agentes dispõem disposições compartilhadas:

O termo espaço social é utilizado para indicar a soma total de posições sociais ocupáveis em qualquer momento e lugar (...). Em contraste com o termo “campo” é utilizado para se referir a um subconjunto particular de posições disponíveis que recebe coerência através dos interesses, atividades e disposições compartilhadas dos participantes. (HARDY, 2018, p. 296).

Na segmentação do quadro, o campo jornalístico e a imprensa alternativa como componente deste campo nas lutas simbólicas para sua subversão constituem a parte interna da representação gráfica.

3) O **campo jornalístico**, compreendido como o espaço de relações objetivas entre jornalistas no qual o prêmio capital é a disputa pelo monopólio legítimo da informação e de sua difusão – uma manifestação de capital simbólico (BOURDIEU, 1997a). Como todo campo, possui uma série de tensionamentos na busca pela manutenção ou subversão das regras legitimadas. Embora a dicotomia entre imprensa alternativa e imprensa convencional (Capítulo 3, tópico 3.4) possua apenas caráter categórico e não vise reduzir a vasta matiz existente entre essas duas concepções de imprensa, pode-se entender que no período em questão a imprensa alternativa e suas variadas propostas representaram e evidenciaram as tensões no campo jornalístico. Inscritos no espaço social composto no plano da resistência cultural, junto a outros aparatos de construção simbólica que também efetuaram resistência no espaço social, os agentes jornalistas utilizaram a imprensa escrita como uma plataforma de crítica ao projeto perpetuado pelo golpe e pela consequente ditadura a partir de uma variedade de propostas editoriais, estéticas e, também, diversidade nos âmbitos regional e ideológico (AQUINO, 1999; KUCISNKI, 2018; NAPOLITANO, 2018).

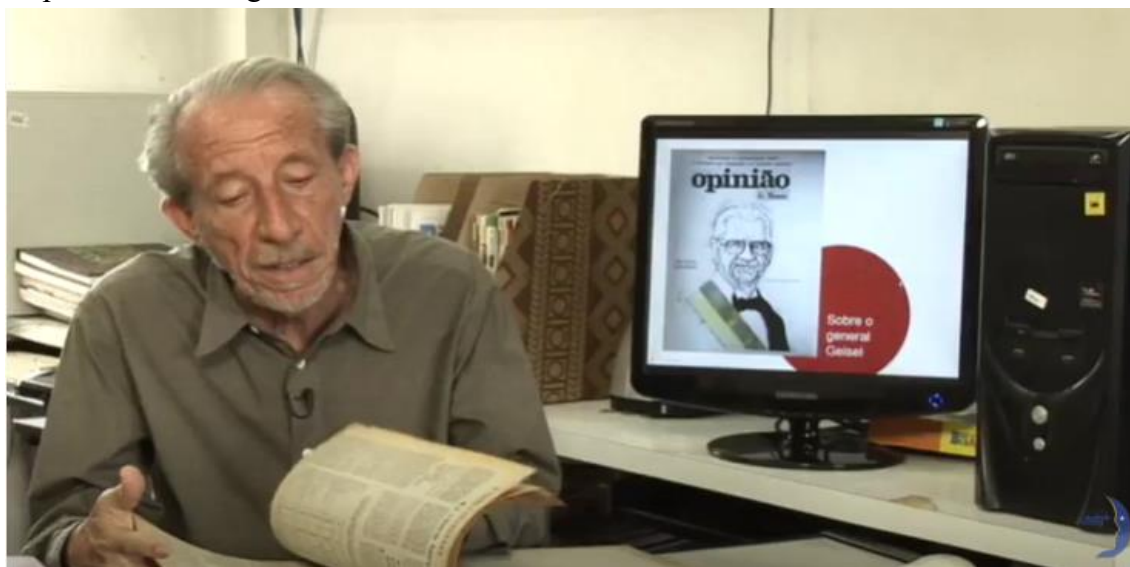
A partir das análises dos diferentes agentes propostos na pesquisa, como reiterado no capítulo anterior, se busca entender os matizes e as nuances do processo de resistência da imprensa alternativa. A análise irá se dividir nas duas categorias apresentadas por Bernardo Kucisnki (2018): os periódicos políticos e a imprensa jornalístico-existencial.

4.1 Os jornais políticos

Como reiterado diversas vezes anteriormente, esta categoria tem por objetivo analisar os jornalistas que participaram dos periódicos políticos. Foram selecionados, com base nos critérios estabelecidos Capítulo 1, Raimundo Pereira, Bernardo Kucisnki e Maria Rita Kehl. No início de cada tópico há uma foto do agente analisado e um quadro com as características de seu depoimento ao projeto *Resistir é Preciso*.

4.1.1 Jornal contra o capital: a perspectiva de Raimundo Pereira

Figura 10 – Raimundo Pereira, em entrevista a Ricardo Carvalho, discute capa do jornal “Opinião” sobre o general ditador Ernesto Geisel



(Fonte: Instituto Vladimir Herzog).

Quadro 5 – Depoimento de Raimundo Pereira

Duração do depoimento	3'39'33''
Principais jornais alternativos que participou	<i>Opinião e Movimento</i>
Período histórico	1969-1982

(Fonte: elaborado pelo autor).

A) O contexto do jornalista em *Opinião e Movimento*

Falar da posição que os agentes do campo jornalístico ocuparam em relação à imprensa alternativa implica em uma tentativa de estabelecer as relações objetivas e subjetivas que esses intelectuais exerceram no espaço social em discussão – o que significa, a partir de seus

depoimentos, compreender suas representações sobre jornalismo, sobre o período histórico em questão e também compreender as relações entre os jornalistas e outros agentes, como políticos, intelectuais e com os próprios jornais. Nesse sentido, Raimundo Pereira pode-se encaixar como o principal jornalista da categoria de jornalismo político estabelecida por Kucinski (2018, p. 35), pois a frente criada pelo agente se constitui como a “mais prolífica de todas as linhagens, surgida em torno do Amanhã, criado (...) em 1967”. A proeminência de Pereira enquanto tronco de uma linhagem de jornais é tamanha que os periódicos políticos que surgiriam em momentos futuros se enquadrariam basicamente como parte da “evolução dessa linhagem (...) e da sua articulação com os partidos clandestinos” (KUCISNKI, 2018, p. 36).

Do ponto de vista histórico, o período no qual o jornalista discorre sobre o processo de constituição e de formação dos principais periódicos em que atuou se enquadra nas duas fases de repressão cultural categorizadas por Napolitano (2018) no Capítulo 3: entre os anos de 1969 e 1979; e, com menor intensidade, no começo do período entre 1979 e 1985⁸⁵, fases distintas da ditadura. No que tange ao posicionamento de Pereira no jornalismo, o agente não se contentava com a posição no campo jornalístico que ocupavam os jornais da mídia convencional, que para ele “havia adotado uma ‘estratégia de adesão’, havia se vendido ‘no sentido mais simples da palavra’” (KUCINSKI, 2018, p. 301). Pereira, então, buscava realizar uma prática jornalística classificada por ele próprio como *crítica*.

De maneira geral, entrevistado por Ricardo Carvalho no depoimento com mais de três horas de duração, Pereira discorre amplamente sobre as décadas em que integrou importantes frentes jornalísticas no período da ditadura, expressa suas visões sobre política, jornalismo e resalta aspectos considerados por ele relevantes em sua trajetória. Os dois principais periódicos em que atuou foram *Opinião* (1972-1975) e *Movimento* (1975-1981). Na sua fala, Pereira afirma que o semanário *Opinião* se iniciou, no Rio de Janeiro, em novembro de 1972 como uma forma de contestação à ditadura e à consequente censura que havia se instaurado nos jornais da mídia convencional após o AI-5. O periódico foi idealizado por Fernando Gasparian, empresário nacionalista que fazia oposição à ditadura, juntamente a Pereira⁸⁶. Um aspecto notável sobre o jornal se trata do fato de que seu dono, Fernando Gasparian era posicionado antagonicamente aos

⁸⁵ Ver: Capítulo 2, tópico 3.2.

⁸⁶ Embora fosse empresário, setor que em peso apoiou o regime em busca de capital social e econômico, Gasparian tinha aspirações nacionalistas e era amigo de intelectuais como Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Um dos

interesses dos jornalistas do *Opinião* (estes advindos das classes médias) por pertencer à burguesia nacional – setor que, de maneira geral, foi favorável e se beneficiou com o desenvolvimentismo autoritário da ditadura⁸⁷. Segundo Kucinski (2018, p. 317):

O núcleo central do grupo provinha de baixa classe média, filhos de imigrantes ou de nordestinos, como era o caso de Raimundo Pereira. Além de naturalmente provincianos, a maioria, paulistas, havia se formado no clima das agitações dos anos de 1960, rejeitando os valores da classe média e desprezando as elites. Fernando Gasparian, apesar de pessoa de hábitos simples, era membro da elite. Além de abastado e de cultura aristocrática para os padrões brasileiros, circulava nos meios intelectuais.

O jornalista relata que uma das diferenciações do jornal em relação a outros periódicos da época se tratou dos capitais cultural e social dos componentes da frente criada, sendo o jornal classificado por Pereira como um “jornal de intelectuais”, formado por personalidades como o economista Celso Furtado e o sociólogo Fernando Henrique Cardoso – fato, este, que evidencia a mobilização no plano simbólico-intelectual de contestação à legitimidade da ditadura, na qual a imprensa alternativa se inseria como uma das práticas intelectuais e profissionais pertencentes a um espaço social mais amplo de resistência. Discorre Raimundo Pereira:

E o Gasparian queria um jornal contra a ditadura. Então ele juntou uma qualidade de recursos muito grandes, principalmente humanos, o jornal não foi tão caro assim – um semanário em papel jornal –, mas juntou grandes intelectuais... Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Antônio Candido... Juntou uma quantidade de colaboradores muito grande, aqui e no exterior. Pra você ter uma ideia, o nosso correspondente em Nova Iorque, era o Paulo Francis. Nós tínhamos correspondente além disso em Londres, que era o Bernardo Kucinski, tínhamos correspondente em Paris e tínhamos correspondentes também em Washington que era o Roberto Garcia.⁸⁸

Percebe-se que ao falar sobre a grande “quantidade de recursos, principalmente humanos”, o jornalista mostra que o *ethos* jornalístico de resistência dos agentes do período mobilizava capital cultural para a disputa por demarcação de um espaço mais autônomo no

fatores condicionantes de sua postura oposicionista foi o desaparecimento de seu amigo Rubens Paiva, deputado brasileiro à época pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), após ser levado para prestar depoimentos.

⁸⁷ Ao discutir, no depoimento, sobre a vida de Gasparian, Raimundo Pereira conta que o empresário tinha uma marca têxtil, a *Companhia América Fabril*, possuía 23 mil operários. O jornalista também ressalta em sua argumentação o fato de que o empresário fazia parte de uma pequena fração da burguesia nacional que tinha um projeto nacionalista e anti-golpista para o Brasil.

campo jornalístico, em um período no qual o campo do poder tinha por objetivo cercear a liberdade de expressão e os espaços de discussão pública. Com Gasparian como líder, em tal cenário, o financiamento e a estrutura organizacional do jornal também poderiam ser melhores operacionalizados. No amplo escopo de produção intelectual que *Opinião* realizou, se destacaram coberturas como a discussão sobre o endividamento externo brasileiro causado pelo “milagre econômico”, vivenciado entre os anos de 1968 a 1973, e debates sobre a Guerra do Vietnã; período no qual, segundo Pereira, estava em pauta pelas esquerdas do mundo todo. Em relação à intelectualidade, o jornalista também afirma que o *Opinião* foi responsável pela introdução dos artigos de opinião intelectualizados no jornalismo brasileiro.

Por mais que fosse um jornal de resistência à ditadura militar brasileira e, ao se classificar como um aparato de produção simbólico-intelectual que operava em um período no qual a censura era respaldada pelo AI-5, o periódico possuía contradições internas que ocasionaram a ruptura do *Opinião*. Resumidamente, os tensionamentos existentes no jornal se relacionavam a Pereira e Gasparian. Desde o início do projeto, Gasparian insistiu na ideia de um modelo empresarial tradicional de jornal – com um chefe, no caso ele próprio, e seus funcionários.

Essas divergências foram se ampliando, multiplicaram os incidentes e a certa altura o Gasparian resolveu que ia me demitir, por outro editor, porque ele não concordava com o tipo de orientação que eu estava dando, né?

Aí teve um incidente, né? Que ele ficou bravo e tal (...). Esses incidentes foram se agravando e tal até que um momento o Gasparian disse: “chega, não dá. Não tolero” ele dizia, né? “Não é uma questão política, ideológica, porque não dá. Você é um cara intratável”.

Pereira relata que a redação se demite em conjunto e parte para o novo projeto de Pereira – o que seria o jornal *Movimento* – pela intermediação de Fernando Henrique Cardoso, que servia como um elo entre os dois jornais como forma de mostrar certa unicidade para a oposição.

Não queremos que isso aqui seja visto pela direita, pelo regime militar, como uma ruptura entre nós. O que caracteriza que não há ruptura: tem o Fernando Henrique de um lado, tem o Fernando Henrique de outro lado... tá nos dois. O Gasparian compra cotas do nosso jornal, pra dizer que ele não tá se opondo a esse movimento do jornal. Nós não nos opomos à continuidade do jornal e não vamos boicotar, no sentido de tentar impedir que as pessoas entrem no jornal,

⁸⁸ RP [1:17- 2:30]. Grifo nosso.

*certo? Nós vamos fazer um outro jornal, e vão existir dois. Tinha gente que acreditava que não era possível fazer dois (...). Não teria público.*⁸⁹

Espaço de grandes disputas por capital simbólico e de reaglutinação da esfera pública e de diversas correntes políticas, *Movimento* se mostrou uma das mais profícuas experiências do período alternativo.

B) Relação com o campo do poder

No Capítulo 3, definiu-se censura como o processo repressivo de caráter institucionalizado pelo Estado brasileiro com objetivos políticos – ou seja, o veto da produção e da disseminação jornalística no plano coletivo que se contraria aos interesses da ditadura militar e, conseqüentemente, a deslegitimem simbolicamente. É um processo político de caráter complexo, multifacetado e não-monolítico que se manifestou de diferentes maneiras em distintos veículos entre 1968-1978 (AQUINO, 1999; NAPOLITANO, 2018). A partir do quadro interpretativo-categórico proposto neste capítulo, entende-se que a censura se articulou pela interferência do campo do poder, em atuação pela mediação dos censores, na autonomia do campo jornalístico a partir da regulação de capital simbólico – quais são os agentes que podem dizer o quê. Ao discutir sobre a questão da censura, Pereira reitera o argumento de que a imprensa convencional, por seu turno, acatou de maneira geral à repressão política dos aparatos estatais:

*A censura havia sido aceita pelos grandes meios de comunicação. Com exceção d'O Estado de S. Paulo que resistiu à censura, com exceção da Revista Veja num determinado momento quando o Mino Carta dirigia, o resto da imprensa aceitou a censura. Os generais e seus representantes mandavam os bilhetinhos ou os telefonemas e eles já cumpriam.*⁹⁰

Por mais que se compreenda que há certa complexidade ao afirmar que a imprensa convencional foi complacente à ditadura – argumento este de Kucisnki (2018) e de Pereira em seu depoimento –, haja visto que ocorreram processos de resistência interna nos próprios jornais convencionais, do ponto de vista objetivo, a mídia convencional de maneira geral foi uma das instâncias responsáveis pela construção simbólica da legitimidade do regime militar. De acordo com Mello e Novais (1998, p. 639, grifo nosso):

⁸⁹ RP [1:17:37- 1:18:22]. Grifo nosso.

⁹⁰ Depoimento de Raimundo Pereira [1:16-1:39]. Grifo nosso.

Para além da censura imposta pelo autoritarismo, a preeminência, na TV, do entretenimento sobre a educação, de um lado, e, de outro, **a liquidação do embrião de opinião pública associado ao trunfo da imprensa jornalística gigante levaram a um esvaecimento dos valores substantivos: a verdade cede o passo à credibilidade, isto é, ao que aparece como verdade; o bem comum subordina-se inteiramente aos grandes interesses privados; a objetividade abre espaço à opinião, isto é, à opinião dos formadores de opinião, em geral, membros da elite ligados direta ou indiretamente aos grandes interesses.** (MELLO & NOVAIS, 1998, p. 639, grifo nosso).

Bernardo Kucinski (2018) também enfatiza o triunfalismo e a adesão da mídia convencional em relação ao período do milagre econômico, no governo Médici, considerado o momento de maior repressão política a intelectuais, políticos e jornalistas do recorte histórico em questão:

A euforia vivida pela classe média nutrida no milagre econômico forneceu à **grande imprensa a justificativa de mercado para um jornalismo complacente**, através de produtos de disseminação cultural, como os fascículos e as revistas de lazer, nos quais o jornalismo crítico era secundário. A visão triunfalista da economia baseada na mitificação do crescimento do produto interno bruto (PIB) monopolizou o noticiário em detrimento da política. (KUCINSKI, 2018, p. 78, grifo nosso).

O governo do ditador Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) obteve o paraíso do milagre econômico a partir da repressão máxima a qualquer contrapartida das oposições. O período de seu mandato coincide com a institucionalização da censura e foi responsável por atuar nos grandes periódicos tanto convencionais quanto alternativos. A reflexão sobre a censura no depoimento de Pereira se evidenciou mais em temas que eram polêmicos justamente porque denunciavam a arbitrariedade do regime – como a morte do estudante de Geologia da Universidade de São Paulo (USP), Alexandre Vannucchi Leme⁹¹:

É contraditório, né? Porque eram dois caras (...) a serviço mesmo e não queriam conversa. “Não pode, não pode! Acabou, não vem com história isso aqui não vai sair. Mas ao mesmo tempo eram dois seres humanos que tavam ali.... Não não pode, então que que pode? Então não pode citar o NOME do Vannucchi (...). Então eu dizia: vamos fazer uma matéria sobre a missa, sem citar o Vannucchi (...). Você percebe, se você não vai ficar reclamando em casa, mas tem uma chance de algum tipo de luta... porque tava todo mundo sabendo, todo mundo careca de saber que a missa de São Paulo é a missa de

⁹¹ Vannucchi Leme foi um estudante e militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) morto nas dependências do Doi-Codi em 1973. A morte de Leme foi um dos fatores que aglutinou a sociedade civil e a Igreja Católica em um bloco de oposição ao regime.

Dom Paulo [Evaristo Arns] era pro Vannucchi. E todo mundo tava lá por causa disso. Então fizemos o jornal, não citamos o Vannucchi, e foi um sucesso enorme. Isso aqui vendeu 38.400 exemplares em banca. Todo mundo sabia, e todo mundo sabia que o jornal era porta voz daquela aspiração (...) Nem era necessária essa informação praquela pessoal.⁹²

A estratégia de comunicação do jornalista para obter o prêmio capital de publicação da reportagem funcionou. Como ele bem enfatizou, “foi um sucesso enorme”, contudo a interferência e a utilização de estratégias advindas do campo do poder surgiram logo em seguida:

O que que acontece depois desse número? Pessoal de Brasília diz: “oh, não adianta!” (...). Mas nós tivemos que fazer o jornal, não fechar, porque o jornal tem que ser atual, semanário, fecha sábado de madrugada. Nós tínhamos que fechar na quarta-feira, mandar tudo pra Brasília, volta o material e é estraçalhado. Aí eles começam a fazer uma censura em Brasília assim: você manda três jornais e eles te devolvem um. Você manda material suficiente pra fazer três jornais e eles vão cortando. Cortando até... De início os cortes eram até, assim, o cara tem uma frase que tem um “sim” e ele corta pra deixar “não”. Chegaram a cortar a coluna de xadrez.⁹³

Então o jornal começa a ser mutilado. E a censura consegue seu objetivo, porque a venda do jornal cai (...) porque não tem conteúdo, ninguém comprava o jornal porque estava nos ajudando, estava nos dando esmola. O cara queria informação. E aí ficou uma discussão, dentro do jornal, fecha ou não fecha e tal. E aí prevalece a ideia de que vamos continuar resistindo etc.⁹⁴

A ditadura, por seu turno, tinha por objetivo impedir a circulação dos periódicos ao dificultar o funcionamento de sua estrutura organizacional. O *Opinião*, por ser um semanário localizado no Rio de Janeiro, tinha dificuldades em enviar diariamente para Brasília os materiais para ser censurados. A Polícia Federal, em contrapartida, buscava prejudicar a regularidade do periódico ao atrasar a entrega do conteúdo censurado, assim como alterar o significado das mensagens e cumprir seu objetivo com a queda do jornal.

O próximo tópico visa discutir a relação dos jornais alternativos encabeçados por Pereira com outros agentes do espaço social, como intelectuais e ativistas políticos.

C) Relação com o espaço social: os intelectuais e os ativistas políticos

A distinção entre jornalistas e intelectuais é usada em diversos momentos por Pereira para se dispor no espaço social. Quando relata a questão das disputas internas existentes no

⁹² RP [42:51- 44:43]. Grifo nosso.

⁹³ RP [44:50- 45:57]. Grifo nosso.

⁹⁴ RP [49:32- 49:55]. Grifo nosso.

Opinião, o agente relembra um artigo, sob autoria de Aguinaldo Silva, no qual Fernando Gasparian não gostou de uma reportagem da editoria policial – fato que causou tensionamento no jornal, porque a editoria de polícia não era bem vista em um jornal com uma proposta de ser “um jornal de intelectuais”.

Ele não gostou porque ele tinha um certo modelo, de jornal de intelectuais que era o “New Statesman”, de Londres, né? Um jornal que escreviam grandes intelectuais e o papel do editor era mais de coordenar o trabalho dos intelectuais. E esse Opinião era um híbrido, que tem uma equipe de jornalistas profissionais, com competência técnica e conhecem o assunto e então nós queríamos muito destacar esse aspecto do jornalismo, então era o assunto do dia – a polícia, as matanças, o Esquadrão da Morte. (...) Porque o Gasparian olhou e disse: “esse não é o tipo de jornal que eu queria fazer”(…).⁹⁵

No que tange a questão política, nota-se um ponto interessante em relação à fala de Pereira. Em qualquer momento, o jornalista nega que o modelo de jornalismo que ele visava construir ideias e valores baseados no pensamento de esquerda – até mesmo pelo fato de se considerar politicamente socialista. Contudo, Pereira deixa evidente essa distinção entre preocupações necessariamente relacionadas à questão do campo do jornalismo e às preocupações políticas – o que evidencia a preocupação pela autonomia de atuar como jornalista no contexto em foco, demarcando um espaço de distinção. Quando o agente é questionado sobre o apoio à anticandidatura de Ulysses Guimarães para a presidência da República em 1974, responde:

Tem uma quantidade de correntes ideológicas muito grande no meio do povo. Então, você pra fazer alguma coisa que esteja mais próxima dele, se você pega uma coisa só assim, você tem que fazer isso via partido mesmo. Eu sou do partido, temos essa linha e por aqui eu vou. Buscar apoio partidário. Mas se você quer atrair o povo com base no esclarecimento dos fatos correntes, aquilo que chega a ouvido dele e que ele quer uma coisa melhor (...). Que ele pode examinar de diversos ângulos, não só de um ponto de vista. De um partido.⁹⁶

Como afirmado no capítulo anterior, a esquerda que realizava oposição tinha ideias e tradições em comum e se uniu na pauta da resistência para combate à ditadura; porém, dentro desse compartilhamento de valores oposicionistas, havia uma ampla gama de posições políticas compostas por uma esquerda de cunho liberal, por comunistas e do PCdoB e pelas dissidências pecebistas com ideias trotskistas e maoístas. Este fator estimulou os jornalistas que viviam

⁹⁵ RP [17:46- 18:28]. Grifo nosso.

naquele período e, nesse sentido, influenciavam diretamente na sua posição dentro do jornal e na sua visão da ditadura. É um aspecto notável dentro dos jornais de categoria política (KUCINSKI, 2018) a relação existente entre o quadro político de esquerda e a imprensa alternativa. Em tal panorama, Pereira discute a importância do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) para a divulgação de *Movimento*:

O PCdoB teve um papel extremamente importante pro movimento porque, digamos assim, durante um período, eles foram usando o “Movimento”, no bom sentido, a nosso favor, quer dizer, puseram gente [d]eles e todo mundo que eles conseguiram pra vender jornal.⁹⁶

Em outro momento, Pereira também evidencia o tensionamento que marca os valores que distinguem os jornalistas (aspecto jornalístico) dos militantes (aspecto político) do PCdoB que integraram o *Movimento*. Todavia, em diferentes momentos do relato, quando comenta sobre as movimentações e os aspectos organizacionais do *Movimento*, o jornalista reconhece o viés de engajamento que o jornal possuía. Nessa lógica, Pereira ainda se calca de esquemas de percepção da realidade do período advindos de um *ethos jornalístico*. Contudo, diferentemente da imprensa de caráter convencional que se articulava sob valores liberais como isenção e igualdade da divulgação de diferentes opiniões, não se coloca como isento na interpretação da realidade e assume o caráter classificado pelo autor como “um outro tipo de militância”, distinto da militância política.

Ele tava usando o trabalho indevidamente. Indevidamente assim... aquilo não era um aparato do PCdoB? Podia entrar quantos caras do PCdoB quisessem, mas ele tinha que dar uma política editorial que era a política editorial nossa, eles não podiam estar com uma política editorial própria.⁹⁷

O campo que tem o domínio da difusão pública de informações como bem reiterou Bourdieu (1997a) se torna objeto de luta entre diferentes agentes para obtenção de seu prêmio capital – o que faz com que diferentes dissidências políticas tentem aparelhar o jornal:

Nós, por exemplo, deixamos que o debate interno do PCdoB contaminasse o jornal. Isso eu notei a uma certa altura, eu vi que tinha páginas, três páginas de

⁹⁶ RP [1:11:13- 1:11:48].

⁹⁷ RP [2:26:17- 2:26:38].

⁹⁸ RP [2:29:30-

cartas, de brigas entre eles. Eu disse: “não pode!” (...). Tentar manter o jornal mais dentro de uma linha mais ampla.⁹⁹

Sobre dissidências que ocorriam nos jornais, Pereira relata que um grupo de jornalistas do *Movimento* – que já era uma dissidência do *Opinião* – decidiu se juntar para formar outro veículo, o *Em Tempo*. Ele destaca a heterogeneidade dentro do próprio movimento de esquerda à época, que muitas vezes buscava se utilizar do poder de disseminação pública e simbólica da imprensa alternativa como forma de expressão de uma única tendência político-partidária – o que tensionava os valores propriamente jornalísticos e democráticos – no sentido de diferentes visões **da esquerda**.

Porque o sujeito quer um jornal pra expressar o seu ponto de vista, e vai formar uma corrente política. O Movimento era o jornal de uma frente muito ampla, e essa frente ampla se caracterizava pela luta contra a ditadura, inclusive a democratização, o avanço do processo de democratização e as aberturas vão esgarçando essa frente porque cada um quer ir mais pra frente, né?¹⁰⁰

No panorama colocado, se percebe o caráter de engajamento de Pereira e dos outros agentes que compunham o espaço dos periódicos alternativos, como também a convivência entre jornalistas partidários e aqueles não-organizados em atividades político-partidárias:

*E eu acho, assim, que na história dos jornais, desses que nós fizemos... Opinião, Movimento... **O maior papel foi dos jornalistas sem partido. Embora, os jornalistas com partido tenham tido papel muito importante porque tinham ideias políticas justas. A ideia de lutar contra a ditadura e de unir todas as forças contra a ditadura, que alguns jornalistas tinham mais claro do que nós, jornalistas sem partido, foram muito importantes.***¹⁰¹

A próxima categoria tem por objetivo discutir os elementos tangíveis do *ethos* de Pereira.

D) O jornal contra o capital: o *ethos* de Pereira

Do ponto de vista inferencial, é interessante notar o comportamento que Pereira demonstra no decorrer de seu depoimento e na análise de sua trajetória de que a sua percepção de jornalismo pode até mesmo ser encarada como uma missão e uma trajetória engajada. Pode-se

⁹⁹ RP [2:32:20- 2:32:56].

¹⁰⁰ RP [2:06:55- 2:07:19].

¹⁰¹ RP [11:33- 12:10]. Grifo nosso.

constatar que o agente dedicou– e tem dedicado, como consta no depoimento– sua vida na disputa pelo modelo de jornalismo que defende. Como vários pares, devido ao contexto histórico em questão, Pereira não cursou faculdade de Jornalismo. Sua incorporação no sistema de disposições que passou a orientar suas práticas jornalísticas se deu no contato com as estruturas organizacionais dos jornais e com a convivência com outros intelectuais, após sua expulsão da faculdade de Engenharia da Universidade de São Paulo (USP):

*A minha formação é de Engenharia, eu virei jornalista por acaso.*¹⁰²

*Então, sujeito que vai pra escola de engenharia porque gosta de matemática, que não tem nada a ver (...) eu era muito bom de matemática, continuo gostando, gostei de alguns aspectos da Física e tals, mas não era a minha. Então, **o golpe me fez um favor de fazer jornalismo**, aí eu vou indo e vou... um monte de políticos bons à minha volta (...) eu vou aprendendo e eu tô querendo ser. Como a vida é essa roda viva, eu não embarquei nessa canoa [vida política], porque a minha experiência (...) **eu sou um jornalista, eu me formei como um jornalista. Formei e deformei, porque o jornalismo é uma deformação também. Você acaba de ver uma notícia e tá querendo saber que matéria vai estar.** Aí eu aprendi algumas coisas: imprensa de partido, não é minha praia porque aí era partido, como partido não é minha praia, não entrei nessa há muito tempo que eu deveria ter entrado. Então, **eu to nessa praia do jornalismo.***¹⁰³

A autoimagem de Pereira, que em suas próprias palavras “foi formado e deformado” como jornalista e passou a estar “essa praia de jornalismo”, demarca seu modo de ser e de estar em relação às lutas cotidianas do seu campo. Quando assume este papel, Pereira parte de um princípio responsável por orientar suas percepções. No espaço de disputas por capital simbólico que *Opinião* representou no período da ditadura, entre intelectuais e jornalistas, ele se define como agente jornalístico acima de todas as coisas:

*O Gasparian me contratou, por... eu tinha uma certa fama aqui por causa da Realidade, da Veja e tal. O Bernardo Kucisnki, que vivia em Londres, lembrou que meu nome... A Veja inclusive tinha feito uma historinha sobre os seus primeiros três anos e o Mino fez um perfil muito elogioso pra mim e tal... Então, era um negócio por acidente, **o Gasparian não me escolheu porque eu tinha certa ideologia, me escolheu porque eu era um jornalista.***¹⁰⁴

¹⁰² RP [08:43- 8:46].

¹⁰³ RP [2:57:31- 2:59:03].

¹⁰⁴ RP [6:40- 7:19]. Grifo nosso.

Ao comentar sobre a escolha de Gasparian, porque era um jornalista e não porque tinha “certa ideologia”, Pereira mostra uma disposição que evidencia um *ethos* jornalístico calcado nas representações dominantes de seu campo – por mais que seja um agente na luta pela heterodoxia, parte de um ponto de vista liberal, pois na lógica de sua argumentação, ele é um jornalista acima de todo o seu habitus e de sua trajetória, argumento este que contradiz sua própria visão de jornalismo que está em disputa.

O modelo de imprensa alternativa muitas vezes tinha engajamento em relação aos assuntos que abordava em suas reportagens. Embora se utilizasse do discurso de autolegitimação do campo jornalístico como uma forma de distinção, assim como o capital simbólico que o jornalismo detém em relação ao domínio da disseminação pública de informações (BOURDIEU, 1997a), os jornalistas partem de certos esquemas de percepção que os engajam em terminados temas sociais e os fazem abandonar o caráter, em tese, isento advindo da imprensa convencional calcada nos valores do liberalismo. Os agentes, a partir de seu *ethos*, praticavam e percebiam o jornalismo enquanto uma ferramenta de reflexão sobre qual o melhor rumo para a sociedade (sentido ético) e sobre como deveria-se pensar sobre o espaço compartilhado e as decisões coletivas (sentido político), fator este que estava evidente em seus posicionamentos, muitas vezes atrelados às concepções das esquerdas.

Em seu discurso, Pereira não adota a perspectiva liberal do jornalismo – baseada na ideia de igualdade de opiniões, defesa da imparcialidade dos fatos (AQUINO, 1999) –, porém o agente busca constantemente diferenciar em esquemas de classificação o que ele considera como agentes políticos e agentes jornalistas. Além disso, hierarquiza qual prática é considerada mais legítima na disputa entre-campos e considera o jornalismo uma ação inferior à política.

*Eu percebi que a militância política que eu prezo demais, valorizo demais. Eu achava que eu ia dar um ‘upgrade’, deixar de ser jornalista, que é carregar pedra, fazer sopa de pedra, e ir pra política que é uma coisa mais séria. E aí não deu certo, eu descobri que política é mais complicado do que jornalismo.*¹⁰⁵

Ele não nega o caráter engajado da sua visão de jornalismo, porém enfatiza os limites existentes entre a militância no sentido político-partidário-organizacional e a militância no sentido jornalístico – o campo jornalístico –, que se utiliza das ferramentas da prática jornalística

¹⁰⁵ RP [11:01- 11:20]. Grifo nosso.

como maneira de contestação da ordem, ambas unidas com o mesmo propósito no momento histórico em discussão – a criação de uma frente que objetiva a deslegitimação e a superação do regime.

*O Perseu [Abramo] e eu, eu tô seguro, nós tínhamos a mesma posição, assim, no geral, quanto à questão do jornalismo popular. **O jornalismo popular não depende de militância, só que é um outro tipo de militância.***¹⁰⁶

Quando questionado por Ricardo Carvalho sobre por qual razão o modelo de jornal burguês – modelo liberal evidenciado tópico. 3.4 – se distingue de um jornal alternativo, Pereira diferencia aquilo que considera como bom jornalismo a partir da contraposição que faz ao jornal burguês, o qual ele alega que tem tomado rumos “cada vez mais baratos e vagabundos”. Pereira responde:

*Primeiro ele pode ter essa perspectiva muito mais ampla, o jornal burguês como ele se sustenta comercialmente e usa de vários truques pra se sustentar (...) **O jornal é um produto cultural, o produto cultural exige um leitor como eu, o rumo que a imprensa burguesa tá tomando, como jornais cada vez mais baratos e vagabundos.** Agora tem jornal no Brasil a 25 centavos, que são os que mais vendem. **Porque a burguesia tá amarrada nesse problema do baixo nível de consciência popular.** A imprensa burguesa de maior circulação surgiu nesse momento. [Joseph] Pulitzer e [William Randolph] Hearst são homens da teorização disso. O Hearst dizia assim: “você nunca perde dinheiro quando você subestima o nível de consciência do povo”.¹⁰⁷*

Para Pereira, o jornalismo burguês tem tomado rumos que ele não considera adequados para a prática jornalística, pois o caráter comercial, com foco em lucros em detrimento de um eventual interesse público, advindos da imprensa convencional, muitas vezes degrada a qualidade daquilo que ele considera como o *bom jornalismo*: um modelo de *jornalismo popular* que tenha por objetivo elevar a consciência popular dos leitores. Neste trecho do depoimento se percebe a disposição do jornalista a encarar a imprensa alternativa como responsável pela conscientização política, ou seja, de democratização do capital cultural aos seus leitores:

O Hearst dizia o seguinte: aqui tá o nível de consciência do povo [sinaliza com a mão], você vai ficar olhando e fazer um pouquinho e um pouquinho mais baixo, pra ganhar dinheiro. Então se você faz uma coisa pra elevar o nível de consciência do povo você perde. E isso é um movimento que pra mim, eu sou

¹⁰⁶ RP [2:33:19- 2:33:34].

¹⁰⁷ RP [3:07:08- 3:08:35].

socialista, é o oposto do jornalismo socialista. O jornalismo socialista tem que ter como tarefa elevar o nível de consciência e de cultura do povo.

[Ricardo Pereira]: O partidário, vamos dizer?

Não! Não! (...) Elevar o nível de consciência política do povo significa partir de onde ele está, não é se por como guia, esse guia é o partido, mas partir de onde ele está e dando pequenas contribuições culturais em vários campos.¹⁰⁸

A concepção de jornalismo nomeada por ele como *socialista* diz respeito à concepção gramsciana de jornalismo¹⁰⁹. Como enfatiza Kucinski (2018, p. 17), “Havia entre as concepções vigentes uma forte inspiração gramsciana, entendendo os jornais como entidades autônomas, com o principal propósito de contribuir para a formação de uma consciência crítica nacional”. Um dos aspectos mais interessantes que se deixa transparecer na fala de Pereira é o fato de que o agente não nega o jornalismo em sua dimensão formal e sim no conteúdo. Quando discute o modelo de jornalismo que acredita que seja legítimo, Pereira reconhece a importância da imprensa burguesa – de maneira crítica – e acredita que a maneira adequada de se praticar jornalismo é a partir da superação de modelo de jornalismo liberal (ou burguês, como chama o agente). A utilização da prática jornalística para fins democrático-populares – o que se modifica, então, são os interesses pelos quais os jornais se guiam:

*Um jornal assim, tipo, dois cadernos de dezesseis páginas (...) tem que ter uma redação de altíssima qualidade, portanto, implica também em ter alguma grana (...) Tem que ser pelo menos um meio milhão, com meio milhão já dá pra, com uma equipe, se você tiver uma equipe muito boa, usar muito a internet(...) A consigna é a seguinte: **destruir o jornal burguês, mas fazer um melhor.**¹¹⁰*

Sobre a questão da relação entre forma e conteúdo, a inspiração de Raimundo Pereira para o *Opinião* foram jornais que embora possuam caráter crítico, não se classificam como socialistas – o que demonstra que o posicionamento de Pereira se relaciona muito mais com qual classe comanda a imprensa do que necessariamente uma crítica ao jornalismo em si. Conforme ressalta Kucinski:

¹⁰⁸ RP [03:08:48- 03:09:40].

¹⁰⁹ Apesar de seu caráter fragmentário, devido à trajetória peculiar de Antônio Gramsci, a obra “Os Intelectuais e a Organização da Cultura” (1968) se tornou um manual entre intelectuais e jornalistas no período histórico em questão (KUCISNKI, 2018).

¹¹⁰ RP [03:02:48- 03:04:01]. Grifo nosso.

Raimundo Pereira projetou Opinião inspirado no seminário inglês *The Guardian Weekly*, que descobriu por acaso numa banca de aeroporto. Trata-se de uma seleção semanal impressa em papel bíblia, de artigos do *The Guardian*, *Le Monde* e *The New York Times*. **Um dos mais expressivos semanários do mundo ocidental**, contrastando com o jornalismo cosmético das revistas semanais norte-americanas *Time* e *Newsweek*, inspiradores de *Veja*. Esse jornalismo interpretativo e crítico vivia uma fase gloriosa, através da denúncia dos métodos norte-americanos da Guerra do Vietnã e do jornalismo investigativo, que levaria à queda de Nixon. (KUCISNKI, 2018, p. 309, grifo nosso).

Embora a inspiração de Pereira para a construção do projeto editorial de *Opinião* tenha sido, no plano formal, os jornais supracitados, também é perceptível uma estratégia de utilização do capital simbólico de renomados veículos internacionais, como o *Le Monde*, para o constrangimento da repressão política do regime no âmbito internacional. Nota-se, então, que “ao apoiar-se nos mais prestigiosos jornais do mundo ocidental, o projeto procurava constranger a censura e o aparelho repressivo. Qualquer violência contra o jornal teria repercussões internacionais” (KUCISNKI, 2018, p. 309).

Porque o jornal burguês, ele é um serviço muito interessante. Você acorda de manhã cedo, abre e desde o jogo do Palmeiras – que se ferrou infelizmente, né? – até os filmes que vão passar, até as notícias, as grandes novidades da política e tal (...). E ele tem, hoje, está todo disponível desde cedo, então você ficar estudando o que eles fazem pra fazer melhor, e fazer uma agenda sua. Porque também o jornal burguês (...) pouquíssimos são muito amplos no sentido mais geral, eles são muito locais...¹¹¹

Como Pereira responde aos problemas práticos do seu campo? O jornalista possui uma visão de jornalismo alinhada à sua cultura política – calcada nos ideais do marxismo, como bem ele reitera – ou seja, o jornalismo tem um papel de elevar a consciência de classe da população para cumprir seu propósito democrático tal qual a concepção gramsciana. Jornalismo alternativo significa jornalismo anticapitalista. A lógica de mudança das estruturas objetivas do campo jornalístico é a mesma que tangencia a modificação das estruturas econômicas.

Na visão de Pereira, a imprensa classificada burguesa visa o lucro acima da qualidade e da construção de um modelo de jornalismo crítico, porém esse modelo de imprensa possui uma ampla estrutura organizacional e de financiamento. Dessa maneira, ele se posiciona no campo jornalístico à margem do modelo de jornalismo convencional e busca demarcar sua visão como legítima no campo jornalístico ao assumir uma luta simbólica que, de maneira mais

ampla, reflete a divisão do espaço social no qual o agente exerceu seus anos de resistência: um mundo polarizado entre as ideologias socialista e capitalista – e, sendo assim, uma imprensa alternativa seria alternativa ao capitalismo, com os trabalhadores a superar a estrutura patronal dos jornais e, dessa forma, assumir o comando dos jornais.

Seu modo de responder de maneira prática aos problemas do campo se revela a partir da manutenção dos aspectos formais e da deontologia do jornalismo (modo de se fazer jornalismo, utilização das ferramentas e dos preceitos do jornalismo), porém a subversão no plano conteudístico: a tentativa de trabalhar com um jornalismo que eleve a *consciência popular* a partir de uma tentativa de democratização do capital cultural de seus leitores – em tese, no momento em que os leitores passam a ler o modelo de jornalismo de Pereira, tornam-se mais críticos, com maior participação popular e, portanto, agem de maneira supostamente mais democrática. Reforça o agente:

Eu acho assim, imprensa e democracia são coisas que são inseparáveis. Você não pode ter um sistema democrático avançado, de grande participação popular, sem que as pessoas sejam bem informadas. Por definição, a imprensa é o instrumento, os canais da imprensa, as diversas formas que ela pode assumir são um instrumento pra você informar as pessoas, pra elas participarem das coisas de forma mais consciente. Isso exige que você faça um esforço de elevar o nível de consciência das pessoas, de compreensão das coisas, que a pessoa multiplique o seu interesse. O interesse popular, se você observa a realidade com precisão, o interesse popular é pequeno não porque o povo não gosta das coisas complexas, sofisticadas. Porque o povo é educado assim, ele levanta e tem que trabalhar. Pega três horas de ônibus, não tem livro na casa dele.¹¹²

*A imprensa quando ela quer valorizar o escândalo, ela quer simplificar as coisas. Tá certo que isso existe, mas não pode ficar complicando, complicando que ninguém vai entender p*rra nenhuma. Mas eu tô dizendo: de um modo geral você tem que partir do que existe e ir elevando o nível de complicação pra que você tenha um leitor que goste... Eu me considero um leitor típico da imprensa que eu quero fazer, porque eu gosto, fui aprendendo na vida a gostar de coisa muito sofisticada.¹¹³*

Malgrado Pereira não reconheça como legítima a nomeação *alternativa*, ele trabalha com um modelo de imprensa que se diverge do jornalismo convencional que disputa no campo jornalístico pelo modelo de imprensa legítimo.

¹¹¹ RP [03:04:39- 03:05:26]. Grifo nosso.

¹¹² RP [3:11:02- 3:12:15]. Grifo nosso.

¹¹³ RP [3:12:50- 3:13:25]. Grifo nosso.

RP: O nome alternativo ao quê?

[Ricardo Carvalho]: À grande imprensa.

*RP: Mas a minha pretensão é ser grande (...) A **pretensão é que façamos uma grande imprensa. Então isso não vai nos distinguir. É o conteúdo que nos distingue, né?***¹¹⁴

Quando se refere a fazer uma grande imprensa, Pereira quer dizer que o modelo de jornalismo que ele busca fazer se torne o padrão dominante dentro do espaço de produção simbólica no qual o jornalismo se estrutura. Aqui se enfatiza a passagem que Bourdieu (1997a) utiliza sobre as lutas dentro para a manutenção ou subversão da *doxa* (regras legitimadas de um campo):

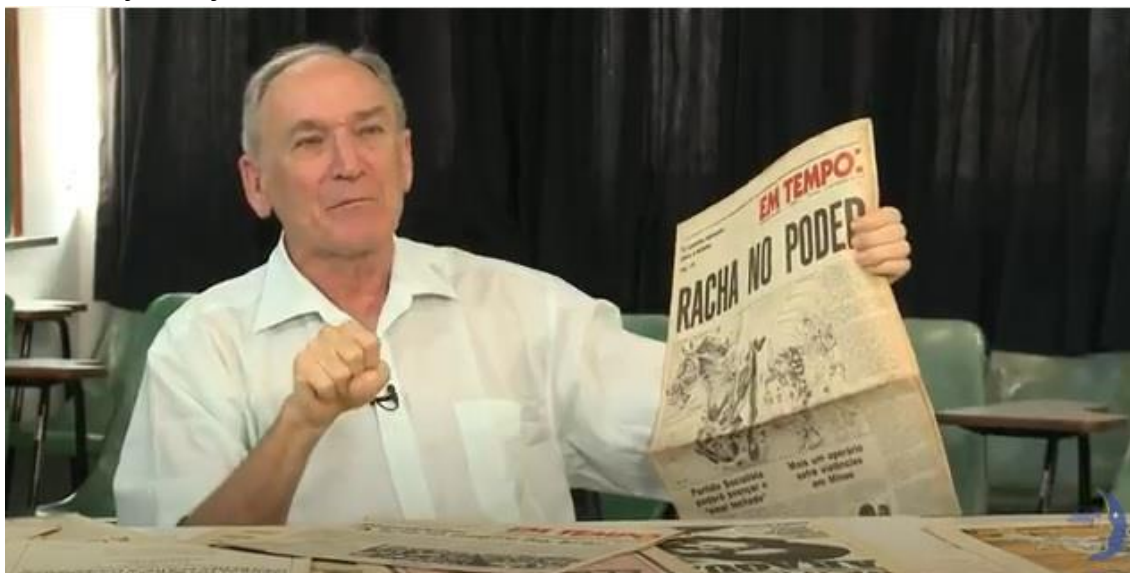
Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – **que é também um campo de lutar para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que se detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias.** (BOURDIEU, 1997a, p. 57a, grifo nosso).

A resistência de Pereira se operacionaliza em diversos planos. Muito além da resistência no plano de oposição simbólica à ditadura militar, evidenciada pelo tom crítico que o jornalista adotou ao regime na construção de matérias e na organização de periódicos de caráter contestatório ao regime, também se insculpe um *ethos* de resistência jornalística em outros planos: 1) no modelo de jornalismo que Pereira visa fazer, nomeado pelo próprio autor como socialista; 2) nas lutas simbólicas com outros agentes intelectuais do espaço social pelo prêmio capital (BOURDIEU, 1997a) que os jornais alternativos dotavam os agentes; e 3) a tentativa de estabelecer uma estrutura de poder democrática no ambiente de trabalho – fato que se diferencia das relações de trabalho da imprensa convencional em uma relação entre chefe e seus empregados. Estrutura esta que, embora seja contestada em sua efetividade como bem evidencia Kucisnki (2018), se mostra uma tentativa de subverter os próprios valores compartilhados no campo do jornalismo.

¹¹⁴ Ricardo Carvalho e Raimundo Pereira [3:24:24- 3:24:36]. Grifo nosso.

4.1.2 Entre-campos: a experiência de Bernardo Kucinski

Figura 11 – Enquanto segura a primeira edição do *Em Tempo*, Bernardo Kucinski relata processo de formação do jornal



(Fonte: Instituto Vladimir Herzog).

Quadro 6 – Depoimento de Bernardo Kucinski

Duração do depoimento	2'06''58
Principais jornais alternativos que participou	<i>Opinião, Movimento e Em Tempo</i>
Período histórico	1967-1980

(Fonte: elaborado pelo autor).

Bernardo Kucinski se insere como um agente proeminente para a compreensão da formação e da constituição do grupo dos jornalistas, da imprensa alternativa que se mobilizaram a partir daquilo que Kehl *et al* (2014) coloca como formas de defesa e de práticas para movimentar frações da sociedade civil em torno da reivindicação dos direitos humanos, do enfrentamento da violência e do poder de aspecto arbitrário, como também pela batalha para deslegitimar o consentimento do governo ditatorial.

Em um depoimento de aproximadamente duas horas fornecido a Ricardo Carvalho, o jornalista e professor universitário aposentado discorre sobre sua trajetória como profissional de revistas técnicas, sua vida acadêmica, sua participação em periódicos como *Opinião, Movimento e Em tempo*. Bem como sobre a sua tese de doutorado realizada na Escola de Comunicação e Artes da USP – que originou o livro *Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa*

Alternativa (2018)¹¹⁵. Em um aspecto mais amplo, Kucinski é um agente que se posiciona entre o campo jornalístico e o ambiente acadêmico, apresenta condições para objetivar suas formas de pensar e suas práticas no período em que realiza a tese – estudo no qual o autor se debruça sobre um objeto vivenciado por ele próprio. Do ponto de vista histórico, o jornalista se encaixa nas mesmas categorias estabelecidas por Napolitano (2018), elencadas no capítulo anterior e referentes a Raimundo Pereira – tendo em diferenciação que Kucinski passou alguns anos entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970 na Inglaterra para acompanhar sua esposa, Mutsuko Yamamoto Kucinski, que cursava o doutorado em Física, área em que Kucinski também é graduado.

A) A constituição de um ethos: das revistas técnicas para a imprensa alternativa e a carreira acadêmica

Bernardo Kucinski é um jornalista com experiência extensa. Junto a Raimundo Pereira e a outros profissionais, o agente iniciou sua carreira em um pequeno jornal estudantil, chamado *Amanhã*, que serviu como raiz para todo o tronco de jornais alternativos políticos que surgiriam posteriormente (KUCINSKI, 2018). No período em que estava na Inglaterra, foi o responsável por indicar Raimundo Pereira ao empresário Fernando Gasparian, que estava na busca de jornalistas para a construção de um periódico que passaria a ser o *Opinião*. Além deste jornal, Kucinski apoiou Pereira na formação da dissidência que desencadearia posteriormente na criação do *Movimento*, assim como posteriormente foi um dos integrantes do conflito que ocasionou o grande racha das esquerdas do periódico em 1977 que culminou na criação do *Em Tempo*.

No campo jornalístico, Kucinski se encontra em uma posição semelhante à de Raimundo Pereira no que tange às trajetórias jornalísticas vivenciadas por ambos os profissionais

¹¹⁵ Embora a tese de doutorado de Bernardo Kucinski tenha sido defendida em 1991, nesta dissertação se utiliza a segunda edição da versão publicada como livro pela Editora da USP (Edusp). No princípio, houve um questionamento de cunho metodológico sobre a inclusão de Kucinski nesta análise, ao se ter em princípio que o autor escreveu uma obra de caráter fundamental para a elaboração desta pesquisa. Porém, a partir da análise de seu depoimento e da pesquisa bibliográfica realizada, se optou por manter o relato no escopo analítico deste trabalho por dois motivos: 1) Na história da imprensa alternativa política, o agente participou ativamente de três jornais importantes para a compreensão do fenômeno: *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*. Nesse sentido, a sua entrevista ajuda a compreender as disputas internas ocorridas nos jornais, assim como possibilita a análise relacional com os outros dois agentes estudados: Raimundo Pereira e Maria Rita Kehl – os três agentes foram contemporâneos em suas práticas de resistência jornalística ao regime, portanto suscetíveis de compartilharem disposições e valores morais (um *ethos*) semelhantes; 2) Em seu depoimento, o jornalista reconhece o tensionamento que a publicação do seu livro causou no campo jornalístico em relação à imprensa alternativa e seus agentes na disputa pelas memórias legítimas – balanço este importante para se tomar em consideração em uma análise.

no período, pois o agente relata ter feito parte do *Amanhã*, periódico que serviu como espaço inicial de encontro entre diversos outros jornalistas que seriam, futuramente, responsáveis por encabeçar uma série de outros veículos proeminentes da imprensa alternativa. O jornal, que tinha caráter estudantil, integrou agentes como Tônico Ferreira, Elson Martins e o próprio Raimundo Pereira¹¹⁶. Ao referir-se aos quatro anos da ditadura, período marcado pela tônica da luta armada e pelo imperativo revolucionário, inspirado na Revolução Cubana, Kucinski conta que participou do *Amanhã* logo em seu período de estudante no Instituto de Física da USP:

*Eu acho que eu começo a ser jornalista profissional no Brasil, na imprensa brasileira, nas revistas técnicas, mas antes disso, eu comecei a escrever no Amanhã, foi o meu primeiro jornal (...). Então eu estava na USP, estudante (...) e quando eu entro na Universidade, caímos naquele turbilhão que é a USP naquela época. O Instituto de Física, em particular, era fortemente politizado. Nós recebemos na época os estudantes do ITA que haviam sido expulsos, entre eles o [...] Raimundo Pereira. E é o Raimundo que articula na USP o jornal Amanhã – o jornal negociado realmente com grupos políticos, com apoio do grêmio. O Grêmio era uma instituição política.*¹¹⁷

A importância do *Amanhã* remete justamente ao fato de ter sido um espaço representativo para a imprensa alternativa no campo jornalístico, uma vez que foi responsável por aglutinar certos jornalistas que realizariam significativas práticas de resistência jornalística em outros periódicos posteriormente:

*E aí lançamos o Amanhã, e começamos a escrever no Amanhã no geral sobre ciência (...). A importância do Amanhã, a principal importância dele é que é ele que reúne o grupo que depois vai fazer todos esses outros jornais políticos. É ali que se junta Tônico Ferreira, [Elson] Martins, eu, Raimundo [Pereira]. Ali se cria o núcleo inicial, né? E... saíram seis edições, sete no máximo, era patrocinado pelo Grêmio, era um jornal do Grêmio, mas era um jornal para o público externo, era um jornal pra operário (...). Pra ser vendido em banca em frente ao sindicato dos metalúrgicos de preferência (...). Isso [19]67, os sindicatos sob intervenção. Ainda não tem o AI-5, mas o ambiente já é pesado (...). E nós fazemos um jornal dividido aos operários, a concepção é leninista.*¹¹⁸

O *Amanhã*, nessa lógica, foi o primeiro jornal responsável por inculcar uma certa lógica que passaria a reger as práticas dos agentes da imprensa política, a exemplo das próprias visões desses jornalistas sobre o período da ditadura. Numa perspectiva teórico-conceitual, sobre

¹¹⁶ Pereira foi o primeiro entrevistado abordado nesta dissertação, porém, os outros dois jornalistas citados que não entraram no escopo analítico também estão presentes nas entrevistas do *Resistir é Preciso* (ver Apêndice I).

¹¹⁷ BK [00:36- 1:58].

¹¹⁸ BK [2:00- 3:25]. Grifo nosso.

as trocas sociais responsáveis por ajustar certa lógica de ações estruturada pelas condições sociais objetiva, Sérgio Miceli (2003, p.72) afirma:

O campo equivale a uma estrutura de trocas sociais, dependente de disposições que fazem operar o sistema simbólico que lhe é inerente, ajustado às regras que o definem e que se impõem aos agentes com a força de um constrangimento lógico e social, ou seja, da ordem de uma experiência vivida e reconhecida pelos agentes como preenche de sentido e significação conforme os princípios daquele universo de exceção regrada.

O periódico se ancorava em um viés leninista de jornalismo, ou seja, tinha como justificativa para sua existência a promoção da conscientização e da organização da classe trabalhadora calcada em um horizonte revolucionário. Em um ambiente com grande densidade no debate político como eram alguns cursos da USP, o período de formação de Kucinski – iniciado em 1967 – se insere em condições sociais estruturadas em lutas simbólicas e materiais que buscavam o fim da ditadura militar brasileira e a construção de uma revolução socialista. Os diversos grupos políticos da época, dissidentes do PCB, tinham influências da Revolução Cubana, ocorrida oito anos antes, em 1959, e entusiasmo pelo livro *A Revolução na Revolução* do filósofo francês Régis Debray (1967)¹¹⁹. Discorre Kucinski:

*É preciso lembrar a nossa formação na época, né? Quer dizer, nós estamos em [19]67, primeiro tem o golpe, que foi muito chocante. A frustração de todo o movimento pelas Reformas de Base e uma profunda influência da Revolução Cubana e das ideias debrayistas. Em cima já de uma tradição universitária fortemente marxista e que ainda hoje é em grande parte marxista em lugares como a USP, né? Embora já muito menos do que antes. Então o meio estudantil, é um meio altamente politizado, a dissidência do PCB [Partido Comunista Brasileiro] é muito forte na USP, é organizada. Tem grupos, tem direção, é... A AP [Ação Popular] era muito forte na época também no movimento estudantil. E em função já da Revolução Cubana, começam a surgir os primeiros sintomas de uma visão militar né de resistência à ditadura (...). Então, tudo isso era natural pra nós, entende?*¹²⁰

¹¹⁹ Régis Debray foi um filósofo francês que serviu grandemente como inspiração para os grupos políticos que realizavam resistência armada entre os anos de 1966 e 1972. Entusiasta da Revolução Cubana, Debray se muda para Cuba com objetivo de acompanhar mais proximamente o processo revolucionário que influenciou diversos outros países da América Latina, como o Brasil. A sua obra *A Revolução na Revolução* (1967), inspirada na ideia do *foquismo* – ideia de que focos revolucionários, advindos da guerrilha rural, seriam a vanguarda de uma revolução – persuadiu e inspirou uma série de correntes políticas no Brasil. Um relato sobre a influência do filósofo na luta armada pode ser lido em Gabeira (2009).

¹²⁰ BK [10:08- 11:33].

A influência das estruturas objetivas do espaço social pode ser percebida quando o jornalista conta que, devido ao turbulento contexto histórico, “tudo era muito natural” para os agentes, que buscavam estratégias para lidar com o jogo de carências e de necessidades sociais do período – o combate à ditadura e à repressão política, assim como a construção de uma alternativa à ditadura. Um aspecto interessante que pode ser notado em seu relato se trata da ideia de que os agentes não racionalizavam sobre suas práticas de resistência ao período autoritário, constituindo-se de uma resposta objetiva a um tensionamento advindo de um constrangimento social.

No que tange especificamente ao *Amanhã* como um tronco que fundamentaria os futuros periódicos alternativos, Kucinski (2018) ressalta que o mecanismo de formação de uma frente jornalística – ou seja, a disputa que ocorre no campo jornalístico no período entre diferentes grupos políticos pelo capital simbólico da disseminação pública de informações – representava um prêmio capital que se torna ainda mais concorrido em um momento no qual o campo do poder busca cercear as esferas de produção simbólica. Para o autor:

E foi com o *Amanhã* que se criou o mecanismo de frente jornalística, pelo qual vários partidos de esquerda, mantendo seus jornais clandestinos, ou de partido, unem-se na sustentação de um jornal, produzido sob padrões técnicos do mercado, voltado não só aos seus militantes mas também a um público externo e distribuído nacionalmente. (KUCINSKI, 2018, p. 56).

A concepção de frente jornalística, ancorada no contexto apontado pelo pensador, mostra um tensionamento existente no campo jornalístico em relação à imprensa alternativa: as estratégias que certos grupos políticos utilizavam para inculcar suas visões de mundo em um jornal de frente ampla que embora seja formado por distintas frações políticas, possuía autonomia jornalística – e, nesse panorama, emparelhar o jornal a uma única concepção política.

Sobre sua aproximação em relação ao jornalismo profissional, o agente conta que iniciou o trabalho profissional nas revistas técnicas da Editora Abril. No trecho em que discorre sobre o início de sua trajetória, Kucinski enfatiza a constituição de um grupo que sempre estava junto nos ambientes onde atuava jornalisticamente – o que significa o compartilhamento de valores e disposições responsáveis pela orientação das práticas e das representações dos agentes:

O Raimundo [Pereira], através de um amigo nosso, o Ítalo Tronca, ele é convidado pra trabalhar num dos jornais do... eu acho que era o Médico

*Moderno, que eu acho que era da Editora Abril, ou depois acabou sendo. Eu sei que através do Médico Moderno nós entramos no universo das revistas técnicas da Editora Abril. Máquinas e Metais, Química Moderna, eles tinham umas quatro ou cinco revistas (...). Sempre é o grupo junto, sempre o Raimundo levando os outros. Na verdade, o Ítalo levando o Raimundo e o Raimundo levando os outros (...). O grupo era o Raimundo Pereira, o Tônico [Ferreira], eu (...).*¹²¹

*E nós entramos na Editora Abril e na revista Máquinas e Metais é que eu me profissionalizo. Aí direto, aí já é sindicato dos jornalistas, carteirinha, tudo isso.*¹²²

Após o processo de incorporação de Kucinski às regras táticas do campo, ele passa a atuar na *Revista Veja* – publicação criada pela *Editora Abril* em 1968 e substituiu o espaço que a *Revista Realidade* (1966-1968) demarcava no mercado editorial brasileiro, porém de maneira menos crítica que à sua predecessora. Raimundo Pereira, reconhecido por Bernardo Kucinski como um agente dotado de capital simbólico nas redações, convida o agente a compor o quadro editorial da *Veja* como editor de ciência.

*Bom, das revistas técnicas, de repente surge, estamos nas técnicas quando a Editora Abril lança a Revista Veja. Chama o Mino Carta e o Mino Carta cria a Revista Veja e faz um (...) concurso nacional e chama os jornalistas do país todo (...). Isso no ano do AI-5, 67, 68... E o Raimundo, que era muito esperto em termos política de redação, de relações humanas e tais, ele acaba indo pra Veja. E logo, logo, a primeira oportunidade que ele tem, ele me leva e eu vou ser o editor de ciência na Veja, subeditor de ciência, na época chamava editor assistente de ciência.*¹²³

O elemento interessante que se nota na percepção de Kucinski ao desenvolver sua argumentação é o reconhecimento da proeminência de Pereira no campo jornalístico a partir de classificações como “tinha uma capacidade de ver adiante” e “uma visão de jornalismo sempre à frente dos outros” – elemento que reitera, numa perspectiva bourdieusiana, a argumentação de que Raimundo Pereira é um jornalista dotado de grandes quantidades de capital cultural e social no campo.

Ele tinha uma visão de jornalismo assim sempre à frente dos outros, né? Ele tinha uma capacidade de ver adiante, né? E a cobertura dos voos à Lua e mais as artimanhas dele ali na redação fazem dele um sujeito importante na Revista.

¹²¹ BK [12:20- 13:27]. Grifo nosso.

¹²² BK [13: 40- 13:53].

¹²³ BK [14:00- 15:00].

*Num certo sentido, ele entra em certo conflito com os meninos lá do Mino Carta. O Mino Carta trouxe uma série de dandies pra Veja, uns meninos com quem ele jogava tênis, entendeu? E alguns eram até brilhantes, mas não eram de trabalhar muito. E o Raimundo era um p*ta d'um trabalhador e eu também. E não passa seis meses e ele já domina a redação. Domina, começa a fazer cobertura política e aí, logo, logo ele propõe aquelas matérias sobre as torturas.*¹²⁴

A demarcação do *ethos* desses agentes entra em confronto a partir da diferenciação com o *ethos* do que Kucinski chama de *dandies* – termo utilizado no século XIX para classificar homens com gosto estéticos e modos de vestimenta considerados refinados para os padrões dominantes da época. Com isto, Kucinski busca exprimir que se tratava de profissionais que não correspondiam às expectativas de comportamento de um jornalista alternativo – o que demarca a diferenciação existente entre os agentes da imprensa alternativa com outros profissionais da imprensa convencional. As matérias sobre as torturas sofridas no período conhecido como “anos de chumbo” da ditadura (1968-1972), produções realizadas estrategicamente após uma declaração do general ditador Médici – que afirmou que era favorável ao combate às torturas –, geraram repercussão suficiente para que houvesse pressão para Kucinski e Pereira saírem da revista (discussão melhor evidenciada no próximo tópico, referente ao campo do poder). Por seu turno, Kucinski decide ir para a Inglaterra, momento quando conhece Fernando Gasparian – o empresário nacionalista que, embora tivesse uma alta posição no espaço social, por possuir um *quantum* de capital cultural, econômico e social, realizava oposição à ditadura. Kucinski é o responsável por fazer a interlocução entre Pereira e Gasparian:

*Então eu tô na Inglaterra, o Raimundo tá no Brasil (...). E aparece na Inglaterra o Fernando Gasparian abaladíssimo com o que aconteceu com o Rubens Paiva e disposto a lançar um jornal de oposição no Brasil. Um jornal democrático, de oposição democrática, liberal democrática, né? Conversa comigo, a gente se encontra em Londres, os exilados sempre se encontram, né? (...). E aí eu falei pro Gasparian que eu tava sabendo que... ele me pediu pra indicar, jornalistas e tal (...).*¹²⁵

*Então eu indico o Raimundo pro Gasparian: “olha, tem o Raimundo que é um sujeito talentoso. Tem a ideia de fazer um jornal semanal, de informação”. E aí eles entram em contato. O Gasparian manda investigar o Raimundo e o Raimundo manda investigar o Gasparian. E nenhum deles fica muito contente com o que descobre (...), mas a ditadura faz milagres às vezes.*¹²⁶

¹²⁴ BK [15:16- 16:15].

¹²⁵ BK [23:23- 24:13].

¹²⁶ BK [38:05- 38:38].

Quando afirma que “a ditadura faz milagres às vezes”, justamente expressa o estranhamento pelo fato de dois agentes, tão distintamente posicionados no espaço social mais amplo, se unirem com pretensão de buscar de práticas e estratégias de resistência à ditadura militar pela mediação das possibilidades de produção simbólica da imprensa alternativa. A união, embora profícua, mostrou seus limites com a dissidência do *Opinião*, o jornal *Movimento*, ocasionada, entre outros fatores complexos, pelos tensionamentos entre Raimundo Pereira e Fernando Gasparian na liderança do jornal. O racha também se explica pela vontade de Pereira em construir um jornal que subvertesse a lógica empresarial tradicional da imprensa convencional (AQUINO, 1999), calcada na dicotomia entre patrão e empresários, para formar um “jornal de jornalistas” – que seria o *Movimento*. Kucinski naquele momento atuava em outro periódico importante da linha jornalístico-existencial (KUCINSKI, 2018), o *Bondinho*, também trabalhava como correspondente do *Opinião*.

*Então eles se juntam e lançam o jornal e eu que tinha ido pra Londres como correspondente do Bondinho, do Bondinho, eu tinha ajudado a lançar o Bondinho, eu já me torno correspondente do Opinião também e esporadicamente escrevo pro Opinião.*¹²⁷

As descrições proporcionadas por Kucinski sobre os elementos internos de formação do *Movimento*, realizadas até então nesta dissertação não possuem caráter prolixo; pelo contrário, elas se inserem na pesquisa justamente para compreender o ambiente cognitivo responsável por moldar certos valores compartilhados entre agentes, suas relações entre si e as relações com outras instituições. Kucinski, em tal panorama, faz comentários interessantes sobre Raimundo Pereira que ajudam a tecer e compreender mais amplamente o espaço ocupado pela imprensa alternativa no campo jornalístico da época. As investigações que Pereira e Gasparian realizaram um sobre o outro, por mais que não tivessem sido satisfatórias em relação às expectativas de ambos, como relatado acima, foram suficientes para o surgimento do *Opinião*. Kucinski descreve a disparidade de posições no espaço social quando relata uma carta na qual Pereira enfatiza que esteve com a “burguesia nacional”:

Sim, a troca de correspondência, os projetos. O Raimundo me mandou uma carta longa falando sobre a burguesia nacional (...). O Raimundo era um cara

¹²⁷ BK [38:39- 38:57].

*muito engraçado naquela época, depois ele se tornou um cara intratável, mas ele era muito engraçado.*¹²⁸

A carta pode ser encontrada no próprio livro de Kucinski (2018), tendo em consideração que o pesquisador teve acesso aos documentos de Raimundo Pereira para escrever sua tese doutoral:

Estive aqui com a burguesia nacional em pessoa e me propôs fazer um semanário em bases inglesas – um dono que paga e acha dinheiro e um editor que edita – no Brasil. Todas as ideias foram discutidas rapidamente com ele. Pergunta: como ficariam suas indústrias? Resposta: venderia todas, dedicaria todo seu talento administrativo a criar um órgão como esse no Brasil. Pergunta: e os grupos nacionais, os compromissos com as linhas nacionalistas? Resposta: nenhum; eu [Raimundo] faria um jornal independente etc. Resta agora só a questão essencial: é uma pessoa honesta, decente, com a qual se possa embarcar numa canoa dessas por um mar de trevas e tempestades? Enfim, eu queria saber que vocês dessem suas impressões pessoais. A uma certa altura a gente se alia até ao próprio demônio para trabalhar com um mínimo de decência, mas é preciso saber exatamente que tipo de diabo ele é [...]. (PEREIRA *apud* KUCINSKI, 2018, p. 304).

A carta de Pereira registrada em Kucinski (2018) ilustra as diferentes formas de união, não-usuais, que ocorreram no período no combate à ditadura. Como reiterado no depoimento de Raimundo Pereira e discutido no tópico sobre os tensionamentos entre *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*, trata-se neste caso da conciliação entre Gasparian e Kucinski. O próximo tópico discutirá a relação de Kucinski com o campo do poder.

B) Relação com o campo do poder

Tal qual Raimundo Pereira, Bernardo Kucinski também relata dificuldades em relação à repressão política nos diferentes períodos em que trabalhou nos periódicos das imprensas alternativa e convencional. O jornalista alega que sofreu com a censura desde o *Amanhã*, como também no tempo em que esteve na redação da *Revista Veja* e em seu trabalho nos periódicos *Movimento* e *Em Tempo*. Na experiência com o *Amanhã*, o agente relata que os outros componentes do jornal procuravam estratégias para evitar problemas com a censura – como evitar se localizar uma sede situada em um ambiente conhecido e frequentado por muitas pessoas. Mesmo assim, o jornal acabou por ser fechado e apreendido.

¹²⁸ BK [39:04- 39:20].

*Era um jornal naquela época aberto, legal, mas que se precavia. Então, ninguém sabia direito onde era a sede. A gente procurava ir muito pouco lá (...). E era impresso por incrível que pareça na gráfica do Adhemar de Barros, no Bom Retiro (...). E foi nessa gráfica que um dia aparece lá uns milicos, uns meganhas e dão um susto lá no pessoal e o jornal acaba (...). Não me lembro bem o susto, mas recolhe o jornal, intimida (...).*¹²⁹

Posteriormente, na *Revista Veja*, Raimundo Pereira lidera um grupo de jornalistas que tinha por intenção denunciar as torturas do período do governo Médici (1969-1974). Na estrutura da *Editora Abril*, Pereira busca explorar os limites da imprensa convencional ao denunciar uma série de violações aos direitos humanos ocasionados pelo aparato repressão-censura-vigilância (NAPOLITANO, 2018) articulado pelo campo do poder. Conta Kucinski:

*Essas matérias duas capas sobre as torturas, que tiveram pleno apoio do Mino Carta e foi uma coisa importante, nos permitiu também fazer um dossiê enorme, o Raimundo soltou os cachorros no Brasil todo, os repórteres, usou toda aquela máquina da Abril. Ele era muito esperto e o pretexto que ele usou é que nós íamos entregar um dossiê ao presidente. O [Emílio Garrastazu] Médici tinha dado uma declaração infeliz no Rio de Janeiro a um repórter, dizendo que o presidente não admite torturas. Então nós usamos essa declaração dele: “ah, não admite? Então vamos ajuda-lo a não permitir isso. E com isso, soltamos os cachorros e fizemos realmente um dossiê e isso viram aquelas duas capas. Só que, nós estamos num momento de aprofundamento da repressão, do projeto militar e não de esvaziamento. E a reação às duas capas foi muito pesada, e criou-se uma situação que nós tínhamos que sair da revista.*¹³⁰

Quando se viu pressionado a deixar a *Revista*, Kucinski acompanhou sua esposa para a realização do doutorado em Física na Inglaterra, contudo se manteve na colaboração do *Opinião* e do *Bondinho*. Outra estratégia que o agente expõe ao relembrar o período é a utilização de uma escrita mais rebuscada para driblar a atuação dos censores:

*O jornal, ele sempre foi pesadão desde o começo. Matérias enormes, grandes e meio metido a intelectual, né? Linguagem um pouco pernóstica e tal. Depois, nós descobrimos que quanto mais chato você escrevesse, mais fácil era a matéria passar pela censura. Então nós começamos a adotar um estilo anti-jornalístico definitivo realmente, aqueles ‘nariz de cera’ enormes, chatice e tal. E eu levei anos depois pra me livrar disso. Levei anos, anos e anos. Virei um chato nos meus escritos, isso aqui tudo começou por causa da censura, entende?*¹³¹

¹²⁹ BK [4:20- 5:22].

¹³⁰ BK [16:39- 17:55].

¹³¹ BK [42:18- 43:03]. Grifo nosso.

De maneira geral, a linguagem jornalística busca utilizar uma escrita mais compreensível para conseguir alcançar um público amplo. Nesse sentido, quando argumenta que, para driblar os mecanismos de censura e conseguir vencer a disputa pela legitimidade do campo, os profissionais do *Opinião* passaram a adotar um estilo “anti-jornalístico”, o agente se refere ao mecanismo de confrontação que contradizia os princípios formais do jornalismo (a maneira como se escreviam as matérias do jornal) para conseguir obter a publicação.

A censura na imprensa alternativa tinha um aspecto diferente daquele realizado na imprensa de caráter convencional – o que mostrava um conflito no campo jornalístico assim como a influência do campo do poder na sua autonomia. Em contrapartida aos jornais convencionais que aderiram à repressão a partir da censura interna (AQUINO, 1999) – ou seja, evitar abordar certas pautas de acordo com as recomendações do Governo –, a imprensa alternativa questionava e muitas vezes desrespeitava as advertências realizadas pela Polícia Federal, o que culminou em uma contra-estratégia de repressão com objetivo de destruir os jornais:

*No caso da imprensa alternativa, ela tinha que mandar pra Brasília. Então isso era um transtorno muito grande. Você tinha que fechar dois dias antes o semanário. **Você não sabia o que ia receber de volta, você não sabia se ia ter a capa ou não ia ter a capa. Então você fazia duas capas, três capas pra ver se uma escapava. E quando você faz duas ou três capas nenhuma delas é a capa. Então a censura, no caso da imprensa alternativa, ela tem o objetivo destrutivo de inviabilizar o projeto. Ela tem esse objetivo. No caso dos grandes jornais, que foram pouquíssimos os que tiveram censura, por períodos limitados, ela tinha uma função muito mais de dissuasão, de alerta, de manter um certo controle sobre um ou outro termo; mas não tinha o objetivo de destruir o veículo. Essa era a grande diferença.***¹³²

Os jornais alternativos, que funcionavam com certa dificuldade organizacional, passaram a ser muito prejudicados com a censura prévia – Raimundo Pereira também destaca em seu depoimento o fato de ter que enviar o jornal semanalmente para Brasília prejudicava o funcionamento dos impressos. Sobre o tema, discorre Kucisnki:

*A censura tinha que ir tudo pra Brasília (...). Nós tínhamos uma pessoa em Brasília, que recebia, levava lá pro tal do Coronel, depois buscava e mandava pra São Paulo (...). **E era muito destrutivo, no caso do Movimento, mais ainda do que o Opinião.***¹³³

¹³² BK [43:49- 44:51]. Grifo nosso.

¹³³ BK [55:31- 56:03].

No decorrer de sua reflexão em relação ao autoritarismo, o autor, assim como Pereira e outros jornalistas que depõem no projeto *Resistir é Preciso*, reitera essa necessidade de fazer “algo” perante o momento repressivo, um sentimento de indignação – uma conduta interiorizada responsável por guiar as práticas dos agentes, não refletida de maneira racional:

Então ele precisava fazer alguma coisa. Quer dizer, hoje quando a gente olha em retrospecto, uma coisa que a gente vê que uma coisa que nos movia muito era essa coisa de precisar fazer alguma coisa, né? (...). Olha, quando um amigo seu é morto, uma das coisas que acontece com você – e que não deveria acontecer –, mas é a culpa. Você sente culpa. Você não tem nada a ver com a morte dele, mas você: “Nossa se eu tivesse falado. Se eu tivesse alertado! Como é que eu não percebi”, sabe? Você começa a procurar e você imagina então no movimento estudantil onde mataram um companheiro de classe, matavam outro, entende? E... então, hoje em retrospecto, eu trabalho muita essa questão da culpa, né? Mas, por outro lado, naquela época não era assim. Naquela época a gente fazia porque fazia.¹³⁴

No relato acima, o agente discute justamente a morte do deputado federal Rubens Paiva¹³⁵, amigo de Gasparian assassinado nas dependências do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Kucinski faz um contraponto e discorre sobre a questão do medo e da culpa analisadas a partir do olhar contemporâneo. Ressalta que as reflexões mais densas sobre mortes de colegas muitas vezes ocorrem ao decorrer do tempo, pois à época os agentes se encontravam muito envolvidos em seus processos de lutas simbólicas e materiais para pensar no assunto do luto. Especificamente sobre o medo, reitera que o sentimento de pertencimento a um grupo – no caso, junto aos outros jornalistas – ajudava a lidar com o temor das consequências que as práticas de resistência que a imprensa alternativa operacionalizava poderiam acarretar. Argumenta o jornalista:

Tinha episódios em que a gente tinha muito medo. Eu acho que no dia do golpe houve muito medo. No dia mesmo do e no dia seguinte. Aí depois as coisas meio que se estabilizaram. Quando você está fazendo alguma coisa concreta, sobre a qual você sabe os limites, as bases, você sente menos medo.¹³⁶

Todos tínhamos medo. O medo era importante porque o medo era a cautela, te traz a cautela. Eu, principalmente, sempre fui muito medroso, muito medroso

¹³⁴ BK [25:45- 26:57]. Grifo nosso.

¹³⁵ Rubens Paiva foi um engenheiro civil e deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) morto nas dependências do Doi-Codi. O relato sobre o episódio de sua morte pode ser lido no livro de memórias de seu filho, Marcelo Rubens Paiva, *Feliz Ano Velho* (1984).

¹³⁶ BK [28:19- 28:40].

*(...). Eu acho que o coletivo afastava o medo, né? Deixa eu explicar melhor, olha... Por exemplo, quando você tava fazendo um jornal como o Amanhã, tinha um pouco de medo. Mas quando a gente fazia o Opinião não tinha medo, porque toda a concepção dele era uma concepção no plano legal. Formal, legal, a repressão pode vir, pode fazer o que quiser, mas isso aqui não tem nada a ver com clandestinidade, com luta armada (...). Ali não tinha medo, não me lembro de ter medo.*¹³⁷

A sensação de pertencimento a um grupo em relação às ações de resistência evidencia o compartilhamento de valores entre os agentes no processo. Em prosseguimento, a questão das disputas internas que ocorriam nos jornais por motivos políticos será discutida na próxima categoria.

C) Opinião, Movimento e Em Tempo: tensionamentos internos

Kucinski coloca em pauta uma série de discussões sobre as disputas que ocorriam nos espaços internos dos jornais alternativos durante a ditadura militar. A concepção de jornal de frente, baseada na organização entre diferentes agentes pertencentes a grupos políticos distintos com objetivo de resistência ao autoritarismo – união esta calcada no critério de que embora o jornalismo não seja imparcial como em sua versão liberal (AQUINO, 1999), a discussão política deve respeitar a autonomia jornalística e as estruturas de participação democráticas em detrimento de uma relação de poder entre chefia e empregados, como também o interesse dos anúncios publicitários na produção jornalística. Nesse sentido, a dissidência do *Opinião* surge justamente no seio dos tensionamentos no comando do jornal entre Raimundo Pereira – o editor mais proeminente, detentor de capital simbólico –, e Fernando Gasparian – o dono do jornal, detentor de capital econômico. Tendo em consideração que nos campos de produção simbólica o capital cultural vale mais do que o capital econômico, no processo de ruptura do *Opinião* uma grande parte dos outros jornalistas acompanharam Pereira para a construção de um “jornal dos jornalistas” – que viria a ser o *Movimento*. Comenta Kucinski:

Olha, o Raimundo alega que havia uma contradição insolúvel, insanável entre o jornal ser uma propriedade coletiva e ter uma propriedade privada e um patrão. Agora, pessoas importantes como o Chico de Oliveira, por exemplo, insistem que o racha foi orientação do PCdoB para que ele provocasse o racha, que foi ordem do Partido para ele provocar o racha, porque o Partido tinha em

¹³⁷ BK [27:03- 27:53].

*gestação o projeto d'um jornal mais popular, mais ativista, mais ligado à lideranças populares, menos intelectual.*¹³⁸

Sobre o novo jornal, fundamentado em uma lógica diferente, o agente relembra:

*O Raimundo lança um manifesto, ele faz primeiro, primeiro dá uma entrevista, se não me engano, para... [sic] historiando, uma grande entrevista, historiando a própria atividade dele como jornalista e ele, com nosso apoio, porque toda a equipe apoia o Raimundo nessa briga, praticamente toda a equipe... **Ele lança a ideia do jornal dos jornalistas, quer dizer, como é que você supera a contradição do jornal ser um coletivo, mas ter um dono? Você faz com que o dono seja o próprio coletivo.***¹³⁹

*Ele coloca essa questão, e se vocês observarem o manifesto de lançamento do jornal, vocês vão ver que a proposta era de uma cooperativa, não só de uma propriedade cooperativa, mas um jornal que representasse o coletivo dos jornalistas brasileiros. Uma espécie de Le Monde brasileiro (...). E ele roda o chapéu, nós estamos num período em que os jornalistas ganham muito dinheiro e aí entra de novo o fator culpa, você tá lá na Revista Veja, ganhando cinco, seis pau por mês, o pessoal se ferrando por aí, uma p*ta ditadura, que que você faz? Você dá dinheiro. Então todo mundo deu muito dinheiro, os amigos do Raimundo eram sujeitos agregados, muitos amigos do ITA, que eram engenheiros muito bem colocados na época, tinha um pessoal do jornalismo, que tavam nas grandes empresas. Então, reuniu-se bastante dinheiro e foi com esse dinheiro que ele lançou o jornal.*¹⁴⁰

O processo de constituição do jornal, no qual Raimundo Pereira utilizou de sua influência em uma campanha de arrecadação de fundos, com intuito de montar um periódico que fosse administrado pelos próprios jornalistas, mostra a diferença existente no campo entre os jornalistas constituintes da mídia convencional e aqueles que buscavam trabalhar na imprensa alternativa no período. Kucinski (2018, p. 34) ressalta em seu livro:

Os protagonistas da imprensa alternativa dos anos de 1970 constituíam, assim, uma subcultura que distinguia o grosso dos jornalistas e intelectuais por sua disposição contestatória, propensão ao ativismo, intransigência intelectual e, em certa medida moral, afinidade com os motivos ideológicos que moviam os ativistas políticos. (KUCINSKI, 2018, p. 34).

Diferentemente dos jornalistas que da imprensa convencional, que muitas vezes cumpriam um papel conivente com os mecanismos de censura do campo do poder – seja por motivos ideológicos, seja por motivos financeiros –, os profissionais da imprensa alternativa se

¹³⁸ BK [45:34- 46:20]. Grifo nosso.

¹³⁹ BK [47:21- 48:15]. Grifo nosso.

¹⁴⁰ BK [48:19- 49:32].

dispunham em outro espaço do campo, no qual, como bem ressalta Kucinski, tinham propensão ao ativismo político, à reflexão e se dotavam de motivações político-ideológicas baseadas em princípios e valores das esquerdas (PERUZZO, 2006; NAPOLITANO, 2015; 2018; KUCINSKI, 2018). Este argumento, também tem por objetivo, nesta dissertação, elucidar a questão dos interesses dos profissionais agentes na imprensa alternativa: um *ethos* estrutura a visão que um agente possui de si mesmo e do espaço social, assim os jornalistas que tinham por objetivo realizar seu trabalho com autonomia lidavam com a esfera de discussão de ideias cerceada pela censura. Junto a este fator, se enquadra a questão dos grandes jornais do modelo de imprensa convencional, que adotaram a autocensura, com objetivo de evitar problemas com o Governo Federal (AQUINO, 1999; KUCINSKI, 2018). Nesse sentido, todos os veículos que tensionavam a estrutura de poder e de aparelhamento de campos que o campo do poder visava realizar eram submetidos à censura prévia:

Os dois diários da família Mesquita foram submetidos à censura prévia porque expressaram uma dissidência no interior do sistema de poder. Os demais jornais acomodaram-se e se autocensuravam regularmente orientados por bilhetinhos ou telefonemas da Polícia Federal. Estabelecida a relação de complacência recíproca entre o regime e as empresas jornalísticas, não foi preciso generalizar a censura prévia como instrumento de controle da informação. (KUCINSKI, 2018, p. 79).

A imprensa alternativa, nesse sentido, se insere como uma *alternativa* possível de trabalho e de contestação política para os diferentes jornalistas que se desagradavam com o regime. Bernardo Kucinski demonstra esse aparelhamento e a convivência da imprensa convencional à ditadura em um parágrafo que, embora longo, se mostra muito útil para compreender mais amplamente a questão:

Deu-se uma tal convivência entre a grande imprensa e o governo do general Médici, observam Beatriz Bissio e Maria Nakano, que o regime militar nunca precisou criar seu próprio veículo de persuasão. Frequentemente, os jornais resvalavam para o colaboracionismo veiculando notícias plantadas pela polícia sobre fugas ou atropelamentos de presos político, indiscriminadamente chamados de terroristas. Tornavam-se, assim, cúmplices do processo de liquidação desses presos. Os cartazes “Procuram-se estes terroristas” eram impressos nas oficinas da Empresa Jornalística Folha da Manhã. Quando as denúncias de torturas ecoavam na imprensa internacional, jornais brasileiros importantes como *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, escreviam editoriais negando as acusações e atribuindo-as a uma intenção de difamar o regime. (KUCINSKI, 2018, p. 79).

Discutir esse princípio de divisão do campo é importante tendo em consideração que a resistência dos jornalistas não se realizava somente em relação à ditadura, mas também ao modelo de jornalismo que era organizado estruturalmente nos princípios do liberalismo (AQUINO, 1999). Quando relembra sua trajetória profissional, Kucinski fala sobre o sentimento de culpa – muito atrelado à questão, relatada por diversos profissionais à época, sobre a *necessidade de fazer alguma coisa* em relação à ditadura militar –, um dos fatores pelos quais o ele volta da Inglaterra ao Brasil. Kucinski trabalhava em um periódico chamado *Gazeta Mercantil*, se demite e vai trabalhar no *Movimento*. A estrutura do jornal era baseada na formação de conselhos, sendo o primeiro “de orientação editorial” que “era formado por nove personalidades democráticas; o outro, um conselho de redação, com poder deliberativo, era constituído por doze jornalistas fundadores do jornal” (KUCINSKI, 2018, p. 340).

Aí entra realmente a culpa, eu sempre senti uma certa culpa de não ter enfrentado aqui no Brasil o desafio de fazer o Opinião, embora eu tenha apresentado os caras, eu tava lá em Londres. Então, eu senti que eu precisava sair da Gazeta Mercantil e participar desse jornal. Na verdade, eu não tava saindo, mas eu me demiti e fui ser um dos fundadores d'O Movimento. E o Movimento foi constituído como um jornal em que um grupo de pessoas, umas doze pessoas, seriam as depositárias das ações da empresa, compradas pelo conjunto dos jornalistas brasileiros. Quer dizer, eles confiavam em nós, nesses doze. Entendeu? E eu era um desses doze. Tinha Chico de Oliveira, Guido Mantega (...), Maria Rita Kehl, Flávio Aguiar (...).¹⁴¹

Além dos conselhos que moldavam o funcionamento do jornal, o caráter democrático de seu aspecto organizacional era formado por discussões que, como relata Kucinski, eram “assembleias intermináveis”. No amplo escopo das lutas existentes em um momento de cerceamento dos espaços de discussão, a imprensa alternativa cumpria aquilo que Kucinski (2018) chama de espaço público contra-hegemônico – os periódicos se articulavam como o espaço de discussão política que era negado aos partidos, estes levados à clandestinidade com o decreto do AI-2.

Como é que se dava a questão da orientação do jornal? Havia reuniões de pauta, algumas delas eram verdadeiras assembleias de esquerda, trinta pessoas vinham discutir a conjuntura mundial, nacional, municipal, em certos momentos eram... os jornais eram derivativos de partidos políticos, quer dizer, que eram espaços legais, embora reprimidos, eram legais, legítimos, a polícia podia entrar (...) mas ninguém ali tava fazendo guerrilha, subversão, nem nada. Então, eram reuniões enormes e às vezes aparecia, de repente aparecia um

¹⁴¹ BK [53:14- 54:13].

*[José] Genoíno que escapou de uma guerrilha e ia lá assistir uma reunião (...) dava um palpite e tal.*¹⁴²

Os espaços de discussão eram muito calcados no debate político intenso e a autonomia do jornalista, em detrimento das mediações de editores, era maior justamente ao aspecto relacionado aos recursos do jornal:

*Os jornais alternativos, todos eles, eles não tinham recursos pra ter todo esse processo de mediação, então eles eram baseados, como hoje é a revista como a Carta Capital, eram baseados no talento do jornalista. Então, o sujeito fazia sua matéria e era aquela matéria (...). O que era bom para quem escrevia (...). Então, era um jornal de colaboradores praticamente, e tinha claro gente que fazia a sessão de notas, tinha um editor de cultura, isso sempre tinha, tinha um editor de política internacional (...). Por exemplo, você tinha no caso de internacional, você tinha que traduzir matérias de jornais estrangeiros, então você tinha que escolher qual matéria traduzir... você tinha que ter editores, mas pessoas como eu, o Raimundo [Pereira], Aguinaldo Silva, Teodomiro Braga, esse pessoal todo, cada um escrevia aquilo que queria escrever.*¹⁴³

Um tensionamento existente entre Raimundo Pereira e Bernardo Kucinski se trata da posição do primeiro em relação aos *Ensaios Populares* – editoriais que discutiam a conjuntura política brasileira escritos, secretamente, por Duarte Lago Pacheco Pereira, devido ao fato de o autor ser simpático ao PCdoB. Em função do assembleísmo e das diferentes posições dos grupos políticos diversos que integravam o jornal, passaram a ser frequentes divergências sobre o conteúdo dos *Ensaios Populares*, por se tratar de um editorial não era assinado. Com os conflitos, sugeriu-se que Raimundo Pereira passasse a assinar os textos para evitar a impressão de que os textos refletissem a opinião do jornal, tendo em consideração que havia discordâncias em relação a certos assuntos. Pereira negou-se a assinar, justamente porque secretamente quem escrevia era Pacheco Pereira. Ainda há, nesse sentido, uma polêmica sobre o nível de envolvimento do PCdoB em relação aos jornais como *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo* e as orientações programáticas que o partido enviava para Pereira. De acordo com Kucinski:

Os Ensaios eram um grande editorial, muito bem escrito, muito bonito, que, por exemplo, propunha a Assembleia Nacional Constituinte, ou, por exemplo, discutia a Anistia, discutia isso, discutia aquilo. E havia divergências programáticas de pessoas lá dentro quanto ao conteúdo dos ensaios, e não dava

¹⁴² BK [57:58-58:45]. Grifo nosso.

¹⁴³ BK [56:52- 57:57].

*pra discutir, e ninguém conseguia entender porque que não dava pra discutir.*¹⁴⁴

*E nessas reuniões discutiam-se linhas gerais, no caso do jornal Movimento, as confluências e divergências acabaram se concentrando nos Ensaios Populares, que foi (...), os Ensaios Populares foi uma invenção do Raimundo, que era um grande editorial que analisava alguma questão importante no momento, e à medida que a situação política no país foi evoluindo – que houve a grande crise do petróleo, houve a proposta da abertura lenta, gradual e segura (...), houve a eleição de [19]74 que praticamente esgotou o modelo do bipartidarismo, porque todo mundo votou no partido da oposição (...). Precisava quebrar aquele sistema. Então, aí surgiram divergências entre as esquerdas e, no caso do jornal Movimento, a discussão se centrava principalmente nos Ensaios Populares porque começou haver divergência em relação às propostas dos Ensaios Populares (...).*¹⁴⁵

Kucinski critica Pereira justamente pela contradição em inserir um elemento não debatido em um ambiente que – supostamente – deveria se constituir democrático em suas discussões. O agente argumenta, ademais, que o problema não se foca no fato de Raimundo Pereira possuir convicções políticas e constituir um quadro do PCdoB (o que Pereira, em seu depoimento, nega) e sim na interferência de interesses políticos na autonomia jornalística.

*Aí é que está: todo mundo achava que era o Raimundo (...) e não era, esse que foi o problema que se colocou (...). Era do Duarte Pacheco [Pereira], o Duarte Pacheco que escrevia (...) os editoriais. E o Raimundo não podia revelar que era ele porque ele era clandestino. **Então, veja, aí na minha opinião o Raimundo cometeu um erro formal, quer dizer, ele introduz num jornal lançado como sendo um jornal dos jornalistas, que criou um sistema supostamente democrático, e produz um elemento que não permite o funcionamento democrático, porque não permite discutir porque o autor não está presente (...).***¹⁴⁶

*Eu não sei se ele era um quadro, eu não tenho nenhuma restrição ao fato dele ser um quadro, acho até elogioso. **O meu problema não é esse, o meu problema é o jornalismo e são as relações pessoais e as relações jornalísticas.** Esse que é o problema.*¹⁴⁷

***Então, o problema do Movimento é que você introduz um elemento na discussão que impede a discussão, você não pode discutir (...).** O Duarte porque ele não existe. Ele não está, ele não existe.*¹⁴⁸

¹⁴⁴ BK [1:00:13- 1:00:37].

¹⁴⁵ BK [58:47- 1:00:11].

¹⁴⁶ BK [1:00:39- 1:01:26]. Grifo nosso.

¹⁴⁷ BK [1:13:00- 1:13:17]. Grifo nosso.

¹⁴⁸ BK [1:13:19- 1:13:34]. Grifo nosso.

O conflito entre interesses políticos e interesses jornalísticos no que tange às estruturas administrativas do jornal em um jogo de disputas por capital simbólico acaba por gerar o “grande racha das esquerdas” ocorrido em 1977. A grande crítica de Kucinski para Pereira e para a organização do *Movimento* se fundamenta justamente na contradição entre o ideal de se construir um jornal democrático e a prática não democrática na ação jornalístico-organizacional:

Mas o racha não foi por divergência ideológica, o racha foi por divergência na condução do processo de discussão, entende? Esse foi o racha. Não era uma divergência. Eu, por exemplo, não dou a mínima pra essa diferença ideológica, pra mim o que interessa é o jornalismo, os fatos, a boa interpretação, a boa informação. Mas eu não consegui aceitar aquela situação tá havendo uma ditadura no jornal (...).

[Ricardo Carvalho]: Desculpa, Bernardo, você usou uma expressão forte, a ditadura no jornal. Queria entender um pouquinho melhor isso. Partindo da reunião de pauta que era uma assembleia, né? Partindo dessa reunião de pauta, onde é que se dava essa ditadura.

*No Ensaio Popular, você abre o jornal, tá escrito uma coisa com a qual você não concorda. Não tá assinada, você é membro, você é um dos doze, você não é consultado, você não faz parte, você percebe que aquilo foi decidido em uma outra esfera, entende? (...).*¹⁴⁹

*Ele não podia concordar porque ele não podia assinar uma coisa que ele não escrevia (...). O fato é que ele não quis assinar inclusive porque não era ele que escrevia. Então ninguém assinava, e como ninguém assinava, ficava sendo como posição do jornal (...). O Ensaio Popular é que criou o racha do Movimento.*¹⁵⁰

No período de transição das duas fases categorizadas por Napolitano (2018), entre os anos de 1969-1978 e de 1979-1985, as lutas pró-anistia, o debate da redemocratização e as greves operárias do ABC se encaminhavam e as esquerdas componentes do *Movimento* racharam devido às discordâncias em relação aos *Ensaio Populares*. Pereira não podia assinar os textos, pois, embora não fosse de conhecimento de seus pares, não era o jornalista que os escrevia. Nesse sentido, havia discordâncias entre os outros membros no que tange ao conteúdo e às propostas desse editorial – fato que passou a causar problemas, uma vez que os *Ensaio*s, por não serem assinados, representavam a opinião do jornal como um todo. Em 1977, com o racha, agentes como Maria Rita Kehl e Flávio Aguiar passam a debater o esboço daquilo que se tornaria o *Em Tempo* posteriormente. De acordo com Bernardo Kucinski:

¹⁴⁹ BK [1:18:49- 1:19:56].

*O Movimento racha, mas pra entender o racha do Movimento precisa entender um monte de coisa. Em primeiro lugar, nós já estamos em [19]76/[19]77, já começa a ressurgir a movimentação operária que tinha sucumbido em [19]68 em Osasco e Contagem. Alguns grupos políticos já começam ter sonhos de articulação, principalmente dois grupos, um em Minas [Gerais] e outro no Rio Grande do Sul, que depois iriam formar a DS [Democracia Socialista]. É, a ditadura tá claramente agonizando, nessa agonia ela se torna um pouco perigosa, mas ela tá agonizando, ela própria se torna clandestina, quer dizer, é o perigo da repressão clandestina em que os próprios militares fazem atentado, jogam bombas em bancas de jornal, fazem coisas desse tipo. Esse é o período que nós estamos vivendo. E, o racha do Movimento, ele foi um racha grande, foi o grande, a mãe de todos os rachas da esquerda brasileira. Então se reuniram pessoas como, primeiro um monte de intelectuais (...); jornalistas, como eu, Flávio Aguiar, Maria Rita [Kehl], Chico de Oliveira, que era o grande mentor (...).*¹⁵¹

Em contrapartida à experiência de desgaste do Movimento e em respostas às falhas criticadas por Kucinski, surge o *Em Tempo* – busca-se construir um espaço com novas formas de representação em sua administração. Em vez de ser um jornal com frentes advindas de grupos políticos, constitui-se como uma frente de jornalistas.

*Um novo jornal que tem que ser democrático, não pode ser aparelhado. Tudo o oposto, tudo o oposto do que era o Movimento. O que que a gente busca? O contrário, uma outra experiência. Assim como o Raimundo buscou o contrário, um jornal sem patrão, agora nós queremos um jornal sem direção de facções. Então o jornal começa a discutir um novo conceito de frente: frente de jornalistas, frente de indivíduos jornalistas, não frente de grupos ou de pessoas (...). A compreensão que o Movimento se propõe a resolver, é a contradição: ter um dono e ter um coletivo que é não é dono – não a forma de representação do coletivo.*¹⁵²

E o Em Tempo, foi um jornal, é... não foi dos grandes jornais da imprensa alternativa (...), agora ele teve o grande mérito, ele teve duas inovações, pelo menos: a primeira, nós voltamos ao tamanho standard, e isso refletia a percepção de que já era o momento de ocupar o espaço visual do grande público, que a ditadura já tava acabando, e que não iria haver censura (...). E a percepção também de que estava acontecendo coisas importantíssimas no campo das oposições e também no interior da corporação militar as quais a grande imprensa, por letargia, por anos e anos de comportamento docilizado, não estava percebendo. Então nós saímos com manchete, ó, essa manchete é típica, “O Racha no Poder”, quer dizer... o poder tava rachando, só que a grande imprensa (...) Então veja, isso aqui provocou um choque inclusive nos jornalistas convencionais, embora fosse um jornal quase desconhecido,

¹⁵⁰ BK [1:14:51- 1:15:21]. Grifo nosso.

¹⁵¹ BK [1:16:46- 1:18:21]. Grifo nosso.

¹⁵² BK [1:28:10- 1:28:06]. Grifo nosso.

*alternativo, mas de repente o cara passava na banca “Racha no Poder”, o cara vai olhar...*¹⁵³

Como bem ressalta o autor e se endossa este argumento aqui –, o *Em Tempo* surgiu em um contexto no qual a imprensa alternativa se notabilizava como um espaço que realizava produção simbólica crítica à ditadura em oposição a uma imprensa complacente ao regime. Kucinski, nesse sentido, alega até mesmo que o processo de letargia e docilização dos jornalistas, que tiveram dificuldade para acompanhar as mudanças ocorridas no interior do sistema de poder que a ditadura representava:

*Como nós queríamos criar um jornal que fosse o oposto ao movimento, nós criamos um jornal onde tudo tinha que ser discutido. Então, por exemplo, o editor, que era eu, não podia escrever um título de uma manchete, tinha que ser submetido à uma discussão (...) a um coletivo. **Os coletivos eram divididos por editorias, e a editoria de cultura, mais uma vez, que era avançadíssima entre aspas, pós-moderníssima (...).** O fato é que inclusive a editoria de cultura não admitia nenhuma interferência de ninguém, eram só eles (...). E eles consideravam, por exemplo, que você diagramar um jornal era uma intervenção de conteúdo, porque a estética implica em conteúdo (...).*¹⁵⁴

O processo de organização do novo jornal rendeu tensionamentos entre Kucinski, que era o editor, e a editoria de cultura. Kucinski conta que os membros da editoria de cultura geravam conflitos por não concordarem com certas visões conservadoras dos jornais e, também, por exigirem autonomia total no processo de produção jornalística – o que entrava em confronto com o capital simbólico de agentes consagrados do campo, como o próprio Bernardo Kucinski demonstrou incomodo (KUCINSKI, 2018):

*Houve uma divergência na editoria de cultura, no Rio de Janeiro. **Os editores de cultura, em toda a história da imprensa alternativa política sempre foram um caso à parte. Eles sempre ficavam lá na garagem dos fundos, enchiam o saco, faziam o que queriam...** Todos os jornais foram assim.*¹⁵⁵

O principal ponto era autonomia, autonomia total na cultura. E isso era inaceitável, né? E também, eles tinham uma visão já mais, eu diria hoje, pós-moderna dos problemas sociais. Não era aquele marxismo-leninismo, luta de classes, aquela coisa assim, entende? Era uma coisa mais sofisticada, a questão

¹⁵³ BK [1:29: 47- 1:31:54].

¹⁵⁴ BK [1:34:59- 1:36:37]. Grifo nosso.

¹⁵⁵ BK [50:13- 50:32]. Grifo nosso.

*do poder masculino, a questão da sexualidade, quer dizer, tudo isso pra eles eram temáticas importantes. Eles foram influenciados, também, que é uma coisa que aconteceu naquela época que é o apogeu da sociologia como instrumento de análise. Então, o jornal O Beijo, ele publica matéria sobre os adolescentes, os jovens, as gangues, abordagem sociológica.*¹⁵⁶

As discordâncias chegam ao ponto em que ocorre uma dissidência do *Opinião* para discutir temas mais heterodoxos das esquerdas, como questões de contracultura e de sexualidade.

*No caso do Opinião, eles chegaram a sair do jornal e criar um outro jornal, chamava O Beijo, O Beijo era um jornal da editoria de cultura do Opinião que divergia da caretice do Opinião (...). O Beijo era um jornal que já entra com a temática do homossexualismo [sic], da contracultura e O Opinião era caretíssimo. Um jornal careta, um jornal de mulher que não passa batom, entende?*¹⁵⁷

O destaque da editoria de cultura e de sua diferenciação em relação às outras editorias dos periódicos alternativos será fortemente evidenciado no próximo depoimento analisado, de Maria Rita Kehl, que muitas vezes movimentava-se em oposição a uma visão mais ortodoxa da cultura calcada nos ideais da esquerda marxista.

O próximo tópico tem por objetivo discutir os elementos do *ethos* de Bernardo Kucinski.

D) Jornalismo contra o autoritarismo: o *ethos* de Kucinski

Na reflexão sobre o início de sua trajetória como jornalista, Bernardo Kucinski discute a questão do medo em atuar na profissão em um período de repressão político-intelectual advinda da ditadura. Porém, o agente relata que atuou em um momento histórico considerado como o “apogeu do jornalismo como atividade humana” – que se refere à conjuntura histórica na qual o jornalismo atuava na cobertura de acontecimentos importantes para a história do século XX, como a Guerra do Vietnã e os movimentos de libertação nacional no continente africano. Em tal contexto, o agente afirma que apesar do ambiente politicamente conturbado, sentia-se protegido por “esse escudo do jornalismo”. Pode se interpretar esse “escudo”, utilizado metaforicamente, como um capital simbólico incorporado que o permitia circular em certos ambientes com legitimidade:

¹⁵⁶ BK [51:46- 52:42].

*Eu entro no jornalismo no momento da ditadura, mas também é o momento de apogeu do jornalismo como atividade humana. Cobertura da Guerra do Vietnã, das guerras de libertação na África e eu me identifico profundamente com o jornalismo, **eu visto totalmente a camiseta do jornalismo. E é isto que me dá também uma sensação de segurança**, na medida em que eu sentia um pouco de segurança. Não, eu sou jornalista!*¹⁵⁸

O capital simbólico do jornalismo, ou seja, a credibilidade e a legitimidade que a profissão em sua construção histórica representa, inclusive reforçada pelo agente em nível internacional, mostra as como as disposições que estruturam o habitus – a dialética entre interioridade e exterioridade (BOURDIEU, 2013) – a se enraizar e a se fundamentar em um *ethos* – um conjunto de valores morais – que é percebido em Kucinski a partir da metáfora do escudo:

*Em Londres, eu ia lá entrevistar os filhos da p*ta porque eu sou jornalista. Não tinha medo de ir lá, entende? E eu me protegia sobre esse escudo do jornalismo, isso que me permitiu também fazer tudo que eu fiz com uma certa segurança, como jornalista.*¹⁵⁹

Quando Kucinski afirma que não se importava com quem entrevistava, pois utilizava um escudo, o agente evidencia os valores morais que insculpem seu *ethos* a partir de uma legitimação da cultura profissional – ao afirmar que o jornalismo estava em seu apogeu como atividade humana. O agente se percebe enquanto o detentor do capital específico no espaço social que é a disseminação pública de informações (BOURDIEU, 1997a) e irá se utilizar do capital a partir de uma prática de contestação ao autoritarismo.

Nesse sentido, percebe-se que Bernardo Kucinski possui um *ethos* semelhante ao de Raimundo Pereira. Influenciado pelas condições sociais objetivas que o estimulavam a resistir, em um contexto de repressão advinda do campo do poder, o *ethos* de Kucinski é percebido pelo fato de o jornalista recorrer à legitimação histórica do jornalismo incorporada em suas práticas. A partir do capital simbólico incorporado pelo campo jornalístico, relatado pelo jornalista como “escudo”, em um momento no qual o agente posiciona o próprio jornalismo como uma prática que estava no auge da atividade humana, Kucinski percebe a atividade como uma forma de resistência frente a ditadura. Em interlocução entre o campo jornalístico e o espaço universitário,

¹⁵⁷ BK [50:41- 51:25].

¹⁵⁸ BK [32:50- 33:23]. Grifo nosso.

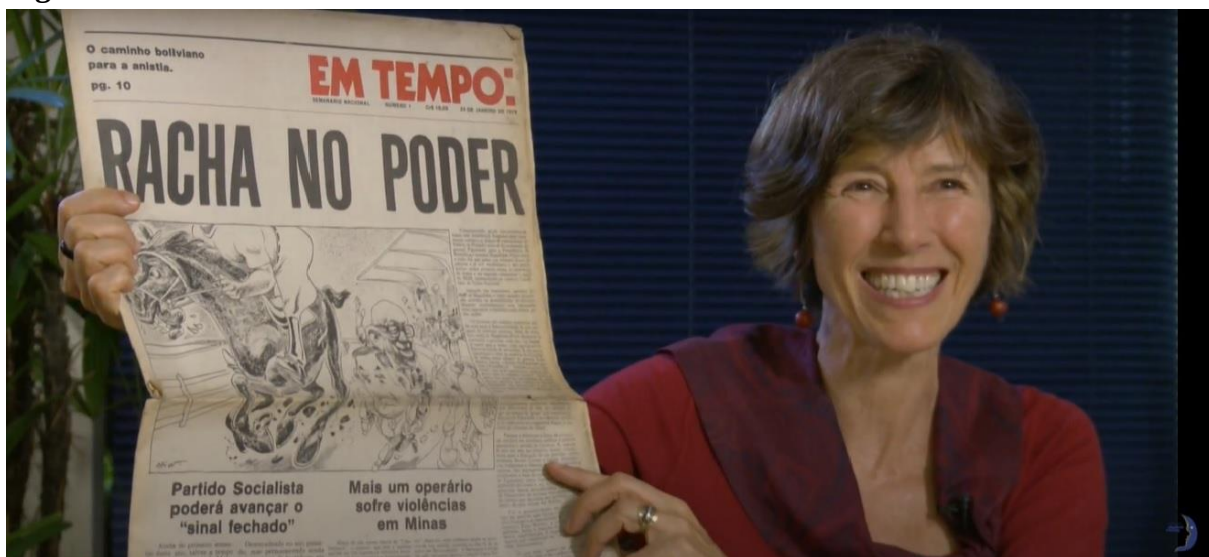
¹⁵⁹ BK [33:24- 33:49]. Grifo nosso.

o agente também obteve ferramentas para tornar suas práticas objeto de estudo e de compreensão sobre o funcionamento da imprensa alternativa.

Os confrontos na área de cultura entre visões ortodoxas e heteroxas da imprensa alternativa, elencados como último tópico da análise da entrevista de Kucinski, também podem ser percebidos e discutidos de maneira mais ampla no depoimento da próxima agente a ser analisada, que manifesta uma disposição diferenciada no campo jornalístico, Maria Rita Kehl – integrante de periódicos como *Movimento* e *Em Tempo*.

4.1.3 A imprensa alternativa enquanto formadora de uma agente: Maria Rita Kehl e a novidade da profissão jornalística

Figura 12 – Maria Rita Kehl relembra do “Racha no Poder” ocorrido no entre a ala militar



(Fonte: Instituto Vladimir Herzog).

Quadro 7 – Depoimento de Maria Rita Kehl

Duração do depoimento	1'05''
Principais jornais alternativos que participou	<i>Movimento e Em Tempo</i>
Período histórico	1971-1980

(Fonte: elaborado pelo autor).

Embora Maria Rita Kehl seja amplamente conhecida em seus depoimentos, entrevistas e publicações editoriais por sua atuação profissional enquanto psicanalista, o papel da imprensa alternativa na constituição de sua formação foi significativo para sua trajetória – a própria agente reitera tal questão em seu relato ao projeto *Resistir é Preciso*:

*A coisa mais formadora pra pessoa que eu sou hoje foi o período que eu morei fora de casa em comunidades (...) que eu morei com a moçada, o período em que eu caí na vida e o período que eu trabalhei nos jornais. Então, isso eu não nego até a morte. O período formador da pessoa que eu sou hoje não foi acadêmico (...), com os defeitos de bom e de ruim que me marcou foi o período de viver meio livremente sempre com amigos em casa (...).*¹⁶⁰

¹⁶⁰ MRK [54:14- 54:56]. Grifo nosso.

A escolha de seu depoimento em detrimento de outras possíveis opções remete justamente ao processo de incorporação de Kehl no que tange às condições sociais estruturadas-estruturantes da imprensa alternativa. Nesse contexto, a posição de Kehl se difere dos jornalistas que já possuíam um *quantun* de capitais no campo jornalístico, como Raimundo Pereira e Bernardo Kucisnki (cita-se apenas estes dois, pois são os agentes anteriormente abordados pertencentes ao escopo desta pesquisa, contudo pode-se posicionar uma série de outros/as jornalistas e intelectuais também consagrados no campo). Do ponto de vista histórico, Kehl também estava inserida no mesmo período de categorização dos outros dois entrevistados anteriormente analisados. De maneira geral, em seu depoimento, a jornalista e psicanalista perpassa temas como o seu período de formação universitária, a época em que começou a trabalhar no *Movimento*, suas dificuldades e tensionamentos com outros agentes do jornal, assim como discorre sobre suas visões do período ditatorial e do pensamento das esquerdas.

A) Incorporação de condutas: a novidade da imprensa alternativa

Nesta categoria, destaca-se o processo de incorporação de valores e de disposições na trajetória da agente que foram responsáveis por orientar as representações que estruturaram seu pensamento: a jornalista apreendeu as condutas da profissão na prática, tendo em consideração que sua formação acadêmica é advinda de outra área. Maria Rita Kehl era uma estudante de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) que, em um cenário descontentamento com a falta de discussão política em seu curso, buscou a imprensa como uma atividade para se remunerar financeiramente e passou a ter mais conhecimento do debate político da época – inculcado, este, no espaço social componente da imprensa alternativa. A psicóloga e jornalista, à época em formação, começou o seu trabalho em um periódico chamado *Jornal do Bairro*, editado por Raduan Nassar¹⁶¹. No período de ebulição política ocasionado pelo tensionamento entre o campo do poder e os diversos agentes que compunham um *ethos* de resistência no espaço social, o *ethos* de Kehl foi constituído enquanto atuava nas dinâmicas cotidianas da imprensa alternativa. Quando questionada, por exemplo, sobre como funcionavam as reuniões do *Movimento*, que tinham organização por assembleia, ela responde:

¹⁶¹ Raduan Nassar (1935-) é um escritor brasileiro. Sua publicação mais famosa é o livro *Lavoura Arcaica* (1975). O romancista, que passava um período na Alemanha, voltou ao Brasil após tomar conhecimento do golpe civil-militar. Fundou em 1967, com seus irmãos, o periódico intitulado *Jornal do Bairro* – publicação de oposição ao regime, que abordava conteúdos de política nacional e internacional.

Uma criança de dois anos não pergunta porque o mundo é assim, entendeu? Ela quer aprender como o mundo é. Uma boboca que saiu de uma família de classe média do Alto de Pinheiros, fez Psicologia na USP numa época em que... A primeira vez que eu fui me dar conta que a coisa era feia foi quando morreu o Alexandre Vannucchi em [19]73, eu tava no terceiro ano. No quarto ano eu fui pro jornais.¹⁶²

A metáfora utilizada por ela remete aos processos de estruturação dos sujeitos biológicos ocorridos na infância no qual as estruturas simbólicas e materiais são responsáveis por se inscreverem nos agentes e por moldarem seus *habitus* – comparação, esta, análoga à sua imersão em um novo universo social: o campo jornalístico, o universo que condiciona o jogo de carências e de interesses responsável por orientar as práticas cotidianas. Conforme Bourdieu (2015, p. 95, grifo nosso):

(...) pode-se sugerir que, à medida que as sociedades se tornam mais diferenciadas e se desenvolvem nelas esses “mundos” relativamente autônomos que chamo de campo, **as possibilidades de que surjam verdadeiros acontecimentos, isto é, encontros de séries causais independentes, ligados a esferas de necessidades diferentes, não param de crescer e, desse modo, a liberdade deixada a estratégias complexas do habitus, integrando necessidades de ordens diferentes.**

Enquanto dimensão do habitus, o *ethos* é a dimensão responsável por estruturar as condutas consideradas “razoáveis” ou “absurdas” determinadas por regularidades objetivas – o estilo próprio do grupo ou da classe (BOURDIEU, 2013, p. 55). Nesta lógica, quando a agente afirma que “tinha medo de **dar bola fora** porque não era jornalista e não tinha histórico de esquerda”, mostra que seu próprio *ethos* ainda estava em processo de constituição e, nesse panorama, ainda não tinha apreendido o senso prático do campo:

*Era tão importante o que eu tava aprendendo na minha editoria, e eu tinha que me concentrar tanto pra **não dar bola fora**, porque eu não era jornalista, não tinha uma história de esquerda, que eu tinha uma vaga ideia do que se passava no resto do jornal.¹⁶³*

Como era jovem, Kehl admite que tinha pouca noção dos movimentos de resistência à ditadura e do clima de repressão instaurado no país em pleno início da década de 1970. Começou a escrever no jornal de Nassar, até ler um anúncio da abertura de um novo periódico: o

¹⁶² MRK [14:11- 14:29]. Grifo nosso.

¹⁶³ MRK [20:45- 20:56]. Grifo nosso.

Movimento. Por seu turno, a agente conta que durante o período inicial de formação acadêmica, a graduação em Psicologia não era engajada em discussões políticas, em contraposição ao ambiente da imprensa alternativa¹⁶⁴:

*A Psico[logia] era mosca morta (...). Eu acho que eu fui pra imprensa de esquerda pra me politizar (...). Ao contrário da maioria das pessoas que vão pra imprensa porque já tinham uma militância política, que foi sendo cerceada e o que sobrou... não tô falando que seja pouca coisa, mas foi, então, através do jornal fazer a chamada mídia ideológica, informar e tentar criar um clima diferente, menos propício ao apoio que a classe média dava à ditadura, né? Eu, ao contrário, era muito pouco politizada... E ali [Psicologia] era um ambiente muito morto.*¹⁶⁵

Ao levar-se em conta, como já evidenciado no depoimento de Pereira, que o *Opinião* era um jornal de intelectuais, Kehl alega que acreditava que não tinha “cacife”, em suas palavras, – o que na verdade se tratava de capital cultural – para escrever no periódico de Gasparian. Porém, quando tomou conhecimento de que havia vagas para trabalho na dissidência alternativa encabeçada por Raimundo Pereira, o *Movimento*, a agente demonstrou interesse de trabalho. Logo, então, foi contratada e, além de realizar entrevistas, também atuou por alguns meses como crítica de pornochanchada – período que delimitou, de certa forma, o espaço onde se inseriria e trabalharia em toda sua carreira: na editoria de cultura. Ela demonstra que a imprensa alternativa foi um espaço formador para sua cultura política, ao considerar que passou a se habituar aos ritos da profissão de jornalista e ao ambiente de intensidade no debate das esquerdas, no qual relatou dificuldade em acompanhar as assembleias – característica típica do modelo organizacional do modelo de imprensa em questão:

*Ao mesmo tempo, eu era tão ignorante que nas reuniões de pauta eu tinha que disfarçar que eu eu não sabia do que eles tavam falando (...) E eu disfarçava mais ou menos bem, mais ou menos mal.*¹⁶⁶

Embora Kehl tivesse receio de que suas condutas passassem a ser percebidas pelos seus pares como “absurdas”, o seu *ethos* em formação também se calcava no sistema de estratégias na

¹⁶⁴ Contextualmente, é importante se lembrar que os estudantes universitários tiveram um papel fundamental na deslegitimação e nas denúncias da arbitrariedade do regime. Nesse horizonte, vários cursos tornaram-se conhecidos pelo fervor dos debates sobre a ditadura, como o curso de Filosofia da USP (NAPOLITANO, 2018; KUCISNKI, 2018).

¹⁶⁵ MRK. [1:51- 2:40]. Grifo nosso.

qual a agente buscava melhorar sua posição social no jornal – evento, este, perceptível quando ela diz que “arriscava seus pitacos”, embora demonstrasse “insegurança”:

*Esse tempo de dois anos que eu fiquei no Movimento... como é formador, um período de formação, é um período imenso pra mim, é a minha formação (...) foi formador. Primeiro porque eu continuava arriscando meus pitacos, assim (...) eu ficava insegura, mas não muito e continuava arriscando. E foi formador. No bom e no mau sentido.*¹⁶⁷

O fato de a origem de sua trajetória pessoal ter sido diferenciada dos jornalistas e militantes de esquerda mais habituados à ação política tradicional também salientou uma série de estranhamentos entre Kehl e esses jornalistas mais adaptados às regras do campo e de visão mais ortodoxa, argumento que será desenvolvido na próxima categoria.

B) Um *ethos* diferente: o estranhamento nas condutas com a esquerda ortodoxa

Nesta categoria discute-se o fato de que, embora a agente lidasse com um novo campo e tivesse incorporado certas disposições, seu *ethos* culminou em certos tensionamentos com outros agentes – o que evidencia que o *ethos* de resistência jornalística possui seus desdobramentos, não se trata de uma disposição monolítica. Além da dificuldade em acompanhar os debates, Kehl também relata um estranhamento dos outros jornalistas do *Movimento* porque ela se distinguia dos esquemas de classificação dos ativistas políticos de esquerda da época:

*Porque eu não era a típica militante de esquerda. Eu era “hipponga”, eu andava com saia de saco de batata e umbigo de fora e um monte de colar. Eles tinham ódio de mim, o alto escalão (...). Mas tinha gente que eu não preciso dizer, moralista, que não achava que... o figurino da esquerda era jeans, camiseta, jaqueta jeans...*¹⁶⁸

*O pessoal era muito certinho (...). Certinho na vida pessoal, todo mundo casado (...). Eu vinha também dessa coisa que eu to chamando meio hipponga, que era contra casamento, que era a favor de amor livre, eu não era muito a favor de droga, mas no meio em que eu tava maconha era liberada.*¹⁶⁹

Eu lembro que o Tonico [Ferreira], que era administrador, ele ficava indignado porque eu queria tirar férias no verão e viajar: “que coisa mais pequeno

¹⁶⁶ MRK. [7:26- 7:35]

¹⁶⁷ MRK [12:05- 12:41]. Grifo nosso.

¹⁶⁸ MRK [7:39- 8:12]. Grifo nosso.

¹⁶⁹ MRK [31:13- 31:43]. Grifo nosso.

burguesa!” (...). Eu ia pro Nordeste, entendeu? De calcanhar sujo e chinelinho.¹⁷⁰

Os próprios posicionamentos políticos de Kehl, nesse panorama, apontavam o motivo dos desacordos com outros agentes do período: ela afirma que era independente – nome atribuído aos jornalistas não filiados a qualquer tendência política da época. Kehl se definia sob a classificação de *esquerda pop*:

Era uma esquerda não alinhada a partido, não alinhada a tendências. Tanto que no Movimento e no Em Tempo eu sempre fui dos independentes, que tentam na verdade fazer o impossível, que é conciliar as tendências clandestinas que se infiltravam no jornal pra tentar ter a condução, a linha mestra, né (...).¹⁷¹

As disposições responsáveis por orientar os jornalistas da categoria política – como explicitado mais evidentemente no jornalismo socialista de Pereira – muitas vezes colocavam em tensionamento os agentes com regularidades práticas distintas dos modos de ser/estar no mundo social da esquerda marxista. Além do incômodo com a presença de Maria Rita Kehl, ficou notável também tais diferenças de orientação do senso prático no tratamento das pautas relacionadas à editoria de cultura –, pois a moral da esquerda vigente na época se preocupava mais com a construção de uma revolução e com o benefício da arte para as classes trabalhadoras do que com valores estéticos inerentes às obras artísticas¹⁷² – disposição que gerou discordâncias entre intelectuais e jornalistas:

¹⁷⁰ MRK [31:46- 31:59]. Grifo nosso.

¹⁷¹ MRK [25:13- 25:31]. Grifo nosso.

¹⁷² A partir das leituras realizadas para esta pesquisa, compreende-se que o tensionamento entre as esquerdas ortodoxas e as outras esquerdas vigentes, no período, em relação a discussão sobre cultura, ocorrem devido à moral e aos objetivos das esquerdas comunistas, calcados na práxis marxista – cultura política, esta, que busca a superação do capitalismo a partir da construção de uma revolução socialista. O fator em questão faz com que os jornalistas que incorporaram as diretrizes marxistas passem a interpretar a cultura a partir da ótica da luta de classes; e, nesse panorama, como os produtos culturais lidam com a questão do capitalismo e dos seus problemas inerentes, como a desigualdade social, a exploração, o imperialismo representado pela ditadura e assuntos em tal escopo. Em contrapartida, artistas e outros agentes não alinhados ao marxismo, ou mesmo que buscassem uma heterodoxia nas discussões da esquerda, passaram a perceber os valores estéticos da obra de arte em detrimento – somente – da sua qualidade política. Entende-se que essa divisão entre as esquerdas, evidenciada na própria categorização entre jornais políticos e existenciais de Kucinski (2018), na verdade se estrutura em um plano mais amplo do mundo social à época, em que diversos grupos passaram a buscar alternativas à esquerda dominante, muitas vezes alinhada à China (como o PCdoB e a AP) ou à URSS (como o PCB), e produzir novas formas de contestação à ordem social imposta – quando surgem, por exemplo, os movimentos de contracultura nos EUA e na Europa, que tiveram repercussão no Brasil e principalmente n’O Pasquim.

*Porque na cultura é complicado, veja, o jornalismo de esquerda é precioso, mas na cultura é sempre o lugar mais complicado (...).*¹⁷³

Para exemplificar seu argumento, Kehl relata um episódio a respeito de um artigo sobre um filme, em uma situação na qual ocorreu um conflito entre os jornalistas ligados à ortodoxia da esquerda e os intelectuais e artistas contrários à moral da esquerda para crítica cultural:

*Cacá Diegues, Chico Buarque, Joaquim Pedro, Jabor, eram todos do conselho grande, do conselho editorial, apoiadores do jornal. Aí saiu o filme “Chica da Silva”, e aí eu editei, não foi nem que eu tivesse tanta clareza, mas era o meu papel, uma matéria (...) dizendo que o filme tava todo errado. E pondo as coisas nos lugares: “esse filme não serve à causa do povo, porque ele mistifica” (...). Houve uma rebelião o pessoal ameaçou, esse pessoal do Cinema Novo, muito unido, e o Chico Buarque não era do Cinema Novo, mas era um cara que tinha uma concepção de cultura muito mais ampla do que servir à causa. Eles ameaçaram sair do jornal.*¹⁷⁴

*Aí lá fui eu, 23 anos (...) fui lá, fiz uma reunião com eles e o que que aconteceu? Eles começaram a me explicar e eu comecei a concordar com eles. Eu comecei a entender que embora a gente fizesse grandes coisas, na parte de cultura tinha uma coisa que era um pouco estrangulada, porque você tinha que comentar ou pra dizer que aquilo era ruim porque não servia à causa do povo ou que era bom porque servia. E a qualidade artística...*¹⁷⁵

As lutas simbólicas entre as diferentes percepções de como a editoria de cultura deveria tratar as matérias desvelam a disputa pelo prêmio capital do campo – quem tem o direito de publicar a notícia. Certos jornalistas passaram a estranhar a maneira como Kehl lidou com a crítica cultural após o diálogo com os intelectuais colaboradores do jornal:

*Muitas vezes eu fazia matérias que depois na reunião, porque tinha uma reunião de pauta e uma de avaliação do jornal. Na reunião de avaliação do jornal diziam: “mas essa matéria aqui? O que que ela diz? O filme é ou não é? Deve-se ler ou não se deve? (...)”. Então tinha uma coisa um pouco tacanha, nesse ponto.*¹⁷⁶

E quando esse pessoal que era do ramo começou a me dizer do que que eles discordavam, eu comecei a concordar plenamente com eles. E tinha um rapaz da sucursal do Rio numa reunião que depois foi dizer lá que eu traí o jornal.

¹⁷³ MRK [9:23- 9:29]. Grifo nosso.

¹⁷⁴ MRK [9:38- 10:32]. Grifo nosso.

¹⁷⁵ MRK [10:33- 11:03]. Grifo nosso.

¹⁷⁶ MRK [11:04- 11:22]. Grifo nosso.

*Quer dizer, eles também eram apoiadores do jornal, e eu concordei com eles. Aí eu traí o jornal...*¹⁷⁷

A situação relatada pela agente mostra que, por mais que os interesses da imprensa alternativa em relação à resistência combativa ao regime em muitos momentos encontravam-se alinhados, as lutas em torno da discussão sobre pautas e sobre seu tratamento jornalístico legítimo ainda assim ocorriam. Sobre esse aspecto, reitera Kucisnki (2018, p. 358, grifo nosso):

Aos críticos do *Opinião*, como Jean-Claude Bernadet e Ricardo Maranhão, o Movimento incorporou toda uma nova geração de críticos ensaístas – entre eles Flávio Aguiar, José Miguel Wisnik e Maria Rita Kehl. **Escapando um pouco mais da virulência da censura prévia, a seção de cultura torna-se importante e relativamente autônoma em relação ao resto do jornal. Tem uma visão não ortodoxa das questões de cultura, um ecletismo que lhe permitiu, principalmente, “não praticar o realismo socialista”.**

O trecho acima citado, sobre as questões de cultura, se mostra perceptível no depoimento de Kehl. Nessa lógica, ela não nega seu pensamento engajado em relação à esquerda, mas evidencia o desalinhamento com a posição ortodoxa desse espectro político:

*Eu tinha uma relação com a cultura que não era dogmática. Quer dizer, eu achava que o comentário da cultura tinha que ser um comentário que o estético tinha uma – eu não saberia dizer isso na época, né? – mas tinha sua autonomia sobre a mensagem (...). E também o jeito de viver, o jeito de vestir, o jeito de viver em comunidade. O pessoal era muito certinho, muito certinho.*¹⁷⁸

*Eu acho que em cultura, eu escrevia bons artigos. Salvava um pouco a coisa do dogmatismo (...). Eu sempre fui crítica, acontece que a minha crítica nem sempre tinha a ver com a correta posição de esquerda, eu gostava de ser crítica.*¹⁷⁹

O espaço de disputas que os jornais alternativos constituíam também era visível em outro aspecto: nas lutas entre diferentes grupos políticos para sobrepujar sua tendência em relação à frente ampla do jornal, assunto este discutido na próxima categoria.

C) Lutas simbólicas por capital: o tensionamento entre grupos de esquerda

Esta categoria tem objetivo de discutir a questão das interferências do espaço social nas lutas intrínsecas da imprensa alternativa. Em um período de interferência direta do campo do

¹⁷⁷ MRK [11:23- 11:41]. Grifo nosso.

¹⁷⁸ MRK [30:43- 31:15]. Grifo nosso.

poder, o jornalismo alternativo tornou-se um espaço de disputas entre diferentes agentes no que tange o prêmio capital do jogo – a possibilidade de um grupo político impor sua visão no jornal em detrimento de outros. Como bem coloca Bourdieu (1997, p. 65, grifo nosso):

Os jornalistas – seria preciso dizer o campo jornalístico– devem sua importância no mundo social ao fato de que **detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação e, através desses instrumentos, sobre os acessos dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de “espaço público”**, isto é, a grande difusão.

Ressaltada por Bourdieu ao discutir o campo jornalístico francês, a possibilidade em larga escala de difusão que condiciona o prêmio capital encontra respaldo na argumentação de Kucinski (2018, p. 19, grifo nosso) sobre a posição que a imprensa alternativa ocupa no espaço social no cerceamento da ditadura: “A imprensa alternativa dos anos de 1970 pode ser vista, no seu conjunto, como sucessora da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público reflexo, contra-hegemônico”.

Tal espaço privilegiado de relações objetiva movia uma série de interesses de diferentes grupos políticos para a conquista da linha editorial do jornal, em busca de aparelha-lo em contrapartida à ideia de frente ampla que tais periódicos buscavam arcar. No caso do *Movimento*, se trata da participação dos membros do PCdoB que interferiam diretamente nos rumos do jornal¹⁸⁰:

*A gente saiu do Movimento porque a coisa do PCdoB foi ficando muito forte. E a gente percebeu que ali era um jogo de cartas marcadas, porque todo conselho já tinha a maioria do PCdoB. Toda redação, o conselho de redação já tinha a maioria do PCdoB. Quando a gente começou a por em votação algumas novas diretrizes pro jornal: “Ia ou não apoiar a Constituinte. Ia ou não apoiar a Anistia. Ia dar menos ênfase pros temas ligados ao campo”, porque a revolução no Brasil talvez não fosse acontecer no campo, não sei o quê. A gente perdeu. Foi uma noite inteira de discussão, mas a gente percebeu que, quer dizer, eu e pessoas da minha idade, não sabiam que antigamente as assembleias já tavam decididas antes. E tudo já tava combinado e daí ia todo mundo discutir, discutia, se exauria com argumentos e os votos iam ser exatamente aqueles que já tavam... E aí a gente formou o Em Tempo.*¹⁸¹

¹⁷⁹ MRK [46:59- 47:08]. Grifo nosso.

¹⁸⁰ Embora o PCdoB seja o principal partido com interesses nas publicações do jornal, uma série de disputas com a Ação Popular (AP),

¹⁸¹ MRK [25:37- 26:33]. Grifo nosso.

A própria agente, na constituição de sua trajetória, ainda se mostrava confusa com a influência do PCdoB no jornal – que como enfatizado no depoimento de Kucisnki (tópico 4.1.2) foi determinante no periódico:

*Eu por mim e o que me disseram de fora porque eu nem sabia, assim: “por que que cê entrou num jornal de linha maoísta?”. Não sei, entrei num jornal contra o governo pra colaborar e... O fato é que talvez o partido não tivesse influencia, mas talvez a grande maioria fosse simpatizante dessa linha.*¹⁸²

A trinca de tensionamentos, discordâncias políticas, relatada anteriormente no depoimento de Bernardo Kucisnki, ocasionou mais uma das dissidências da imprensa alternativa para a formação de um novo periódico – o *Em Tempo*. A assembleia-geral também enfatizada no depoimento de Kucisnki sobre a emblemática reunião responsável por ocasionar o racha das esquerdas no período, realizada no dia 30 de abril de 1977, agregou dissidentes do *Opinião* e do *Movimento* para constituir o novo veículo:

*Eu sei que essa noite memorável que acabou com muita gente chorando (...). Eu me lembro disso, que começou a haver o Bernardo Kucisnki que era claramente independente, o Flávio, que já não tava tão dentro do jornal mas que tava junto com a gente, eu um pouco porque eu achava eles, vou dizer aqui, mais abertos, eu aprendia mais, como se eles fossem mais inteligentes que os outros, não é isso, mas eu digo, eu tava mais interessada em aprender pelo que eles pensavam. É como se o que o Raimundo pensava eu já tinha entendido, já tinha decifrado chegava até a página 14, eu queria ir da página 14 em diante. Então a gente começou a discutir sobre se não tava na hora de mudar as diretrizes do jornal. Isso eu lembro.*¹⁸³

*Então começou haver um movimento pra tentar mudar, já era [19]77, a anistia se colocava, Constituinte se colocava. Algumas questões para um encaminhamento democrático já estavam se colocando. Eu me lembro que então houve uma reunião com todos os conselheiros (...). Durou uma noite, foi até de manhã. E a gente perdeu. Claro, acontece. Foi democrático (...). Agora, o chato foi a impressão de que aquilo tudo era inútil porque já tava... todo mundo continuou votando no que ia votar mesmo e era linha, era a linha PCdoB (...). E aí nós fomos formar o Em Tempo.*¹⁸⁴

Maria Rita Kehl lamenta a grande influência do PCdoB também denunciada por Kucisnki e negada por Raimundo Pereira, domínio este que, segundo Kehl e Kucisnki, se sobrepujou em detrimento das supostas estruturas democráticas que deveriam guiar as

¹⁸² MRK [27:31- 27:50]. Grifo nosso.

¹⁸³ MRK [27:53- 28:55]. Grifo nosso.

¹⁸⁴ MRK [29:18- 30:05]. Grifo nosso.

assembleias do *Movimento*. A agente, no que lhe concerne, relata que a reunião do racha das esquerdas acabou em discussões e em episódios de machismo contra ela – interessante momento do depoimento que tangencia as relações de gênero em um ambiente de esquerda:

*Teve choro, com os dedos na cara (...). “Você atrasava nas reuniões porque você acabava se ‘empequetando’, se embonecando” (...). Eu acho que uma época que eu tinha muita insegurança, eu sabia que eu era uma aprendiz, era mas assim: “gente eu não me dei conta que eu tava fazendo coisas tão erradas”, mas ao mesmo tempo eu achava eles uns idiotas de virem cobrar se eu usava saia assim ou assado.*¹⁸⁵

Sobre o racha, Bernardo Kucinski afirma:

No próprio grupo histórico do racha, predominavam os não trotskistas, como Chico de Oliveira, Flávio Aguiar, Bernardo Kucinski e Maria Rita Kehl, e ex-militantes de Ação Popular (AP) que não haviam aderido ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), como Tibério Canuto, Emiliano José e o grupo autodenominado Subfrente, formado por Maria Moraes e Guido Mantega. Do antigo Comando de Libertação Nacional (Colina) vieram João Batista dos Mares e Jorge Baptista. (KUCISNKI, 2018, p. 408).

Os dois problemas notabilizados tanto na fala de Kehl quanto na fala de Kucinski sobre a grande quantidade de assembleias que cintilavam a tentativa de estrutura democrática desses espaços de produção simbólica se mantiveram na dissidência *Em Tempo*. Em um primeiro momento, Kehl reclama das discussões “exaustivas” para construir toda a linha editorial.

*(...) Umas discussões muito chatas pra saber como é que o jornal podia se legalizar, quer dizer, que forma ele ia ter. Se ia ser uma sociedade anônima, uma companhia acionista (...). E depois a linha política, que se discutia essas coisas: anistia, Constituinte, apoiar ou não um governo de transição com Colégio Eleitoral ou não (...). Discutido exaustivamente.*¹⁸⁶

Além da exaustividade que permeava os longos debates, outro problema que dificultava a organização dos periódicos eram as dissidências – influenciadas pelo sectarismo das esquerdas, como bem reitera Napolitano (2018), um problema recorrente desse espectro político. A agente conta que evitava novos rachas por discordâncias político-editoriais e procurava estratégias para promover um jornal que realmente alinhasse uma frente ampla à ditadura:

¹⁸⁵ MRK [32:11- 32:59]. Grifo nosso.

¹⁸⁶ MRK [36:34- 37: 04]. Grifo nosso.

E aí cada reunião podia rachar, porque assim, tablóide ou ia ser igual o Movimento ou ia ser grande. Ia ser semanal ou ia ser mensal? E aí e eu ficava tentando soluções de compromisso, eu não queria outro racha. Eu achava que a esquerda não podia ficar rachando por besteira. Então eu ficava sempre apresentando soluções de compromisso.¹⁸⁷

Eu lembro da alegria de cada vez em que a gente conseguia fechar alguma coisa naquelas assembleias intermináveis, né? Cada vez que a gente conseguia fechar alguma coisa, então vai dar certo, né? Porque a gente não vai ficar o tempo todo fracionando, fracionando, fracionando.¹⁸⁸

Em contrapartida aos seus interesses, a disputa por capital simbólico entre os agentes do campo que tinham por objetivo ter o domínio do jornal para sua tendência política – condição esta originária das discordâncias culminantes do grande racha do *Movimento* – se manteve. Diversos agentes buscavam estratégias para conseguir o aparelhamento do periódico – ou como o depoimento sobreleva: “era uma disputa, era um jornal de frente que na primeira hora foi disputado pra uma tendência dominar sobre as outras”. Lamenta a agente:

Fazia parte do jogo político, mas nós estávamos convidando as tendências pra conviver num jornal de frente ampla. Entende? Então, eu queria que as pessoas tivessem essa boa fé. E no fim conseguiu-se (...).¹⁸⁹

O jornal, que tinha se iniciado justamente com o propósito de reaglutinar as esquerdas, teve que lidar com a mesma dificuldade:

Aí teve um momento triste, pra mim. Da desilusão de novo. Que foi quando a gente falou: “agora podemos abrir então pra entrar gente das várias tendências”. E aí virou uma corrida de tendências. Na minha editoria principalmente que era cultura (...). Aí houve um inflamento, cada um querendo inscrever mais gente (...). Eu lembro que eu falava pra alguém: “eu tô sofrendo mais com isso de desilusão do que com todos os fins de namoro que eu já tive na vida, perdendo sono” (...). Era de achar que as pessoas não tavam sendo honestas. Não eram honestas. Era uma disputa, era um jornal de frente que na primeira hora foi disputado pra uma tendência dominar sobre as outras (...).¹⁹⁰

Então, esse momento que as tendências tentaram dominar o jornal, a gente conseguiu equilibrar de alguma forma, que eu não me lembro exatamente

¹⁸⁷ MRK [37:37- 37:55]. Grifo nosso.

¹⁸⁸ MRK [38:11- 38:24]. Grifo nosso.

¹⁸⁹ MRK [44:25- 44:37]. Grifo nosso.

¹⁹⁰ MRK [38:26- 39:12]. Grifo nosso.

*como. Eu lembro da decepção de perceber que as pessoas não tavam indo pra um jornal de frente, tavam indo pra fazer virar o jornal da tendência deles.*¹⁹¹

Maria Rita Kehl, em suma, optou por sair do jornal pelo mesmo motivo que Bernardo Kucisnki: ambos alegam que não conseguiam praticar jornalismo devido às disputas do espaço social para aparelhamento do jornal:

*Eu acho que eu saí junto com ele, porque eu achava que ele era o mais jornalista ali, né?*¹⁹²

Além da resistência para conseguir se permanecer no periódico, manter a organização de um jornal, a agente teve de lidar com os tensionamentos diretos do campo do poder em relação à censura de suas reportagens – tópico que será discutido na próxima categoria.

D) Relação com o campo do poder

Sobre a censura e a relação com o campo do poder, Kehl relata dois episódios: a censura do seu primeiro grande artigo para o *Movimento* e um momento ambíguo, no qual a agente pegou carona com um dos censores e foi acusada de ser uma espécie de “espiã” pelos seus pares. Antes de ser censurado diretamente em Brasília, o processo repressivo do *Movimento* era realizado na delegacia da Polícia Federal, em São Paulo. Os jornalistas do periódico se revezavam para levar, aos sábados, o conteúdo:

*Eles liam, era o jornal de papel, a gente levava, eles liam inteiro pra liberar. Quer dizer, primeiro os artigos já tinham ido pra censura, já tinham sido cortados. Meu primeiro artigo grande pro Movimento foi cortado.*¹⁹³

No que tange especificamente à censura de sua própria produção, a agente relembra que escreveu um artigo sobre uma mulher internada em um hospital psiquiátrico no bairro Jabaquara, em São Paulo. O artigo, que discutia questões sexuais, traição e a própria condição de gênero em uma sociedade autoritária, foi amplamente censurado:

Mulher, jovem, do interior, de família miserável e super patriarcal, que resolve casar pra sair da casa do pai, do chicote e da fome. Aí casa com um marido de quem ela não gosta muito. Depois de algum tempo, sente desejos por outros homens, foge de casa, vem pra São Paulo, se sente completamente insegura (...).

¹⁹¹ MRK [40:25- 40:43]. Grifo nosso.

¹⁹² MRK [45:13- 45:18].

¹⁹³ MRK [16:04- 16:15].

*Um dia tem um ataque de angústia no meio da rua e vai presa, vai pro hospital e nunca mais sai.*¹⁹⁴

*Eu escrevi essa história, foi muito censurada, eu tive que edulcorar porque ela falava dos desejos sexuais dela, de como ela olhava pros homens (...). Esse artigo primeiro foi censurado, eu fiquei frustrada, que foi o primeiro artigo grande que eu mandei.*¹⁹⁵

A censura sofrida por Kehl deixa perceptível que o campo do poder na disputa por capitais com o campo jornalístico tinha, além dos objetivos políticos de proibição, também um aspecto moralista (FICO, 2015; NAPOLITANO, 2018). A própria iniciação de Kehl no campo também mostrava certo desconhecimento do funcionamento de suas regras; em vários momentos do depoimento sua autoimagem é mostrada como “ingênua” ou “aprendiz” no processo. O exemplo utilizado por ela para exemplificar o ponto de vista levantado foi um momento em que ela aceitou a carona de um censor:

*Eu acho que era importante eu dizer como eu era aprendiz e ao mesmo tempo muito ingênua. Um pouco indesculpável eu não era tão jovem assim. Por exemplo, a gente tinha uma espécie de rodízio no sábado de manhã pra levar o jornal na rua Piauí ali (...).¹⁹⁶ Aí pra você ver como eu era tonta mesmo, aí no sentido que não era por idade, tinha gente mais nova que eu que não era tão tonta.*¹⁹⁷

*No dia que eu fui levar o jornal, eu fiquei ali, eu era mocinha, os rapazes vieram conversar comigo. Quem eram os rapazes, eram os agentes. Inclusive alguns eram dedo duro (...). **Eu tinha essa coisa de menina de classe média alta: “não vão me prender porque eu tô chamando o cara de dedo duro” – e realmente não me prenderam.** Me ofereceram carona pra voltar pra casa e eu aceitei a carona. Normal, me levaram pra casa. Não houve... imagina, na Vila Militar um baixo escalão da PF não ia fazer nada com uma jornalista, mas alguém me viu. Eu não sei quem me viu. **No carro do cara. E aí o Flávio Aguiar veio constrangido me dizendo: “tão dizendo que você é agente duplo. Que você é amiguinha dos caras”.** E ele não achou que eu era, mas eu me senti tão vexada de achar que dá pra fazer tudo, com você não vai acontecer nada. E foi pela carona mesmo.*¹⁹⁸

Além de chamar agentes – provavelmente de algum órgão de inteligência do campo do poder – de “dedo duro” e de dizer que não tinha medo de ser presa por definir ter “essa coisa de menina de classe média” – o que enfatizava as contradições de classe do regime, o próprio fato

¹⁹⁴ MRK [17:02- 17:33].

¹⁹⁵ MRK [17:47- 18:07]. Grifo nosso.

¹⁹⁶ MRK [15:47- 16:00].

¹⁹⁷ MRK [18:35- 18:41].

¹⁹⁸ MRK [18:42- 19:49]. Grifo nosso.

de a agente ter aceitado a carona de um funcionário do Governo Federal que estava em contraposição a ela nas disputas entre-campos mostra a complexidade das relações com os censores, de caráter não-monolítico. Ao ser vista, no contexto, ao andar de carro com um agente por ter aceitado uma carona, passa a ser vista como espiã – o que mostra as complicadas relações de desconfiança no campo.

O último tópico, em síntese, tem por objetivo discutir as visões contemporâneas da agente e a constituição de seu *ethos* a partir das categorias aqui estabelecidas.

E) O ontem visto de hoje: as esquerdas, psicanálise, jornalismo e a percepção da agente sobre a contemporaneidade

Maria Rita Kehl é questionada sobre a razão pela qual optou por deixar a profissão de jornalista. Ela alega que ainda se percebe enquanto jornalista e gosta muito de escrever em periódicos quando possui a oportunidade – embora tenha passado a atuar majoritariamente como psicanalista. Um aspecto interessante do seu *ethos*, notável quando ela define “o que é ser jornalista”, é a disposição de afirmar que quando precisa produzir algo sob a ótica jornalística, a gente “se coloca em ressonância com a sociedade” e que “a pauta se impõe” – valores estes comumente compartilhados entre jornalistas, que se veem como responsáveis por “registrar os fatos”. Diz Kehl:

*Eu acho que eu sou jornalista até hoje (...). Quer dizer, cada vez que eu escrevo, como eu tava no Estadão no ano passado, cada vez que eu tenho espaço no jornal pra escrever, eu fico que nem pinto no lixo – como diz o pessoal. Eu fico numa alegria, cada vez que eu mando uma matéria. **Então eu sou jornalista até hoje, e eu viro, quando eu tenho que fazer uma matéria pro jornal ou quando eu quero fazer, eu viro uma carta de ressonância, quer dizer, eu fico ligada com a sociedade e a pauta se impõe.** No tempo todo em que eu fiquei no Estadão, eu pensava: “não, eu tenho que escrever alguma coisa mais psicanalítica”, mas eu falava, na hora que ia escrever eu falava: “não adianta, hoje tem que ser sobre Código Florestal”. Já tava pronto na minha cabeça (...).¹⁹⁹*

***Mas esse encontro entre as duas profissões, quando ele baixa esses dois santos em mim, eu acho uma maravilha,** talvez sejam os melhores momentos da minha vida profissional.²⁰⁰*

¹⁹⁹ MRK [49:49- 50:35]. Grifo nosso.

²⁰⁰ MRK [51:39- 51:49].

A influência dos anos em que foi repórter de jornais alternativos estruturou os princípios que a guiam até o período da entrevista, haja visto que ela se posiciona – e define o que é – ser de esquerda e reitera que se posiciona em tal espectro:

Eu sou de esquerda até hoje (...). Olha, basicamente é lutar por todas as possibilidades de diminuir a desigualdade de direitos possíveis (...), independente das lutas formais, eu acho que a prioridade de você olhar pra causa dos que vão diminuir a pobreza e favorecer os pobres, eu acho que é fundamental e, evidentemente, tentar conceber, porque eu acho que nunca seria de uma via leninista, tentar conceber como é que é possível uma arquitetura social no país que promova igualdade e justiça social.²⁰¹

Alguns agentes entrevistados no Projeto também comentaram sobre os presidentes que chegaram no poder após 1985 – período de redemocratização –, como Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e sobre a chegada desses agentes ao cargo de chefes de Estado. Sobre Rousseff, que como reiterado no Capítulo 3, foi guerrilheira no período da ditadura militar brasileira, Kehl ressalta:

*Agora Dilma Rousseff, com a trajetória dela...não... e o que mais me marcou quando eu li uma entrevista dela contando da tortura, eu falei: “**gente essa mulher é presidente! Olha de que geração ela saiu**”, um pouquinho, pouquinho acima da minha, “**olha de que experiência de vida ela veio, olha o que ela enfrentou!**”, e ela não enfrentou isso pra ser presidente da República. Ela enfrentou isso pra derrubar a ditadura, eventualmente em nome de uma revolução que... enfim, aquela formação.. Que não se realizou.. E ela que tá no Brasil hoje. Na chefia do país.²⁰²*

Por fim, pode-se afirmar que a dimensão de um *ethos* jornalístico de resistência é visível em sua experiência na imprensa alternativa. Seu depoimento mostra-se profícuo para entender de maneira mais ampla – numa perspectiva bourdieusiana – os processos internos do espaço de disputas simbólicas que compõem esses periódicos, com suas contradições e tensões intrínsecas e extrínsecas. Kehl, nesse sentido, se dispõe no microcosmo em uma posição diferente dos jornalistas consagrados pelo campo, possui uma visão mais heterodoxa da esquerda e do tratamento de reportagens de cultura e mantém suas visões de mundo até o período contemporâneo. Embora não seja uma jornalista que representa um *ethos* igual ao de Raimundo Pereira e de Bernardo Kucisnki, agentes que percebem o jornalismo como uma missão e como a

²⁰¹ MRK [55:28- 55:28].

grande prioridade em suas trajetórias, a agente ocupou um papel importante na discussão e na construção da imprensa alternativa.

O depoimento da jornalista e psicanalista não foi escolhido e também ordenado de maneira aleatória. A ordem do relato representa uma transição para a outra categoria de jornalismo que se destacava no plano das disputas simbólicas da imprensa alternativa no campo: o modelo jornalístico-existencial. Em contrapartida à ortodoxia dos periódicos políticos, os agentes dessa categoria demonstravam valores como a utopia, o humor e o questionamento das estruturas organizacionais tradicionais.

²⁰² MRK [57:47- 58:20]. Grifo nosso.

4.2 Os periódicos jornalístico-existenciais

Em seguimento à ordem formal da análise, esta categoria tem por objetivo analisar os jornalistas que participaram dos periódicos jornalístico-existenciais. É constituída pela análise dos depoimentos de Ziraldo, Omar de Barros Filho (Omar Matico) e Elmar Bones. No início de cada tópico, há uma foto do agente analisado e um quadro com as características técnicas de seu depoimento no projeto *Resistir é Preciso*.

4.2.1 Todo ditador odeia humor: Ziraldo e a patota d'O Pasquim

Figura 13 – Ziraldo relembra as experiências da redação d'O Pasquim – periódico que possuía uma esquema organizacional diferentes de outros veículos componentes da imprensa alternativa



(Fonte: Instituto Vladimir Herzog).

Quadro 8 – Depoimento de Ziraldo

Duração do depoimento	38'15''
Principais jornais alternativos que participou	O Pasquim ²⁰³
Período histórico	1969-1988

(Fonte: elaborado pelo autor).

²⁰³ Bem como ressalta Bernardo Kucinski (2018), o jornal passou a se chamar somente *Pasquim*, sem o artigo, a partir de 1977. Preserva-se aqui, por ordem formal, o nome inicial com artigo.

A) O contexto do jornal

Esta primeira categoria tem por objetivo contextualizar historicamente de maneira mais ampla *O Pasquim*. Em uma pequena epígrafe na segunda parte de seu livro, no capítulo em que discute especificamente sobre *O Pasquim*, Bernardo Kucisnki (2018, p. 203) utiliza a frase do jornalista inglês Arthur Koestler que reiteira que “ditadores temem mais risadas do que bombas”²⁰⁴. Os agentes d’*O Pasquim* se posicionam em um espaço diferenciado do campo jornalístico em detrimento dos agentes de veículos como *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*, porque não se tratava de um jornal com vertentes políticas – no sentido de influência direta do pensamento de esquerda dominante, de cunho marxista – e buscava suas inspirações, seus modos de fazer e de pensar o jornalismo, em outros movimentos político-culturais que exerceram influência no século XX. Como disposto no tópico 3.4 do capítulo anterior, a grande divisão dos jornais entre jornalístico-existenciais e políticos distribui em esquemas classificatórios de análise os diferentes jornais componentes do fenômeno da imprensa alternativa em um amplo espectro político-ideológico, editorial e formal. Embora Fernando Gasparian, por exemplo, tenha se inspirado na estrutura organizacional e financeira do periódico satírico, o empresário buscava construir uma alternativa intelectual ao criar o *Opinião*.

Por seu turno, *O Pasquim* evidenciava suas tendências anárquicas – não no sentido pejorativo da palavra – ao buscar democratizar as relações entre seus membros e em sua busca pela liberdade comportamental. Contrariamente aos agentes que buscavam suas inspirações e seus princípios de orientação nos cânones do pensamento marxista, as influências dos participantes d’*O Pasquim* se encontravam nos movimentos de contracultura surgidos nos Estados Unidos e em vários países da Europa entre as décadas de 1950 e 1960, como também no existencialismo de verve francesa do filósofo Jean-Paul Sartre. O foco do jornal, por ventura, se recaía na crítica aos costumes convencionais, ao moralismo da classe média (KUCISNKI, 2018) e também na utilização do humor como forma de deslegitimação do regime. Do ponto de vista combativo, *O Pasquim* atuava de maneira contestatória à ditadura militar. Reitera Kucisnki (2018, p. 13) sobre os jornalistas que buscavam oposição à esquerda tradicional:

Seus protagonistas, muito deles antigos militantes de esquerda, haviam adotado o existencialismo mais como fuga instintiva do dogmatismo das esquerdas e da própria realidade opressiva do que como adesão a uma nova acepção de ser. Não

²⁰⁴ No original, em inglês, “dictadores fear laughter more than bombs” (KOESTLER *apud* KUCINSKI, 2018, p. 203).

criticavam a cultura estabelecida das esquerdas; apenas não a adotavam como filosofia de vida.

Em relação à época histórica do jornal, *O Pasquim* foi uma experiência longínqua no panorama da imprensa alternativa. Seu primeiro número foi publicado em junho de 1969 e percorreu uma extensa trajetória até o fim da década 1980, mais especificamente em 1988 – contudo, pode-se afirmar que o seu apogeu ocorreu na década de 1970, período em que atingiu tiragens de até 225 mil exemplares (KUCISNKI, 2018). Tal qual *Opinião e Movimento*, o veículo se inseriu nos dois períodos de repressão evidenciadas por Napolitano (2018) no Capítulo 3, entre os anos de 1969 e 1979 e 1979 e 1985 – ou seja, teve grande influência no período dos anos de chumbo, a partir do decreto do AI-5, porém manteve relativo prestígio na abertura do regime.

Nesse contexto, Ziraldo, como participante de uma das principais – e mais bem sucedidas – experiências jornalísticas alternativas em âmbito nacional, pode ser posicionado como um agente com capital cultural e social que o posicionam como um dos principais representantes do modelo de imprensa do período. O caráter profícuo da experiência do periódico pode ser notado quando o próprio Ziraldo questiona por qual razão o projeto queria entrevistá-lo, pois, em sua visão, os debates sobre *O Pasquim* já estariam esgotados:

*Eu tô falando, eu não sei porque vocês ainda querem falar sobre O Pasquim. A sensação de que já tá esgotado O Pasquim. O Jaguar se preserva um pouco (...). Ele e o Millôr é muito difícil (...). Então sobra pra mim, sobra pro Sérgio Cabral, então a gente contou mil vezes a nossa versão.*²⁰⁵

*E O Pasquim foi de todos os jornais dessa tendência, o que durou mais, o que teve mais importância. **O que mudou um pouco a história da imprensa brasileira.** Ele durou de [19]69 a [19]80.*²⁰⁶

No início de sua experiência, o agente relata que suas preocupações fugiam do escopo político e que passou a trabalhar com charges políticas somente após o golpe e o acirramento da ditadura com o AI-5, momento no qual, segundo ele, “todos viraram políticos”:

Nós éramos – Millôr, Jaguar, Fortuna, Claudius e eu –, nós éramos os meninos do Millôr. A gente era quatro cartunistas cujo desenho tinha uma qualidade internacional, quer dizer, os cinco podiam desenhar na França, na Inglaterra, porque a gente tava preocupado com a qualidade do desenho, a gente era desenhista de humor. Primeiro livro que saiu com nosso trabalho era assim:

²⁰⁵ Depoimento de Ziraldo. [0:36- 01:04].

²⁰⁶ Ziraldo. [1:37-01:56]. Grifo nosso.

*“Dez desenhistas de humor”, a gente não se chamava de caricaturista (...). Eu não fazia charge política, eu era cartunista só, preocupado com a qualidade do desenho e tal, mas eles foram botando a gente contra a parede, contra a parede, contra a parede e nós viramos todos políticos, né? E aí O Pasquim, com humor, enfrentou toda a ditadura esse tempo todo, com prisões, com bomba jogada na redação.*²⁰⁷

Ziraldo, nesse período, procurou aglutinar uma série de novos humoristas no *Cartoon JS*, espaço disponibilizado pelo *Jornal dos Sports* – momento em que Henrique de Souza Filho, o Henfil, passa a ser mais conhecido no campo. Como afirma Rivaldo Chinem (1992, p. 45):

Ziraldo começou a publicar seus desenhos de humor no *Jornal dos Sports*, numa seção chamada “*Cartoon JS*”, onde lançou uma série de novos desenhistas. Começou a fazer um jornalismo muito político dentro do *Jornal dos Sports*. O teatrólogo e jornalista Nelson Rodrigues, um dos donos do jornal, leu a seção e disse: “Pera aí. Enlouqueceram; Esses caras aqui querem derrubar o governo através do *Jornal dos Sports*”. (CHINEM, 1992, p. 45).

Em um panorama de liberdade de imprensa cerceada, o jornalismo considerado mais “sério”, do ponto de vista de preocupação sócio-política, ocupava menos espaço em um campo constantemente regulamentado pelo campo do poder. Com o acirramento do regime, no panorama do AI-5, limitavam-se os locais onde chargistas poderiam publicar seus trabalhos – o que demonstrou a necessidade de um veículo de imprensa com intuito de agregar diversos humoristas e chargistas brasileiros com preocupações no âmbito político:

*Aí resolvemos fazer uma reunião lá em casa pra fazer uma cooperativa. Aí o Henfil tinha chegado de Belo Horizonte e liderava uma turma que eu tinha liderado no *Cartoon JS*– que era um suplemento do *Jornal dos Sports*. Eu que criei esse jornal e o Henfil era o melhor de todos ali. Tudo garoto novo que ninguém conhecia. Mas o *Cartoon JS* fez o maior sucesso até que o Nelson Rodrigues mandou fechar: “cês querem explodir o Brasil, pô!”.*²⁰⁸

Segundo Kucisnki (2018), a formação de um jornal de caráter aglutinador movia os interesses tanto dos os jornalistas experientes que buscavam mais liberdade criativa em suas práticas, como também dos chargistas novos no campo que tencionavam espaço para reconhecimento de seu trabalho. Ziraldo relembra:

²⁰⁷ Ziraldo. [3:30- 4:55]. Grifo nosso.

²⁰⁸ Ziraldo [5:54- 6:21].

Então na reunião que pra gente fazer a nossa revista, o Henfil veio com os meninos do Cartoon JS, e os cinco velhinhos— o Millôr, o Jaguar, o Fortuna, Claudius e eu (...). E aí propusemos o seguinte: vamos fazer uma cooperativa: 50% pra nós cinco e 50% pra meninada. O Henfil disse: “nem pensar!”, é cotas iguais pra todos!”. Aí o Millôr falou: “ô garoto, deixa de ser besta (...) você ainda vai ter que gramar muito pra poder pegar a mesma cota que eu, Ziraldo, Millôr, Jaguar (...). A gente tem de janela mais que cê tem de idade, é 50% pra nós”. Aí o Henfil levantou a galera e voltou pra Urca e rompeu com a gente.²⁰⁹

Malgrado inicialmente a abertura do periódico tenha sido prejudicada pela disputa geracional entre os jornalistas mais novos reunidos no JS e os cartunistas mais experientes, após a morte de Sérgio Porto e de Alberto Eça, dois jornalistas responsáveis por escrever em um pequeno jornal chamado *Carapuça*, um representante da Distribuidora Imprensa procurou Tarso de Castro – que seria o futuro editor-chefe d’*O Pasquim* – e disse que gostaria de refazer o *Carapuça*. Em contraproposta, Castro alegou que tinha interesse em fazer outro jornal. Em tal cenário, nasce *O Pasquim*. A Shell, petrolífera anglo-holandesa, e a Distribuidora Imprensa decidiram bancar o jornal inicialmente. O sucesso do jornal passa a ser imediato:

Aí arrebentou a boca do balão, a gente esperava que vendesse (indecifrável) íamos tirar dez mil exemplares, vendemos 100 mil exemplares.²¹⁰

Como estratégia comunicacional para rebater previamente as críticas que um jornal humorístico calcado na sátira sofreria, Jaguar, um dos membros fundadores, sugeriu que a própria nomenclatura do periódico fosse “pasquim”, sinônimo para um jornal *vagabundo*:

E aí, na reunião preparatória que eu não tava, Jaguar disse a frase: “Já que vão chamar a gente de Pasquim mesmo”— pasquim é um jornal vagabundo— “já que vão nos chamar de pasquim, vamos botar o nome de Pasquim, vamos assumir o Pasquim”.²¹¹

Sátira e humor foram dois valores perceptíveis na análise da a entrevista de Ziraldo em contraposição ao socialismo de Raimundo Pereira e mais proximamente à heterodoxia de Maria Rita Kehl e de Bernardo Kucinski. O jogo de interesses e de carências evidenciado pelo agente de acordo com as disputas de seu campo comprovam como o humor perscrutou seu *ethos* – argumento este desdobrado na próxima categoria.

²⁰⁹ Ziraldo [6:40- 9:04].

²¹⁰ Ziraldo. [9:56- 10:01].

²¹¹ Ziraldo. [8:48- 9:04].

B) Relação com o campo do poder

Esta categoria tem por objetivo discorrer sobre como Ziraldo enquanto agente lidou com o campo do poder e o modo como respondeu aos tensionamentos do contexto ditatorial – o que se relaciona diretamente com o caráter libertário d’*O Pasquim*, o recurso do humor e da própria liberdade comportamental no processo organizacional do jornal. Os momentos de repressão sofridos pelos jornalistas do periódico e relatados por ele remetem a uma postura diferenciada da maneira como os jornalistas da imprensa política lidavam com a censura, pois muitas vezes esses agentes utilizavam do humor para questionar o *ethos* autoritário representado pelos militares – o que evidencia outros desdobramentos do processo de resistência.

Em três momentos do depoimento se sobressai o modo como Ziraldo e os outros integrantes do jornal lidaram com a repressão política: 1) no momento em que o agente enviou um cartão para uma censora; 2) na relação afetiva entre os agentes e um determinado censor; e 3) o momento de prisão da redação d’*O Pasquim*. Conta ele:

Os censores é que sofriam muito. Quer dizer:

- Libera isso, cara.

*- Cê tá é louco, vou perder meu emprego, não libero de jeito nenhum.*²¹²

Tem uma história muito curiosa, que eu fui pra Itália e nós estávamos sendo censurados por moças na delegacia política aqui do Rio de Janeiro (...). Nessa época, ia pra delegacia aqui, eles censuravam (...) tudo, com desenho, tudo, a gente fazia três ou quatro números. Entendeu? Aí voltava, a gente fazia muito que era pra poder pescar, botava coisa pra eles proibirem pra liberar o que a gente queria e tal.

Aí essa moça, essas moças... Fiquei muito amigo delas, são três professoras e dizia:

- Mas pô, que infelicidade de vocês, pô! Estão na academia de polícia pra cortar a criação das pessoas. Vocês eram professoras, em vez de vocês ajudarem a criar, vocês tão cortando quem cria. Eu não dormiria de noite.

- Não fala assim pelo amor de Deus.

- Não, vocês são...

- Mas eu não tenho outro emprego.

- Falei, ah não, mas você não pode fazer isso.

(...) Aí eu fui pra Itália e mandei um retrato, mandei um cartão postal do Davi de Michelangelo de costas, só com a bunda dele. Mandeí lá pra polícia, pras três meninas. Aí eu falei:

*- Olha, eu tô mandando o David de costas, porque se eu mandar de frente vocês vão cortar o p*nto dele.*

²¹² Ziraldo [13:08- 13:15].

*Aí mandei esse cartão. Quando eu cheguei aqui, a censura tinha sido tirada... elas foram removidas por dar confiança aos censurados e a censura passou pra Brasília, ia pra Brasília...*²¹³

Em pleno AI-5, Ziraldo enviou um cartão com piadas para a censura – uma forma de resistir à hierarquização estabelecida pelo campo do poder a partir do riso. A fala do cartunista é pertinente para se notar como se estabelecia o relacionamento entre jornalista e censor, na qual se percebe a estratégia estruturante do *ethos* em debater sobre o processo censório – uma luta simbólica entre campos com capitais diferenciados. Reitera Kucisnki (2018, p. 42):

Submetidos à persistente censura, que suprimia e mutilava originais, e à má vontade dos proprietários da grande imprensa, os humoristas ergueram uma imprensa própria, alternativa. **Com ela, driblaram o poder, num exercício lúdico típico de seu ofício.** Mas, ao contrário dos jornalistas convencionais, entre os quais prevaleceu o conformismo, não desistiram. E, apesar das rivalidades naturais entre grandes artistas, formaram um bloco diversificado em estilos e visões, mas sólidos na visceral oposição à ditadura.

Além de mostrar as estratégias de deslegitimação e de tentativa de publicação dos jornais ao questionar abertamente a censura e enviar um cartão postal a ela, o agente também notabiliza o caráter multifacetado do processo de repressão política estatal quando discorre sobre uma relação de relativa afinidade com um dos censores, o general Juarez Paz Pinto²¹⁴, em certo período do jornal:

*O general ligado ao Golbery [do Couto e Silva] pediu a um general pai da garota de Ipanema, bonitão parecia com o Steve McQueen... bonito, simpático, da cavalaria, pra ser o chefe da censura. Então, ele virou o nosso protetor, chamava a gente ‘os meus meninos’, ‘os meus meninos’ e ficava na praia, sentado com os amigos, e o Ivan Lessa levava ‘O Pasquim’ lá pra ele censurar. Ele lia e dizia assim: “mas essas anedotas tão uma bosta, tão muito sem graça Ivan Lessa. Eu vou cortar porque são muito ruins, eu vou mandar umas anedotas que eu tenho pra você botar no jornal.”*²¹⁵

O relacionamento entre a censura e os censurados se desfez com a capa da edição número 105, com o título “Todo paulista (que não gosta de mulher) é viado” (ver Figura 14), quando o general afirma que não compreendeu o sentido da palavra “bicha” e levou uma bronca

²¹³ Ziraldo [13:18- 15:05].

²¹⁴ Para mais, ver Chinem (1995).

²¹⁵ Ziraldo [16:17- 16:55].

de seu superior – o que gerou um ataque homofóbico e um rompimento entre a relação amigável no veto ao jornal:

*Aí nós fizemos uma capa d'O Pasquim que era assim: "Todo paulista é bicha", "Todo paulista que não gosta de mulher é bicha" (...). O jornal ficou exposto na banca que já usava mais o jornal e vendeu cem mil exemplares em São Paulo. E aí o general foi chamado pelo [Alfredo] Buzaid²¹⁶ pra poder dar um esporro nele. Ele voltou e disse: "rompi com vocês! Rompi com vocês! Rompi! Rompi! Rompi! Vocês me fazem cada traição danada. Eu acho "bicha" todo mundo fala. No Macaranã todo mundo tá falando bicha, eu liberei "bicha". Agora, eu não suporto viado, eu tenho ódio de viado, eu não gosto nem de olhar pra viado. E este viado desse ministro me chama lá pra me esculhambar, eu queria dar uma porrada naquela filha da p*ta daquela bichona!"²¹⁷*

O caráter complexo e até mesmo contraditório da censura brasileira sobre o qual Aquino (1998) discute pode ser percebido na relação entre os integrantes da patota – nomeação que os próprios jornalistas se davam, em vez de redação – e o general Juaréz, que, embora fosse um agente regulador dos capitais e da legitimidade do que seria publicado no jornal, mantinha uma relação de proximidade e até mesmo fazia brincadeiras com os jornalistas. O estranho afeto mostra uma maneira diferente da relação de reagir ao processo de censura do que os jornalistas orientados pelos princípios da esquerda marxista.

²¹⁶ Ministro da Justiça do governo Médici.

²¹⁷ Ziraldo [16:57- 18:02].

Figura 14 – “Todo paulista (que não gosta de mulher) é bicha”. A capa da edição 105 do periódico, responsável pelo tensionamento entre o general Juarez e os integrantes



(Fonte: site do Projeto).

Outro desdobramento da complexa relação entre os aparatos de repressão política e os agentes d’*O Pasquim*, que também mostram as relações entre os militares e os integrantes da patota, foi o momento em que a redação do veículo foi presa e passou meses na cadeia. Ziraldo relata que foi preso três vezes e depõe sobre duas, quando foi preso após o decreto do AI-5 e outra na década de 1970, quando toda a redação d’*O Pasquim* foi encarcerada:

*Eles me deram mais de noventa dias porque são várias prisões, né? Dois natais. Um carnaval. Sempre faziam sacanagem de pegar a gente no Natal.*²¹⁸

No AI-5 eu passei a noite inteira escondendo gente (...). Escondendo gente aqui, ali. Eu achava que eu não tinha nada. Quando foi de manhã no domingo, eu tô em casa, o porteiro diz: “Ziraldo, tem um pessoal de Niterói aqui, universitários, e eles querem convidar você pra paraninfo”. Falei: “domingo, pô?”. É, mas eles querem subir. Falei: “Manda subir então”. E aí, eu tinha um estúdio no terraço, que a entrada era longa pra poder chegar, entendeu? E aí eu

²¹⁸ Ziraldo [18:27- 18:35].

*falei com o meu irmão: “abre a porta lá”. Quando meu irmão abriu a porta fez [barulho de coturno]. Falei: “que universitários são esses?”.*²¹⁹

*Eu tava desenhando, de manhã, de cueca (...). Aí a minha mulher deu um esporro neles: “ô seus idiotas, pra que apontar a arma pra eles? Olha, esse é um idiota, isso nunca pegou num revólver na vida. Para de apontar a arma. Que que cês querem?”*²²⁰

Enquanto princípio responsável por orientar as regularidades dos agentes e seus valores, o *ethos* se manifesta a partir do contato com os acontecimentos do cotidiano. Para lidar com a situação autoritarismo da sua prisão, o agente opta por contar uma piada ao sargento que encabeçava sua prisão em pleno AI-5:

*Eu entrei no fusca e fui pro Forte de Copacabana com eles (...). Aí eu falei pro meu irmão: pega uma pomada aí que eu tô com... eu fico nervoso e fico com o r*bo coçando, preciso da pomada. Aí, o meu irmão foi correndo (...) com a pomada e jogou pra mim a pomada. Mas o idiota do meu irmão comprou uma vaselina. Aí eu falei:*

- Sargento, meu irmão é precavido, já que cês vão botar em mim, tá aqui a vaselina.

Ele falou:

- P*rra, você tá sendo preso!²²¹

Aí, quando a gente foi preso em [19]70 (...), O Pasquim inteiro lá na Vila Militar. A gente foi preso cada um na sua casa e juntaram a gente lá. Eu lembro direitinho, quando eu cheguei, o [Paulo] Francis em pé com aquele ar de inglês dele, de cuecão aqui:

- Pegaram você também?

- Pegaram

- P*rra, mano, que falta de critério! [risadas]²²²

A redação d'O Pasquim foi presa em conjunto no ano de 1972, pois os militares acreditavam que os jornalistas eram membros do comunismo internacional (KUCINSKI, 2018), destarte a própria questão do jornal se calcar no satirismo também provocasse o *ethos* autoritário dos agentes do campo do poder:

²¹⁹ Ziraldo [18:46- 19:39].

²²⁰ Ziraldo [19:40- 20:03].

²²¹ Ziraldo [20:05- 21:10].

²²² Ziraldo [22:36- 23:15].

Como uma equipe aplaudida por uma grande plateia que compartilha cada momento de seu jogo, o humor brasileiro dos anos de 1970 tornou-se um ato coletivo contra a ditadura, extravasando os limites não confrontativos do humor político clássico. Tanto assim que O Pasquim foi entendido pela hierarquia militar como uma afronta. (KUCINSNKI, 2018, p. 42).

Ziraldito transpore certa tranquilidade ao relatar o momento que passou em cárcere, por mais que tenha passado por uma trinca de constrangimentos. Quando conta o período, fala que “se divertia bastante” apesar de estar preso e que os agentes d’O Pasquim chegaram a fazer amizade com o sargento responsável pelo comando:

*A gente ficava preso lá na cela, cheia de mosquito (...). Conversava, batia papo, jogava dama, escrevia diário, desenhava. Não, a gente se divertia muito [risada].*²²³

*O coronel era ótimo, o coronel ficou amigo da gente pra burro (...).*²²⁴

Ninguém tinha medo (...). O sargento chamou a gente pra tomar um banho de lua, porque a gente não tinha tomado banho de sol. Aí fomos, sentamos eu, Sérgio Cabral. Eu e Sérgio sentamos com uma porção de recrutas, ou seja, tudo com fuzil. Entendeu?

Aí os caras:

- Ow Sérgio Cabral, você que entende de samba, toca um sambinha aí pra gente.

O Sérgio:

- Eu não sei tocar.

- Porra, Sérgio, cê não sabe tocar violão.

- Não eu não sei, cara.

- Porra! Quem sabe tocar violão aí?

Aí o recruta falou:

- Eu sei!

- Então vai lá buscar o violão pra tocar pra gente

Aí o cara tava com a metralhadora na mão e falou:

- Pra quem que eu dou essa metralhadora?

Aí o Sérgio falou:

- Deixa comigo

Aí o sargento falou

*- Para! Para! Isso era esculhambação demais! Devolve essa metralhadora!*²²⁵

²²³ Ziraldito [23:39- 23:53].

²²⁴ Ziraldito [25:46- 25:49].

²²⁵ Ziraldito [26:35- 27:35].

Até mesmo com traços de caricatura quando contada pelo agente no período da entrevista, a história da metralhadora tangencia a contradição vivida em uma ditadura que realizava ataques ao plano da cultura (NAPOLITANO, 2018) e entre os anos de 1969 e 1974 manteve um forte sistema de repressão-censura-vigilância e o relacionamento em certo ponto amigável entre os jornalistas d'O *Pasquim* e os militares. Evidentemente tal ambiente opressivo também mostraria sua face autoritária. Ziraldo relembra que os presos sofriam com a chegada de presos políticos que foram torturados:

*Então, cê sabe que até, **fora, fora essa coisa de sofrer muito por causa de chegar o cara da Vila Cosmos todo arreventado, jogar o cara dentro da nossa cela, depois tirar o cara.** Depois quando a gente foi... apareceu um negócio furado lá que nós íamos ser trocados pelo embaixador, aí mandaram pegar a gente de madrugada e fazer exame de corpo de delito que a gente não tava torturado e tal (...).*²²⁶

A prisão dos agentes durou até a onda de sequestros de embaixadores galvanizada pela esquerda que realizava luta armada no período, quando o rapto do embaixador suíço Giovanni Bucher libertou os membros do periódico.

Em seu depoimento, Ziraldo não discute a questão da disputa pelo comando do jornal por diferentes grupos políticos em uma lógica de aparelhamento. Por não ser um jornal advindo das correntes de esquerda dominantes, O *Pasquim* não teve que lidar com a tentativa de alinhamento do jornal por tendências ou por grupos políticos, como nos casos de *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo* e até mesmo o *Versus* – periódico este não pertencente à vertente política ortodoxa de produção de jornais como se percebe no depoimento de Omar Matico. A autonomia do jornal nesse sentido foi muito mais afetada pela censura prévia, pelas prisões de seus agentes e pela dificuldade administrativa para a manutenção da estrutura do veículo. Sobre este aspecto, diz Ziraldo:

*Aí o jornal que vendia 200 mil exemplares caiu pra 50 mil, acabou o jornal. Aí foi uma dificuldade pra recuperar (...).*²²⁷

Além dos tensionamentos extrínsecos ao campo do poder, a própria estrutura administrativa do jornal também se mostrava inadequada para a manutenção de um padrão

²²⁶ Ziraldo [28:05- 28:32].

²²⁷ Ziraldo [29:23- 29:31].

funcionamento empresarial em longo prazo. Bernardo Kucinski (2018) aponta que uma característica marcante da maioria dos periódicos alternativos é justamente o espírito anticapitalista que orienta uma disposição antiempresarial que desperdiçou oportunidades de crescimento para o jornal. A respeito desse tema, relata Ziraldo:

*Depois quando o jornal fez sucesso, aí como tinha dinheiro envolvido, o Tarso [de Castro] tava torrando dinheiro. Ia de helicóptero pra Búzios (...).²²⁸ Mas aí no final do ano o jornal tinha dado um lucro infinito e não tinha contabilidade. Então a gente ficou devendo alguns milhões de dólares no jornal físico. P*ta que pariu, entramos pelo cano. O jornal já chegou no segundo ano devendo. Se o Golbery [do Couto e Silva] quisesse, poderia fechar o jornal.²²⁹*

Por fim, a próxima categoria tem por intenção discutir propriamente os elementos do *ethos* do agente.

C) O *ethos* pelo humor: Ziraldo, a resistência e o legado d'O Pasquim

A manifestação do seu *ethos*, nesse sentido, é demonstrada pela lógica de resistência enquanto deslegitimação simbólica do regime pelo humor. Quando evoca o ofício de cartunista e afirma que, historicamente, sua função é “passar o riso em volta do tirano”, Ziraldo rememora os princípios responsáveis por orientar suas práticas e representações – a utilização do humor, mediado pelos cartuns, como forma de questionamento do autoritarismo da ordem vigente. Relata Ziraldo:

Eu não sei o que seria da minha vida se não tivesse atravessado esses anos de fundo sem participar da resistência, entendeu? Porque uma grande quantidade de jornalistas tem uma certa tristeza de não ter tido coragem. Tem uma certa, assim... uma certa implicância com a gente, porque, de qualquer maneira, pra todos os efeitos, a gente foi para os externos corajosos, a gente botou o da gente na seringa. A gente foi lá e disse: “não concordo com essa merda!”. A gente foi! Agora, não tem heroísmo nenhum nisso, isso é da natureza da pessoa... Todos os cartunistas do mundo, desde a invenção da imprensa, desde os franceses, os ingleses e tudo mais, sempre passaram o riso em volta do tirano. Quer dizer, a gente tinha mais ou menos isso(...) era um sentimento que... a gente não podia ficar fazendo cartum.²³⁰

*A gente tinha essa consciência de que a gente tava vivendo um momento histórico e a gente tinha que **repetir** o pessoal do [Honoré] Daumier, os ingleses*

²²⁸ Ziraldo [12:04- 12:12].

²²⁹ Ziraldo [12:42- 13:01].

²³⁰ Ziraldo [34:51- 35:58]. Grifo nosso.

*lá (...) Mas é isso, a gente entrou porque era inexorável, a gente não tinha como não participar.*²³¹

Do ponto de vista teórico-operacional, sobre a dimensão responsável por estruturar as práticas de um agente que pertence a um certo grupo – no caso de Ziraldo, os jornalistas da imprensa alternativa – e responder praticamente aos problemas do seu campo, Bourdieu (2008, p. 21-22) enfatiza:

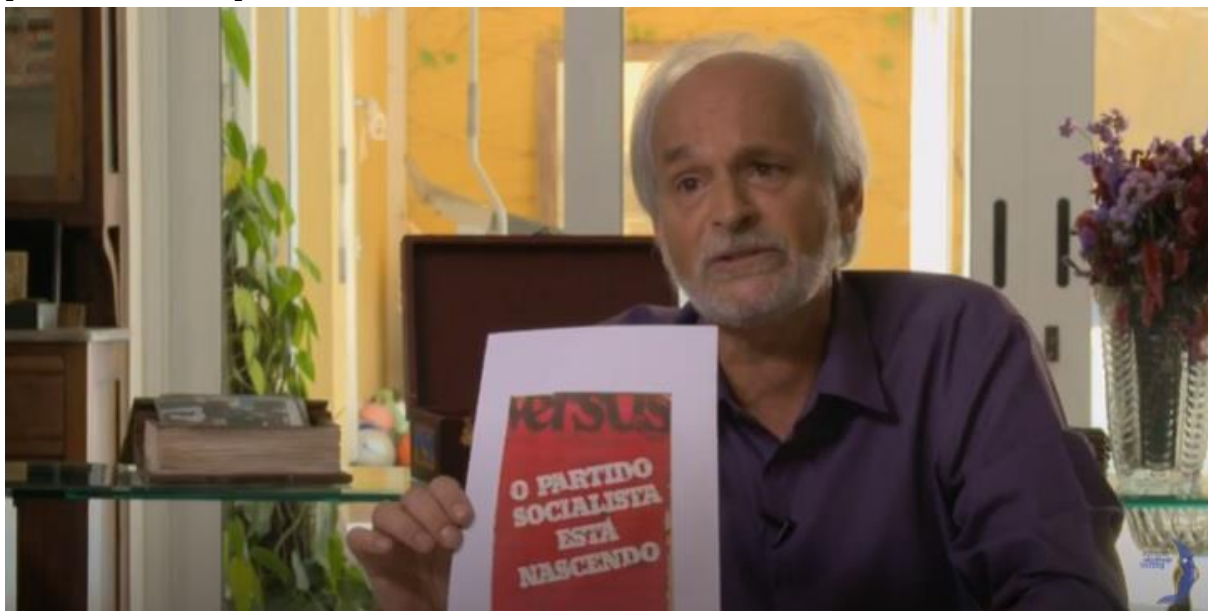
Uma das funções do habitus é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou classe de agentes (...). O habitus é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em estilo de vida, unívoco, isto é, em um conjunto de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. (BOURDIEU, 2008, p. 21-22).

Nesse horizonte, além do humor, a utopia também demarcou tal concepção de *ethos*, como evidenciado no próximo depoimento, do jornalista Omar de Barros Filho.

²³¹ Ziraldo [36:49- 37:18].

4.2.2 As veias abertas da imprensa alternativa: a utopia de Omar Matico

Figura 14 – Omar Matico discute a virada política que fez o *Versus* se engajar mais nos assuntos políticos em suas pautas



(Fonte: Instituto Vladimir Herzog).

Quadro 9 – Depoimento de Omar Matico

Duração do depoimento	1'57''31'''
Principais jornais alternativos que participou	<i>Versus</i>
Período histórico	1975-1979

(Fonte: elaborado pelo autor).

Ao decorrer das análises das entrevistas, nota-se certa mudança nos depoimentos dos agentes, assim como sobre suas representações da ditadura e sobre suas práticas de resistência na imprensa alternativa. Nesse sentido, percebe-se que os profissionais dos jornais da categoria política lidavam com tensionamentos intrínsecos em suas disputas simbólicas, entre diferentes grupos, na busca pelo aparelhamento em detrimento da autonomia jornalística e, também, ao estranhamento que certos comportamentos advindos de uma esquerda de aspecto mais heterodoxo ocorria em relação aos jornalistas mais conservadores. Com Ziraldo, se notabilizou um *ethos* calcado no humor como forma de tensionar o *ethos* autoritário representado pelo campo do poder. Em prosseguimento a esse rico escopo de depoimentos, se insere Omar de Barros Filho – mais conhecido por seus pares como Omar Matico.

Na entrevista, com cerca de duas horas, fornecida para Ricardo Carvalho, Matico relata os seus anos de experiência no jornal *Versus*, veículo que se diferenciava do caráter mais ortodoxo do *Opinião* e do *Movimento* na produção jornalística. O agente argumenta que a relação dos integrantes do *Versus* com os membros dos dois jornais se tratava de uma questão de respeito entre os projetos, pois ambos lideravam ações que contestavam a ditadura; porém, em contrapartida, havia discordâncias no que tange às questões de condução dos periódicos – Matico classifica seus pares como “dogmáticos” e “ortodoxos”:

*Eu diria assim: “um pouco frio, um pouco frio”, porque se nós em algum momento fomos acusados de dogmáticos, eles foram muito mais dogmáticos, né? Isso é fácil de entender, fácil de ver, é só olhar a história deles, olhar o jornal que eles faziam e olhar o nosso. Nós éramos, assim, os enfant terribles digamos assim, né?*²³²

*Eles não, eles eram caras dogmáticos, ortodoxos, vinham lá com materiais que... documentos que ninguém lia acho que aquilo, nem eles eu acho. Então, a nossas relações eram assim: tinham alguns amigos em comum, a gente respeitava o trabalho deles, respeitavam o nosso e tal.*²³³

No depoimento, o agente também discute suas experiências com a censura, sua função em grupos de militância como o *Liga Operária* e o *Partido Socialista dos Trabalhadores* (PST) e a interferência dessa militância política na produção jornalística. Do ponto de vista histórico, Matico se insere nas categorias estabelecidas por Napolitano (2018) entre os anos de 1969-1979, mais especificamente entre 1975 e 1979. Destarte *Versus* tenha surgido em um momento no qual a repressão mais intensa começava a diminuir, em uma dinâmica de desgaste do regime tensionado pelas práticas de resistência da sociedade civil – processo este sintetizado pela morte de Vladimir Herzog em 1975 –, em certo momento da atuação de Matico no *Versus*, a partir de 1977, a coerção tende a ser mais intensa quando o jornal assume uma perspectiva mais política de caráter socialista, repressão com foco em destruí-lo.

²³² OBF [1:44:57- 1:45:18].

A) Omar de Barros Filho e o *Versus*: utopia e socialismo

Versus foi um periódico alternativo surgido em 1975, idealizado pelo jornalista Marcos Faerman, dissidente do *Ex-234*. Como coloca Kucinski (2018), o jornal tratava da questão política a partir do uso de metáforas e se inspirava nos mitos – em seu sentido barthesiano – da América Latina enquanto um continente autônomo, que buscava identidade própria em um contexto de repressão intensa representada pelas ditaduras militares espalhadas em vários países do subcontinente. Para o autor:

Versus foi ao mesmo tempo uma alternativa de linguagem, de organização da produção jornalística e de proposta cultural. Em vez do discurso político do *Movimento*, que o precedeu em alguns meses, usava uma narrativa mítica, operando no plano ideológico através de metáforas culturais e históricas, dos heróis das esquerdas. Faerman proclamou-o um “jornal de reportagens, idéias e cultura”, que propunha a “cultura como forma de ação política”. Quase não produzia a reportagem factual clássica; expressava-se através dos sentimentos, e não do convencimento lógico. Valorizava sobretudo a forma, numa “fusão de elementos usados livremente: jornalismo, fotografia, desenho, histórias em quadrinhos, literatura, poesia”. (KUCINSKI, 2018, p. 247).

Além de o periódico dispor de uma proposta inclusiva de pautas culturais, formatadas a partir de uma diagramação mais livre e da utilização de recursos artísticos, como fotografias, desenhos e poesia, *Versus* também se fundamentava na ideia da América Latina enquanto um eterno espaço de dominação movido por interesses imperialistas – influência esta das ideias do escritor uruguaio Eduardo Galeano, autor da célebre publicação *As Veias Abertas da América Latina* (2010), publicado originalmente em 1971²³⁵. Segundo Kucinski:

Por trás desses atributos estava um imaginário original, que era de esquerda sem ser doutrinário, cultural sem ser estritamente literário e jornalístico sem ser contingente e, temática própria, a de uma América Latina quase totalmente submetida a regimes autoritários. Uma opressão que *Versus* não media em meses ou anos, mas em séculos; a tragédia latino-americana dos anos de 1970, sob a ótica de quatro séculos não menos trágicos. (KUCINSKI, 2018, p. 248).

²³³ OBF [1:45:18- 1:45:35].

²³⁴ Marcos Faerman se destaca como um importante agente para se compreender a imprensa alternativa do período ditatorial. Nascido no Rio Grande do Sul, Faerman teve influências do PCB e de Leonel Brizola nas décadas de 1950 e 1960. Participou, quando jovem, da Rede da Legalidade em 1961 e, assim, a influência brizolista percorreu sua trajetória.

²³⁵ Além de escritor, Galeano também atuou como jornalista na revista *Crisis*, na Argentina. A publicação influenciou de maneira intensa a visão do editor-chefe da *Versus*, Marcos Faerman, em aspectos estéticos e também ideológicos, como colocar a discussão sobre América Latina como foco da análise da linha editorial do jornal.

Matico discorre sobre o processo de formação que culminou no *Versus*, encabeçado por Marcos Faerman que, como dito anteriormente, foi o fundador e editor-chefe da publicação:

*O Versus é uma experiência de jornalismo extremamente rica e intensa, nasce na cabeça do grande jornalista Marcos Faerman, do grande repórter Marcos Faerman, que buscou um caminho pra ele quando ele sai da redação do Ex-, se desentende com a redação do Ex- e busca um novo jornal pra ele expressar as ideias dele. Quando ele sai do Ex-, nós estamos falando do ano 1975, o Marcão leva pra redação do Versus o contato muito forte que ele tinha tido com o Eduardo Galeano e nessa troca de ideias o Marcão ficou totalmente contaminado, digamos, por uma ideia que aqui no Brasil pouco se praticava, pouco se praticou, pouco se usou durante séculos, que era a idéia central de que o Brasil precisava olhar pra América Latina pra aprender com ela.*²³⁶

*Aliás a primeira etapa da vida do jornal ela é concentrada basicamente, ela aparece justamente com esse foco. Um jornal pesado, mostrando a realidade difícil que se vivia aqui no Brasil e na América Latina. O segundo número do jornal ele também vai nessa direção. “Histórias de nostra América” reforçando também essa visão, a busca dessa identidade, a procura, a nossa procura em construir essa identidade latino-americana do Brasil com a América Latina. Dos laços que nunca foram realmente muito fortes entre o Brasil e a América Latina. Quem conhece já a história do país sabe disso.*²³⁷

Eduardo Galeano (2010) partia do princípio de que a América Latina, um rico território em recursos naturais, se configurava como um terreno historicamente oprimido pelos países europeus. Junto a um contexto no qual a esquerda marxista debatia a questão do imperialismo – sendo a ditadura sua representação (KUCINSKI, 2018) –, *Versus* buscava retratar a sociedade brasileira e debater amplamente o período repressivo que vários países latino-americanos passavam, no qual se encontrava elementos em comum.

*E ao mesmo tempo, o jornal como ele era, do ponto de vista da cultura, ele trazia toda uma linha diferente, de documentar o Brasil, quase que como um trabalho de antropologia (...).*²³⁸

Historicamente, o agente se inseria em um período no qual tanto os jornalistas da imprensa convencional quanto os profissionais alternativos se comoviam com a morte de Vladimir Herzog. Por mais que o clima da repressão diminuísse, a passos curtos, já sob o comando do ditador Ernesto Geisel, os mecanismos de repressão do campo do poder ainda se

²³⁶ Omar de Barros Filho [1:41- 2:45].

²³⁷ OBF [9:23 - 10:12].

operacionalizavam para os profissionais intelectuais. Matico discorre sobre a época em que o *Versus* se constituiu:

Era um ambiente terrível, ano de 1975, Vlado [Herzog] tinha acabado de ser assassinado, o jornal Versus primeira edição já estava pronta, quando esses fatos ocorrem, quando essa denuncia vem à tona (...). A capa do jornal, ela mostra bem o que era o momento político na época. As manchetes eram as seguintes: “Eu fui condenado à morte: confissões de um repórter argentino”(…). Foi paralelo, essas duas coisas andaram juntas, essa edição saiu... essa edição do Versus ela foi pras bancas no dia 10 de novembro de 1975, portanto um pouco posterior aos fatos que envolveram o Vladimir Herzog. O jornal tava pronto e ficou guardado na casa de alguém porque existia o risco dele ser apreendido, né?”²³⁹

Logo a poeira, se é que pode dizer assim, começou a baixar (...), o jornal passou a ser distribuído numa kombi velha que percorria, de madrugada, as ruas aqui de São Paulo. Avenida São João, Avenida Paulista, deixando as pilhas de jornal pros jornalheiros venderem em consignaçoão.”²⁴⁰

O periódico, nesse sentido, tinha elementos próprios de sua proposta editorial responsáveis por diferenciá-lo de toda a remessa alternativa que havia até então. Além da discussão sobre América Latina e de uma diagramação mais livre, em detrimento de jornais mais ortodoxos, como o *Opinião*, o veículo também trabalhava com textos grandes que buscavam explorar, em seu público, a questão do prazer da leitura:

Essa era umas discussões que percorriam diariamente a redação: a questão do tamanho dos textos: nós nunca tivemos medo do tamanho dos textos. Aliás publicávamos sempre os textos mais longos da imprensa alternativa (...). Nós tínhamos a ideia, como o Roland Barthes, que o importante era o prazer que a leitura trazia ao leitor. O tamanho do texto era irrelevante.”²⁴¹

No que se relaciona à estrutura organizacional, Matico destaca a diferença do *Versus* em relação aos jornais ortodoxos da categoria política. Sua estrutura se assemelhava mais ao *Pasquim* – no qual a coordenação dos jornalistas ia de encontro com o *ethos* humorístico e tendia a ser mais livre e menos sistematizada rigidamente como nos periódicos sob coordenação de Raimundo Pereira. O jornal, que tinha característica de organização classificada por Matico como “caótica”, dependia da venda em bancas realizada pelos próprios membros do veículo em um

²³⁸ OBF [7:38- 7:49].

²³⁹ OBF [3:30- 4:40].

²⁴⁰ OBF [4:44- 5:02].

²⁴¹ OBF [6:59- 7:31].

esquema de distribuição. Em toda tiragem, havia inovação, pois as publicações eram sempre fechadas de acordo com o material que se tinha para fechar a edição.

*A página mesmo era um, em si já era um ensaio do que nós queríamos fazer em termos gráficos. O jornal era caótico, a redação era caótica, a administração era caótica, a distribuição era caótica e o próprio jornal refletia isso. Mas de qualquer maneira é importante dizer que o jornal era montado como se fosse uma grande colagem. Então cada página era diferente da outra, né? Não era um jornal padrão como todos os outros, grande parte depois que achava o seu formato ficava, se enquadrava dentro daquele formato. Então isso é uma das grandes contribuições que eu acho do Versus.*²⁴²

*Nós dizíamos na época que na nossa redação caótica como era, muitas vezes sem recurso, sem dinheiro, muitas vezes até nem o dinheiro pra pagar o telefone nós tínhamos porque a gente vivia exclusivamente da venda de bancas. Da venda em banca e o que o... quando os jornaleiros nos pagavam, depois de muita confusão pra cobrar, porque o jornal era deixado em consignação (...).*²⁴³

A venda em banca se apresentava como a única maneira possível de financiamento, tendo em consideração que a tentativa de buscar anúncios publicitários era impedida pelo fato de o jornal possuir uma vertente de esquerda; mas Matico ressalta também que o problema poderia estar relacionado à circunstância de que os profissionais do veículo se preocupavam mais com pensar e praticar jornalismo do que necessariamente buscar anúncios – uma característica ressaltada por Kucinski (2018) ao discutir as questões da imprensa alternativa: a falta de atenção administrativa desses jornalistas ocorria porque eles pertenciam a uma cultura política anticapitalista, portanto pouco preocupada com tópicos relacionados à administração.

*Procurávamos, mas não havia grande espaço pra esse tipo de negociação. O jornal tinha esse viés de esquerda e empresa não (...). Talvez ninguém tivesse muita vocação pra isso, também, né? De sair buscando anúncio. Acho que o pessoal queria era fazer jornal mesmo, né? E a gente, de alguma maneira ou de outra conseguia recurso pra rodar a próxima edição e a gente ia fazendo.*²⁴⁴

Assim como no caso dos jornalistas dos três jornais políticos abordados no tópico anterior – *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo* –, um elemento em comum entre todos esses periódicos com o *Versus* era o caráter *assembleístico* das reuniões da pauta. Uma grande quantidade de pessoas se unia para discutir diariamente, o que mostra as estruturas de poder mais

²⁴² OBF [8:23- 9:11].

²⁴³ OBF [11:23- 11:44].

²⁴⁴ OBF [11:49- 12:16].

democráticas que a imprensa alternativa buscava explorar em contraposição ao jornalismo convencional. Segundo Matico:

*A reunião de pauta do jornal era o momento mais interessante do nosso dia a dia, porque era um mesão, uma mesa grande, muito grande e chegava a ter às vezes quarenta, cinquenta pessoas (...). Era muito duro, porque, claro, nós não tínhamos aprendido a fazer o jornal, não existia uma fórmula pra fazer o jornal, ele era todo reinventado a cada edição. Aliás, nós costumávamos dizer que o melhor repórter do Versus era o carteiro, porque quando o carteiro batia na porta, ele sempre com alguma colaboração de algum leitor, de algum autor, de algum jornalista que eventualmente tivesse se apaixonado pelo jornal e tinha escrito uma matéria, sem que alguém tivesse pautado.*²⁴⁵

Sobre a sua própria participação no projeto, Matico coloca que o prisma da América Latina, assumido na linha editorial do veículo, influenciou seu interesse em participar e integrar a equipe. Nascido no Rio Grande do Sul, o profissional se mudou para São Paulo com intuito de trabalhar no periódico. Devido à origem gaúcha, em sua trajetória Matico teve contato com a Argentina e com o Uruguai, devido à proximidade geográfica com o sul do Brasil, outro fator que moveu seu interesse em atuar no *Versus*. Conta o entrevistado:

*Justamente o que me seduziu foi essa proposta radical que o jornal apresentava e esse olhar pras questões da América Latina que eu como gaúcho, querendo ou não a gente recebe uma enorme influência dos hermanos uruguaios e argentinos (...) Mas, isso foi o que me seduziu. E um outro componente da questão do Versus que foi que me atraiu muito também, a questão dessa linguagem mítica, telúrica, que o Versus resgatou. Porque a esquerda sempre muito lógica, muito racional, ela pouco valor dá a esse tipo de manifestação.*²⁴⁶

*Então o Versus tinha todo um olhar muito bem construído, muito bem lapidado pra essas nuances da realidade, do passado e do presente que a esquerda pouco prestava atenção.*²⁴⁷

Na primeira fase de sua trajetória, quando utilizava a metáfora e discutia a situação da América Latina com objetivo de falar sobre o Brasil, o jornal passava despercebido pelo campo do poder. Em uma segunda fase, quando ocorre uma radicalização em sua linha editorial, a partir da entrada de membros da Liga Operária e do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), o periódico passa a sofrer com a censura e com a depredação de sua estrutura física. Sobre tal situação, Matico relata:

²⁴⁵ OBF [15:49- 17:13].

²⁴⁶ OBF [13:30- 14:21].

²⁴⁷ OBF [14:52- 15:04].

*Que que a repressão buscava aqui no Brasil? Ela buscava perseguir aqueles veículos que a atacavam diretamente. O Versus, qual era a habilidade do Versus, nesse quadro? O Versus era uma elipse, o Versus era uma parábola. Quando ele falava de um índio no Peru, ele estava falando também da morte de um índio brasileiro. Quando ele falava de um escritor peruano, do drama de um escritor peruano, ele de alguma maneira tava falando sobre o drama do povo brasileiro. E nós buscávamos conscientemente essa elipse pra falar as coisas do Brasil sem falar diretamente a isso. Durante um tempo isso serviu, mas chegou um tempo que nós sentimos que nós estávamos perdendo o trem da História (...). Nós precisávamos nos convencer de que era necessário que o jornal de uma forma ou de outra passasse também a enfrentar a nossa ditadura cara a cara, fosse qual fosse o preço a pagar.*²⁴⁸

A estratégia nominada pelo profissional como “elipse” passou a se mostrar insuficiente para acompanhar o contexto social do país e as lutas derivadas. A partir do momento em que o jornal torna destacada sua proposta política oposicionista e de horizonte socialista, mais passa a lidar com a repressão, assunto que será discutido no próximo tópico.

B) Relação com o campo do poder

Versus passou por duas fases distintas no que se relacionada à censura: em um primeiro momento, o jornal se utilizava de metáforas para discutir os problemas do autoritarismo na América Latina e, assim, manteve somente pequenos problemas com a censura. No segundo momento, quando os militantes de organizações como a *Liga Operária* e o *PST* passaram a utilizar as possibilidades do capital simbólico do campo como forma de militância política, o periódico passou a ser reprimido mais intensamente. Sobre essa mudança nas pautas e o processo de radicalização, Matico diz:

*Ameaça de censura tinha sempre (...). Conversas, telefonemas, recados etc. né (...). Isso a gente sempre tinha, volta e meia a gente sabia que tava sendo fotografado, que tinha alguém seguindo, essas coisas (...). Quando que começa? Com a politização do jornal e com o aprofundamento do compromisso do jornal com a América Latina, já não mais só sobre o ponto de vista telúrico, já não mais só sobre o ponto de vista da literatura, já não mais só sobre o ponto de vista antropológico, mas sim sobre o ponto de vista de uma perspectiva socialista para o continente. Falávamos por exemplo, Revolução Nicaraguense, queda de [Anastasio] Somoza, nós acompanhamos isso no bunker, nós mandamos pra lá um repórter, Hélio Goldstein, que fez a última entrevista do Somoza. Isso é politizar o jornal, isso é politizar o jornal – a entrevista foi publicada pelo New York Times.*²⁴⁹

²⁴⁸ OBF [19:14- 20:30]. Grifo nosso.

²⁴⁹ OBF [36:21- 37:44]. Grifo nosso.

Ocorre então um processo de inflexão na linha editorial, que passa a abordar mais intensamente a discussão sobre o socialismo na América Latina, em detrimento exclusivamente de pautas culturais e literárias. O exemplo que Matico fornece sobre a mudança é a cobertura da queda do ditador Anastasio Somoza Debayle, no Nicarágua, advinda do processo revolucionário nomeado Revolução Sandinista, liderado pela organização *Frente Sandinista de Libertação Nacional* (FSNL).

O agente conta que a cobertura, realizada com exclusividade por um repórter do *Versus*, galvanizou o processo de politização do jornal. Nesse momento, no ano de 1977, Matico se filia a uma organização clandestina de cunho socialista – o PST – e, então, utiliza o seu capital simbólico de jornalista para militar no espaço do *Versus*. O argumento, já reiterado no depoimento de Bernardo Kucisnki, era de que os jornais constituíam espaços legais de ação política onde militantes e ativistas se aproveitavam para resistir ao regime, tendo em consideração que as organizações políticas que escapavam da oposição consentida pelo governo – representada pelo MDB – eram severamente perseguidas.

*Nessa transição, eu acabo entrando pra uma realidade clandestina, ligada à Quarta Internacional, Liga Operária (...). Eu achava que a forma mais completa de um militante contribuir para um processo no Brasil de redemocratização, revolucionário, para a implementação do socialismo era militar num partido. Os partidos eram clandestinos, eu acabei entrando (...) escolhendo a Liga Operária onde eu fui trabalhar como jornalista, digamos (...). Fazia o trabalho de militância, meu campo de militância era o *Versus*, porque era um espaço legal, duramente construído e conquistado à ditadura. Podia eventualmente expressar aquilo que eu considerava o programa adequado pro Brasil, né?*²⁵⁰

A partir do deslocamento da abordagem do jornal, a influência na autonomia do jornalismo praticado se tensiona pela entrada dos grupos políticos que compõem espaço social mais amplo na dinâmica interna do veículo. Militantes da organização na qual Matico se organizava passaram a compor o escopo de repórteres do jornal – um *ethos* que passa a ser tensionado pela influência do espaço social na prática jornalística:

*E óbvio que sendo editor do jornal, vivendo o dia a dia do jornal de forma intensa como eu vivia, natural que um militante ele trate de trazer pras suas organizações as melhores cabeças, melhores organizações.*²⁵¹

²⁵⁰ OBF [26:39- 27:42].

²⁵¹ OBF [27:44- 28:36].

*Então, à medida que novos jornalistas foram se incorporando a essa perspectiva, o jornal foi de certa forma também se inclinando nessa direção (...).*²⁵²

*Mas aqui começa a grande inflexão, porque aqui nós já estávamos com o nosso trabalho político maduro dentro da redação (...) e aí entramos de sola na realidade brasileira, com uma proposta que contrariava totalmente os planos da ditadura. Ai eles olharam: “mas que jornal é esse? Quem são esses caras?”. Golbery do Couto e Silva, ele olha lá: “mas olha os cara[s] aqui falando. Eles estão falando que é preciso construir um partido socialista, de programa socialista, que reúna todos os trabalhadores”. Não era o plano da ditadura, e aí eles começaram realmente a tentar nos destruir mesmo.*²⁵³

A metamorfose de um jornal não notado pelo Serviço Nacional de Inteligência (SNI) ou quaisquer outros mecanismos de repressão do campo do poder para um periódico que passa a refletir sobre o Brasil e utilizar o seu capital simbólico como uma prática de resistência política, juntamente a uma organização socialista, conduz os agentes militares em um processo repressor. Foi quando a censura passou a se intensificar:

*A primeira coisa foi sutil, o relatório do serviço secreto do exército sobre o Versus (...). Esse relatório é o que denuncia, digamos, né? E mostra qual o caminho que eles escolheram pra nos destruir (...). Ele relata qual a política que eles tiveram contra nós (...). Ele mostra assim: “As pressões evidenciadas sobre esse jornal evidenciam muito claramente a utilização política – tal qual recomenda o documento do CIEEx - das fiscalizações contábeis, bem como a íntima ligação com os que atuam nesse caso às autoridades de segurança, o SNI, a Receita Federal, e a fiscalização do INPS [Instituto Nacional de Previdência Social].*²⁵⁴

O relatório sobre o qual Matico se refere foi realizado pelos serviços de inteligência militares com intenção de compreender o fenômeno da imprensa alternativa e combatê-lo. Foi divulgado e denunciado pelo, à época, deputado Fernando Moraes (MDB)²⁵⁵. Em um primeiro momento, os profissionais do *Versus* sofreram ameaças, mas ao resistirem e ao manterem seu posicionamento crítico, alguns militantes que também atuavam como jornalistas foram presos:

²⁵² OBF [29:37- 29:48].

²⁵³ OBF [40:36- 41:19]. Grifo nosso.

²⁵⁴ OBF [41:23- 43:09].

²⁵⁵ No depoimento de Moraes, o jornalista discute de maneira mais aprofundada sobre o relatório.

Eles optaram por quebrar o Versus. Então, sutilmente eles começaram me dizendo o seguinte – iam na gráfica e diziam: “se vocês continuarem imprimindo o jornal, nós vamos fazer uma devassa nas suas notas”.²⁵⁶

Então começou a ficar muito difícil fazer o jornal. Quando eles viram que mesmo assim a gente seguia, aí eles resolveram prender.²⁵⁷ E aí a polícia vai e prende vários militantes da nossa organização (...). Prisões ilegais, ilegítimas (...) na casa, alguns foram presos na saída da redação etc. Acho que foram mais de 20 pessoas, 25.²⁵⁸

Com as ameaças e com as prisões, ao invés de recuarem, os jornalistas resolvem radicalizar ainda mais a proposta e lançam uma capa para comemorar o aniversário de morte do revolucionário soviético Leon Trótski:

Então, nós resolvemos então radicalizar ainda mais, então, muito bem, já que [sic] nós vai todo mundo preso mesmo tinha feito uma capa pro Trotski, aproveitando o ensejo da visita do nosso dirigente internacional. Então comemorarmos o aniversário do Trotski. Imagina comemorar o aniversário de Trotsky sob a ditadura do Brasil. 38 anos da morte de Trotski, o profeta maldito.²⁵⁹

E aí vinha também “A tragédia chilena cinco anos depois”, “Um partido para os socialistas”, “Julião fala sobre o comandante dos Tupamaros”. Quer dizer, tinha que dar cadeia mesmo. Do ponto de vista deles isso... isso aqui, não existe habeas corpus pra isso.²⁶⁰

Além das prisões, Matico relata que um colega que atuava no Versus, quando foi chamado para depor, viu uma série de fotos que foram tiradas na redação do jornal. Ou seja, havia um trabalho de vigilância dos membros do periódico:

Um dia um camarado nosso foi preso e o interrogador mostrou fotos que tinham sido tomadas na redação, né? Casais que se beijavam, gente que namorava, sei lá eu, né (...). Mas enfim, então, eles tinham isso tudo documentado então, até as nossas relações pessoais e as nossas relações afetivas.²⁶¹

Além da vigilância, a radicalização do periódico, sintetizada pela capa com Trótski, culminou em uma operação planejada pelos militares para acabar com o jornal – fenômeno

²⁵⁶ OBF [43:11- 43:31].

²⁵⁷ OBF [44:17- 44:28].

²⁵⁸ OBF [45:03- 45:19].

²⁵⁹ OBF [40:25- 46:50].

²⁶⁰ OBF [46:51- 47:06].

ressaltado no depoimento de Bernardo Kucisnki de que os militares tinham por objetivo prejudicar os periódicos críticos que integravam a imprensa alternativa, visando o seu fechamento. Os membros do *Versus* tinham um infiltrado que trabalhava no INSS que afirmou haver um planejamento para uma “devassa” no jornal, ou seja, uma inspeção rígida que pretendia buscar problemas legais na organização empresarial do veículo – uma estratégia utilizada pelo regime, que para não fechar os jornais de maneira direta, a partir de uma lógica coercitiva, procurava erros em sua estrutura empresarial, tendo em consideração que tinha noção das falhas e da precariedade organizacional de vários impressos alternativos.

*Bom, claro que com isso aqui o Serviço Secreto do Exército, os militares, a polícia, a Receita Federal, o INSS, eles passaram a conspirar abertamente contra o Versus.*²⁶²

*Muito bem, nós tínhamos um amigo do Versus infiltrado dentro da Receita Federal. Era o contrário, daí. Eles infiltravam, mas também infiltrávamos. Tinha uma pessoa infiltrada na Receita Federal, um amigo da Receita Federal. E aí essa pessoa diz o seguinte: “preparem-se, porque nós recebemos uma ordem de fazer uma devassa no jornal – e não só nos o INSS”... Tudo! (...). Qualquer ordem de governo. “E aí, eu vou segurar o processo por trinta dias. E vocês tem o prazo então de trinta dias de deixar tudo ouro-e-fio pra que a coisa não vire o final da história, porque vai ser o fim de vocês.”*²⁶³

Avisados e organizados para enfrentar a inspeção, realizaram um exercício de ficção fiscal – ou seja, inventaram dados sobre a situação fiscal do periódico –, de forma que os militares não conseguiram encontrar irregularidades no periódico. Não contentes, na madrugada destruíram o jornal e o picharam:

*Na madrugada, invadiram a redação, demoliram a redação. Viraram tudo, minha mesa, minhas coisas. Roubaram tudo o que tinha: notas pessoais, viraram as gavetas, fizeram um escarcéu; pintaram as paredes: “fora comunistas”, “vão pra Cuba”, “Organização Nacionalista Estudantil” – inventaram lá uma organização qualquer. Roubaram os livros. Aí nós estávamos sem livro de novo.*²⁶⁴

Além de toda a depredação do espaço físico, também roubaram os livros de contabilidade simulados pelos membros do jornal – para caso houvesse outra oportunidade de

²⁶¹ OBF [1:19:36- 1:20:12].

²⁶² OBF [1:34:37 -1:34:51].

²⁶³ OBF [1:35:24- 1:36:26].

²⁶⁴ OBF [1:37:34- 1:37:56].

realizar uma inspeção rígida, os militares pudessem encontrar incoerências legais. Além disso, também se enviou um censor para a redação, porém os agentes se depararam com a estratégia de chamar o deputado Fernando Moraes (MDB) e repórteres para filmar o censor, que, constrangido, correu:

*Aí um belo dia, aparece, além disso, já tá uma tragédia – aí nós começamos a realmente bater o pânico, né? – aparece um camarada (...) interessantíssimo chamado (...). Dorvalino, acho que era alguma coisa assim (...). Era um cara da censura, policial, escrivão e policial que dizia (...): “a partir de agora eu vou sentar aqui e vou ler todos os originais, nós vamos censurar previamente”.*²⁶⁵

*Aí o que que nós fizemos? Chamamos o Fernando Moraes, organizamos um grupo no dia da visita programada. Reunimos um grupo (...), câmera de televisão etc. e ficaram no segundo andar da redação e quando esse camarada chegou, o inspetor esse, o pessoal: “oh, chegou o pessoal da censura, por favor deputado, desça”. Desceu todo mundo com as câmeras ligadas, aí esse aqui saiu correndo, né? Rua afora. E nós correndo atrás dele (...). E aí ele fugiu, e aí a redação foi invadida de novo. Aquela confusão toda.*²⁶⁶

Dois fatores podem explicar o fechamento do *Versus*: seu aparelhamento pela Liga Operária e os constantes tensionamentos advindos do campo do poder no sentido de destruir o espaço de produção contestatória que o jornal constituía. Sem gráficas que quisessem imprimir o jornal e com baixo financiamento e com um aparelhamento pelo PST – que passa a instrumentalizar o jornal e o fecha quando não é mais útil para seus interesses, o *Versus* acaba em 1979 como uma das mais ricas experiências jornalísticas do período.

*Aí nós vimos que tava no fim, porque já tava começando a ficar (...). Eu sentia assim, chegando no final do caminho. Não tem mais como. Não tinha mais como imprimir o jornal, as papeleiras não queriam vender papel pra gente, pra conseguir o papel pra rodar o jornal tinha que pagar a vista assim, os caras exploravam não tinha nem prazo pra pagar. A gente tinha que fingir que o jornal era de turismo sobre a América Latina.*²⁶⁷

Bernardo Kucisnki (2018) evidencia que o *Versus* foi um dos principais casos de aparelhamento de jornais por organizações políticas. Ou seja, se torna um jornal de partido – os seus interesses, estratégias e práticas passam a ser focados nos interesses do PST em detrimento da autonomia jornalística.

²⁶⁵ OBF [1:38:10- 1:39:01].

²⁶⁶ OBF [1:39:11- 1:40:01].

²⁶⁷ OBF [1:40:02- 1:40:32].

C) O ethos de Omar de Barros Filho

Matico possuía uma grande dedicação ao seu ofício no *Versus* que pode ser percebida quando o jornalista afirma que atuava em todas as funções que fossem necessárias no periódico:

*Eu fazia tudo, eu fazia tudo. Talvez fizesse mal a minha função em todas, né? Como diz aquele do futebol, né, o pessoal fala: “joga nas onze mas não joga em nenhuma!”, mas eu jogava nas onze. Eu abria e fechava a redação, eu editava o jornal, eu acompanhava o trabalho gráfico (...) fazia reportagem, fazia entrevistas. Fazia todo o trabalho que aparecia de fazer.*²⁶⁸

O profissional reconhece a proeminência que um jornal como o *Versus* ocupava no espaço social mais amplo e parte do princípio de que um periódico só consegue se manter se encontrar respaldo e sentido na vida de um público-leitor – afirmação esta que demonstra a preocupação de Matico com o público e, também, sua consciência do papel do jornal no período:

*Nós tínhamos um critério que nós tínhamos muito na redação que era o seguinte: se um jornal não for necessário ele morre. Quando ele deixar de ser necessário ele não vai existir, pode gastar o quanto quiser em propaganda, pode contratar a equipe de jornalistas que for, mas o leitor é que vai definir se o jornal é necessário ou não.*²⁶⁹

As práticas de resistência de Matico no período evidenciam a distinção que existia entre os agentes da imprensa alternativa em relação à imprensa convencional de maneira muito explícita quando o agente relata que, por algum tempo, trabalhou no *Jornal da Tarde* para conseguir uma renda maior:

*Eu trabalhei um tempo no Jornal da Tarde do Estadão. Então eu fazia uma dupla jornada, mas na época do Murilo Felisberto, tinha assim, um grande carinho pelo meu trabalho. Então, era a minha época de melhor, quando eu vivia melhor, quando eu tinha o salário do Jornal da Tarde, mas depois, ficava muito incompatível trabalho no *Versus* com um jornal chique e sofisticado como era o JT na época na mão do Murilo Felisberto (...). Me incomodava terrivelmente, porque parecia... eu me sentia assim, vivendo uma coisa esquizofrênica (...). Eu me lembro que na época do Jornal da Tarde, eu fui encarregado de fazer, o Murilo Felisberto e o Ivan Ângelo bolaram uma pauta pra tentar corrigir ou impedir um absurdo que se cometia aqui em São Paulo que era tiro ao alvo em pombas vivas. Então, me encarregaram como repórter em contar essa história (...).*²⁷⁰

²⁶⁸ OBF [25:09- 25:34].

²⁶⁹ OBF [10:46- 11:05].

²⁷⁰ OBF [1:02:17- 1:03:20].

Eu fiz a matéria, como tinha que ser (...). Saiu a matéria, demos uma suíte... Lá pelas tantas chega um telegrama do ministério lá, secretaria do meio ambiente da ditadura, alguma coisa assim. Um ministro lá qualquer me cumprimentando pela matéria – entrei em crise!²⁷¹

Imagina, eu to fazendo o maior esforço pra golpear os camaradas, os camaradas estão me mandando parabéns. Entrei em crise total, pedi férias imediatamente pro Murilo, disse: “oh, Murilo, não aguento mais, não consigo suportar isso”. Pra ver o grau de dogmatismo que tinha, acabei indo embora do jornal.²⁷²

Trabalhar em um jornal da imprensa convencional com objetivo de aumentar um pouco o salário se tornou um problema para o jornalista no momento em que ele faz uma matéria sobre o assassinato de pombos como um passatempo, e é elogiado pelo regime – em contrapartida ao trabalho que exercia no *Versus*, que visava deslegitimar o regime simbolicamente e tinha uma união com uma organização de cunho socialista. O *ethos* de Matico, nesse sentido, era tensionado pelas suas práticas de militância política enfatizadas pelo profissional quando fala sobre o trabalho que fazia na Liga Operária:

No fim a gente vira um militante tão... sistematiza tanto o trabalho, vira uma coisa tão costumeira, tão dia a dia que você leva não só como tarefa, como dever, né? Que no fim nem a família quer saber mais de você, você não ganha nem a família mais, porque você vira uma pessoa desagradável, um dogmático, porque quem não pensa como você tá contra, né?²⁷³

Em relação à sua visão sobre a ditadura e sobre o período histórico de forma geral, o agente desenvolve uma reflexão quando relembra uma capa do jornal que discutia a tortura pelo Doi-Codi do militante político Amadeu Rocha:

*Essa matéria é pesada porque ele detalha tudo que aconteceu com ele né. “Durante os cinco dias em que Amadeu Rocha” – ele mesmo, né? – “esteve entregue aos torturadores do DOI, foi diariamente submetido às seguintes modalidades de torturas por equipes de torturadores que se revezavam: choque elétrico, choque elétrico com dois fios, choque elétrico com três fios, choque elétrico com quatro fios... Pênis, orelha.. choque elétrico com cinco fios, choque elétrico ‘dança dos elétrons’”. Não dá pra ler isso aqui. Isso aí é o passado que já, que espero que não volte pra este país mais. Isso era um tipo de compromisso digamos, que pra quem fazia o *Versus* era...²⁷⁴*

²⁷¹ OBF [1:03:36- 1:04:08].

²⁷² OBF [1:04:10- 1:04:27].

²⁷³ OBF [1:12:00- 1:12:27].

²⁷⁴ OBF [1:33:11- 1:34:02].

Me emociona porque eu sei o que tem por trás disso aqui, né? A luta que foi chegar até publicar isto aqui. Uma etapa importante, eu acho que de gritar, pro presidente, na cara do presidente. Dizer: “já vai tarde!”²⁷⁵

A ideia de que o tempo da ditadura já se passou, de que a luta de todos os resistentes à ditadura em busca de um projeto de democracia e que o autoritarismo foi algo que ficou no passado se mostra perceptível no *ethos* do agente. Também é notável, ao comentar sobre as presidências de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), Luis Inácio Lula da Silva (2002-2010) e Dilma Vana Rousseff (2010-2016), uma ideia de tarefa incompleta que não se finalizou com a presidência de três personagens que realizaram distintos papéis de resistência à ditadura e depois se tornaram chefes do Estado nacional.

Eu acho que sim. Antes dela, o Lula. E antes do Lula, o Fernando Henrique [Cardoso]. Eu acho que o Fernando Henrique, do Fernando Henrique pra cá se inaugura uma nova etapa no Brasil. O Fernando Henrique era colaborador do Versus. Escreveu no Versus (...). Acho que Fernando Henrique, Lula e Dilma fizeram um trabalho bem feito, incorporaram muita gente que tava marginalizada, sem voz, sem nada, sem direito a nada. Incorporaram essa, criaram as condições pra que esses contingentes fossem incorporados. Agora, nenhum dos três completou o trabalho, certo? A injustiça permanece (...), as diferenças permanecem, os contrastes permanecem, o Brasil continua sendo um dos países mais injustos. O que resta a nós a tarefa de não nos conformar com isso (...). Eu acho que essa é a mensagem. Muito bem, toda solidariedade à companheira Dilma, toda solidariedade ao companheiro Lula, toda solidariedade ao companheiro Fernando Henrique, mas é só isso que eles vão trazer pra nós?²⁷⁶

Entende-se, assim, que o *ethos* de Matico parte do princípio de que o jornalismo é uma ferramenta de ação política. Em uma perspectiva baseada na ideia de uma América Latina unida, na construção do socialismo, e na utilização do jornalismo como uma metáfora para falar sobre vários assuntos que se insculpe o *ethos* do agente.

²⁷⁵ OBF [1:34:03- 1:34:19].

²⁷⁶ OBF [1:55:42- 1:57:30].

4.2.3 A resistência pela estrutura organizacional: Elmar Bones e o *Coojournal*

Figura 15 – O jornalista gaúcho Elmar Bones discorre sobre o modelo cooperativo inédito até o momento que o *Coorjournal* representava



(Fonte: Instituto Vladimir Herzog).

Quadro 10 – Depoimento de Elmar Bones

Duração do depoimento	2'58''55''''
Principais jornais alternativos que participou	<i>Coojournal</i>
Período histórico	1976-1980

(Fonte: elaborado pelo autor).

O último entrevistado do escopo analítico se trata do jornalista Elmar Bones, que trabalhou no *Coojournal* – periódico gaúcho conhecido pelo fato de se organizar produtivamente na condição de *cooperativa*²⁷⁷. As estruturas de poder da imprensa alternativa buscavam fazer contraposição ao modelo convencional-empresarial e, assim, construir espaços de discussão mais democráticos sobre a produção jornalística do ponto de vista do funcionamento. O conflito no *Opinião*, por exemplo, resultou na dissidência *Movimento*, que encabeçou um jornal no qual os donos eram jornalistas – o *Movimento*. Há também os casos de *O Pasquim* e de *Versus*, nos quais

²⁷⁷ De forma sucinta, uma cooperativa se define como uma estrutura de organização formada por membros de um mesmo grupo com interesses em comum. Do ponto de vista do comando, não há um chefe definido e sim o pertencimento a todos os membros e as decisões são tomadas democraticamente a partir de discussões e de deliberações.

havia debates nas reuniões de pauta e liberdade para os seus repórteres escreverem livremente sem a mediação hierárquica entre editor e repórter, o que geralmente demarca as relações do campo.

O *Coojournal* representa em sua própria estrutura organizacional uma diferença em relação a todos os outros veículos da imprensa alternativa – fato que notabiliza o ineditismo dessa experiência no Brasil: trata-se do cooperativismo em um jornal. Em seu depoimento, com cerca de três horas concedido para Ricardo Carvalho, Elmar Bones conversa sobre a originalidade do *Coojournal*, sobre como se edificou o funcionamento de uma cooperativa jornalística, assim como sobre os prejuízos e as benesses desse modelo de organização. Bones também pondera suas visões sobre o funcionamento do jornalismo, o seu modo de produção e os problemas que o *Coojournal* obteve na regulação do campo do poder em relação aos capitais do veículo. Do ponto de vista histórico, embora não tenha lidado com a censura mais intensa enfrentada por jornais como *Opinião*, *Movimento* e *O Pasquim*, o periódico suportou coerção do regime de maneira indireta, a partir de ameaças aos seus anunciantes entre os anos de 1969-1979 e no período de 1979-1985, para valer-se das categorias de Napolitano (2018). Segundo Kucinski (2018, p. 274), “O Coojournal vai às bancas numa fase já mais definida de abertura política. O regime autoritário poderá durar mais alguns anos, a abertura política poderá sofrer demoras, mas era evidente para todos que o regime militar começava a entrar para a história”.

O próximo tópico irá contextualizar elementos importantes do *Coojournal*.

A) O contexto do jornal

Os jornalistas do *Coojournal* anteriormente integraram o *Folha da Manhã*, periódico pertencente aos veículos de comunicação da família Caldas, que buscava dominar o espaço do jornalismo convencional no Rio Grande do Sul na década de 1970. O aspecto crítico dos profissionais da *Folha da Manhã* passou a incomodar o regime e uma edição do jornal foi impedida de ser publicada na gráfica. O arrefecimento da repressão fez com que uma série de profissionais deixassem o veículo – o que criou uma demanda para a construção de um novo espaço para ofício desses agentes. Em um primeiro momento, Bones alega que os agentes passaram a cogitar a criação de um outro veículo que suprimisse as demandas – jornalísticas e financeiras – daqueles profissionais que foram demitidos ou decidiram sair do *Correio da Manhã*.

Conforme afirma Bones, a partir de conversas em um bar onde diversos outros colegas frequentavam, cogitou-se a criação desse novo projeto:

*Então nós começamos a, o grupo mais ativo assim, que tinha mais empenho naquele projeto do jornal, começou a pensar que aquilo não ia muito longe. E começamos a discutir, então, bom nós vamos ter que, vamos ter que fazer o nosso jornal então. E começamos a discutir isso. No início foi apenas um diletantismo assim, um exercício de bar aí, né? A gente tomava uns vinhos e ia discutindo como que ia ser o jornal. Até que umas outras pessoas foram demitidas do jornal, então o grupo, aí a coisa se tornou mais consistente, e começamos a nos reunir mesmo pra estudar o projeto de um jornal. E aí fizemos as contas e vimos que...*²⁷⁸

Em um primeiro momento, a ideia de fazer um semanário pareceu inviável devido a questões financeiras e de cunho organizacional, o que motivou os agentes a acumular capital para viabilizar o projeto do periódico em âmbito futuro. Nesse sentido, procurou-se qual a melhor estrutura, do ponto de vista operacional, para a iniciativa:

*A nossa ideia era fazer um semanário. Nós fomos ver custos, que tinha problema de gráfica. Porto Alegre era um mercado de gráficas era bastante acanhado. Tinha problema de fornecimento de serviço na área gráfica. Tinha uma série de problemas, então a certa altura concluiu-se que devia ter uma etapa de acumulação. Então faríamos uma empresa, prestaríamos serviços faríamos house organs, tinha um ou dois colegas que faziam house organs pra algumas empresas. Aqueles projetos viriam pra dentro dessa empresa, a gente traria outros projetos, e aquilo seria uma forma de poder alugar uma sede, poder ter uma estrutura mínima (...) até concluir o planejamento do jornal.*²⁷⁹

A alternativa surge quando um colega de Bones lê, em um jornal, sobre um empreendimento inovador: uma cooperativa jornalística em Milão, na Itália. Devido à forte presença de cooperativas no Rio Grande do Sul, local onde se localizavam os agentes, o diálogo com outras cooperativas passou a impressão aos profissionais de que seria a melhor opção para assegurar o projeto.

Chegamos à conclusão que (...) atendia os nossos requisitos, porque a organização (...) é uma estrutura democrática. A cooperativa é uma organização extremamente democrática, né? Cada um é um voto, independente da participação que tem. Tudo é decidido na assembleia, e a assembleia, cada

²⁷⁸ Elmar Bones [28:37-29:23].

²⁷⁹ EB [30:02- 30:51].

*sócio é um voto, muito igualitário. E todas as instancias de decisão são feitas por conselhos (...), decisões coletivas assim, né?*²⁸⁰

Por se tratar de um primeiro passo para um projeto que envolveria uma grande quantidade de jornalistas, surgido a partir do vácuo que a imprensa convencional aparelhada à ditadura deixou, o agente reitera a “organização extremamente democrática” que a cooperativa representa, justamente por se tratar de um espaço onde o diálogo deliberativo seria a chave para orientar os interesses de todos os envolvidos. Em um primeiro momento, a cooperativa dos jornalistas realizava cerca de 18 outras publicações para uma série de outras empresas e cooperativas, até surgir o *Coojornal* – iniciado a partir de um boletim que, a princípio, seria distribuído somente entre os jornalistas que faziam parte do empreendimento. Em uma perspectiva mercadológica, considerando os jornais mais proeminentes da imprensa alternativa, o *Coojornal* foi o único de fora do eixo Rio-São Paulo a conquistar destaque nacional. Segundo Rivaldo Chinem (1995, p. 37):

O único jornal da imprensa alternativa fora do eixo Rio-São Paulo com circulação nacional foi o *Coojornal*. Começou em 1976, com quatro mil exemplares, e em um ano a tiragem chegou a 35 mil. Além do jornal, a cooperativa gaúcha fazia outras 18 publicações, como revistas, boletins, órgãos de empresa e de associações de classe.

Do ponto de vista das práticas de resistência, o jornal era muito mais proeminente devido à sua estrutura de organização do que necessariamente em relação aos temas que tratava. Em tal situação, periódicos como *Opinião*, *Movimento* e *O Pasquim* eram muito mais abertamente contestadores ao campo do poder em sua linha editorial. Considerado como o *Estadão* dos alternativos (KUCINSKI, 2018), o veículo discutia e pautava assuntos que eram proibidos pela ditadura em um viés crítico, porém procurava manter certa descrição para evitar problemas com os aparatos de repressão. Como relata Bones:

E retomamos então aquela ideia de testar os limites, porque também era nosso, a gente tinha concluído que não valia a pena fazer um jornal suicida, um jornal que fosse pra atrair a atenção à repressão sobre a cooperativa, que era um projeto que tava revelando muito boas possibilidades, então não valia a pena atrair a censura e a repressão pra acabar com a cooperativa. Então a gente, nossa disposição era defender a questão da democracia, né? Combater... E

²⁸⁰ EB [32:28- 32:58].

*testar os limites da censura, mas não avançar, não atrair pra nós a censura, porque nessa altura já não tinha mais (...) censura.*²⁸¹

O *Coojournal* passou a se destacar pela reportagem de cunho histórico, em um recurso relativamente parecido com o do *Versus*, no sentido de abordar certos temas para falar implicitamente de outros – utilizando-se da “elipse”. Embora fosse mais direto em suas pautas e abordasse assuntos como entrevistas com personalidades famosas e proibidas de serem pautadas pelos jornais, como o líder comunista Luís Carlos Prestes e os herdeiros do trabalhismo varguista Leonel Brizola e João Goulart, a reportagem histórica se tornou uma fonte produção utilizada pelo *Coojournal*. Conta Bones:

*E aí começou a acontecer o seguinte também, muitos jornalistas que começaram a receber o jornal e começaram a ver no jornal certo potencial, começaram a nos mandar material. Material que não era aproveitado nos jornais, né? No Brasil todo, porque os jornais tavam com, efetivamente naquele esquema do acordo com, aquele acordo tácito com o governo, né? Então, questões de anistia, por exemplo, os jornais não tocavam. Tortura, nem falar, né? (...) Cassados, não falavam (...). E nós começamos a tocar nesses temas.*²⁸²

*Por exemplo, anistia, em vez de falar no movimento pela anistia, a gente fazia uma matéria sobre a história das anistias no Brasil. O Brasil já teve cinquenta e tantas anistias, toda vez que deu um, que teve um processo político que se radicalizou, né? Houve expurgos, houve prisões e logo depois houve uma anistia que conciliou o país, então, a gente fazia matéria.*²⁸³

*Aí nós descobrimos inclusive, nessa artimanha pra não atrair a censura e poder tocar nos assuntos, nesses assuntos que tavam no ar, a gente descobriu esse, um filão que tava muito importante pro jornal que eram as chamadas reportagens históricas – pega um tema histórico e faz uma reportagem sobre ele.*²⁸⁴

A característica da reportagem histórica para documentar o Brasil se tornou um elemento do periódico, em contrapartida, o caráter crítico que passou a assumir não conseguiu evitar a atenção do regime, que em um contexto de relativa abertura e de arrefecimento da censura, não podia reprimir diretamente o veículo e agiu de outra maneira: a coerção de seus anunciantes – relação de dominação que será discutida no próximo tópico.

²⁸¹ EB [43:04- 43:48].

²⁸² EB [43:50- 44:29].

²⁸³ EB [44:33- 44:55].

²⁸⁴ EB [44:56- 45:16].

B) Relação com o campo do poder

Diferentemente de outros jornais da imprensa alternativa que se sustentavam pelas vendas em bancas, devido ao aspecto de cooperativa e a sua linha mais moderada no que tangia ao combate direto à ditadura, o *Coojournal* conseguia renda de anunciantes – que além de anunciarem no próprio jornal, patrocinavam outras publicações da cooperativa. Após a publicação das reportagens sobre Brizola, Jango, Juscelino Kubitschek e Luís Carlos Prestes, os militares – armados de sua paranoia anticomunista – passaram a compreender que os jornalistas do *Coojournal* eram comunistas e subversivos à ordem. A forma de coerção dos agentes do campo do poder foi interferir na autonomia do funcionamento do jornal pela ameaça de seus anunciantes.

*A edição anterior a esse movimento que envolveu Polícia Federal e o Terceiro Exército, um jornal com umas sessenta páginas tinha 29... 28 ou 29 páginas de anúncio. E na edição seguinte, tinha duas ou três, porque os anunciantes foram visitados e a maioria, a maioria tirou anúncio.*²⁸⁵

As considerações de Elmar Bones sobre o final da repressão também justificam a sua saída do jornal: além da questão dos anunciantes, prejuízo para o jornal, pois perdeu uma grande parte de seus financiadores publicitários, assustados com as possíveis represalhas que poderiam sofrer da ditadura. Além disso, havia a disputa interna que se dividia entre radicalizar o periódico em sua contestação contra o regime ou manter a moderação e o relativo cuidado que se conservava:

*A cooperativa acabou por isso, porque a repressão, além de gerar uma tensão... A repressão ela se dava nesses episódios, nesses fatos que eu contei, e se dava também assim muito sub-repticiamente. Por exemplo, eu chegava em casa meia noite, uma hora da manhã e um pouco adiante, há poucos metros, tinha um carro da polícia. Eu morava num bairro residencial, numa rua sem movimento. Não tinha porque ter polícia (...). Aí eu entrava em casa, daí ia na frente e tinha ido embora.*²⁸⁶

*Aí um dia eu chegava na cooperativa, ia ver a minha gaveta, a minha mesa, ela tinha sido mexida (...) aí tinha uns papéis que sumiam. Quem pegou? Quem entrou?*²⁸⁷

²⁸⁵ EB [50:12-1:00:00].

²⁸⁶ EB [1:58:32- 1:59:18].

²⁸⁷ EB [1:59:21- 1:59:32].

*Havia esse tipo de... que vai desgastando e que é realmente pra ir te assustando, assim, né? Pra ir te criando uma tensão e aquilo tu vai cansando. Aí soma isso às dificuldades: perde anunciantes, né?*²⁸⁸

*Essa tensão, esse desgaste financeiro, começou a faltar dinheiro e a divergência interna que se acentua. Então virou um ambiente insuportável. Eu saí em dezembro de [19]80.*²⁸⁹

Embora a repressão não tenha sido tão intensa como aconteceu com outros agentes entrevistados, o jornalista também sofreu e teve que lidar com uma série de tensionamentos advindos do campo do poder que pretendiam regular suas práticas de contestação ao regime. Nesse sentido, Bones evidencia um *ethos* jornalístico de resistência que se fundamenta na crítica ao modelo tradicional de organização do campo e seus mecanismos tradicionais advindos da mídia convencional – assunto que será discutido no próximo tópico.

C) Jornalismo calcado na coletividade: o *ethos* de Elmar Bones

Primeiramente, em relação às disposições de Elmar Bones, é importante ressaltar que o agente reconhece a originalidade da proposta que o *Coojornal* trazia e a posição diferente que ocupava no campo jornalístico em detrimento dos outros veículos de resistência quando afirma que dentro do jornalismo alternativo, não há uma situação de criação de uma cooperativa. Reitera o agente:

*Eu acho que o Coojornal ele reflete muito e se há alguma originalidade, é, nesse projeto, ele decorre do fato dele ser integrado a uma cooperativa. De ter alguma coisa maior que o jornal e que era uma empresa, era uma empresa, né? Uma empresa com uma estrutura cooperativa, mas que operava no mercado como qualquer empresa, né? E que (...) funcionou tanto que no seu melhor momento ela tinha mais de cem pessoas prestando serviço, né? Muitas com emprego fixo lá, né? Emprego não, porque não era uma relação trabalhista convencional, o cara era sócio. E eu acho que não houve nessa experiência do jornalismo dito jornalismo alternativo uma situação assim como essa em que a relação de trabalho, a relação dos jornalistas era diferente. Era uma coisa mais ampla do que um grupo fazendo um jornal.*²⁹⁰

Bones também sublinha em sua entrevista a diferença das relações trabalhistas da cooperativa: os jornalistas envolvidos não são empregados de um chefe no sentido empresarial, ou de um grupo de chefes jornalistas, mas sim tratam-se de sócios que possuíam interesses em comum e, assim, participavam da mesma iniciativa. Como já reiterado, o jornal tinha uma linha

²⁸⁸ EB [2:00:18- 2:00:35].

²⁸⁹ EB [2:01:02- 2:01:19].

menos combativa de maneira direta como outros casos da imprensa alternativa. Por se tratar de um escopo mais amplo de jornalistas – os critérios eram mais amplos, seguindo mais o interesse dos pares do que necessariamente motivos ideológicos.

*Aqui, por exemplo, em São Paulo, pelo que eu sei, mesmo nos casos em que o jornal era uma empresa, ele era feito por um grupo e um grupo ideologicamente homogêneo mais ou menos homogêneo. Quer dizer, havia um certo... né? (...). As cisões levavam a isso. E no caso lá não, era uma frente bastante heterogênea e permitiu esse desenvolvimento e mostrou que é uma perspectiva, mostrou que é uma perspectiva muito boa. E acho que mostrou, sobretudo, que a possibilidade dos jornalistas se organizarem e se estruturarem pra fugir disso que parece um destino inevitável que é as empresas familiares, empresas de grupos, de clãs familiares.*²⁹¹

*Claro que tem esse aspecto que o nosso amigo Bernardo deplora, né? Do assembleísmo, isso realmente é cansativo e tal, mas isso também é muito dinamizador, (...) isso gera uma energia, um negócio, essa participação, é muito interessante. Eu acho que a gente fazia muito mais do que as condições que se tinha permitiam fazer em função disso, de haver uma grande sinergia e um grande entusiasmo das pessoas que trabalhavam. Às, eu te digo, tinha reunião quase todos os dias. Às vezes eram rápidas, às vezes seis, sete horas terminava o expediente e fazia uma reunião pra arredondar algumas coisas e era uma reunião de vinte minutos e tá bom. E às vezes ia uma da manhã, duas da manhã a reunião... É desgastante.*²⁹²

Bernardo Kucinski tanto em seu depoimento quanto em seu livro (KUCINSKI, 2018) se mostra crítico ao assembleísmo e às extensas discussões que marcaram a organização da imprensa alternativa do período. Por seu turno, Bones reconhece o capital simbólico e a proeminência da experiência – inédita até então no Brasil – da construção de um projeto cooperativo de jornalistas:

*Mas em compensação, o ambiente que tu cria em função disso, e os ganhos que tu tem na própria produção jornalística, é muito grande. É muito grande. E o fato também de ser uma cooperativa e ser uma coisa mais ampla, de envolver um número de pessoas, foi o que atraiu, assim, mais simpatia de pessoas de fora, dos jornalistas de outras redações, de outros estados, porque acho que ali eles viam uma perspectiva de ser uma coisa diferente do que é convencionalmente as nossas organizações de imprensa, que eu acho que é uma coisa que ainda não se resolveu – hoje há uma crítica muito intensa, da concentração dos meios, e do fortalecimento de poucos grupos familiares e tals (...). Na verdade, alternativas reais e concretas, ainda não se vislumbra (...).*²⁹³

²⁹⁰ EB [1:54:20- 1:55:32].

²⁹¹ EB [1:55:33- 1:56:20].

²⁹² EB [1:56:22- 1:57:13].

²⁹³ EB [1:57:14- 1:58:03].

A experiência coletiva estruturou o agente de maneira que a sua percepção sobre o campo jornalístico se modificasse – como ele mesmo reitera, teve dificuldade para trabalhar em jornais da imprensa convencional, o que demarca um *ethos* jornalístico de resistência em contraposição às posições dominantes do campo jornalístico, que a exemplo do agente classifica como “falta de discussão interna”, “falta de democracia interna nas redações”, “divisão de trabalho em que o repórter é uma ponta subalterna”, “falta de autonomia”. Sublinha Matico:

*Olha, eu considero a melhor experiência que eu fiz, tanto que depois dessa experiência da Coojornal eu nunca mais consegui voltar para os veículos convencionais. Voltei pontualmente e ficava um tempo assim e começava a me incomodar, certas coisas da imprensa convencional. Então, essa coisa da hierarquia, de cima pra baixo, essa coisa muito rígida. A falta de discussão interna, a falta de democracia interna nas redações. Enfim, certas certezas, assim, das chefias e, sabe, essa divisão do trabalho dentro das redações em que o repórter é uma ponta subalterna e cumpre ordens, né? Tem pouca autonomia, isso sempre, começou a me incomodar essas coisas.*²⁹⁴

O encerramento desta análise com a frase acima é muito propício pois sintetiza certos elementos comuns aos *ethos* de todos os agentes abordados nesta pesquisa a partir dos depoimentos concedidos ao projeto *Resistir é Preciso*. Elmar Bones trabalhou na imprensa convencional, onde buscava realizar um trabalho crítico; contudo os limites de sua prática jornalística se tensionaram com os limites do campo do poder, que regulava os capitais do campo jornalístico com intenção de aparelha-lo.

O agente, nesse sentido, busca a construção de um projeto de jornal calcado em uma estrutura de poder democrática tanto do ponto de vista da chefia – uma cooperativa, onde todos eram donos de maneira igual, sem a intervenção hierarquizada – e do debate e da organização produtiva, a partir de reuniões nas quais todas as decisões eram tomadas deliberativamente a partir do voto coletivo. Os fatores que levaram o projeto a não dar certo podem ser sistematizados em: 1) a repressão política intensa em relação aos anunciantes, que cederam com medo de prejudicarem seus negócios; 2) as divergências internas em torno do futuro do jornal, que acabaram por desgastar a consenso coletivo necessário para a sustentação do projeto; e 3) a questão de caráter estrutural da abertura do regime, que possibilitava novamente à mídia convencional o debate de assuntos que eram abordados somente pela imprensa alternativa.

²⁹⁴ EB [2:03:27- 2:04:16].

Por fim, após o término da análise dos depoimentos, o último tópico desta pesquisa tem por objetivo realizar algumas categorizações com base em disposições compartilhadas entre os agentes analisados.

4.3 Inferências sobre os depoimentos

Como enfatizado no Capítulo 3, a discussão em torno dos depoimentos dos agentes participantes do projeto *Resistir é Preciso* analisados sob a chave-interpretativa de um *ethos* jornalístico de resistência necessita de certo cuidado em sua abordagem para se evitar uma análise reducionista do fenômeno – argumento, este, que se torna perceptível no plano analítico. A pluralidade de propostas editoriais, estéticas e regionais encabeçadas pelos periódicos os quais os entrevistados integraram notabiliza que, embora o *ethos* desses agentes possua regularidades, também se constata uma série de divergências de acordo com as disposições dos agentes no campo jornalístico. No espectro da imprensa alternativa, os diferentes entrevistados mostram díspares maneiras de ser/estar em relação à ditadura militar brasileira. Importante lembrar que Bourdieu (2008) define o *ethos* como a dimensão insculpada no habitus que estrutura:

toda a visão do mundo econômico e social, toda a relação com o outro e com o próprio corpo, enfim, tudo o que faz o estilo próprio do grupo, afirma-se em cada uma das suas práticas, quer seja a mais natural em aparência, a menos controlada pela consciência, pela razão ou até pela moral. (BOURDIEU, 2008, p. 104, tradução nossa).

Nesse sentido, pode-se perceber no estilo do grupo alguns elementos em comum a partir dos quais pode-se afirmar que há um *ethos* jornalístico de resistência responsável por estruturar as práticas e representações dos agentes da imprensa alternativa. Ao relembra a passagem de Bernardo Kucinski (2018) sobre a “subcultura” dos profissionais que trabalharam na imprensa alternativa, elenca-se algumas características do grupo em questão:

Os protagonistas da imprensa alternativa dos anos de 1970 constituíam, assim, uma subcultura que distinguia o grosso dos jornalistas e intelectuais por sua disposição contestatória, propensão ao ativismo, intransigência intelectual e, em certa medida moral, afinidade com os motivos ideológicos que moviam os ativistas políticos. (KUCINSKI, 2018, p. 34).

Em consonância com o parágrafo acima, com base nas análises relacionais dos *ethos* individuais interpretadas a partir do esquema interpretativo-categórico proposto no início deste

capítulo, a pesquisa chega a quatro categorias de análise que integram o *ethos* jornalístico de resistência na ditadura militar brasileira: 1) Sentimento de insuficiência com a imprensa convencional; 2) Disposição contestatória; 3) Oposição à estrutura organizacional tradicional; 4) Estratégias comunicacionais: “como um jornal pode ser crítico em uma ditadura?”. Em prosseguimento, se discorre sobre as categorias:

4.3.1 Sentimento de insuficiência em relação à imprensa convencional

Com exceção de Maria Rita Kehl, que incorporou seu *ethos* essencialmente em um veículo da imprensa alternativa, todos os outros entrevistados passam a atuar na imprensa alternativa devido ao descontentamento com os jornais da mídia convencional. Conforme apresentado nesta pesquisa, os jornais da mídia convencional passaram a se adaptar à autocensura (AQUINO, 1999; KUCINSKI, 2018) e se aparelharam à lógica do regime – e todos aqueles veículos que fugiam de uma lógica adesista eram censurados. O exercício de um jornalismo crítico e livre – no sentido de possibilitar que profissional tenha escopo de opções para escolher suas reportagens – passava a ser comprometido e as oportunidades de realização do ofício, em consequência, prejudicadas. O espaço de experimentação estética, ética e técnica que a imprensa alternativa possibilitou ao campo permitiu a diversos jornalistas uma nova oportunidade de praticar o jornalismo criticamente à ditadura estabelecida, ao sistema econômico e às violações aos direitos humanos (KUCINSKI, 2018).

Dois exemplos que ilustram a categoria aqui sintetizada são dos jornalistas Bernardo Kucinski e Raimundo Pereira. Kucinski, ao trabalhar na *Revista Veja* com Pereira, ocupou-se com o dossiê que criticava as violações aos direitos humanos realizadas no governo Médici (1969-1974). A repercussão da matéria surge logo quando publicada, com uma reação classificada pelo agente como “muito pesada” e, assim, ambos os jornalistas tiveram que deixar a *Veja* em busca de novos projetos.

Essas matérias duas capas sobre as torturas, que tiveram pleno apoio do Mino Carta e foi uma coisa importante, nos permitiu também fazer um dossiê enorme, o Raimundo soltou os cachorros no Brasil todo, os repórteres, usou toda aquela máquina da Abril. Ele era muito esperto e o pretexto que ele usou é que nós íamos entregar um dossiê ao presidente. O [Emílio Garrastazu] Médici tinha dado uma declaração infeliz no Rio de Janeiro a um repórter, dizendo que o presidente não admite torturas. Então nós usamos essa declaração dele: “ah, não admite? Então vamos ajuda-lo a não permitir isso. E com isso, soltamos os cachorros e fizemos realmente um dossiê e isso viram aquelas duas capas. Só

*que, nós estamos num momento de aprofundamento da repressão, do projeto militar e não de esvaziamento. E a reação às duas capas foi muito pesada, e criou-se uma situação que nós tínhamos que sair da revista.*²⁹⁵

O segundo relato que ilustra essa disposição é o de Pereira, que logo ao iniciar sua discussão sobre a profícua linha de jornais políticos na qual o *Opinião* surge, critica a falta de espaço da imprensa convencional ao exercício da profissão – esta submetida aos interesses do Estado.

*A censura havia sido aceita pelos grandes meios de comunicação. Com exceção d'O Estado de S. Paulo que resistiu à censura, com exceção da Revista Veja num determinado momento quando o Mino Carta dirigia, o resto da imprensa aceitou a censura. Os generais e seus representantes mandavam os bilhetinhos ou os telefonemas e eles já cumpriam.*²⁹⁶

Censura, autoritarismo, violação aos direitos humanos e um projeto de desenvolvimento econômico autoritário. Todas essas características podem ser notadas na ditadura militar brasileira. Os jornalistas que buscavam nesses espaços de resistência uma instância de crítica à legitimidade simbólica do regime tinham “algo” de insatisfação com a ordem material e simbólica estabelecida. A próxima categoria discutirá com mais aprofundamento essa questão.

4.3.2 Disposição contestatória

Referencial ou inferencialmente, este elemento foi percebido em todos os jornalistas avaliados. Este “algo” que incomodava aqueles profissionais que não se identificavam com o projeto político proposto pela ditadura é caracterizado aqui como uma disposição contestatória: ou seja, em um período de injustiça e de autoritarismo, certos agentes sociais incorporam o sentimento de indignação e buscam entrar no tatame de combate desse projeto. Geralmente, os jornalistas que mostraram disposição contestatória disseram que era natural e que era a única alternativa a se buscar no período.

Omar Matico, ao relatar a radicalização pela qual *Versus* passou a partir de diálogos com grupos políticos presentes no espaço social, mostra a tendência contestatória insculpida no seu *ethos* quando discute sobre a sua visão de militância e de luta – via utilização do jornal – para a implementação de um projeto socialista e revolucionário nacional:

²⁹⁵ BK [16:39- 17:55].

²⁹⁶ RP [1:16-1:39]. Grifo nosso.

*Nessa transição, eu acabo entrando pra uma realidade clandestina, ligada à Quarta Internacional, Liga Operária (...). Eu achava que a forma mais completa de um militante contribuir para um processo no Brasil de redemocratização, revolucionário, para a implementação do socialismo era militar num partido. Os partidos eram clandestinos, eu acabei entrando (...) escolhendo a Liga Operária onde eu fui trabalhar como jornalista, digamos (...). Fazia o trabalho de militância, meu campo de militância era o Versus, porque era um espaço legal, duramente construído e conquistado à ditadura. Podia eventualmente expressar aquilo que eu considerava o programa adequado pro Brasil, né?*²⁹⁷

Outro momento em que essa disposição pode ser notada nos agentes é quando Ziraldo, ao discutir seu processo de amadurecimento político como desenhista – processo este que foi tensionado fortemente com o golpe e o fechamento do regime – reforça essa dimensão:

Eu não sei o que seria da minha vida se não tivesse atravessado esses anos de fundo sem participar da resistência, entendeu? Porque uma grande quantidade de jornalistas tem uma certa tristeza de não ter tido coragem. Tem uma certa, assim... uma certa implicância com a gente, porque, de qualquer maneira, pra todos os efeitos, a gente foi para os externos corajosos, a gente botou o da gente na seringa. A gente foi lá e disse: “não concordo com essa merda!”. A gente foi! Agora, não tem heroísmo nenhum nisso, isso é da natureza da pessoa... Todos os cartunistas do mundo, desde a invenção da imprensa, desde os franceses, os ingleses e tudo mais, sempre passaram o riso em volta do tirano. Quer dizer, a gente tinha mais ou menos isso(...) era um sentimento que... a gente não podia ficar fazendo cartum.²⁹⁸

*A gente tinha essa consciência de que a gente tava vivendo um momento histórico e a gente tinha que **repetir** o pessoal do [Honoré] Daumier, os ingleses lá (...) Mas é isso, a gente entrou porque era inexorável, a gente não tinha como não participar.*²⁹⁹

A percepção mais notável do *ethos* jornalístico de resistência do agente e da disposição em questão desvela-se quando Ziraldo afirma que os seus pares não concordavam com o projeto arquitetado pela ditadura e ressalta que era “da natureza da pessoa”, e para justificar sua argumentação se vale do repertório cultural histórico da profissão – repetir padrões cognitivos de comportamentos de acordo com o jogo de necessidades e de carências de cada indivíduo.

Mas como se organizavam esses agentes que buscavam no campo jornalístico uma oportunidade de práticas de resistência? Em um panorama de contestação e de insatisfação com um campo que se via cada vez mais aparelhado ao campo do poder, a criação de estruturas

²⁹⁷ OBF [26:39- 27:42].

²⁹⁸ Ziraldo [34:51- 35:58]. Grifo nosso.

²⁹⁹ Ziraldo [36:49- 37:18].

democráticas visava propor alternativas ao modelo de comunicação do período – abordagem da próxima categoria.

4.3.3 Oposição à estrutura organizacional tradicional

Do ponto de vista inferencial, todos os profissionais manifestaram essa disposição e comentaram sobre o caráter de assembleia ou de grandes discussões no qual se baseavam as reuniões dos jornais. Em *Opinião*, Raimundo Pereira e os tensionamentos com o burguês Fernando Gasparian, que resultou em um racha para o *Movimento*, pois os agentes envolvidos buscavam construir sua autonomia na produção do jornal sem a interferência de um chefe e passaram a construir o “jornal dos jornalistas”. Destaca-se também a crítica que Kucinski faz às problemáticas dos *Ensaio Populares*, escritos ocultamente por Duarte Lago Pacheco Pereira, em relação ao elemento não democrático inserido na estrutura de poder por Raimundo Pereira – o que causa o racha histórico das esquerdas e dá origem ao *Em Tempo*, que busca construir uma frente de jornalistas ao invés de realizar uma frente de grupos políticos como ocorria no *Opinião* e muda sua forma de representação de cargos. De sua parte, Maria Rita Kehl alega que nas reuniões de pauta sofria estranhamentos com os membros da esquerda ortodoxa, por possuir comportamentos e visões de mundo diferenciadas. Em *O Pasquim*, Ziraldo comenta sobre a maneira como as reuniões de pauta e a forma de organização do jornal tinham caráter livre de obrigações profissionais mais formais. No *Versus*, por seu turno, Matico afirma que havia grandes discussões no envolvimento de seu processo de produção, uma mesa grande na qual chegavam a participar até cinquenta pessoas:

*A reunião de pauta do jornal era o momento mais interessante do nosso dia a dia, porque era um mesão, uma mesa grande, muito grande e chegava a ter às vezes quarenta, cinquenta pessoas (...). Era muito duro, porque, claro, nós não tínhamos aprendido a fazer o jornal, não existia uma fórmula pra fazer o jornal, ele era todo reinventado a cada edição. Aliás, nós costumávamos dizer que o melhor repórter do Versus era o carteiro, porque quando o carteiro batia na porta, ele sempre com alguma colaboração de algum leitor, de algum autor, de algum jornalista que eventualmente tivesse se apaixonado pelo jornal e tinha escrito uma matéria, sem que alguém tivesse pautado.*³⁰⁰

O debate realizado deliberativamente, no qual as articulações realizadas só podiam se concretizar a partir de um consenso foi representado mais visivelmente no *Coojournal*, no qual a

³⁰⁰ OBF [15:49- 17:13].

própria condição de cooperativa construía mecanismos para assegurar que o caráter coletivo pautasse as decisões do jornal. Segundo Bones:

*Olha, eu considero a melhor experiência que eu fiz, tanto que depois dessa experiência da Coojornal eu nunca mais consegui voltar para os veículos convencionais. Voltei pontualmente e ficava um tempo assim e começava a me incomodar, certas coisas da imprensa convencional. Então, essa coisa da hierarquia, de cima pra baixo, essa coisa muito rígida. A falta de discussão interna, a falta de democracia interna nas redações. Enfim, certas certezas, assim, das chefias e, sabe, essa divisão do trabalho dentro das redações em que o repórter é uma ponta subalterna e cumpre ordens, né? Tem pouca autonomia, isso sempre, começou a me incomodar essas coisas.*³⁰¹

A contraposição desses jornalistas do campo em relação à seus mecanismos tradicionais fica fortemente destacada no argumento de Bones. Os jornalistas alternativos, em um clima no qual o próprio país sofria com falta de espaços de discussão e de circulação de ideias, buscavam democratizar as relações de trabalho e de produção como um reflexo da falta de democracia que assolava o país como um todo.

Para manter suas práticas de resistência, os jornalistas buscavam estratégias para resistir à censura e ao aparelhamento, discussão desdobrada no próximo tópico.

4.3.4 Estratégias comunicacionais: “como um jornal pode ser crítico em uma ditadura?”

No decorrer dos depoimentos, discutiu-se diversas vezes sobre a questão da complacência que o jornalismo convencional teve com a ditadura, bem como que a imprensa alternativa – tal qual os poucos jornais tradicionais que ousavam abusar de sua estrutura e de suas limitações para manter uma perspectiva mais contestatória ao regime – sofria com censura justamente por não adotar o tom passivo fechamento das esferas de discussão e de circulação de ideias – o que era o objetivo do projeto de desenvolvimentismo autoritário da ditadura (FICO, 2015; KUNCINSKI, 2018). Para resistir a um total acoplamento do campo jornalístico ao campo do poder no período, os agentes buscavam mecanismos para enfrentá-lo e/ou driblá-lo.

O *ethos* é responsável por estruturar um conjunto de valores e de crenças de um grupo que se enraíza em um sistema de disposições estruturadas e estruturantes, isto é, o *habitus*. É na dimensão do *ethos*, de caráter moral, que é possível entender os interesses desse grupo e, assim, as estratégias que busca para conseguir obtê-los. Para Bourdieu (2015, p. 81):

O bom jogador, que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas.

Por esse ângulo, entende-se que os jornalistas que realizavam práticas de resistência não necessariamente racionalizavam suas práticas nos momentos de constrangimentos e de adaptações às diferentes situações às quais lidavam nos ambientes cognitivos estruturados pelo campo. Involuntariamente, respondiam aos problemas cotidianos; e nessa resposta se encontra seu *ethos* – a dimensão que calca valores e orienta as estratégias.

A tabela abaixo sistematiza uma série de pequenas ações que configuram estratégias desses agente, a exemplo de chamar um deputado para constranger o censor ou até mesmo a mais utilizada pelos entrevistados: escrever de maneira difícil ou metafórica para driblar a censura em contraposição a um confronto mais direto.

Quadro 11 – Estratégias de resistência dos jornalistas evidenciadas na análise

Agente	Estratégia
Bernardo Kucinski (<i>Movimento</i>)	Escrever de maneira difícil com objetivo de cansar o censor (a).
Bernardo Kucinski e Raimundo Pereira (<i>Amanhã</i>).	Evitar a localização do jornal em uma sede bem situada para a repressão ter dificuldade de encontrar seus organizadores (as).
Elmar Bones, Omar Matico e Raimundo Pereira (Respectivamente: <i>Coojornal</i> , <i>Versus</i> e <i>Opinião</i>).	Discutir de maneira indireta ou metáfora algum assunto com objetivo de driblar o censor(a).
Omar Matico (<i>Versus</i>)	Chamar um deputado de influencia, da oposição – Fernando Moraes (MDB) – e alguns veículos de comunicação para registrar a atividade do censor.
Ziraldo (<i>O Pasquim</i>)	Autointitular o jornal com um nome pejorativo para evitar posteriores críticas.
Ziraldo (<i>O Pasquim</i>).	Questionar o (a) censor(a) a partir do humor como deslegitimação do <i>ethos</i> autoritário do regime.

(Fonte: elaborado pelo autor).

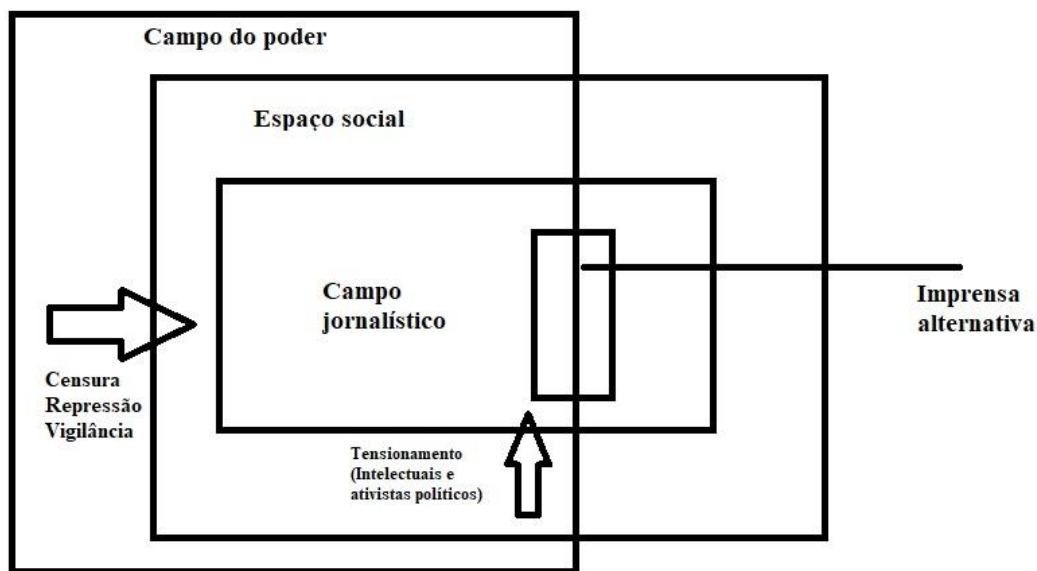
³⁰¹ EB [2:03:27- 2:04:16].

O ordenamento das estratégias de resistência calcadas pelo *ethos* dos agentes, colocado como tabela tem por objetivo desvelar alguns dos mecanismos que esses profissionais utilizaram no processo de censura que sofreram.

4.4 Inferências sobre um *ethos* jornalístico de resistência

Para finalizar esta pesquisa, pode-se afirmar que houve um *ethos* de resistência jornalística na ditadura militar brasileira. Em outras palavras, infere-se que um conjunto de diversos de agentes compartilhava disposições, estratégias, práticas e representações em seu confronto ao campo do poder. Como categorias de análise dos *ethos* individuais dos agentes foram definidas cinco classes de elementos que compõem essa dimensão: 1) Sentimento de insuficiência com a imprensa convencional; 2) Disposição contestatória; 3) Oposição à estrutura organizacional tradicional; 4) Estratégias comunicacionais: “como um jornal pode ser crítico em uma ditadura?”. Nesse sentido, reelaborou-se o esquema do início deste capítulo com objetivo de sistematizar elementos e relações de força sobressaltadas a partir da análise empírica.

Figura 17 – Esquema gráfico interpretativo-categorístico que visa explicar o espaço social em relação à imprensa alternativa



(Fonte: diagrama elaborado pelo autor para as finalidades desta dissertação).

Este esquema gráfico de interpretação elaborado para compreender o fenômeno social aqui estudado se mantém com os mesmos elementos apresentados no início deste Capítulo,

porém modifica organiza suas posições com base nos depoimentos apresentados. Nesse sentido, reconhece o *ethos* jornalístico de resistência como uma dimensão tensionada pelo campo do poder, como também pelo espaço social devido ao intelectuais e militantes políticos que visavam os capital específico do campo jornalístico – o monopólio da difusão de informações. No que tange ao campo do poder, compreende-se que há autonomia relativa do campo jornalístico devido à atuação imprensa alternativa, por isso se modificou no modelo gráfico a disposição dos retângulos e se reconhece a relativa liberdade dos agentes também tensionados pela censura-repressão e vigilância.

Como Bourdieu (2015) argumenta, a partir do momento em que as sociedades modernas ocidentais se tornam complexas, a necessidade de entender os diferentes universos sociais a partir de campos faz-se importante para todo e qualquer pesquisador que queira compreender os fenômenos sociais. Todavia, neste caso há necessidade de se fazer uma ressalva: uma ditadura não tem por objetivo a existência de diferentes universos sociais, mas sim visa produzir um pensamento monolítico. A dominação é mais escancarada e menos disfarçada por construções simbólicas. A resistência dos jornalistas à ditadura militar, no fundo, constituiu-se uma resistência pela autonomia de seu próprio campo – o que explica a migração de vários profissionais para jornais alternativos à época. Tratava-se de uma resistência não somente de um ofício, mas de um processo de contestação a todo um modelo de sociedade que se construía.

O *ethos* de resistência de um campo, no fundo, se ancora na permanência deste próprio campo e para que este não se torne, como argumenta Bourdieu (2019, p. 130, grifo nosso), em um aparelho. Segundo o sociólogo:

Em um campo, agentes e instituições estão em luta, com forças diferentes, e segundo as regras constitutivas desse espaço de jogo, para se apropriarem dos ganhos específicos que estão em jogo neste jogo. **Aqueles que dominam o campo, têm os meios para fazer funciona-lo em seu benefício; mas devem contar com a resistência dos seus dominados. Um campo se torna um aparelho quando os dominantes têm os meios para anular as resistências e as reações dos dominados.** Ou seja, quando o baixo clero, os militantes, as classes populares etc., só podem sofrer a dominação; quando todos os movimentos vão de cima para baixo e os efeitos da dominação são tais que cessam a luta e a dialética que são constitutivas do campo. **Há história enquanto houver pessoas que se revoltam, que façam histórias.**

Com esta instigante citação do sociólogo francês que tanto se importou em compreender a dominação, encerra-se esta pesquisa. “Há história enquanto houver pessoas que se revoltem, que façam histórias”.

CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

Vontade de encher a sua boca de porrada, seu safado.

(Jair Messias Bolsonaro, presidente do Brasil, em frase direcionada a um jornalista após receber um questionamento em agosto de 2020).

A frase emprestada de epígrafe a esta seção poderia ter sido dita por Garrastazu Médici, general ditador que ficou à frente do Brasil entre outubro de 1969 e 15 de março de 1974, período de forte coerção. Entretanto, a sentença foi proferida em pleno ano de 2020 pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (sem partido), a um repórter que o indagou sobre o dinheiro recebido em conta bancária pela primeira dama, Michele Bolsonaro, montante oriundo do ex-assessor Fabrício Queiroz³⁰². O desrespeito de Bolsonaro com jornalistas já havia sido evidenciado em diversos outros momentos. Em 2016, durante do processo que culminou no golpe parlamentar que depôs a presidente Dilma Rousseff (PT)³⁰³, o então deputado federal Jair Bolsonaro clamou por Carlos Alberto Brilhante Ustra – celebre torturador da ditadura militar conhecido pela prática de introduzir ratos em vaginas de mulheres grávidas durante as

³⁰² O caso, que ganhou repercussão em agosto de 2020 devido à truculência da resposta, ocorreu durante uma visita de Jair Bolsonaro à Catedral de Brasília. O Presidente foi questionado por um repórter do jornal *O Globo* sobre o motivo dos depósitos que totalizaram R\$ 89 mil feitos pelo policial militar aposentado e ex-assessor Fabrício Queiroz na conta bancária da primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Na ocasião, Queiroz e Flávio Bolsonaro, filho mais velho do Presidente, eram investigados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro por suposta prática de “rachadinha” em seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ). A prática envolve a devolução de parte dos salários por servidores. A investigação foi deflagrada pouco após as eleições de Bolsonaro à Presidência e de Flávio ao Senado a partir de relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) que identificou movimentações suspeitas de 74 servidores e ex-servidores da ALERJ. Em reação à postura do Presidente com o repórter, entidades jornalísticas emitiram notas de repúdio. Para detalhes, ver: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/23/bolsonaro-diz-a-reporter-vontade-que-tenho-e-enchere-sua-boca-de-porrada.htm>. Acesso em: 07.out.2020.

³⁰³ No dia 31 de agosto de 2016, Dilma Vana Rousseff foi destituída de seu cargo, eleito democraticamente por voto popular, na Presidência da República (PT). Aglutinaram-se interesses para um golpe de Estado liderado por forças políticas como o principal opositor do PT nas urnas, o PSDB, e pela mídia convencional, que possuía interesses econômicos semelhantes ao projeto adversário derrotado urnas. Diferente da ruptura institucional ocorrida em 1964, o golpe de 2016 teve caráter jurídico-parlamentar-midiático, a partir da construção do discurso de *impeachment* – dispositivo utilizado nas democracias modernas para depor um presidente que utiliza os poderes concedidos a ele indevidamente. Nesse sentido, as provas de que Rousseff tenha cometido “pedaladas fiscais” – motivo principal de acusação à governante, não configurado como crime de responsabilidade – foram insatisfatórias. A ex-chefe de Estado foi inocentada em 2018. Após a posse de seu vice, o conservador Michel Temer (MDB), uma série de reformas neoliberais passaram a ser implementadas, como a Reforma Trabalhista e privatizações. O terreno de desgaste político no plano democrático do “impeachment” se ancorou como um dos diversos fatores condicionantes da eleição do candidato fascista Jair Messias Bolsonaro (eleito pelo PSL) para a presidência da República em 2018.

sessões de atrocidades³⁰⁴. Nesse contexto, a recapitulação da conjuntura brasileira contemporânea para encerrar esta dissertação não surge por acaso: insere-se, aqui, para rememorar que a ditadura militar foi um período histórico ainda não superado em sua totalidade e que ainda encontra respaldo nas representações coletivas da sociedade. Faz-se preciso estudá-la e entender as consequências que os 21 anos de repressão política tiveram para os brasileiros objetiva e subjetivamente. Como bem enfatiza o historiador Carlos Fico (2015), é importante que a sociedade brasileira lide com a memória e com a história da violência do século XX. Há ainda, nesse sentido, muito a se aprender sobre o Brasil e sobre um povo que não lidou bem com as consequências do autoritarismo, germinado antes da ditadura militar e potencializado por esta.

As gerações seguintes das oligarquias midiáticas que apoiaram o golpe civil-militar em 1964 não realizaram, no porvir de 2018, durante a eleição presidencial que expôs as fraturas de uma sociedade tensionada, oposição a um candidato – Jair Bolsonaro – que durante sua vida – e também no decorrer de sua campanha – reivindicava torturadores como símbolos; de tal sorte, colaboraram para o avanço do autoritarismo – novamente. Na entrada da segunda metade do século XXI, o jornalismo alternativo potencializado pela internet lida, nesse contexto peculiar, com novos desafios e com novas possibilidades de linguagem e de alcance. Em tal horizonte, aprender sobre a memória e sobre a história do jornalismo é fundamental para buscar inspirações e modos de pensar a profissão, assim como para refletir sobre relações éticas, estéticas e técnicas da prática jornalística. Os profissionais entrevistados pelo projeto *Resistir é Preciso* e analisados nesta pesquisa – agentes que recordam de forma profícua o período da ditadura militar brasileira – servem como uma rica fonte histórica para se compreender o período pós-1964, mas também para se refletir sobre 2020.

Como reiterado nos agradecimentos desta dissertação, talvez duas partes de um trabalho formal de pesquisa possuam o caráter reflexivo que representa todo o processo de síntese para o

³⁰⁴ Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932-2015) foi um torturador e coronel do Exército Brasileiro atuante como chefe do Doi-Codi no período de repressão política da ditadura militar brasileira. Há uma série de relatos sobre o comando de Ustra em práticas de tortura do órgão repressor. Um dos casos mais conhecidos se trata da família Teles, no qual Edson (à época com 4 anos) e Janaína Teles (à época com 9 anos) foram levados às dependências do Doi-Codi para ver seus pais, Amelinha e César Teles, brutalmente torturados. O caso dos Teles foi responsável pela primeira condenação reconhecida por uma instância jurídica que condenou Ustra como torturador. No depoimento para a Comissão Nacional da Verdade, em 2013, o coronel afirmou que não houve mortes nas dependências do aparato de repressão estatal. Em 2016, no processo que culminou na derrubada de Rousseff, ao votar favoravelmente pela destituição da presidente, o deputado federal Jair Bolsonaro (Partido Social Cristão – PSC), que veio a se tornar Presidente da República em 2018, homenageou Ustra e o chamou de “o pavor de Dilma Rousseff”, devido ao fato de Rousseff ter sido torturada sob o comando do coronel no momento em que atuou como guerrilheira revolucionária contra a ditadura pelo Comando de Libertação Nacional (Colina).

seu autor: os *Agradecimentos* e as *Considerações finais* – ou, como se optou por colocar aqui, as *Considerações possíveis*, dentro daquilo que o processo de elaboração de uma pesquisa de mestrado permite. Em decorrência disso, cabe neste momento ressaltar a trajetória percorrida com intuito de demonstrar a completude do estudo e, assim, apresentar a discussão dos resultados obtidos.

Em um vértice estrutural, procurou-se realizar uma construção metodológica a partir das instâncias propostas por Lopes (1997) de forma a proporcionar uma sequência lógica à pesquisa. O *Capítulo 1*, nesse panorama, teve por objetivo servir como um grande guia de orientação para o estudo ao definir a divisão do trabalho a partir de instâncias de pesquisa não estanques, complementares e que visam fornecer ao trabalho uma integralidade coerente e estruturada (LOPES 1997). O capítulo justificou a importância de se realizar discussões sobre o período ditatorial brasileiro – e sobre a imprensa alternativa que emerge naquele momento histórico – até o período contemporâneo. O capítulo também subsidiou elementos para a construção do objeto a partir de uma metodologia de escopo bourdeusiano que teve por intenção realizar uma análise do *ethos* dos agentes a partir das próprias ferramentas que Pierre Bourdieu erigiu em seu edifício teórico-operacional – circunstância que a contribuição de Grenfell (2018) auxiliou sobremaneira na relação imbricada entre a teoria e o método, tão cara a Bourdieu. Por fim, o capítulo também discutiu a instância legitimadora da relevância do projeto *Resistir é Preciso*, isto é, o Instituto Vladimir Herzog, para assim explicar qual o contexto do qual foram extraídas as entrevistas como escopo analítico nesta pesquisa.

Em sequência, o *Capítulo 2* pretendeu apresentar o sistema de pensamento por meio do qual se escolheu realizar a análise dos depoimentos dos seis agentes selecionados. A concepção bourdieusiana de *ethos* se insere em uma trinca de conceitos operacionais e, nesse sentido, não deve ser utilizada de maneira a desmembrá-la de sua utilização orgânica. Tendo em consideração que as ferramentas de pesquisa de Bourdieu possuem um aspecto relacional – ou seja, só fazem sentido na análise quando usadas em conjunto, de acordo com o movimento do objeto – necessitou-se fazer uma breve exposição de seus principais conceitos e de sua contextualização histórica. O capítulo pode parecer abstrato – e, para um leitor mais pragmático, pode soar até mesmo deslocado do escopo desta pesquisa –, porém, a lógica de instâncias de Lopes (1997), como também o próprio capítulo subsequente no qual é realizada a análise empírica, justificam uma discussão de fundamentos teóricos, pois esta se insere na estrutura da pesquisa. Em tal

panorama, os conceitos de *ethos*, de capital e de campo foram importantes para a análise dos depoimentos e para a demarcação do espaço social no qual se inserem as falas dos agentes – sempre com o devido cuidado de se contextualizar historicamente a etapa objetiva de uma pesquisa bourdieusiana, o que se buscou construir no *Capítulo 3*.

O terceiro capítulo, nesse ínterim, procurou seguir a lógica de fornecer elementos para a análise empírica dos agentes cujos depoimentos foram coletados pelo projeto *Resistir é Preciso*. Buscou-se realizar um movimento de reconstrução histórica que se inicia no golpe sofrido pelo à época pelo presidente João Goulart – golpe este, ocasionado por uma complexa conjuntura, que freou um movimento cultural muito amplo e intenso no Brasil ocorrido no período entre o fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945) e calcado na relativa liberdade de expressão que os setores artísticos e políticos possuíam no debate nacional. Após o golpe, a força motriz responsável por resistir à ditadura foi em considerável parte advinda desses diversos grupos, como bem reiteram Marcos Napolitano (2015) e Bernardo Kucisnki (2018). A contextualização sobre os 21 anos da ditadura instaurada após o golpe – período sobre o qual os agentes relatam seus papéis de jornalistas – passou do plano político para o plano cultural ao discutir os mecanismos de repressão-censura-vigilância que o projeto de poder autoritário dos militares sistematizou e que foi responsável, entre outras ações, por censurar os jornais da imprensa convencional e alternativa. Todavia, como todo grande projeto de poder possui brechas e, nesse panorama, deve-se considerar que o espaço social é demarcado por lutas materiais e simbólicas por sua subversão ou por sua manutenção, discutiu-se o que foi – em contrapartida ao desenvolvimento autoritário do período – a resistência, como o conceito se define no período e quais as problemáticas em usar tal concepção.

Para evitar uma distorção analítica e enfatizar sobremaneira o papel da resistência, valeu-se na pesquisa da premissa apresentada por Napolitano (2015): a cultura das esquerdas no período não pode ser encarada nem sob a ótica do ceticismo, nem sob a vertente do heroísmo, pois se trata de uma dicotomia que pouco ajuda a explicar a complexidade da resistência cultural, uma vez que simplifica um processo sócio-histórico que inegavelmente ajudou a deslegitimar simbolicamente o projeto do regime. A resistência, em tal horizonte, foi praticada por uma série de agentes pertencentes a diferentes profissões e que tinham diferentes modos de ser/estar na ditadura – porém, compartilhavam valores de esquerda que podem ser analisados sob o prisma de um *ethos* de resistência que aglutinou intelectuais, artistas, políticos, escritores e

também os jornalistas da imprensa alternativa; esta última, uma instância de produção que serviu como espaço público contra-hegemônico (KUCINSKI, 2018) em um período de amplo cerceamento da liberdade de expressão. A imprensa alternativa, por seu turno, foi abordada como escopo que buscava explicar o rico fenômeno que galvanizou os debates das esquerdas, em maior ou menor grau, entre 1964 e 1980 – instância fundamentada em uma série de propostas editoriais, estéticas, jornalísticas e que constituiu, assim, um modelo ético-político (KUCISNKI, 2018) de contestação ao regime. Como toda categoria de análise, esta também precisou ser contextualizada historicamente para desvelar seus principais elementos e a contraposição com o modelo de imprensa dominante, calcado em valores liberais e um modelo empresarial.

O último capítulo, finalmente, teve por objetivo realizar um diálogo entre o sistema de pensamento bourdieusiano apresentado no *Capítulo 2* e a contextualização histórica do *Capítulo 3*, buscando criar um modelo de abordagem (que redundava, por sua vez, em um modelo de representação gráfica) de caráter interpretativo-categórico com objetivo de realizar o estudo dos depoimentos e compreender de maneira mais ampla a constituição do *ethos* jornalístico de resistência dos agentes em crivo. Com a análise dos depoimentos, percebeu-se um *ethos* diverso, multifacetado, porém com disposições comumente compartilhadas. No interior de um matiz que parte de um jornalismo socialista advindo de Raimundo Pereira e aporta no humor de Ziraldo, percebem-se imbricadas na relação entre agentes e camadas de poder uma série de formas de ser/estar em relação às estruturas objetivas da época. Da mesma forma, permite-se observar como tais agentes lidam com as necessidades relacionadas ao campo do poder e constroem estratégias de comunicação calcadas nessa disposição que é o *ethos* nas lutas simbólicas próprias do campo.

No interior da primeira grande categoria abordada – os *jornais políticos* –, a análise do depoimento de Raimundo Pereira foi importante, pois o jornalista constitui um dos agentes com mais acúmulo de capital no campo jornalístico. Sua experiência em jornais como *Opinião* e *Movimento*, assim como a própria visão do agente sobre o jornalismo socialista, mostram-se fundamentais para compreender o fenômeno da imprensa alternativa brasileira. Em contrapartida a Pereira, o jornalista Bernardo Kucinski reconhece o capital simbólico da profissão e busca se legitimar de sua cultura profissional em um momento de intensa repressão política. Kucinski é um crítico do assembleísmo e evidencia o problema do aparelhamento dos jornais por grupos políticos. Maria Rita Kehl serve de transição para compreender o funcionamento do aparato simbólico de um *ethos* ortodoxo, que se agarra nos valores da esquerda marxista nos planos da

visão de mundo, da interpretação da cultura e da prática profissional. Kehl se insere nesse ambiente e é condicionada a ser/estar na ditadura como jornalista, mas ao decorrer de sua trajetória também divide a profissão com a psicanálise.

Na segunda grande categoria – os *jornais existenciais* –, explicita-se a diferença no modo como os profissionais pensam, percebem e praticam a imprensa, bem como atuam em relação aos problemas como a repressão e a censura. Ziraldo, nesse sentido, utiliza o humor como ferramenta de deslegitimação da censura. O agente relata piada com censores, com policiais que o prenderam e notabiliza em seu depoimento o típico clima humorístico e libertário d’*O Pasquim*. Omar Matico, por seu turno, apresenta um modelo de imprensa que se utiliza das metáforas para discutir as ditaduras da América Latina em um clima de utopia e de busca pela revolução socialista no continente. Finalmente, em um depoimento deveras interessante, Elmar Bones discorre sobre o modelo organizacional de jornalismo calcado no cooperativismo. O jornalista deixa notabilizado em seu depoimento a ruptura simbólico-comportamental que existe entre jornalistas da imprensa convencional (e suas relações hierarquizadas) e da imprensa alternativa, que busca condições democráticas para seu funcionamento.

Como resultados desta pesquisa, infere-se que o *ethos* jornalístico de resistência da imprensa alternativa na ditadura militar brasileira com base nos depoimentos dos seis agentes cujos depoimentos foram estudados pode ser analisado sob a ótica de quatro categorias de análise: 1) Sentimento de insuficiência com a imprensa convencional; 2) Disposição contestatória; 3) Oposição à estrutura organizacional tradicional; 4) Estratégias comunicacionais: “como um jornal pode ser crítico em uma ditadura?”. Destarte imbricadas do ponto de vista prático, constituem categorias separadas em uma vertente analítica. A partir dessas categorias propostas, propõe-se quatro sínteses:

- 1) Os jornalistas da imprensa alternativa se dispõem em um espaço diferente do campo jornalístico em relação aos jornalistas convencionais, pois se encontravam insatisfeitos com um modelo de imprensa que se tornava cada vez mais fechado e aparelhado ao regime – a partir do momento em que a imprensa convencional adere a autocensura.
- 2) Em um cenário de indignação com o projeto desenvolvimentista, bem como com a violação a um projeto de democracia e aos direitos humanos, tais agentes que possuíam tendências de contestação procuram espaços de produção simbólica com o interesse de realizar práticas de resistência à ditadura militar brasileira.

- 3) A oposição a um espaço tradicional de produção da imprensa também faz com que esses profissionais busquem novas maneiras de fazer e pensar o jornalismo. Dentre as diversas propostas, um valor em comum que todos os depoimentos enfatizam remete à estrutura de produção e de discussão dos periódicos – realizadas de diferentes maneiras.
- 4) Para cumprir os seus interesses em um período no qual a repressão-censura-vigilância do campo do poder se intensificam, há necessidade por parte desses profissionais – estruturados em seu conjunto de valores e de crenças – de utilização de estratégias de comunicação para burlar a censura, lidar com as prisões, ameaças e outras formas de coerção.

Nesse contexto, para representar e buscar contribuir para a compreensão do fenômeno social da imprensa alternativa, buscou-se reformular, após a análise dos depoimentos, o modelo de representação interpretativo-categórico elaborado no início do *Capítulo 4*. A modificação nos modelos gráficos ocorre uma vez que, embora se perceba um *ethos* tensionado pelo campo do poder e por intelectuais e ativistas políticos, ainda pode-se notar uma autonomia em um campo que estava sendo cada vez mais aparelhado pelo campo do poder.

O *ethos* jornalístico de resistência, portanto, trata-se em última instância de um conjunto de disposições, de práticas e de representações dos jornalistas que atuaram na ditadura militar brasileira com objetivo de manter a autonomia de seu campo e evitar aparelhamento dos diferentes universos sociais por um discurso autoritário. Para isso, os agentes prezam por valores como democracia, socialismo, humor, utopia, cooperativismo e diversas outras ferramentas de contestação simbólicas.

Em relação às possibilidades de pesquisas futuras sobre o tema, o próprio projeto *Resistir é Preciso* possui um grande escopo de material ainda passível de ser analisado. Embora livros como o de Kucinski (2018) sejam responsáveis por catalogar e compreender o fenômeno em questão, as visões dos agentes podem contribuir para assuntos ainda não tão evidenciados no universo acadêmico. Discussões sobre a questão estrutural, sobre os bastidores dos jornais e, também, que busquem lidar com a memória, com a história e com a contemporaneidade desses depoimentos abrem espaço para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

AMOROSO LIMA, Alceu. **Revolução, reação ou reforma?**. 2.ed., Petrópolis: Vozes. 1999.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMENDOLA, Gilberto. **Maria Antônia**. A história de uma guerra. São Paulo: Letras do Brasil, 2008.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

AS capas desta história. **Resistir é Preciso**: São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://resistirepreciso.org.br/as-capas-desta-historia/>>. Acesso em: 4 de mar. de 2020.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. In: **Walter Benjamin**: Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BIOGRAFIA. **Instituto Vladimir Herzog**: São Paulo, s.d. Disponível em: <<https://www.acervovladimirherzog.org.br/biografia.php>>. Acesso em: 4 de mar. de 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **A influência do jornalismo**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997b.

_____. PASSERON, Jean. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2015.

_____. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'água, 2013.

_____. **O poder simbólico**. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

_____, CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

_____. **Questões de Sociologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997a.

_____. The forms of capital. In: HALSEY, A.H.; LAUDER, H. BROWN, P. & STUART WELLS, A. **Education, Culture, Economy, Society**. Oxford: Oxford University Press, 1997c.

BOURDIEU, Pierre, WACQUANT, Loïc. **Una invitación a la sociología reflexiva**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2008.

BARROS FILHO, Clóvis de, MARTINO, Luis Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 1996 p.

BRECHT, Bertolt. **Histórias do sr. Keuner**. 2.ed. São Paulo: Editora 31, 2013.

CALLADO, Antonio. **Quarup**. 12. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

CAPARELLI, Sérgio. **A Imprensa Alternativa Revisitada**. In: Revista de Biblioteconomia & Comunicação – Vol. 3. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

CARVALHO, E. S. **Contribuições de Pierre Bourdieu para o Campo Jornalístico**. In: In: Anais do CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XL., 2017, Curitiba (PR). **Anais...** Curitiba: Universidade Positivo, 2017. 1-13.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel, NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **As armas e os varões**: a educação política e sentimental de Dilma Rousseff. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/as-armas-e-os-varoes/>>. Acesso em: 4 de mar. de 2020.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa alternativa**: Jornalismo de oposição e inovação. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CONSELHO e equipe. **Instituto Vladimir Herzog**: São Paulo, s.d. Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/o-instituto/conselho/>>. Acesso em: 4 de mar. de 2020.

CONY, Carlos Heitor. **O ato e o fato**: o som e a fúria do que se viu no golpe de 1964.9.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DANTAS, Audálio. **As duas guerras de Vlado Herzog**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DEBRAY, Régis. **Revolução na Revolução**. Havana: Casa de las Américas, 1967.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

ENGELS, Friedrich, MARX, Karl. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

EXPOSIÇÃO apresenta fragmentos da história do Brasil sobre a imprensa na ditadura militar. **Resistir é Preciso**: São Paulo, 2011. Disponível em: < <https://resistirepreciso.org.br/ccbb/>>. Acesso em: 4 de mar. de 2020.

FERREIRA, Jairo. **Mídia, jornalismo e sociedade**: a herança normalizada de Bourdieu. In: Estudos de jornalismo e mídia, Vol. II, nº 1, Florianópolis, UFSC, 2005.

FERRO, Mauricio. Bolsonaro discursa em ato com pauta a favor do AI-5. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-discursa-em-ato-com-pauta-a-favor-do-ai-5-e-contra-o-congresso/>>. Acesso em: 20 de abr. de 2020.

FICO, Carlos. **O Golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

_____. **História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Ditadura militar brasileira**: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

_____. **O Grande Irmão**: da operação Brother Sam aos Anos de Chumbo. O governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GALEANO, Eduardo. 2010. **As veias abertas da América latina**. São Paulo: L&PM. Tradução: Sérgio Faraco.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, 244p.

GRENFELL, Michael (Org). **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Tradução: Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2018.

HERZOG Vladimir. **Memórias da Ditadura**: São Paulo, s.d. Disponível em < <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/vladimir-herzog/>>. Acesso em: 5 de mar. de 2020.

KEHL, Maria Rita et al. **A resistência da sociedade civil às graves violações de direitos humanos**. In: Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: no tempo da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 2018.

LACERDA pede apoio dos EUA para golpe. **Memorial da Democracia**: São Paulo, s.d. Disponível em <<http://memorialdademocracia.com.br/card/lacerda-pede-apoio-dos-eua-para-golpe/>>. Acesso em: 5 de mar. de 2020.

LAGO, Cláudia. **Pierre Bourdieu e algumas lições para o Campo da Comunicação**. In: Intexto, Porto Alegre, n. 34, p. 728-744, 2015.

LAGO, Claudia. **O romantismo morreu? Viva o romantismo!**: Ethos romântico no jornalismo. 2003. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo Lopes. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MARTINS, Maurício Vieira. **Bourdieu e o fenômeno estético: ganhos e limites de seu conceito de campo literário**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19. N. 56, outubro, 2004.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MICELI, Sérgio. **Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura**. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Vol. 15. N. 1, abril, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. A resistência cultural durante o regime militar brasileiro: Um novo olhar historiográfico. In: **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. (Org). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2018, 365p.

NOSSA história. **Instituto Vladimir Herzog**: São Paulo, s.d. Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/nossa-historia/>>. Acesso em: 4 de mar. de 2020.

O Instituto. **Instituto Vladimir Herzog**: São Paulo, s.d. Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/o-instituto/>>. Acesso em: 4 de mar. de 2020.

OLIVEIRA, L. F., MARTINS, D. (2018). **Pierre Bourdieu e o Campo da Comunicação Brasileira**: uma perspectiva dos modos de apropriação. *E-Compós*. Disponível em: <<<https://doi.org/10.30962/ec.1431>>>. Acesso em: 15 de jun. 2019.

OLIVEIRA, Regiane. **Governo Bolsonaro prega “negacionismo histórico” sobre a ditadura**. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/politica/1554419295_939718.html>. Acesso em: 4 de mar. de 2020.

OS cartazes desta história. **Resistir é Preciso**: São Paulo, 2011. São Paulo, 2011. Disponível em: < <https://resistirepreciso.org.br/os-cartazes-desta-historia/>>. Acesso em: 4 de mar. de 2020.

PEDRO NETO, Leopoldo. **Construção da identidade jornalística no documentário**: uma análise da representação dos jornalistas em *O Mercado de Notícias*. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Campo Grande – MS, outubro de 2017.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Revisando os conceitos de comunicação popular, Alternativa e Comunitária**. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília: 2006. Acesso em: 20 de dez. 2019.

PETERS, Gabriel. **Configurações e reconfigurações na teoria do habitus**: um percurso. In: Anais XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: 2009.

PROTAGONISTAS dessa história. **Resistir é Preciso**: São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://resistirepreciso.org.br/protagonistas-desta-historia/>>. Acesso em: 4 de mar. de 2020.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência**: censura a livros na ditadura militar. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROMANCINI, Richard, LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007. 276 p.

SÉRIE – Resistir é Preciso.... **Instituto Vladimir Herzog**: São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/portfolio-item/pecas-ponto-de-partida-e-patetica/>>. Acesso em: 4 de mar. de 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018.

SCHWARZ, Roberto. “Cultura e Política 1964-1969”. In: As ideias fora do lugar: ensaios selecionados. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SILVA, Marcos Paulo da. **As dissonâncias cotidianas nas rotinas dos jornais**: o habitus jornalístico e a atribuição de um sentido hegemônico às notícias. Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC), v. 10, p. 69-84, 2013.

SIRKIS, Alfredo. **Os Carbonários**: memórias da guerrilha perdida. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

STOREY, John. **Teoria Cultural y Cultura Popular**. Barcelona: Octaedro – Ediciones Universitárias de Barcelona, 2002.

TEMÓTEO, Antônio. **Bolsonaro diz a repórter**: ‘Minha vontade é encher tua boca com uma porrada’. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/23/bolsonaro-diz-a-reporter-vontade-que-tenho-e-encher-sua-boca-de-porrada.htm>>. Acesso em: 07.out.2020.

THIRY-CHERQUES, Hermano. **Pierre Bourdieu**: a teoria na prática. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-53, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2. Ed., 2008. 216p.

UNIDADES de ação. **Instituto Vladimir Herzog**: São Paulo, s.d. Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/unidades-de-acao/>>. Acesso em: 4 de mar. de 2020.

VALLE, Ione Ribeiro. **A obra do sociólogo Pierre Bourdieu**: uma irradiação incontestável. Educação e Pesquisa, v.33, n.1, p.117-134. São Paulo: jan/abr 2007.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. 2.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WACQUANT, Loïc. **Esclarecer o Habitus**. In: Educação e Linguagem. Revista de Educação da Universidade Metodista de São Paulo. Departamento de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Metodista. Ano 10. N. 16. 63-71. Jul-Dez. 2007.

WACQUANT, Loïc. **O legado sociológico de Pierre Bourdieu**: duas dimensões e uma nota pessoal. In: Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná. N. 19, p. 95-110, nov. 2002.

ENTREVISTAS

ALVES PINTO, Ziraldo. Ziraldo Integra. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. **Instituto Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

BARROS FILHO, Omar de. Omar Matico. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. **Instituto Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

BONES, Elmar. Elmar Bones. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. **Instituto Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

KEHL, Maria Rita. Maria Rita Kehl. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. **Instituto Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

KUCINSKI, Bernardo. Bernardo Kucinski. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. **Instituto Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

PEREIRA, Raimundo. Raimundo Pereira. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. **Instituto Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

APÊNDICE – LISTA DE AGENTES ENTREVISTADOS (AS) NO PROJETO “RESISTIR É PRECISO”³⁰⁵

Entrevistados (as)	Data de publicação no canal do YouTube	Duração
Audálio Dantas, José Hamilton Ribeiro e Fernando Pacheco Jordão	07/06/2017	2’10’’58’’
Alípio Freire	08/06/2017	3’30’’26’’
Amelinha Teles, César Teles e Criméia de Almeida	09/06/2017	3’02’’08’’
Ana Arruda Callado e Tetê Moraes	09/06/2017	2’19’’18’’
Armênio Guedes	12/06/2017	2’16’’57’’
Bernardo Joffily e Olivia Joffily	19/06/2017	2’12’’02’’
Bernardo Kucinski	21/06/2017	2’06’’59’’
Beatriz Kushnir	22/06/2017	38’35’’
Bia Cannabrava e Paulo Cannabrava	23/06/2017	2’18’’29’’
Carlos Azevedo	26/06/2017	2’30’’12’’
Ceici Kameyaka	28/06/2017	1’57’’17’’
Cloves de Castro	31/07/2017	2’49’’31’’
Dácio Mitrini e Mylton Severiano	01/08/2017	2’46’’57’’
José Luiz Del Roio	03/08/2017	2’25’’34’’
Dom Angélico Bernardino e Angélica Rittes	03/08/2017	1’42’’25’’
Duarte Pacheco Pereira	04/08/2017	2’50’’35’’
Gildo Marçal Brandão	04/08/2017	1’45’’49’’
Elifas Andreato	07/08/2017	1’34’’52’’
Elmar Bones	11/08/2017	2’58’’55’’
Elson Martins	24/08/2017	3’42’’39’’
Fernando Moraes	25/08/2017	1’54’’31’’
Fernando Pacheco	28/08/2017	25’’45’’
Maria Rita Kehl	28/08/2017	1’05’’
Laerte Coutinho, Jayme Leão e Ary Normanha	05/10/2017	1’26’’39’’
Franklin de Souza Martins	06/10/2017	2’49’’44’’
Juca Kfoury	06/11/2017	1’51’’08’’

³⁰⁵ O critério utilizado para a hierarquização dos entrevistados foi a ordem de publicação disposta na página do YouTube. Foram realizadas 38 entrevistas, tendo em consideração que alguns depoimentos foram realizados em conjunto entre dois ou três jornalistas, o número de jornalistas entrevistados é 59. Os agentes selecionados para a análise desta dissertação estão grifados em negrito.

João Quartim de Moraes e Marise Farhi	07/11/2017	1'29''27'''
Marco Antonio Coelho	09/11/2017	2'16''53'''
Adélia Borges, Maria Lygia Quartim de Moraes e Rosalina de Santa Cruz	13/11/2017	3'02''51'''
Omar Matico	16/11/2017	1'57''31'''
Ziraldo	16/11/2017	38''16'''
Tônico Ferreira	17/11/2017	2'28''36'''
Paulo Moreira Leite	21/11/2017	2'05''34'''
Ruth Tegen e Marco Antônio Moro	21/11/2017	1'51''16'''
José Maria Rabêlo	23/11/2017	2'20''35'''
Raimundo Pereira	23/11/2017	3'39''33'''
Sérgio Gomes	24/11/2017	4'44''50'''
Ricardo Zaratini	27/11/2017	2'13''11'''

ANEXO – BIOGRAFIA DOS ENTREVISTADOS ³⁰⁶

João Quartim de Moraes

Professor universitário, passou os anos 70 exilado na França, onde se dedicou ao jornalismo político na revista *Afrique-Asie* e editou a mais duradoura publicação de brasileiros no exílio: “O Debate”. Na volta ao Brasil foi professor da Unicamp e é pesquisador-sênior do CNPq, onde tem desenvolvido, nos últimos seis anos, estudos sobre o materialismo antigo (Epicuro e Lucrécio). Seus temas principais: história do pensamento político, materialismo antigo e moderno, marxismo, história moderna das instituições brasileiras.

Therezinha Zerbini

Advogada, fundou o Movimento Feminino pela Anistia e criou o jornal Brasil Mulher para ser o porta-voz do movimento. Casada, na época, com o general Euryclides de Jesus Zerbini, cassado após o golpe, Therezinha chegou a ser presa em sua casa por um capitão do Exército e se tornou lendária a maneira que recebeu o oficial: com bolinhos e café, em sua sala de estar. Ultrapassando barreiras, Therezinha Zerbini, apesar da rígida segurança, chegou a entregar uma carta com denúncias da arbitrariedade do regime militar brasileiro ao então senador Ted Kennedy. Esteve ao lado de Leonel de Moura Brizola e foi fundadora do PDT em São Paulo.

Armênio Guedes

Nasceu na Bahia em 1918, entrou para a célula comunista da Faculdade de Direito de Salvador em 1935 e, ao longo da vida, ocupou diferentes cargos de direção no PCB. Participou ativamente na organização e direção de revistas e jornais de esquerda: “Seiva”, “Continental”, “Tribuna Popular”, “Estudos Sociais” e “Voz da Unidade”. Em 1945, foi secretário particular de Luís Carlos Prestes. Com o golpe de 64, teve seus direitos políticos cassados e acabou se exilando no Chile e na França. De volta ao Brasil, e depois de 43 anos de militância, desligou-se do partido em 1983.

³⁰⁶ A caracterização biográfica dos entrevistados utilizou informações fornecidas no site do Projeto. Para conferir, ver: <http://resistirepreciso.org.br/protagonistas-dessa-historia/#this>. Para questões de padronização, embora as informações sobre os entrevistados estejam dispostas de outra maneira no site, decidiu-se manter a mesma ordem utilizada no tópico “Apêndice I”.

Beatriz Kushnir

É diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, com experiência na área de Gestão Pública. Doutora em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 2001), suas reflexões e pesquisas concentram-se na temática da História do Brasil Contemporâneo, com ênfase nos seguintes temas: censura, governos militares, imprensa, imigração, arquivos, investigação sobre os furtos de bens culturais e a salvaguarda do patrimônio histórico. É professora-convidada do Departamento de História da Unicamp e professora-visitante do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Tetê Moraes

Dirigiu o documentário “O SOL – Caminhando contra o vento”, que recupera a história de um jornal alternativo *sui generis*: “O SOL”, um diário que chegava às bancas encartado no “Jornal de Sports”, no Rio de Janeiro, do qual ela foi a primeira diagramadora, ao mesmo tempo que trabalhava no Itamaraty. Exilada, viveu no Chile, nos Estados Unidos, na França e em Portugal, trabalhando como jornalista, professora ou pesquisadora. Estreou no cinema em 1981 com o curta-metragem “Quando a rua vira casa”, e, em seguida, filmou em Portugal “Aulas e azeitonas”. Produziu e codirigiu vários documentários sobre o Brasil para a BBC de Londres e para outras televisões europeias.

Carlos Azevedo

É jornalista, trabalhou em “O Estado de S. Paulo” e nas revistas “Quatro Rodas” e “Realidade”. Em 1968, deixou “Realidade” para fazer o jornal clandestino “Libertação”, da AP [Ação Popular]. Viveu na ilegalidade com a família de 1972 a 1979. Nesse período, continuou a fazer o “Libertação” e participou do “A Classe Operária”, do PC do B, partido em que passou a militar. Em 1975, mesmo na clandestinidade, colaborou com o jornal “Movimento”. A partir de 1979, de volta à vida legal, trabalhou na “Tribuna da Luta Operária”, jornal legal do PC do B, e no “Globo Rural”, da TV Globo. Escreveu livros como “Cicatrices de reportagem”, sobre seu trabalho, e “Jornal Movimento, uma reportagem”

Ana Arruda Callado

Nasceu em Recife e, já trabalhando no Rio de Janeiro como jornalista, foi, em 1966, a primeira mulher a ocupar, no Brasil, o cargo de chefe de reportagem de um jornal diário: “Diário Carioca”. Em 1957 – aos vinte anos – se formou no curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro. Trabalhou no “Jornal do Brasil” e na “Tribuna da Imprensa”. É doutora em Comunicação Social (UFRJ). Participou, na década de 1960, ao lado de Reynaldo Jardim e como editora-chefe do jornal “O SOL”, de uma leitura alternativa em plena ditadura. Escreveu as biografias de: Maria José Barboza Lima, Jenny Pimental Borba, Adalgisa Nery e Maria Martins.

Marco Antônio Tavares Coelho

Jornalista, militante do PCB entre 1942 e 1976, teve seu mandato de deputado federal cassado logo após o golpe de 64. Caiu na clandestinidade, foi editor do jornal comunista Voz Operária e acabou preso em 1975. Libertado em dezembro de 1978, trabalhou no Diário da Manhã de Goiânia. Em 1994, tornou-se editor da Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP. Escreveu, entre outros livros, sua autobiografia Herança de um sonho: as memórias de um comunista e a trilogia Rio das Velhas: memória e desafios.

Omar L. de Barros Filho (Matico)

É gaúcho, cineasta, jornalista e editor do site “ViaPolítica”. Dirigiu, ao lado de Marcos Faerman, o jornal alternativo “Versus”. Trabalhou em muitas outras publicações em Porto Alegre e em São Paulo. Ganhou prêmios importantes, como o “Vladimir Herzog de Direitos Humanos”, com a reportagem “Carta de um Torturado ao Presidente Geisel”, publicada em “Versus”. Toda a equipe do jornal foi premiada. Publicou, recentemente, a coletânea “Versus – páginas da utopia”, entre outros livros. No cinema, dirigiu “Adios, General”, média-metragem em 16 mm premiado no Rio Cine Festival e apresentado como hors-concours no Festival de Gramado.

Dom Angélico Sândalo Bernardino

Foi nomeado bispo-auxiliar de São Paulo pelo papa Paulo VI, em 1974. Teve atuação marcante em favor da população menos favorecida. Foi o bispo responsável pela Pastoral

Operária, diretor do jornal O São Paulo durante o período duro de censura, tortura e perseguições. Em 1992 participou da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Santo Domingo. Foi nomeado pelo papa João Paulo II, em 19 de abril de 2000, para ser o primeiro bispo da nova Diocese de Blumenau. Em Santa Catarina, foi presidente do Regional Sul-4 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Hoje é membro da Comissão de Bispos Eméritos na CNBB.

Angélica Rittes

É jornalista formada pela Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero. Fez também o curso superior de Filosofia e Teologia na Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Começou no jornalismo em 1963, trabalhando na Gazeta Esportiva. Ficou na Avon Cosméticos por cinco anos e voltou ao jornalismo na Arquidiocese de São Paulo, onde permaneceu por 34 anos. No jornal “O São Paulo”, da Cúria Metropolitana, foi repórter e assumiu a direção do jornal a pedido de dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo.

Reynaldo Jardim (*in memoriam*)

Jornalista e poeta, morreu aos 84 anos, em fevereiro de 2011, dias antes de seu depoimento para o “Resistir é Preciso...”, razão desta homenagem *in memoriam*. Teve forte presença na imprensa e, além de redator, realizou reformas gráficas em jornais como “A Crítica” (Manaus), “O Liberal” (Belém), “Gazeta do Povo” (Curitiba), “Jornal de Brasília” (Brasília) e “Diário da Manhã” (Goiânia). Participou, nos anos 50, da reformulação do “Jornal do Brasil”, onde criou o “Suplemento Dominical”, o “Caderno de Domingo” e o “Caderno B”. Foi o mentor e diretor do jornal alternativo O SOL, no fim da década de 1960.

Maria Amélia de Almeida Teles

Amelinha Teles é integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Na década de 70, foi presa pelo DOI-CODI por conta de sua intensa participação na imprensa comunista clandestina, no jornal A Classe Operária. Seus filhos pequenos, o marido Cesar e sua irmã Criméia, grávida de sete meses, também foram presos. Participou da luta pela

Anistia e da imprensa democrática e feminista no jornal Brasil Mulher e no Movimento. Atua também na União de Mulheres e no Conselho da Ouvidoria da Defensoria Pública de São Paulo.

Normando Leão Sampaio

Era presidente da Associação Feirense dos Estudantes Secundaristas (Afes), quando do golpe militar de 1964. Foi militante do PCB e membro do governo Chico Pinto na Prefeitura de Feira de Santana, onde nasceu. Em São Paulo atuou no movimento estudantil na USP, militou no 1º de Maio, um dos grupos trotisquistas que deram origem à Organização Socialista Internacionalista (OSI), fundadora do jornal O Trabalho. Trabalhou também na organização do movimento operário, valendo-se de jornais como O Batente e o Zé Xevrolé para os quais escreveu e, às vezes, mimeografou. Foi da Executiva do PT de São Bernardo após sua legalização.

Maria Rita Kehl

Nasceu em Campinas e se considera carioca por adoção. Viveu em comunidades, fez política, tentou revolucionar a vida pessoal e nacional. Casamentos e amores, vários. Tem dois filhos jovens, Luan e Ana. Trabalhou como jornalista free-lancer em jornais e revistas, como Movimento, Em Tempo, Veja... Na Psicologia Social da USP desenvolveu uma tese sobre o papel da TV Globo no período militar. O trabalho foi publicado em livro, assim como a tese que defendeu na Psicologia da PUC: “Deslocamentos do feminino – a mulher freudiana na passagem para a modernidade”. É psicanalista desde 1981. Mais dois exemplos de livros publicados: “Sobre ética e psicanálise” e “Ressentimento”.

Fernando Pacheco Jordão

Começou no jornalismo em 1957. Trabalhou no jornal O Estado de S. Paulo, na extinta TV Excelsior, na BBC de Londres, na TV Cultura, na TV Globo e nas revistas IstoÉ e Veja. Quando Vladimir Herzog foi assassinado, Jordão era diretor-cultural do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e, ao lado de Audálio Dantas, liderou a reação da sociedade civil. Quando da greve dos jornalistas, em 1979, ficou famosa uma intervenção dele na assembleia: “Eu sou diretor do ‘Globo Repórter’ em São Paulo. Eu vim aqui para dizer que a minha profissão

é jornalista. Diretor não é profissão. E que, como jornalista, eu entro em greve”. Foi demitido pela emissora com outros grevistas.

Cesar Augusto Teles

Entrou em 1962 para o Partido Comunista Brasileiro, onde atuou na área estudantil. Em 1963 aderiu ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Ao se recusar a ser julgado na Auditoria Militar, caiu na clandestinidade e passou a ser profissional do partido. Montou, no Rio de Janeiro, uma gráfica clandestina ligada à direção do PC do B. Mudou-se em 1968 para São Paulo para organizar uma gráfica mais moderna, onde era impresso o jornal A Classe Operária. Preso pelo DOI-CODI em 1972, acabou condenado a cinco anos de prisão. Libertado quatro anos depois, voltou a militar na gráfica e na editora do PC-do-B.

Markus Sokol

É dirigente da corrente O Trabalho – seção brasileira da 4ª Internacional – e integra o Diretório Nacional do PT. Já combatia a ditadura no colégio, militou na VAR-Palmares, viveu clandestino, depois foi preso pelo DOI-CODI. Aderiu ao trotisquismo no grupo Outubro, a Organização Socialista Internacionalista que veio a ser O Trabalho. Ajudou a reconstruir o DCE-USP e apoiou a Oposição Metalúrgica de São Paulo. Economista pela USP, publicou estudos sobre as Câmaras Setoriais, os Tratados de Livre-Comércio, a crise da Ex-URSS e a Teoria do Imperialismo. Foi do grupo que fundou o jornal O.

Bernardo Kucinski

É professor-titular aposentado da Escola de Comunicações e Artes da USP. Iniciou sua carreira de jornalista em 1967, no jornal Amanhã da Faculdade de Filosofia da USP. Trabalhou em diversas publicações no Brasil e no exterior e na imprensa alternativa: Bondinho, Opinião, Movimento, e foi editor-chefe do Em Tempo. Publicou em 1991 o livro Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa, que suscitou muita polêmica. Outros livros: A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro, Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética e Diálogos da perplexidade: reflexões críticas sobre a mídia.

Beatriz Cannabrava

Formada em Odontologia na USP, trabalhou como dentista de 1956 a 1967, no Brasil. Em 1968-1969 lecionou na Universidade de Havana, em Cuba. Por não ter conseguido revalidar o diploma universitário nos países onde esteve exilada por doze anos, ao lado do marido Paulo Cannabrava, passou a se dedicar à música, que havia estudado desde criança, cantando e lecionando. É do Conselho Gestor da ONG Rede Mulher de Educação, sócia-fundadora do Conselho Consultivo Permanente da Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe (Repem) e da Associação Mulheres pela Paz.

Cloves de Castro

Foi operário metalúrgico dos catorze aos dezessete anos. Mais tarde, tornou-se funcionário público. Na década de 1950, entrou para o Partido Comunista Brasileiro, onde foi dirigente distrital e municipal. Trocou o PCB pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e se dedicou à organização da “frente de massas”, como ele gosta de dizer. Para fazer finanças, rodou, distribuiu e vendeu uma série de jornais e panfletos. Ficou preso de 1969 a 1971. Libertado, continuou seu trabalho político e voltou também para a fábrica, onde teve atuação relevante na Oposição Metalúrgica de São Paulo, a qual representou no Comitê Brasileiro de Anistia.

Rosalina de Santa Cruz

Nasceu em Pernambuco, no Recife, e lá se formou em Serviço Social na Universidade Federal. Em São Paulo, é professora da PUC desde 1980. Sua dedicação profissional e ideológica passa pelas áreas de direitos humanos, relações de gênero, pobreza e desigualdade, criança e adolescente. Defendeu tese de doutorado na Faculdade de Ciências Sociais da PUC sobre “A imprensa feminista no pós-luta armada”. Na gestão de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo foi a titular da Secretaria Municipal da Assistência Social. Militante do movimento de mulheres desde a década de 1970, foi editora do jornal Brasil Mulher.

Bernardo Joffily

Carioca, é jornalista e lutou contra a ditadura desde a sua adolescência. Foi vice-presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) em 1968-1970. Filiou-se ao

PC do B em 1973 e foi eleito para o Comitê Central desse partido em 2005. Trabalhou no jornal clandestino Libertação, na Rádio Tirana, na Albânia (1974-1979) e no semanário Tribuna da Luta Operária. Em março de 2002 ajudou a fundar o portal www.vermelho.org.br. Também tem traduzido livros do inglês, do francês, do espanhol, do italiano e do albanês, do romancista Ismail Kadaré.

Criméia Alice Schmidt de Almeida

Ainda era adolescente quando fez sua primeira publicação: Jornal do Trem. Ao mesmo tempo ajudava a distribuir as publicações de esquerda pelas ruas de Belo Horizonte. Filiada ao PC do B, foi um dos primeiros militantes do partido a se integrarem à guerrilha do Araguaia. Por decisão do partido, Criméia deixou a guerrilha em junho de 1972 e foi morar em São Paulo, com a irmã Amelinha Teles que, ao lado do marido, Cesar, administrava a gráfica do PC do B. Presa pelo DOI-CODI durante a gravidez, Criméia viu o filho João nascer na prisão. Hoje dirige uma ONG que se dedica à busca de desaparecidos políticos.

José Luiz Del Roio

Entrou no PCB em 1962 e exercia sua militância junto aos estudantes comunistas da Faculdade de Filosofia da USP. Foi dirigente e responsável, ao lado de Joaquim Câmara Ferreira, pelo departamento de imprensa do partido. Participou da formação da ALN. Exilado, colaborou com a imprensa no Peru, no Chile e na Itália, onde foi radialista por vinte anos. Criou, com Martins de Melo, o Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro que está guardado no Cedem, da Unesp. O Arquivo é propriedade do Instituto Astrojildo Pereira. Voltou ao Partidão. É autor de diversos livros. Foi senador na Itália, membro da Assembleia Parlamentar da União Europeia Ocidental e da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

Jayme Leão

Nasceu em Recife, foi criado no Rio de Janeiro, vive em São Paulo e, como cartunista e ilustrador, colaborou com a maioria das publicações alternativas no período da ditadura militar. Divorciado, sete filhos, com passagens por Santiago do Chile e por Manágua, na Nicarágua, Jayme Leão teve seus desenhos publicados nos jornais Movimento, Opinião e Versus, e hoje

trabalha para agências de publicidade e editoras. Fez também capas de livro e, além de desenhar e pintar, tem-se dedicado a escrever.

José Hamilton Ribeiro

Ganhou o Prêmio Esso de Reportagem sete vezes. A Associação de Jornalismo Investigativo o homenageou como “repórter dos repórteres”. Ricardo Kotscho considera-o o maior repórter de sua geração. Da Rádio Bandeirantes, em 1956, à TV Globo, ele trabalhou na Folha, Realidade, reformulou inúmeros jornais do interior, foi três vezes diretor do Sindicato dos Jornalistas, presidente, inclusive. Entre outros prêmios, recebeu o Maria M. Cabot, da Universidade de Colúmbia (Estados Unidos) e o Prêmio Especial de Imprensa ONU, pelos sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Agora, em 2011, aos 75 anos, acaba de renovar seu contrato como repórter-especial da TV Globo.

Alípio Freire

Jornalista profissional, foi presidente da Representação da Associação Brasileira de Imprensa em São Paulo (ABI-SP). Integrou, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, a Comissão de Liberdade de Imprensa, as Comissões Salariais e o comando da greve de 1979. Trabalhou em diversos jornais e TVs. Colaborou com a imprensa popular, sindical e de esquerda nos jornais Movimento, Em Tempo, Versus, ABCD Jornal, O Repórter de Guarulhos, Jornal da Periferia, Brasil Agora, Revista Sem Terra e Brasil de Fato, entre outros. Militou na organização clandestina Ala Vermelha e ficou preso de 1969 a 1974.

Ricardo Zarattini Filho

Ainda era estudante quando iniciou sua militância política na Campanha “O Petróleo é Nosso”, na década de 1950 e foi preso. Como universitário da Poli, da USP, foi dirigente da União Estadual dos Estudantes. Com o golpe de 64 dedicou tempo integral à resistência contra a ditadura. Escreveu e participou de várias publicações clandestinas. Preso em diferentes locais do país, Zarattini foi trocado pelo embaixador dos Estados Unidos. Mesmo banido, voltou ao Brasil em 1974 e foi mais uma vez preso em 1978, para ser libertado com a Anistia.

Paulo Moreira Leite

Nasceu em 1952, filho de um médico e de uma professora com ideias socialistas. Aluno do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, foi militante nas lutas estudantis contra a ditadura e ajudou a fundar o jornal O Trabalho, do qual foi o primeiro diretor de redação. Jornalista desde os dezesseteanos, passou pelas principaisredações de jornais e revistas de São Paulo, além de ter sido correspondente em Paris e em Washington.

Duarte Pacheco Pereira

72 anos, é jornalista e escritor. Nasceu na Bahia, estudou em seminário e começou a carreira de jornalista na revista Realidade. Atuou no movimento estudantil secundarista e universitário. Militou também na Ação Popular (AP), viveu anos clandestino e mesmo assim foi o responsável pela seção “Ensaaios Populares”, no jornal Movimento. Escreveu dezenas de artigos e publicou entre outros livros: O estudante e a revolução brasileira, ABC do custo de vida e Um perfil da classe operária. Doou ao Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, a coleção de documentos sobre partidos de esquerda e de movimentos sociais que acumulou em décadas de militância.

Mylton Severiano

Quem acredita no destino e conhece o jornalista Myltainho vai entender porque ele nasceu em 10 de setembro, Dia da Imprensa. Jornalista de jornal, de revista, de TV, até nos livros o jornalismo não sai da vida dele. Está escrevendo um sobre a revista Realidade. Atualmente colabora com a seção “Em Se Plantando Tudo Dá”, no Almanaque Brasil, de Elifas Andreato. Só agora, um pouco mais velho, está indo para Londrina (PR) viver uma nova aventura: gravar um CD com suas músicas em parceria com a namorada, Katia Reinisch, e o amigo Palmério Dória, com arranjos de Bernardo Pellegrini, dono do estúdio onde o CD será gravado.

Ziraldo Alves Pinto

Nasceu em Caratinga, Minas Gerais. Começou sua carreira nos anos 50 em jornais e revistas como Jornal do Brasil, O Cruzeiro, Folha de Minas. Além de pintor, é cartazista, jornalista, teatrólogo, chargista, caricaturista e escritor. Começou a tornar-se conhecido ao lançar a primeira revista em quadrinhos brasileira feita por um só autor: A Turma do Pererê. Um dos

fundadores do Pasquim, alguns de seus personagens entraram para a história, como The Supermãe, Mineirinho e Comequieto. Em 1969, Ziraldo publicou seu primeiro livro infantil, *Flicts*, e em 1980 lançou *O menino maluquinho*, que já foi adaptado para o teatro e para o cinema, virou revista em quadrinhos, ópera infantil, videogame e internet.

Elmar Bones

Nasceu no Rio Grande do Sul e foi para São Paulo trabalhar na equipe que criou a revista *Veja*, da Editora Abril, em 1968. Daí em diante exerceu as funções de repórter, editor e diretor nas redações de grandes veículos da mídia nacional, como *Folha da Manhã*, em Porto Alegre, *Coojornal*, *Gazeta Mercantil*, *O Estado de S. Paulo* e *IstoÉ*. Em 1985, tornou-se editor do *Jornal JÁ*, mensal, criado por um grupo de intelectuais de Porto Alegre. Tem-se dedicado a uma intensa produção literária sobre temas históricos: *A paz dos Farrapos*, *A história ilustrada de Porto Alegre*, *Os pioneiros da ecologia* (com Geraldo Hasse) e *O cardeal e o guarda-chuva*.

Dácio Nitrini

É paulistano e escreve para jornais desde 1967, quando estava no movimento secundarista. Como jornalista, participou de várias publicações de oposição à ditadura como *Ex* e *O Grilo*. Além de professor da Faculdade Cásper Líbero, trabalhou no *O Estado de S. Paulo*, na *Folha de S. Paulo*, onde foi secretário de redação, chefe da Agência Folhas e repórter especial. No SBT foi editor-chefe adjunto e diretor-executivo do *TJBrasil*. Na Rede Record foi diretor-executivo do “*Jornal da Record*” e diretor do programa “*Passando a Limpo*”. Recebeu o Prêmio Vladimir Herzog, em 1982. É o organizador da publicação fac-similar da coleção do jornal *Ex* e diretor de jornalismo da TV Gazeta.

Elifas Andreato

Começou a trabalhar como aprendiz de torneiro mecânico numa fábrica de fósforos de São Paulo e, tempos depois, foi contratado como estagiário da Editora Abril. No ano seguinte, já era diretor de arte do núcleo de fascículos femininos. Na editora, participaria da equipe de criação de inúmeras publicações, como *Placar*, *Veja* e *História da Música Popular Brasileira*. Fez parte da equipe que fundou os jornais *Opinião*, *Movimento* e a revista *Argumento*. Foi programador visual de peças teatrais e, ao longo da carreira, produziu cerca de 400 capas de disco

para os mais importantes nomes da MPB. Foi ainda letrista de musicais, ao lado de artistas como Toquinho, na “Canção dos Direitos da Criança”.

Elson Martins

Nasceu no seringal Nova Olinda, no alto rio Iaco, no estado do Acre. A partir de 1975, como correspondente no Acre do jornal O Estado de S. Paulo, testemunhou importantes acontecimentos históricos que culminaram na organização dos povos da floresta. Liderou a equipe que produziu o jornal Varadouro, uma das mais importantes experiências da imprensa alternativa do país. Em 2006, trabalhou como consultor e personagem da minissérie “Amazônia, de Galvez a Chico Mendes”, da TV Globo. Em 2007, ganhou o prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente, terceiro lugar, na categoria Liderança Individual.

Tonico Ferreira

Antônio Carlos Carvalho Ferreira era estudante de Arquitetura na FAU, USP, quando começou a trabalhar na imprensa como diagramador em jornais do movimento estudantil, e logo se transferiu para a grande imprensa. Em 1972 trabalhou na Realidade e foi da equipe que criou o jornal Opinião. Três anos depois participou da fundação do Movimento. Por conta dessa militância na imprensa “nanica” foi processado pela Lei de Segurança Nacional. Entre idas e vindas está na TV Globo desde 1981 e uma de suas primeiras reportagens ganhou o prêmio Vladimir Herzog. Tem participado de grandes coberturas no Brasil e no exterior. Foi, por dois anos, correspondente da emissora em Londres.

Paulo Cannabrava

Jornalista que depois de ter trabalhado em grandes jornais brasileiros, como Correio da Manhã, Última Hora, Folha de S. Paulo, e perseguido por razões políticas, amargou doze anos de exílio. Nessa época trabalhou em publicações na Bolívia e no Peru. No Panamá, coordenou a comunicação da Comissão de Negociação com os Estados Unidos que resultou no Tratado que devolveu a soberania panamenha sobre a Zona do Canal. Integrou a equipe dos Cadernos do Terceiro Mundo desde sua fundação, em 1975. É autor de inúmeros ensaios e cinco livros sobre conjuntura latino-americana editados na Itália, na Argentina, no México, no Peru e no Brasil.

Gildo Marçal Brandão

Foi cientista político, professor livre-docente do Departamento de Ciência Política da USP, jornalista da Gazeta Mercantil, editorialista da Folha de S. Paulo e o primeiro editor-chefe do jornal Voz da Unidade, do PCB. Foi também secretário-adjunto da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, pesquisador e vice-presidente do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec). Seus principais livros: A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista, 1920-1964 e Linhagens do pensamento político brasileiro. Após sua morte, foi organizado o livro Gildo Marçal Brandão: itinerários intelectuais.

Ceice Kameyama

É filho de imigrantes japoneses, estudou apenas em escolas públicas e chegou a cursar Engenharia do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, onde fez um jornal. Foi concluir o curso de engenharia na Escola Politécnica da USP, em 1964. Ingressou na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-Polop) em meados de 1961 e ficou preso de 1971 a 1973. Participou da fundação do PT e com o partido rompeu em 2005. Conseguiu microfilmar mais de 20 mil documentos da Polop, que se encontram arquivados no Centro de Memória (Cedem) da Unesp.

Audálio Dantas

Jornalista e escritor, trabalhou na Folha de S. Paulo e nas revistas O Cruzeiro, Quatro Rodas, Manchete e Realidade. Foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e da Federação Nacional dos Jornalistas. No sindicato, esteve à frente da reação ao assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, ponto de partida para a reconquista das liberdades democráticas no país. Foi deputado federal, presidente da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, do Conselho Curador da Fundação Cásper Líbero e vice-presidente nacional da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). É vice-presidente da União Brasileira de Escritores (UBE).

José Américo Dias

É jornalista e vereador em São Paulo, pelo PT. Começou sua carreira de jornalista no O Trabalho, de inspiração trottsquista. Trabalhou no Diário do Comércio e na Folha de S.

Paulo. Foi professor da Faculdade Cásper Líbero e secretário de Comunicação da Prefeitura de Mauá. Coordenou os programas de TV e rádio das campanhas presidenciais de Lula, em 1989 e em 1998. Foi presidente do Diretório Municipal do PT da cidade de São Paulo e, em 2010, líder da bancada do PT na Câmara Municipal.

Ricardo Maranhão

É mestre em Ciências Sociais, doutor em História pela USP, ex-professor da Unicamp e, atualmente, professor de Gastronomia da Universidade Anhembi Morumbi. É autor e/ou organizador de 22 livros de História e de mais de cinquenta artigos em publicações especializadas, além de palestrante em universidades do Canadá, da França, da Holanda, da Alemanha e do México. Teve participação direta na série da TV Cultura “Mesa Brasileira” e escreveu diversos livros sobre história da gastronomia, entre os quais *The Arab Influence in Brazilian Life* (premiado no Cookbook Awards de Paris em fevereiro de 2010) e *Churrasco – paixão nacional*, em coautoria com André Boccato. Foi fundador do jornal *Amanhã*, uma dissidência de Movimento.

José Maria Rabêlo

Natural de Campos Gerais, em Minas, casado com Thereza Martins Rabêlo, iniciou sua carreira como jornalista em 1947, na Revista Cultura Magazine. Ele e o jornalista Euro Arantes criaram, em Belo Horizonte, o jornal *Binômio*, considerado o precursor da moderna imprensa alternativa brasileira. O jornal foi depredado duas vezes e finalmente fechado pelos militares. Por conta do golpe, Rabêlo ficou dezesseis anos exilado: na Bolívia, no Chile e na França. No Chile, criou o jornal *Cartas Chilenas* e uma rede de livrarias especializadas em Ciências Sociais. Na França, fundou a Livraria Centro dos Países de Língua Espanhola e Portuguesa.

Ruth Leal Tegen

Formou-se em Jornalismo na Bélgica, porque foi lá que ficou um bom tempo exilada. Saiu do Brasil em direção ao Chile em setembro de 1971, grávida de seu terceiro filho. Foi uma das animadoras para a formação do Comitê de Mulheres Brasileiras no Chile. Com o golpe

militar de setembro de 1973, que derrubou o presidente Allende, refugiou-se na Embaixada do Panamá, sempre com a família. Em janeiro de 1974 conseguiu asilo político na Bélgica onde morou com a família, até a Anistia no Brasil em 1979. Aqui participou da fundação do jornal Voz da Unidade, do qual foi secretária de redação.

Aguinaldo Silva

Se você chegar ao nome dele pelo Google encontrará, na primeira linha: dramaturgo, escritor, roteirista, jornalista, cineasta e telenovelistas. Pois o multimídia Aguinaldo Silva escreveu seu primeiro livro – Redenção para Job – quando, ainda adolescente, trabalhava em cartório, no Recife. Foi nessa época que ele assumiu publicamente sua homossexualidade. Ele já fez catorze novelas, seis minisséries, quatro seriados e escreveu treze livros. O mais recente é Deu no blogão (2009). Trabalhou na Última Hora, em O Globo e passou para a história da imprensa alternativa ao lançar no Rio, nos anos 70, o Lâmpião da Esquina, o primeiro tablóide assumidamente gay do jornalismo brasileiro.

Maria Lygia Quartim de Moraes

Estudou em colégio de freiras, cursou Ciências Sociais na USP e se casou com seu amigo de infância e primeiro amor, Norberto Nehring. Foram militantes da ALN. Em 1970, ao voltar de uma viagem a Cuba, Norberto foi sequestrado e assassinado. Ela e a filha ficaram morando na França e no Chile. Ao retornar ao Brasil, sua militância concentrou-se no feminismo e na luta pela democracia. Participou da fundação dos jornais Nós Mulheres e Em Tempo. Em 1983, tornou-se professora-titular de Sociologia da Unicamp. É avó da Cléo e da Sofia e mulher do Rubens Naves. No momento, se diz “muito tranquila e confiante na nossa presidenta Dilma”.

Ary Normanha

Filiou-se ao PCB em janeiro de 1963. Em 1968 passou a militar na ALN. Foi preso duas vezes, em maio e em novembro de 1969. Processado, foi absolvido. A partir de 1971 trabalhou como diagramador na imprensa alternativa: Bondinho, Revista de Fotografia, Jornalivro, Fotochok, Jornal Monte Alegre e no jornal Ex. Na Editora Ática, foi editor de arte para projetos especiais e, durante esse período, trabalhou também para a formação da Editora

Brasil Debates, jornal Correio da Cidadania. Depois de 1996, continuou a trabalhar em projetos para a mídia impressa e eletrônica na CVG+.com.

Marco Antonio Moro

Advogado, foi militante do PCB desde o movimento estudantil e membro da Executiva Estadual de São Paulo. Por conta da atividade política foi preso em três oportunidades: 1964, no momento do golpe; em 1968-1969, logo depois do AI-5, e novamente em 1970, quando permaneceu no Presídio Tiradentes até 1971. Exilado no Chile até a derrubada de Allende, refugiou-se na Embaixada do Panamá, com seus familiares, fixando-se finalmente em Bruxelas, Bélgica, onde foi professor-assistente de Direito Social Internacional na Universidade de Antuérpia. Foi editor do Correio Sindical e um dos fundadores da Voz da Unidade.

Laerte Coutinho

Ainda muito jovem, fez o Curso de Desenho e Pintura para Adolescentes, na Fundação Armando Álvares Penteado. Em 1969, entrou na Escola de Comunicação e Artes da USP. Estudou música e jornalismo, mas não terminou os cursos. Estreou no jornal do Centro Acadêmico. Em 1972, fundou, com amigos, a revista de quadrinhos Balão. Em 1978, participou da fundação da Editora Oboré para atender aos sindicatos de trabalhadores. Colaborou em Veja, IstoÉ, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Pasquim. Participou de exposições em Cuba, na Itália, na Colômbia e na França.

Fernando Moraes

Começou no jornalismo aos quinze anos, em Belo Horizonte. Em São Paulo, trabalhou nas redações de Veja, Jornal da Tarde, Folha de S. Paulo, na TV Cultura e no portal IG. Recebeu três vezes o Prêmio Esso e quatro vezes o Prêmio Abril. Foi deputado estadual durante oito anos e secretário de Cultura (1988-1991) e de Educação (1991-1993) do estado de São Paulo, nos governos Orestes Quécia e Luiz Antônio Fleury Filho. Seu primeiro livro, A ilha, é o relato de uma viagem a Cuba. Publicou biografias, como Olga, e reportagens que venderam mais de 2 milhões de exemplares no Brasil e em outros países.

Sérgio Gomes

É jornalista, editor, agitador cultural. Paulistano, só frequentou escolas públicas. Foi repórter na Gazeta de Santo Amaro, na revista Construção em São Paulo, no Diário do Comércio, na Agência Folhas e na Folha de S. Paulo. Militante e dirigente do PCB, foi preso em outubro de 1975 e ficou seis meses detido. Algumas publicações que ajudou a fundar: A Prensa, O Balão, Jornal do MDB, Voz da Unidade. Entidades que ajudou a criar: Escola de Samba Pérola Negra, Clube do Choro de São Paulo, Centro de Memória Sindical. Integrou a equipe dos dez jornalistas fundadores da Oboré, que organizou quase 300 departamentos de imprensa de entidades sindicais dos trabalhadores.

Maryse Fahri

Nos anos de 1968-1969, participou da resistência clandestina à ditadura militar. Acabou se exilando com a família na França, durante a década de 1970. Na França, formou-se em Economia na Universidade de Paris 1 e dedicou-se sobretudo ao jornalismo econômico na revista L'Économiste du Tiers-Monde. Colaborou também na revista O Debate, editada em Paris por João Quartim de Moraes. Em 1998, defendeu tese de doutorado em Economia e tornou-se professora da Unicamp. Publicou vários artigos e capítulos de livros no Brasil e na Europa. Seus temas principais: inovações financeiras, política monetária, taxa de câmbio.

Juca Kfourì

Fez Ciências Sociais da USP. Aos dezessete anos passou a militar no grupo de apoio da Ação Libertadora Nacional (ALN) e aos vinte começou a trabalhar no Departamento de Pesquisas da Editora Abril. Em 1971, foi preso pela Oban, na rua Tutoia. Enquanto era o chefe de reportagem da Placar, colaborava, anonimamente, para os jornais Opinião e Movimento. Dirigiu o jornal de oposição Amanhã, de vida curta. Assumiu a direção da Placar em 1979, quando assinava com o pseudônimo Norberto Amaral matérias no jornal Voz da Unidade, do PCB, onde passou a militar em 1974. É colunista da Folha de S. Paulo, da Rádio CBN, tem um blog no UOL e faz programas de TV nos canais ESPN.

Olívia Rangel Joffily

Tinha dois anos de idade quando a família se mudou da Bahia para São Paulo. Desde muito jovem, Olivia participou da resistência à ditadura militar. Cursou Ciências Sociais na Unicamp, filiou-se ao PC do B e foi da direção estadual por doze anos. Exilada na Albânia, trabalhou na Rádio Tirana. De volta ao Brasil, foi do conselho de direção do semanário Tribuna da Luta Operária, uma das fundadoras da revista Presença da Mulher e da União Brasileira de Mulheres. Concluiu mestrado e doutorado na PUC-SP e é professora universitária.

Franklin de Souza Martins

Conseguiu seu primeiro emprego como jornalista aos quinze anos de idade: estagiário no Última Hora, no Rio de Janeiro. Daí para frente dividiu o tempo de sua vida entre a profissão e uma forte e marcante militância política, que começa na liderança de entidades estudantis. No MR-8 e com militantes da ALN, foi um dos mentores do sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles B. Elbrick. Foi exilado em Cuba, no Chile e na França, onde se formou na Escola de Ciências Sociais da Universidade de Paris, e ainda viveu clandestino no Brasil antes da Anistia. Como jornalista, trabalhou também na Rede Globo, na Bandeirantes e, em 2007, foi ministro de Comunicação Social do governo Lula.

Raimundo Pereira

Nasceu em Exu, Pernambuco, e a família acabou migrando para o interior de São Paulo. Sem recursos, Raimundo, que se considerava bom de matemática, conseguiu entrar no ITA, de onde foi expulso por conta da militância política. Terminou seus estudos na Física da USP, época em que começou sua carreira de jornalista. Passou por Veja e Realidade e decidiu, em 1972, viabilizar um projeto de imprensa independente. Com o empresário nacionalista Fernando Gasparian fundou o Opinião. Partiu depois para o Movimento, jornal sem patrão empresário, que circulou por seis anos e meio. Hoje, Raimundo edita a revista mensal Retrato do Brasil.

Adélia Borges

É jornalista, curadora especializada em design e professora de História do Design na Fundação Armando Álvares Penteado (Faap). Já dirigiu o Museu da Casa Brasileira em São

Paulo e coordenou a idealização do Pavilhão das Culturas Brasileiras, novo museu instituído pela Prefeitura da capital paulista. Em 2010, foi curadora-chefe da exposição “Puras Misturas” e da “Bienal Brasileira de Design Curitiba 2010”. Tem uma larga atividade na divulgação do design brasileiro, por meio de palestras, artigos, textos para catálogos e livros. Adélia foi a primeira editora-chefe do jornal alternativo Mulherio.